

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA

**ENTRE A ROÇA E A FEIRA: A CIRCULAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
NO AMAZONAS**

SORAYA FARIAS AQUINO

Manaus-AM
Dez./2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA

SORAYA FARIAS AQUINO

**ENTRE A ROÇA E A FEIRA: A CIRCULAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
NO AMAZONAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas.

Linha de Pesquisa: Processos sociais, ambientais e relações de poder.

Orientadora: Prof^a. Dra. Yoshiko Sasaki.

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A657e Aquino, Soraya Farias
Entre a roça e a feira: a circulação da produção agrícola no Amazonas / Soraya Farias Aquino. 2014
215 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Yoshiko Sasaki
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Circulação. 2. Produção agrícola. 3. Feira. 4. Políticas públicas.
I. Sasaki, Yoshiko II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof^a. Dra. Yoshiko Sasaki
PPGSCA/ UFAM

Profa. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues
PPGSOF/ UFRR

Prof^a. Dra. Sandra do Nascimento Noda
PPGCASA/ UFAM

Prof^a. Dra. Kátia Helena S. C. Schweickardt
PPGSOCIO/ UFAM

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida
PPGSCA/ UFAM

Data da Defesa: 03/12/ 2014.

AGRADECIMENTOS

Esta tese por ser fruto de um trabalho coletivo não teria chegado a este resultado sem a ajuda de inúmeras pessoas, sejam elas através da representação institucional ou pelos relatos diretos e pessoais que contribuíram de maneira valiosa com as informações aqui disponibilizadas.

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – UFAM aqui representado por todos os seus funcionários, alunos e em especial aos professores que abriram caminho para reflexões mais profundas sobre o tema proposto inicialmente, ao mesmo tempo em que ampliaram as possibilidades de debater, vivenciar e enxergar a Amazônia sob outra perspectiva.

Aos colegas de turma que também contribuíram com esta discussão muitas vezes até fora do ambiente acadêmico, já que mesmo nos momentos informais as conversas giravam sempre em torno das pesquisas individuais, das leituras e dos autores gerando uma interessante troca de informações.

Aos técnicos, gestores e demais funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas e da Superintendência da Zona Franca de Manaus, seja pelas informações, o esclarecimento de dúvidas, as entrevistas ou a cessão de relatórios técnicos e mapas, o que garantiu uma visão mais ampla sobre a realidade agrícola do estado. E neste sentido, nosso agradecimento especial se refere à Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas que além das informações e total apoio durante a realização desta pesquisa, também nos possibilitou algumas viagens no “formigão” juntamente com os agricultores, garantindo um maior conhecimento sobre o transporte da produção e as dificuldades encontradas para seu escoamento em nosso estado.

Aos familiares e amigos pelo constante incentivo, apoio emocional e muitas vezes até prático, quando era necessária companhia para os deslocamentos aos sítios, alguns deles há algumas horas de distância de Manaus.

Aos gestores, professores, alunos e funcionários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, pelo suporte nesta caminhada e em especial à professora Alzanira de Souza Santos pela correção da tese e ao professor Raul de Souza Nogueira Filho, mais uma vez presente na correção do abstract.

Aos professores da banca de qualificação Dra. Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt e Dra. Sandra do Nascimento Noda pelas observações e recomendações de leituras realizadas nesta oportunidade e em especial ao professor Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida pelas preciosas conversas e sugestões mantidas durante a realização desta pesquisa.

À professora e orientadora Dra. Yoshiko Sasaki pela orientação do caminho metodológico, as discussões sobre a problemática, o acompanhamento, a confiança e incentivo durante esta jornada.

E finalmente, a todos os agricultores e agricultoras do Feirão da SEPROR que participaram direta ou indiretamente deste estudo com as informações fornecidas e a boa vontade em compartilhar suas experiências durante a pesquisa de campo, sem as quais não seria possível a realização do importante exercício teoria - prática, tornando viável esta investigação.

***“... o visível, o que é dado
imediatamente, esconde o invisível que o determina...”***

(Pierre Bourdieu, Coisas ditas, 2004, p. 153).

RESUMO

Nesta pesquisa, objetivamos analisar a circulação da produção agrícola no Amazonas a partir dos espaços definidos como Feirão da SEPROR, locais criados para a distribuição da produção em Manaus. A criação dessas feiras se encontra intimamente relacionada às políticas para a agricultura, com a finalidade de inserir grupos sociais que, até então, se encontravam ausentes, com a possibilidade de sua subsunção ao mercado. Buscamos entender que fatores interferem na comercialização da produção no Amazonas, e, com isso, apontamos as dificuldades logísticas e geográficas que sempre foram consideradas obstáculos para o escoamento da produção. Ao mesmo tempo, analisamos como o Estado tem interferido na articulação entre produção, distribuição e consumo, agindo sobre as possibilidades de comercialização, e detectamos que, com este incentivo, o poder público passou a incrementar o apoio aos agricultores impulsionado pelas políticas desenvolvidas pelo Governo Federal e, principalmente, pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Partimos do pressuposto de que o agricultor é o mesmo camponês utilizado como categoria analítica e, que nas políticas públicas é denominado agricultor familiar. Portanto, optamos aqui por utilizar o termo agricultor por ser esta a maneira mais aceita pelos envolvidos na pesquisa realizada, diferente de agricultor familiar, que somente é aceito por alguns deles. Do mesmo modo, pensamos a feira como o espaço privilegiado da circulação da produção agrícola, e que insere as mais diversas formas de acomodação e resistência nos modos de vida desses agricultores. Estas formas de resistência e acomodação permeiam o cotidiano, ora como reclamações e indisciplina ou mesmo como adaptação e a geração de dependência em torno das políticas públicas. Por este motivo, concluímos que a circulação da produção agrícola no Feirão da SEPROR pode se constituir tanto como forma de resistência quanto de acomodação dos sujeitos sociais para a manutenção da produção agrícola no estado do Amazonas, por criar oportunidades que podem ser apenas circunstanciais, considerando que estamos falando de políticas de governo e não de políticas duradouras que caracterizem de fato uma política de Estado. Como o recorte da investigação teve como objeto apenas a circulação da produção, muitas outras possibilidades podem ser pensadas para este mesmo contexto, como a análise mais apurada dos documentos utilizados, conceber a feira como uma fronteira sócio-cultural, ou mesmo uma análise dessas identidades que são constantemente reelaboradas, entre outras maneiras de refletir sobre a produção agrícola no Estado.

Palavras-chave: circulação; produção agrícola; feira; políticas públicas.

ABSTRACT

In this study, we aimed to analyze the circulation of agricultural production in the Amazon from areas defined as Feirão of SEPROR, places created for the distribution of production in Manaus. The creation of these fairs is closely related to policies for agriculture in order to put social groups that until then were absent with the possibility of being included in the market. We try to understand what factors influence the marketing of production in the Amazon and therefore, we point out the logistical and geographical difficulties that have always been considered obstacles for distribution of production. At the same time, we analyze how the state has affected the relationship between production, distribution and consumption, acting on the marketing possibilities, and we've found that with this incentive the Government began to increase support to farmers driven by policies pursued by the Federal Government and mainly by the National Program for Strengthening Family Agriculture - PRONAF. We start from the assumption that the farmer is the same peasant used as an analytical category and that in the public policies is called family farmer. Therefore, we have chosen here to use the term farmer because this is the way most accepted by those involved in the research accomplished. While the second term is only accepted by some of them. Similarly, we analyze the fair as the privileged space of the circulation of agricultural production and issuing the various forms of accommodation and resistance in the farmers living. These forms of resistance and accommodation pass through the daily life, sometimes as complaints and indiscipline or even as an adaptation and the generation of dependency around the public policies. For this reason, we conclude that the circulation of agricultural production at the Feirão of SEPROR can be structured as resistance or accommodation of social individuals for the maintenance of agricultural production in the state of Amazonas as it creates opportunities that can be only circumstantial, considering that we are talking about government policies and not lasting policies that characterize actually a state policy. As the focus of the investigation was to object only circulation of production, many other possibilities can be thought of for this same context, such as most accurate analysis of documents used to design the fair as a socio-cultural border or even an analysis of these identities that are constantly reworked, among other ways to reflect on agricultural production in the state.

Keywords: circulation; agricultural production; fair; public policy.

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas
ADS – Agência de Desenvolvimento Sustentável
AEDI – Área de Expansão do Distrito Industrial
AFLORAM - Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APP– Área de Preservação Permanente
ASPROFE – Associação dos Agricultores Rurais do Feirão
ASPRURBS - Associação dos Produtores Rurais do Ramal Boa Sorte
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA – Banco da Amazônia S.A.
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CASSAM - Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
CDRU – Concessão de Direito Real de Uso
CIGS – Centro de Instrução de Guerra na Selva
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COPLAM– Cooperativa dos Produtores de Leite de Autaz-Mirim
DAOC – Departamento de Apoio à Organização Comunitária
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
DEPLA/AM – Departamento de Planejamento do Amazonas
EMATER/AM - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EXPOAGRO – Exposição Agropecuária
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FIEAM – Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IFAM-CMZL – Instituto Federal do Amazonas - Campus Manaus Zona Leste
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ITR – Imposto Territorial Rural
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA– Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento Sem-Terra
ONG – Organização Não Governamental
PMFSPE - Plano de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
POLAMAZÔNIA - Programas de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PZPV – Programa Zona Franca Verde
RAIDAM – Relatório de Atividades do IDAM
RMM – Região Metropolitana de Manaus
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
SEMPAB – Secretaria Municipal de Abastecimento
SEPLAM – Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas
SEPROR – Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas
SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STJ – Supremo Tribunal de Justiça
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
ZF – Zona Franca

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

Mapa 1 – Local atual do Feirão no Parque Eurípedes Lins	35
Mapa 2 – Subdivisão geopolítica do Estado do Amazonas	69

QUADROS

Quadro 1 – Agricultura familiar e não familiar na produção de alimentos básicos	45
Quadro 2 – Comparação entre três regiões brasileiras para o acesso ao PRONAF	60
Quadro 3 – Produção de grãos	73
Quadro 4 – Culturas industriais	74
Quadro 5 – Discriminação das ações de incentivo à produção vegetal	75
Quadro 6 – Projeção para a produção em 2010/ 2011	76
Quadro 7 – Agroindústrias assistidas e produtores beneficiados no ano de 2010	77
Quadro 8 – Produção de grãos 2010 - 2012	78
Quadro 9 – Público beneficiado pela Ater no período de 2002/ 2010	78
Quadro 10 – Comparativo da produção agrícola no Amazonas em 2003 e 2010	79
Quadro 11 – Culturas temporárias: comparação entre as safras 2010 e 2012	82
Quadro 12 – Culturas permanentes: comparação entre as safras 2010 e 2012	83
Quadro 13 – Financiamentos concedidos ao Amazonas em 2012	84
Quadro 14 – Utilização de terras nos estabelecimentos - Amazonas	117
Quadro 15 – Gasto com a estrutura inicial para a criação de aves	129
Quadro 16 – Comparação entre intermediários no Haiti e atravessadores no Amazonas	152

FIGURAS

Figura 1 – Terceiro movimento da troca comercial	134
Figura 2 – Hierarquia da distribuição de produtos agrícolas via intermediário	153
Figura 3 – Hierarquia da circulação	154
Figura 4 – A feira vista por uma agricultora	178

FOTOS

Fotos 1 e 2 – Estacionamento - Parque Eurípedes Lins	36
Fotos 3 e 4 - Entrada principal e área frontal da feira - Parque Eurípedes Lins	36
Fotos 5 e 6 – Produtos expostos para a venda – Parque Eurípedes Lins	38
Fotos 7 e 8 - Tendas embaixo das castanheiras – Parque IFAM	39
Fotos 9 e 10 – Bancas improvisadas – Parque IFAM	40
Fotos 11 e 12: Vista do Rio Negro e bancas - Porto de São Raimundo	42
Foto 13 – Associação das Mulheres Agrícolas – Puraquequara	106
Foto 14 – Casa de agricultores no Tarumã-Mirim	114
Fotos 15 e 16 – A antiga casa e a nova casa – Novo Airão	115
Foto 17 – Casa de farinha – Novo Airão	123
Foto 18 - Plantação de mandioca – Novo Airão	124
Foto 19 – Beneficiamento da macaxeira - pé de moleque – Tarumã-Mirim	124
Fotos 20 e 21 – Prensadeira e forno para fabricação de farinha – Tarumã-Mirim	125
Foto 22 - Plantação de pimenta de cheiro - Tarumã-Mirim	126
Fotos 23 e 24 - Plantação de bananas em Novo Airão e de laranjas em Manacapuru	128
Fotos 25 e 26 - Criação de aves no Tarumã-Mirim	130
Fotos 27 e 28 - Manchas nos frutos e folhas da laranjeira – Manacapuru	131
Fotos 29 e 30 – Caminhão com produtos e ônibus adaptado – Parque Eurípedes Lins	160
Foto 31 - Carro recém adquirido carregado de produtos	162
Foto 32 - O descarregamento pago	165
Foto 33 - Carregamento do ônibus	165
Fotos 34 e 35 - A difícil trafegabilidade dos ramais –Tarumã-Mirim	168
Fotos 36 e 37 – Venda de carnes e peixes – Parque Eurípedes Lins	170
Fotos 38 e 39 – Venda de plantas ornamentais e móveis artesanais – Parque Eurípedes Lins	170

Fotos 40 e 41 – Bancas de café da manhã – Parque Eurípedes Lins	171
Foto 42 – Restaurante – Parque Eurípedes Lins	172
Foto 43 - Banheiro coletivo – Parque Eurípedes Lins	176
Fotos 44 e 45 – Área recentemente ampliada – Parque Eurípedes Lins	177
Fotos 46 e 47 - Parque Eurípedes Lins em dia de forte chuva	177
Fotos 48 e 49 – Faixa e placa com slogan – Parque Eurípedes Lins	184
Fotos 50 e 51 – Banner e placa improvisados – Parque Eurípedes Lins	185
Fotos 52 e 53 - Placas e banner na área externa e interna - Parque Eurípedes Lins	185
Foto 54 e 55 – Exposição dos produtos à venda - Porto de São Raimundo e Parque Eurípedes Lins	189

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS	28
1.1 O Feirão da SEPROR como síntese e antítese da relação Estado – Sociedade	29
1.1.1 Burocracia, controle e disciplina – as diferentes formas de expressão do Feirão	33
1.2 A igualdade na diferença	43
1.2.1 A feira como lugar da livre concorrência	43
1.2.2 Formas de ocupação da terra	52
1.2.3 O acesso aos financiamentos	58
1.3 A representação da agricultura no Amazonas	62
1.3.1 Base legal para a produção rural	67
1.3.2 Ação do Estado e Política de Governo	69
CAPÍTULO 2: O LUGAR DA PRODUÇÃO PARA OS AGRICULTORES DO FEIRÃO	87
2.1 Situando a vida em comunidade	88
2.1.1 As relações sociais de vizinhança	93
2.1.2 Outras formas de organização comunitária	105
2.2 O sítio, a casa e a família	112
2.3 Trabalhando para plantar	120
2.4 O dinheiro e seu uso	132
Capítulo 3: A FEIRA COMO ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	140
3.1 Agricultores sim, feirantes não	143
3.1.1 O atravessador	150
3.2 O transporte da produção	158
3.3 Funcionamento e comércio na feira	169
3.4 A feira vista por eles	173
3.4.1 A concorrência	180
3.4.2 As estratégias de venda	184
3.4.3 Os espaços de disputa	187
3.4.4 “Metade do perdido é lucro”	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS	204
APÊNDICES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A história do campo brasileiro é marcada por lembranças e esquecimentos e mesmo assim não podemos falar de uma homogeneidade em sua marcha. Representando uma diversidade própria de um país com dimensões continentais, o Brasil revela, ao longo de sua construção histórica, momentos que são lembrados, mas também inúmeros acontecimentos que foram esquecidos, significando que estes momentos ou não entraram diretamente para os dados oficiais ou mantêm-se no esquecimento propositalmente para não trazer prejuízos aos grupos que desses episódios fizeram parte. Isso, de certa forma, justifica o fato pelo qual “os camponeses são mais conhecidos na historiografia brasileira pelas grandes rebeliões contra os latifundiários do que por sua formação histórica.” (MOTTA e ZARTH, 2008, p. 17).

Mas existe uma história silenciosa que precisa vir à tona e é ela que se encontra presente no cotidiano dos grupos, escondida na articulação entre a política e a economia, resultado do que Velho (1976) caracteriza como típico de um “capitalismo autoritário”.

Foi este modelo que no Brasil, sob uma forte dominação política, introduziu no interior da formação nacional a produção camponesa de maneira subordinada e que teria, em sua própria constituição, a qualidade de garantir sua reprodução mantendo mesmo no caso de um camponês livre, alguma forma de sujeição. Sobre isso Velho (1976) lembra que,

... sob o capitalismo autoritário haveria, para uma maior ou menor proporção do campesinato e variando com o tempo uma espécie de pressão “a meia força” que fundamentalmente não destrói o campesinato nem permite a sua transformação, mas o mantém *subordinado*, continuando a extrair de várias formas um excedente dele ao mesmo tempo que controlando a acumulação da sua própria camada superior (VELHO, 1976, p. 55).

Isso manteria o campesinato como um modo de produção específico que sofre tanto pressões externas quanto internas, sendo o controle de sua subordinação a garantia de, apenas em algumas situações excepcionais, sua transformação (Idem).

É esta capacidade de transformação que permeia nossa pesquisa e aqui buscamos compreender como essas forças políticas e econômicas têm atuado, ora no sentido de invisibilizar o camponês tornando-o mero coadjuvante desse processo, ora (como quando há interesse político) dando-lhe visibilidade, não significando, entretanto, em nenhum momento

a ausência de ação ou mesmo de um contra movimento por parte do campesinato e que se manifesta em inúmeras formas de resistência.

Nesta pesquisa procuramos ampliar a trajetória desenvolvida durante o mestrado, momento em que realizamos o estudo de uma feira da cidade de Manaus. Para o doutorado, desde o início pensávamos em trabalhar com a feira de produtores, mas o objeto da investigação sofreu algumas modificações durante a pesquisa passando da relação entre tempos e espaços no rural-urbano para a definição de um objeto que nos desse uma maior capacidade de articulação para compreender as feiras de produtores em Manaus, hoje, de forma a trazer uma contribuição mais consistente para entender estes locais.

O resultado foi pensar a feira a partir da *circulação* da produção agrícola, problema considerado extremamente difícil quando se fala em Amazônia de forma mais ampla e do Amazonas de maneira particular.

Após a definição do objeto deveríamos precisar o local da pesquisa, ou seja, com que feira(s) iríamos trabalhar? Tivemos a sorte de vivermos em um momento em que as feiras de produtores passaram a ser incentivadas pelas políticas de agricultura familiar e especialmente impulsionadas pelo aumento da produção com o apoio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Portanto, temos agora as feiras de produtores sendo difundidas pela cidade e com possibilidades de serem ampliadas também para outros municípios, diversamente da época em que realizamos o mestrado, quando as feiras de produtores existentes em Manaus tinham perdido sua função e haviam se transformado em feiras comuns, apenas para a revenda de produtos agrícolas, não acolhendo os agricultores/ produtores para o qual tinham sido criadas.

Em um breve levantamento das feiras de produtores que ocorrem semanalmente na cidade de Manaus tínhamos como opção uma feira de produtos orgânicos que é realizada aos sábados e coordenada pelo Ministério da Agricultura, uma feira volante organizada pela Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) e o Feirão da Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR), originado de um Programa do Governo do Estado, que teve início em 2009.

Durante a fase exploratória em que estávamos em busca da definição do local, nos foi suficiente uma única visita ao Parque de Exposições Eurípedes Lins para que definíssemos que o Feirão da SEPROR seria nossa escolha.

Com a definição do objeto e do local da pesquisa, partimos para o estabelecimento do objetivo geral que foi delimitado como: *analisar a circulação a partir dos espaços*

definidos como Feirão da SEPROR, objetivando reconhecer a produção agrícola e sua distribuição em Manaus. A partir disso, definimos como objetivos específicos,

- Compreender a articulação entre produção, distribuição e consumo a partir da comercialização da produção agrícola no Feirão da SEPROR, refletindo sobre a interferência do Estado nesta produção;
- Identificar o processo de subsunção da produção a partir da comercialização dos produtos, tendo a feira como o local de destino;
- Localizar a figura do agricultor como sujeito social e sua relação com a circulação do que é produzido, observando como se fundamentam as dinâmicas da terra, da família e do mercado, assim como suas formas de produção e reprodução.
- Identificar como são percebidas, por homens e mulheres, as transformações e continuidades que são incorporadas ao cotidiano.

Mantivemos algumas nuances do que buscávamos no projeto anterior, mas focamos com mais cuidado a compreensão do novo objeto e com estes objetivos definidos, seguimos em busca de comprovar que a circulação da produção no Feirão da SEPROR constitui uma forma tanto de acomodação quanto de resistência dos sujeitos sociais para a manutenção da produção agrícola no Amazonas.

Quando falamos que o Feirão pode ser entendido como estratégia de acomodação e resistência, estamos querendo dizer que, além de representar uma conquista para os agricultores, que na visão dos gestores da SEPROR se encontravam dependentes dos atravessadores, ele também pode ser entendido como uma forma de acomodação por gerar outro tipo de dependência, agora das políticas de Estado.

Estes agricultores estavam aí, eles não foram criados agora apesar de terem sido ampliados também pela política de reforma agrária que foi desenvolvida nos últimos dez anos no estado do Amazonas. O fato é que diversas políticas públicas elaboradas pelo Governo Federal aliada às políticas desenvolvidas pelos estados federados têm dado maior visibilidade a estes agricultores, que passaram a ter financiamentos especiais, como será demonstrado nas próximas páginas.

As perspectivas de aumento da produção agrícola também foram alargadas; e considerando que nossa análise aponta no sentido da produção para que a partir dela possamos perceber as mudanças ocorridas na circulação, partimos de um enfoque etnográfico, considerando que a etnografia que propicia maior aproximação entre o pesquisador e os

entrevistados com a finalidade de entender uma cultura, tendo por fundamento os valores, hábitos, crenças, práticas e os comportamentos do grupo social analisado.

Apesar de utilizarmos durante todo o texto o termo agricultor seguindo uma orientação utilizada pelos próprios pesquisados, aqui entendemos que o agricultor a que nos referimos é o mesmo camponês que, nas políticas públicas, são denominados agricultores familiares.

Camponês aqui, portanto, é um termo utilizado como categoria de análise, com tudo o que dela é recorrente. Fazemos esta ressalva destacando que o agricultor ao qual aludimos mantém todas as características da teoria que advoga o campesinato como um modo de vida, mesmo mantendo uma intensa relação com o mercado. Consideramos que neste caso o acúmulo de capital e a consequente produção de mais valia permanece inexistente, preservando sua condição distinta do que é entendido como modo capitalista de produção.

Nossa investigação foi dividida em três fases: pesquisa bibliográfica, pesquisa exploratória e pesquisa de campo.

Na primeira fase que é a pesquisa bibliográfica, para entender o trabalho agrícola no Amazonas, iniciamos nossa investigação com o estudo de alguns clássicos de referência para compreender o debate sobre a questão agrária (LÊNIN, 1978 e 1985; CHAYANOV, 1974 e 1991; KAUTSKY, 1972), aqui entendida como as questões ligadas às políticas agrárias, agrícolas e reforma agrária e assim avançar para discussões mais afinadas com a realidade brasileira (WANDERLEY, 2004; WOORTMANN, 1990; SABOURIN, 2009 entre outros) e locais (ALMEIDA, 2008; ARAÚJO, 2003; LIMA, 2009; NODA, 2007) sobre o tema.

Inserimos também, neste momento, teses e dissertações, relatórios e outras publicações que desenvolvem investigações nesta perspectiva, buscando realizar um movimento reflexivo tanto do geral para o específico, quanto do específico para o geral, para assim chegarmos à compreensão sobre esta particularidade no Amazonas, tendo como ponto de partida o trabalho agrícola e o desenvolvimento do campesinato/ agricultor familiar na região, fundamentados em uma perspectiva teórica que entende o conhecimento como uma construção social que tem apoio na criação de uma relação interdisciplinar e que dialoga o tempo todo com a prática dos sujeitos sociais envolvidos no processo produtivo.

Após as leituras iniciais, partimos para a segunda fase da pesquisa, a exploratória que teve início nas instituições em julho de 2012, momento em que realizamos uma aproximação com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a

Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), acrescentando no segundo semestre de 2013 a Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas (SEPROR).

Durante as entrevistas com os representantes destes órgãos passamos a ter acesso aos relatórios anuais e outros documentos que nos permitiram uma visão macro sobre a produção agrícola do Estado, ao mesmo tempo em que procurávamos a compreensão da conjuntura que havia permitido a modificação do olhar sobre o agricultor brasileiro, principalmente aquele que agora é conhecido como agricultor familiar, por tanto tempo esquecido pelas políticas públicas, mas que, a partir de determinado momento, conquistou ministério próprio, verbas especiais e algumas facilidades de financiamentos.

A escolha destas instituições como fonte para a pesquisa teve um significado prático: o INCRA pelos projetos de assentamentos para a agricultura familiar, o IDAM pela prestação de apoio técnico aos agricultores, a SUFRAMA pela cessão de uma área no Distrito 2 (após ocupação irregular) em que é desenvolvida a agricultura familiar e a SEPROR por realizar uma ação mais efetiva no auxílio ao escoamento da produção do entorno de Manaus.

Foi nesta mesma fase que também incluímos o conhecimento preliminar da área a ser pesquisada: o Feirão da SEPROR e seus dois locais destinados à venda da produção (inicialmente) – o Parque Eurípedes Lins e o Parque IFAM, e mais recentemente, o Porto de São Raimundo. Estas três feiras agregam atualmente cerca de 480 agricultores de Manaus e seu entorno.

A terceira fase foi dividida em dois momentos distintos e complementares: a observação participante e a entrevista, sendo a pesquisadora a responsável por ambos os momentos, sempre com o cuidado em perceber como as pessoas veem a si e suas experiências (SPRADLEY, 1979).

Como a observação participante permite ao pesquisador um grau de interação com a situação estudada, a aproximação das pessoas e grupos visando a um mergulho no mundo dos sujeitos sociais, nos forneceu os meios para identificar os agricultores que deveríamos entrevistar e realizar as visitas aos sítios, nos permitindo, a partir disso, a análise das experiências concretas.

Durante a observação, nossa aproximação dos agricultores ocorreu nas feiras através de conversas informais, momento em que iniciamos a busca por informações que esclarecessem os processos culturais e ideológicos que fundamentam suas relações e práticas sociais, entendendo que as experiências individuais e coletivas são imprescindíveis para a compreensão do objeto e, portanto, para a produção do conhecimento que nos propusemos alcançar.

Este também foi um momento orientado para a percepção dos comportamentos e falas espontâneas nas mais diferentes situações: durante a organização, comercialização, intervalos e final do evento, além dos locais para a realização das refeições.

Utilizamos, além da observação participante, a entrevista, como auxiliar no complemento das informações, seguindo em busca de uma objetividade, que mesmo sendo um ideal, deve ser perseguida como um exercício de captação do real, concebendo também, neste caso, suas limitações (HAGUETTE, 1987). Aqui priorizamos homens e mulheres envolvidos diretamente com o trabalho agrícola.

Esse momento nos permitiu aprofundar questões e esclarecer problemas observados nos aproximando mais ainda da realidade, já que esta foi a oportunidade de conhecer mais profundamente a vida cotidiana, sem perder de vista, entretanto, os condicionantes macroestruturais que envolvem seu mundo e suas relações.

Esta aproximação com o mundo dos sujeitos da pesquisa nos oportunizou a percepção de tempos e espaços que se fundem numa continuidade entre a vida familiar e social, compreendendo esta relação em seu dinamismo, provisoriedade e transformação, para só assim chegarmos à compreensão de seus interesses e práticas.

A fase das entrevistas também compreendeu as visitas aos sítios, o que nos auxiliou na contextualização do fenômeno e na explicitação de suas vinculações, complementando as informações coletadas através de outras fontes. Deixamos claro, entretanto, que nenhum destes momentos da pesquisa de campo foi estanque, ocorrendo de maneira simultânea: observação – entrevista - análise das informações.

Por realizarmos uma etnografia, fugimos de questionários abertos ou fechados com respostas pré-concebidas e para isso utilizamos apenas um roteiro de maneira a manter um diálogo que permitisse ao entrevistado inserir questões consideradas por ele relevantes, ficando nossa responsabilidade voltada para a orientação desse momento e para a compreensão da vida individual, familiar e produtiva, privilegiando o fazer diário em suas dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas, buscando entender como o ambiente macro interfere no micropolítico-social em sua relação e articulação com a circulação e o mercado.

Durante a sistematização e análise, procuramos interpretar as informações obtidas, levando em consideração o que foi destacado pelos entrevistados e por isso em alguns momentos pode parecer que relevamos os termos econômicos em detrimento do social, mas isso assinala apenas as preocupações que foram demonstradas por eles e que dizem respeito aos temas que atingem concretamente suas vidas.

O fato de ser esta uma pesquisa qualitativa nos autorizou limitar a quantidade de entrevistados destacando apenas 10 agricultores, não considerando necessário um número maior que este já que nos interessava mais as relações sociais contidas nessa dimensão do que propriamente a quantidade de pessoas envolvidas nela. Os entrevistados representam, portanto, aqueles que dependem sobremaneira das políticas de Estado para o escoamento da produção.

Ao priorizar famílias que desenvolvem o trabalho agrícola visamos ao estudo da unidade familiar em sua dimensão econômica, inserindo nesta análise também os aspectos políticos, sociais e culturais. Para isso, as entrevistas foram realizadas com os agricultores(as) que vendem sua produção no Feirão da SEPROR (em suas três versões), estando entre eles 04 homens e 06 mulheres que foram destacados no universo de 480 agricultores.

A partir disso, buscamos aprofundar informações sobre os espaços de produção/reprodução, as formas de interação, sociabilidades e organização coletiva na articulação com o mercado, além da influência das políticas públicas sobre o que é produzido, o apoio técnico e a adaptação aos novos conhecimentos.

Para a escolha das pessoas, partimos da seguinte orientação para subsidiar e auxiliar na investigação, tendo como pressupostos basilares:

- Ser permissionário do Feirão SEPROR;
- ser agricultor (independente do que é produzido);
- ter a família como base para a produção;
- ser o Feirão da SEPROR a principal estratégia de comercialização para o que é produzido.

Essa pré-definição das principais características que seriam consideradas para a inclusão dos sujeitos da pesquisa, foi necessária principalmente para atender as exigências do Comitê de Ética em Pesquisa e, portanto, os agricultores que atuam em outras feiras de Manaus e não têm no Feirão da SEPROR o único evento para a comercialização de seus produtos não nos interessou, por não termos como *locus* as outras feiras da capital.

Por outro lado, estamos considerando agricultores que necessitam de tempo para o trabalho na agricultura e por isso privilegiamos aqueles que têm primordialmente o apoio da família, mesmo que exista, em alguns casos, o auxílio de ajudantes externos.

O detalhe é que esta ajuda não poderia caracterizar uma empresa familiar com transações diretas com grandes supermercados ou a exportação da produção, considerando

que nossa atenção estava voltada àqueles que ainda se encontram em fase de crescimento e que hoje se encontram mais dependentes do Estado para o escoamento da produção familiar.

Para a identificação das famílias que nos auxiliaram como interlocutores, iniciamos a investigação pelos dois locais em que são desenvolvidos o Feirão da SEPROR. Assim, a pesquisa teve início com a observação participante nos ambientes citados, ocorrendo, a princípio, como aproximação, mas, ao mesmo tempo, atenta aos comportamentos e acontecimentos.

Portanto, semanalmente visitávamos as duas feiras com o aval da SEPROR, o que teve início em setembro de 2013 e só a partir daí iniciamos as conversas informais, o que nos possibilitou selecionar nossa amostra para a entrevista.

Após a identificação dos 10 agricultores que seriam entrevistados conduzimos a investigação para o aprofundamento das informações que teve seguimento com as observações (agora mais focadas), a realização de entrevistas que permitiram ao informante falar de suas experiências e as visitas aos sítios.

Para que isso fosse possível foi preciso criar um ambiente de empatia que permitisse ao entrevistado sentir-se à vontade para falar sem constrangimentos e a confiança necessária para que ele não se sentisse intimidado. Isso somente foi exequível com uma presença constante e próxima de maneira que eles não se sentissem observados e ao mesmo tempo, permitindo a inserção do pesquisador no local da pesquisa sem embaraços para ambas as partes.

Manter esta relação de confiança foi importante no sentido de não anular a naturalidade das pessoas e respeitando os tempos, já que a feira é um local de trabalho. Esperar pacientemente a melhor hora para interferir/participar foi sem dúvidas importante oportunidade para enriquecer as observações e informações sobre o trabalho, as relações sociais e a vida desses agricultores.

Na verdade a saída para o campo sempre prescindia de olhos e ouvidos atentos aos pormenores para que nada fosse perdido, principalmente considerando que algumas vezes um comentário espontâneo ou um comportamento distraído poderiam render detalhes importantes para a compreensão do que buscávamos.

As idas frequentes às feiras investigadas, ocorreu de setembro de 2013 a setembro de 2014 e nesse período as feiras foram observadas em vários horários, momentos em que verificamos a forma de apresentação dos produtos, o que e como era vendido, o comportamento das pessoas que compram e vendem. Também aproveitamos o ensejo para conversar informalmente com os agricultores, os clientes/ fregueses e os coordenadores e

fiscais das feiras que representam a SEPROR. Este foi o momento oportuno para esclarecer dúvidas, comprovar impressões e nos certificar sobre a escolha dos agricultores que seriam entrevistados e teriam seus sítios investigados na fase posterior.

A aproximação dos agricultores foi gradual, mas consistente. Apesar de algumas desconfianças iniciais, conseguimos superar esta fase a ponto de eles concederem depoimentos espontaneamente e sem necessidade de grandes explicações. Todavia, para que fosse estabelecida a confiança também foi necessário o envolvimento nas atividades consideradas importantes para eles. Isso ocorreu com a participação nas reuniões prévias e na audiência pública para definir o perímetro urbano de Manaus (que preocupava os agricultores das comunidades localizadas na região do Puraquequara¹ e que vendem seus produtos no Parque IFAM²) e nos eventos realizados no Parque Eurípedes Lins³ (o 1º Grande Feirão da Roça em março, o aniversário de 5 anos do Feirão da SEPROR em maio e as comemorações ao dia do agricultor – 05/07, todos em 2014).

Para compreender a diversidade de situações que abarcam o Feirão, também tivemos a oportunidade de entrevistar representantes da SEPROR e o chefe do Departamento de Apoio à Organização Comunitária (DAOC/ SEPROR), além de termos sido convidados a participar da reunião de troca da chefia da DAOC, em maio de 2014.

Todas estas experiências contribuíram para ampliar o conhecimento sobre o funcionamento do Feirão da SEPROR (que neste trabalho é representado por três feiras) e nos inteirar sobre as ações desta secretaria, compreendendo os efeitos destas ações sobre os agricultores.

Ainda durante a observação realizamos duas viagens ao Tarumã-Mirim, no Formigão, que é o ônibus adaptado para transportar os agricultores e os produtos de seus sítios, o que nos proporcionou um maior conhecimento sobre a realidade das comunidades ali localizadas, em pleno inverno amazônico.

Das 10 entrevistas 05 foram realizadas nos sítios (que é caracterizado por eles como o lote de terra ocupado), 04 delas com a presença do casal, mas apenas um dos cônjuges assinou o TCLE. As demais foram realizadas nas feiras, aproveitando os horários de menor movimento o que, em geral, ocorrem bem no início da manhã, no horário do almoço ou no final da tarde. Os agricultores foram identificados como entrevistado ou entrevistada seguido

¹ Grande região localizada na Zona Leste e que hoje faz parte do perímetro urbano de Manaus.

² Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste.

³ Parque de Exposições Agropecuárias do Estado onde funciona uma das feiras investigadas.

por uma letra que tanto pode ser a inicial do nome como do apelido. Os casos de letra repetida foram resolvidos com a letra do último sobrenome.

Os demais agricultores fizeram parte apenas das observações mais gerais resultando em conversas informais e sem gravação, momento em que foram realizados apenas alguns registros por escrito.

Sentimos muito mais facilidade em nos aproximar das mulheres que dos homens, pois elas são bem mais acessíveis e menos desconfiadas que eles. Por outro lado, nos sentíamos sempre mais a vontade para iniciar uma conversa com elas, sempre acompanhada de alguma compra. Aliás, a compra de frutas e verduras foi a estratégia inicial de aproximação e que se manteve durante todo o período da pesquisa de campo.

Em algumas semanas, quando visitávamos as três feiras, era necessário estabelecer o que seria comprado em cada uma delas para não repetir muito os produtos e quando isso acontecia a alternativa era sair distribuindo alimentos entre os familiares e amigos.

A distribuição de frutas também foi necessária no período da investigação nos sítios, de onde saíamos presenteados com macaxeira, laranja, maracujá entre outras frutas da estação, tendo ocorrido uma situação em que ganhamos um grande cacho de bananas que mesmo sendo dividido, rendeu doces, compotas e bolos.

Com o passar do tempo, além das compras que eram realizadas, muitos agradecimentos também foram recebidos deles durante nossas idas às feiras, como grandes maços de cheiro verde, sacolas de macaxeira, tangerinas, laranjas e ainda agora, quando retornamos ao local, alguns agricultores nos convidam para conhecer seus sítios, significando que tivemos uma inversão do que no momento inicial da pesquisa foi motivo de desconfiança por parte deles.

O resultado desta experiência se encontra neste estudo que está dividido em três capítulos e para compreender o contexto que tem aumentado a visibilidade da agricultura no Estado, começamos com uma incursão sobre o Feirão da SEPROR articulando sua criação com uma conjuntura que permite o gerenciamento desta dinâmica que é expressa nas políticas desenvolvidas e se encontram no marco de um suposto desenvolvimento, apagando a historicidade camponesa e encobrendo as resistências que permitiram a realização destas práticas.

Foi pensando na aplicação destas políticas que insistem em homogeneizar o campo brasileiro e que por não observar as diferenças sejam elas conjunturais, históricas ou regionais e que atingem de maneira desigual os agricultores, tendendo a aprofundar ainda mais as diferenças entre eles, é esta a perspectiva que aqui tomamos para embasamento.

Refletindo sobre a circulação da produção agrícola no Amazonas, é possível generalizar a identificação primordial de quatro principais canais de escoamento: venda direta ao consumidor, a integração vertical com o agronegócio processador, a venda ao atravessador e a venda aos mercados institucionais. Dentre estes canais destacamos para fins deste trabalho as formas de escoamento ligadas a circuitos curtos de comercialização que é a venda direta ao consumidor, ficando a venda via atravessador e o fornecimento aos mercados institucionais apenas como apoio à compreensão destes canais. Lembramos ainda que a venda direta aqui definida, representa o corolário de uma política governamental.

Temos então o Capítulo 1 com um enfoque mais institucional, localizando, de forma mais abrangente, a agricultura no Amazonas e o Feirão como aglutinador deste mecanismo.

Os dois capítulos seguintes têm o tempo invertido, já que iniciamos com a observação e não com as visitas aos sítios. Entretanto, queríamos passar a visão do processo de circulação que tem início no sítio para, somente então, chegarmos à feira, pressupondo um movimento que, apesar de teórico, tem uma base real.

No capítulo 2, nosso *lócus* de investigação são os sítios como local da produção, e a pesquisa realizada em cinco deles nos auxiliou na compreensão sobre as formas de produção doméstica, tendo a casa e a família como pontos focais. Aqui também discutimos as relações sociais de vizinhança, as formas de organização comunitária, a maneira de produzir, os gastos com a família e os usos que são dados ao dinheiro.

No capítulo 3, ponto original de nossa investigação empírica, iniciamos com a busca para entender quem são estes agricultores, de onde vêm, quais suas tradições familiares e de trabalho, para somente em seguida entender o papel do atravessador que foi para eles durante muito tempo a única alternativa para o escoamento dos produtos, inserindo também os outros agentes sociais que se encontram nas feiras e que resultam em importante suporte para a atividade de venda.

Seguimos com o transporte da produção, resultado de um programa de governo, além das políticas para financiamento de transportes individuais, para somente então inserirmos a feira na visão deles mesmos.

Como evento econômico, a feira propicia as trocas mercantis e nesta relação analisamos as formas de resistência que são estabelecidas nesse espaço e que somente são percebidas a partir de um olhar mais atento sobre esses locais. É neste sentido que também tomamos como desafio compreender como são estabelecidas as relações de poder, a diferenciação e as transformações nas relações sociais.

Esclarecemos ainda que o texto foi escrito considerando alguns destaques necessários que foram dados durante sua elaboração como por exemplo, o uso de aspas que além de sua adoção nas citações de até três linhas dentro do texto (orientação dada pelas normas da ABNT), também são utilizadas como referência a algumas falas que merecem ênfase pelo peso de sua intenção. Também utilizamos as aspas para definir termos ou palavras que podem ter uma conotação que exige análise.

Já o itálico é utilizado para palavras estrangeiras (ABNT), mas também para destacar expressões consideradas importantes para explicar uma situação determinada ou para ressaltar momentos da escrita que consideramos merecedor de realce.

A escrita das falas dos entrevistados segue os mesmos padrões utilizados para evidenciar as noções aceitas, teórica e cientificamente, e, neste sentido, não discriminamos as idéias utilizadas pelos autores que deram o suporte teórico e as falas dos entrevistados que foram originadas nas observações e entrevistas.

Procuramos distribuir de maneira simples as informações coletadas, acreditando que seu resultado pode nos auxiliar na reflexão sobre a atual situação do agricultor no Amazonas, a partir do grupo estudado, permitindo a compreensão das especificidades, já que consideramos que no que diz respeito à agricultura não podemos falar em homogeneidades e concebendo a diversidade amazônica, menos ainda.

CAPÍTULO 1

ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Refletir sobre o Feirão da SEPROR⁴, que é base de nossa pesquisa, nos leva necessariamente a pensar nas políticas que são promovidas pelo Estado e que conduzem a uma maneira diferenciada de entender o intrincado arranjo que pode ser modificado de um governo ao outro, dependendo prioritariamente da maneira como o movimento de interesses se comporta e se conforma em uma determinada conjuntura.

Tendo o Feirão um caráter político que segue uma tendência abordada pela política nacional de destaque à agricultura familiar, pensamos em como a ação do Estado através das políticas públicas realçam o importante papel da agricultura, por ser o Feirão o ponto de convergência para esta análise, e incidir como significativo elemento de comercialização direta dos produtos agrícolas em nosso Estado e mais especificamente em Manaus.

Por outro lado, falar sobre a relação entre o Estado e a sociedade não é tarefa simples e, algumas vezes, um tema até mesmo ambíguo. Primeiro por compreendermos esta inter-relação como básica para a constituição do Estado e, em um segundo aspecto, pela forma como a representação do Estado por seus agentes políticos, muitas vezes, se comportam como se a história não existisse, obscurecendo o papel dos cidadãos nesta mesma representação.

Para tratarmos sobre o Estado sem excluir os sujeitos sociais e assim compreender como estas políticas têm sido executadas, nossa análise tem seu fundamento na feira e a partir dela desenvolvemos sua relação com os conceitos básicos para a percepção desta articulação.

Iniciamos pela busca em compreender o que identificamos aqui como as faces do Estado⁵, momento em que observamos como as respectivas ações interferem na maneira de produzir e distribuir os produtos agrícolas com a criação das redes de acesso ao mercado e como estas ações têm sido desenvolvidas particularmente no Amazonas visando ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Com isso reconhecemos que apesar do Amazonas sempre ter apresentado uma produção agrícola constante em pequena escala, com o forte incentivo das políticas públicas nos últimos cinco anos quando foram criados locais específicos para a venda da produção, o poder público assumiu a responsabilidade de incrementar o apoio aos agricultores

⁴ Feiras realizadas pela Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas (SEPROR).

⁵ Aqui fazemos referência a Janus ou Jano que na mitologia romana seria o deus ambivalente com dois rostos contrapostos, o que lhe confere poder sobre as transições e as passagens assinalando a evolução do passado para o futuro. (CHEVALIER e GHEERBRANT, 1997).

impulsionado pelas políticas desenvolvidas em nível Federal, principalmente pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

1.1 O Feirão da SEPROR como síntese e antítese da relação Estado - Sociedade

Criado em 2009, com o intuito de eliminar a ação dos atravessadores, o Feirão da SEPROR tem como meta valorizar o trabalho agrícola com a venda direta do produtor ao consumidor⁶.

Para o chefe do DAOC⁷/SEPROR, esta ação tem funcionado como impulsionadora para o aumento da produção no Estado permitindo que o agricultor tenha “apoio irrestrito para o escoamento da produção, com 100% do transporte garantido, até que ele próprio adquira os meios de se tornar independente, com o auxílio dos financiamentos de incentivo ao setor primário”⁸.

Para ser inserido no Feirão da SEPROR a principal exigência é ser “produtor⁹ com carteira”, ou seja, ter DAP¹⁰, que é,

o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural MCR, do Banco Central do Brasil, Capítulo 10, Seção 2 (BRASIL, 2010a).

Este documento libera a participação individual, familiar ou associativa de agricultores ao PRONAF, garantindo o acesso aos benefícios que este Programa oferece, estendendo também este direito a pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, quilombolas e indígenas (Idem).

Auxiliado pelo PRONAF, teoricamente o Feirão funciona como um mecanismo de inserção de agricultores que sempre estiveram à margem das políticas públicas inaugurando um novo modelo de escoamento da produção agrícola e ampliando teoricamente as possibilidades de acesso aos insumos e ao acompanhamento técnico, além da garantia de local específico para a comercialização dos produtos.

⁶ Destaque presente nas falas dos gestores do Feirão.

⁷ Departamento de Apoio às Organizações Comunitárias.

⁸ Informações obtidas em entrevista realizada com o chefe da DAOC/SEPROR, no dia 09/10/2013.

⁹ Este é o termo mais utilizado pelos técnicos e gestores do órgão para identificar os agricultores.

¹⁰ No Amazonas, este documento é emitido pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), como forma de homologar e legalizar a situação do agricultor frente às instituições.

À proporção que esta política é dilatada podemos entendê-la como um sistema que tende a modificar a estrutura social, abrindo espaço para a visibilidade de grupos que mesmo marginalizados durante muito tempo, mantiveram uma dinâmica em sua atuação.

Deixamos claro, portanto, que não compreendemos a ação do Estado como unilateral, mas como o resultado de um processo que inclui também os próprios agricultores aqui inseridos, o que pode ser percebido como um dos aspectos da relação Estado - sociedade.

Considerando que nas sociedades ocidentais a análise da relação entre Estado moderno e a sociedade foi fortemente influenciada pelo desenvolvimento do capitalismo, do Estado burocrático e pelo estabelecimento das instituições burocráticas, sua compreensão pode ser buscada nos clássicos a partir de três concepções básicas que podem ser definidas como liberal, democrático-burguesa e marxista.

A concepção liberal que tem Maquiavel (1995), Hobbes (1988) e Locke (1988) como representantes, baseia-se na individualidade, admitindo que o consentimento dos indivíduos seria o responsável pela origem da sociedade política.

A linha democrático-burguesa que aqui pode ser representada por Rousseau (2013) e Tocqueville (1969), parte dos princípios de liberdade e igualdade para conceber o Estado como a expressão do pacto firmado entre os indivíduos.

E, sob uma perspectiva marxista em que podemos incluir além de Marx (1972), Engels (1997), Lênin (1978) e Gramsci (1978), o Estado seria a expressão política da dominação de classe e somente o exercício da cidadania poderia levar uma emancipação humana e política.

Acrescentamos a estas concepções Weber (2009) para quem o Estado seria uma administração orgânica e estável inspirada em direitos políticos e de cidadania que detém o monopólio da violência legítima.

Mais recentemente, Bourdieu (2012) definiu o Estado como uma ilusão tornada consenso por ser ele a representação do que é produzido pelo mundo social. Tomando por empréstimo o que Weber define como sendo o detentor do “monopólio da violência legítima”, o autor acrescenta que o Estado se expressa através da ação pública que legitimamente se utiliza da violência física e simbólica, considerando que a violência simbólica constitui em si mesma o monopólio da violência física.

Para este autor, por ser abstrato o Estado não pode ser tratado como sujeito e suas ações contribuem de forma determinante “para a produção e a reprodução dos instrumentos de construção da realidade social” (BOURDIEU, 2007a, p. 212) e complementa que,

A construção do Estado se faz acompanhar pela construção de uma espécie de transcendental histórico comum que se torna imanente a todos os seus "sujeitos" ao cabo de um longo processo de incorporação. Mediante o enquadramento imposto às práticas, o Estado institui e inculca formas simbólicas comuns de pensamento, contextos sociais da percepção, do entendimento ou da memória, formas estatais de classificação, ou melhor, esquemas práticos de percepção, apreciação e ação. (BOURDIEU, 2007a, p.213).

Agindo como uma estrutura que organiza e regula as práticas sociais em bases permanentes, o Estado funda um consenso com mecanismos de incorporação de pensamentos e *habitus* que conformam o senso comum. (Idem, p. 114).

Outros autores¹¹ também se debruçaram em teorias mais afinadas com o modelo contemporâneo, agregando as sociedades democráticas que já não se encontram mais submissas à autoridade do Estado. Eles consideram que a emergência dos sujeitos coletivos que defendem interesses diversos e as novas demandas exige um Estado que de fato esteja mais aberto a negociações, conciliando o pluralismo da sociedade por ele representada e os interesses comuns que passam a ser consensualmente estabelecidos.

Nesse processo são promovidas políticas públicas mais alinhadas ao desenvolvimento econômico e social da população, se deslocando para uma maior possibilidade de participação e aproximação entre o que é discutido como políticas e ações, abrindo espaço para o exercício mais efetivo da cidadania.

Como estratégia do Estado, o conceito de política que sofreu inúmeras modificações em seu entendimento ao longo do tempo, tem mantido uma forte interface com este, mas pressupondo primordialmente em sua constituição “uma relação entre pessoas diferentes ou desiguais, tendo por isso um caráter conflituoso” (PEREIRA, 2009, p. 88).

Esse conflito ocorreria por não ser o fazer político uma característica humana nata e sim uma necessidade para a convivência, o que gera conflitos e também espaços para a regulação do uso do poder que é estabelecido pela negociação. Isso lhe confere uma essência “dialeticamente contraditória” (Idem, p. 89) e, portanto, quando tratamos de política pública estamos dizendo que existe um elemento agregador que se refere a todos e que alude “um conjunto de decisões e ações que resulta ao mesmo tempo de ingerências do Estado e da sociedade” (Idem, p. 95).

Política pública, portanto, é ação e também não ação, é vontade e ausência, “é o embate em torno de ideias e interesses” (SOUZA, 2007, p.69), sendo “o campo do

¹¹ Podemos citar entre eles Poulantzas (1985), Offe (1984), Dupas (2003), Gonh (2005).

conhecimento que busca, ao mesmo tempo colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação (...) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”, que podem ser orientadas para a formulação de planos, programas, projetos e outros arranjos.

Na atualidade, pensando nos governos democráticos, falar em políticas públicas nos leva também a pensar em cidadania, pois estas políticas são o resultado de intensos movimentos realizados pela sociedade civil com a finalidade de garantir direitos que passaram a ser uma necessidade com o desenvolvimento do capitalismo e ao mesmo tempo para se contrapor a ele.

Para Marshall (1967) a cidadania pode ser dividida em três aspectos: o civil, o político e o social e seu surgimento seguiu uma trajetória: primeiro vieram os direitos civis ou direitos relacionados à vida e à liberdade individual, no século XVIII, que foram seguidos pelos direitos políticos referentes à participação no exercício do poder político e foram ampliados no século XIX e, finalmente, vieram os direitos sociais que se relacionam às necessidades de combinar liberdade e igualdade. Estes últimos passaram por idas e vindas até serem restabelecidos, em princípios do século XX.

O fato dos direitos sociais terem demorado mais a se consolidar, é que eles se relacionam “a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito de participar” (MARSHALL, 1967, p. 63), abarcando toda a complexidade do jogo político. Estes direitos (civis, políticos e sociais), todavia só atingiram um plano de igualdade no século XX.

Mais recentemente, estão em pauta os direitos difusos que são aqueles que dizem respeito não a algum grupo específico, mas à sociedade como um todo e que em algumas análises refletem a realidade do mundo globalizado (PEREIRA, 2009, p. 105-106).

Como consequência disso, temos os direitos sociais sendo expandidos pela cidadania, que ao mesmo tempo estabelece uma necessidade de luta permanente pelas conquistas que lhe são inerentes, considerando que estas conquistas dependem de recursos para que sejam efetivadas como políticas públicas.

No Brasil, somente com o advento da Nova República, os Movimentos Sociais ampliaram a sua atuação e inseridas neles as Organizações Não-Governamentais (ONGs) passaram a ocupar um lugar de destaque na conjuntura democrática nacional. Vinculadas diretamente às demandas populares, elas inauguraram, no âmbito da sociedade civil organizada, um fazer interativo técnico-político como um instrumento de combate à exclusão social e ao elitismo político, instituindo a própria esfera pública como espaço mais amplo do que o de atuação dos governos (BUARQUE e VAINSENER, 2001).

Com a promulgação da Constituição de 1988, colocou-se ao país uma nova forma de gestão pública - a participação paritária entre Estado e Sociedade Civil Organizada. A partir de 1990, este movimento procurou quebrar o padrão centralizador, autoritário e excluyente das relações entre agências estatais e beneficiários das políticas públicas, além da cobrança sobre a capacidade do Estado em responder às demandas sociais.

Naquele momento se buscava fazer com que a participação da sociedade civil fosse inserida através da democratização das decisões e do poder em interferir visando à eficácia destas políticas e assim a sociedade passaria a ter o poder legítimo de fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos públicos de maneira mais efetiva (TATAGIBA, 2002).

A partir disso, o controle dos recursos públicos, por parte da sociedade, tende a aumentar também o controle sobre os envolvidos e beneficiados pelas políticas firmadas. Isso, algumas vezes, assume a necessidade de uma maior burocratização das ações.

1.1.1 Burocracia, controle e disciplina - as diferentes formas de expressão do Feirão

No Feirão, aqui entendido como parte de uma política pública mais abrangente, o controle dos recursos públicos também contribui para a fiscalização que mantém o espaço nas mãos dos agricultores e isso é feito tanto pela Associação dos Produtores¹² do Feirão – ASPROFE, quanto pela própria SEPROR que realiza visitas técnicas no local da produção com o objetivo de evitar a entrada de atravessadores no espaço da feira¹³. Todo este cuidado manteria de acordo com os gestores, o funcionamento das feiras e do projeto dentro das condições que foram planejadas originalmente.

Ao institucionalizar a feira, o Estado dá início a um processo de regulação e burocracia para garantir a eficiência de seu funcionamento, mas esse tipo de estrutura acaba sendo utilizada como instrumento de poder para o exercício da dominação (WEBER, 2014). Isso faz com que o agricultor, para ter qualquer possibilidade de se inserir na feira, necessite comprovar sua existência, havendo todo um controle para assegurar que ele é de fato o que diz ser e que a produção foi realizada por ele para somente, a partir disso, ter a garantia de livre acesso para a participação em mais de um desses eventos¹⁴.

¹² Produtor é um termo utilizado com frequência pelos agricultores como uma tendência à repetição do discurso oficial que o utiliza também com muita constância.

¹³ Apesar de todo cuidado em priorizar os agricultores, alguns atravessadores já foram encontrados no local.

¹⁴ Referimo-nos aqui às feiras do Parque IFAM, Parque Eurípedes Lins, o Feirão do Porto de São Raimundo e também às feiras da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS).

O que pode propiciar a participação em mais de uma feira é a quantidade do que é oferecido, ou seja, a demanda passa a ser determinada pela produção, podendo o agricultor abarcar, caso tenha possibilidades, públicos diferenciados. Entretanto, esta facilidade é um requisito para poucos, já que a produção por não ser, em geral, grande quantidade, resulta na maioria das vezes, por não permitir essa participação em mais de uma feira.

O Regimento Interno que orienta sobre o uso dos espaços destinados ao Feirão onde quer que ele ocorra¹⁵, em seu Capítulo IV (Administração, Organização e Funcionamento), Art. 5º, informa que nestes locais “... somente poderão ser comercializados os produtos regionais oriundos da agricultura familiar, diretamente vendidos pelos produtores...” (AMAZONAS, 2013), sendo estes prioritariamente frutas, verduras, legumes, hortaliças, farinha, ovos e aves abatidas.

As mercadorias acima identificadas formam os grupos que definem as áreas para a venda. Esta setorização é melhor detectada no Parque Eurípedes Lins que por ter maior tempo e espaço de utilização consegue integrar todos estes setores.

O Parque Eurípedes Lins foi a primeira experiência do Feirão da SEPROR (inaugurado em 2009) e teve início em um terreno ao lado de onde hoje está instalada e foi transferida do primeiro local para construção de um hospital que hoje já se encontra em funcionamento.

Mas o Feirão precisará passar por nova mudança (considerando as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA) que está prevista com a aprovação de um projeto no valor de 5 milhões de reais para a construção, em local ainda não definido, de um prédio mais adequado¹⁶.

O Presidente da Associação também confirma o projeto, mas está preocupado, pois será a segunda mudança da feira e para isso deverá ser feito todo um trabalho para que as pessoas que costumam frequentá-la não sejam afastadas dela.

Já os agricultores dizem que o local anterior era melhor, pois ficava mais visível e o movimento era constante. Agora, mesmo com uma pequena placa informativa na entrada, fica mais escondida, afastando a clientela. Para eles, muitos clientes foram perdidos por causa deste deslocamento e uma nova mudança pode acarretar mais prejuízos, necessitando de tempo para que o movimento seja equilibrado novamente.

Localizado na Avenida Torquato Tapajós, Zona Norte da capital e perto da barreira da Polícia Rodoviária Federal, que dá acesso à saída da cidade pela BR 174 e a AM 010 que

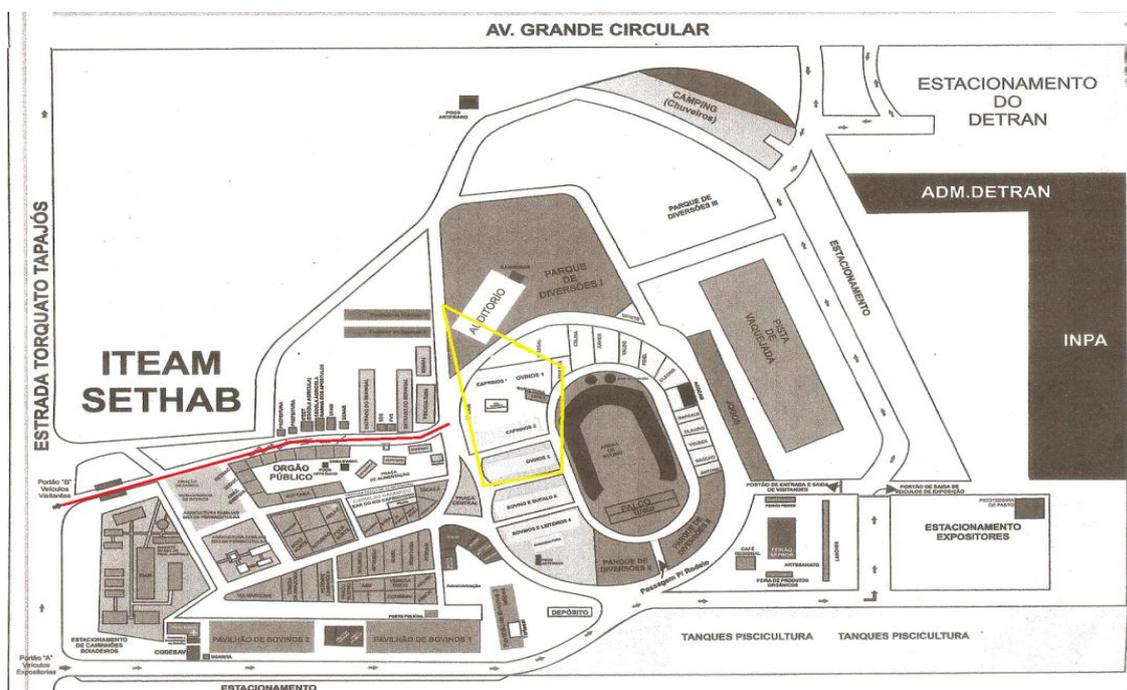
¹⁵ Outros Feirões estão sendo planejados para os mais diversos municípios do Amazonas.

¹⁶ Fonte: DAOC/ SEPROR.

liga Manaus aos municípios vizinhos, esta feira tem funcionado efetivamente de quinta-feira a sábado¹⁷. Este é um local que foi utilizado durante muitos anos para a realização anual da Feira Agropecuária do Amazonas e hoje abriga além do Feirão, a administração deste programa, a casa do presidente da ASPROFE e outras secretarias estaduais.

Assim, um local já estabelecido será obrigado a sofrer nova mudança considerando que a preferência ao hospital dá mais visibilidade às ações do governo. Se levarmos em conta o *locus* de uma prática comercial que tem sido reconhecida como importante tanto para os agricultores quanto para a sociedade que dela tem se beneficiado, nos resta a pergunta: qual o significado do deslocamento da feira?

Mapa 1 – Local atual de funcionamento do Feirão no Parque Eurípedes Lins¹⁸



Fonte: DAOC/SEPROR.

Na área mais central da Expoagro em amarelo temos o local aproximado de realização do Feirão e a linha em vermelho indica a entrada principal pela Avenida Torquato Tapajós.

Por ser um local adaptado, podemos observar que originalmente a área coberta em que hoje funciona a feira era utilizada durante a exposição agropecuária para acomodar caprinos e ovinos e a antiga arena de rodeio é hoje utilizada para estacionamento.

¹⁷ Para alguns, a feira começa na quarta-feira, dia em que os primeiros agricultores começam a chegar para organizar os produtos, mesmo considerando que ela tem início de fato quinta-feira por volta das 6 horas da manhã, podendo se estender até domingo para o caso dos produtos não vendidos no prazo previsto.

¹⁸ Do mapa original cedido pela SEPROR realizamos pequenas modificações, um corte para enfatizar apenas a área da Expoagro, a localização da entrada e o local de realização da feira.

Fotos 1 e 2 – Estacionamento - Parque Eurípedes Lins



Fonte: Acervo da autora (jul./2014).

Parte da área do parque de diversões foi adaptada para a venda em barracas e prestação de serviços, como o abate de animais. Nos arredores eram encontradas tendas que foram substituídas recentemente por uma cobertura de telhas de alumínio unindo os antigos galpões e sugerindo a ampliação da atividade comercial no local.

Fotos 3 e 4 – Entrada principal e área frontal da feira - Parque Eurípedes Lins



Fonte: Acervo da autora (nov./2013).

A feira ocorre em grandes galpões apenas cobertos e sem divisões internas, com a disposição de algumas bancas de ferro medindo 1m X 1,30m para exposição e venda dos produtos.

Os agricultores são provenientes de localidades dos arredores de Manaus incluindo os municípios de Itacoatiara, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Apuí, Autazes e Novo Airão entre outros. O tempo gasto por eles para chegar à feira pode variar de 1 hora e meia a 3 horas, dependendo do local de origem, do transporte utilizado e das condições climáticas¹⁹.

¹⁹ A chuva pode atrasar muito ou até impossibilitar a chegada do agricultor devido às péssimas condições dos ramais que se encontram sempre com problemas de manutenção.

Eles também podem ser originários das mais diversas regiões do país, em geral filhos de agricultores que vieram com seus pais ou sozinhos tentar a sorte nos idos dos anos de 1970, quando a Zona Franca de Manaus estava ainda em seu início e apontava para a possibilidade de uma significativa mudança de vida para muitos, mas também encontramos amazonenses filhos de agricultores e antigos extrativistas que mudaram de atividade ou que já não dependem apenas disso para sobreviver, o que um deles assim define: “virei extrativista do sítio e não mais da floresta”, enfatizando que agora extrai da terra o que é produzido por ele.

Só nesta feira é comercializada uma produção que gira em torno de 350 toneladas de alimentos/ semana em apenas dois dias e meio a três dias de funcionamento. Este quantitativo produzido equivale a um movimento financeiro que varia de 1.200 a 1.600 milhões/ mês, com baixíssimo investimento do Estado²⁰, mas com um grande retorno social, já que a compra direta do produtor tende a facilitar o acesso a frutas e verduras frescas com preços mais modestos.

Neste local são encontrados 342 agricultores e o público atingido abarca entre 50 e 60 mil pessoas por semana²¹, considerando que esta é uma feira de maior porte e diversa às outras duas. Funciona também por um tempo estendido, sendo frequentada por pessoas que vêm das mais diversas zonas da cidade para abastecer suas casas, pequenos mercados e outras feiras, tendo no atravessador e no feirante os principais revendedores dos produtos recém-saídos das roças, hortas e pomares.

Por ser grande, ela apresenta maior diversidade de produtos. Além das frutas tipicamente regionais, verduras, tubérculos, legumes, polpa de frutas, peixes e carnes, também vemos em exposição queijos, manteiga de garrafa, coalhada, laranjas e abacaxis, entre outros. A diversidade também é maior entre os agricultores e sua origem, condições de vida e oportunidades, assim como na qualidade do que é oferecido. Somente nesta feira o faturamento em 2013 alcançou a soma de R\$ 14 milhões de reais.

A distribuição das bancas ocorre sem muita definição dos ambientes reservados à área de frutas ou verduras, apesar de existir uma setorização por grupo de mercadorias mais geral²², pois a maioria dos agricultores também costuma diversificar a produção com frutas diversas, verduras, legumes e hortaliças, ocupando cada um deles aproximadamente 4m², padrão que também pode ser variável. Na verdade, uma definição mais clara das áreas de uso

²⁰ Informações obtidas com o chefe da DAOC/ SEPROR.

²¹ Idem.

²² Adiante faremos outras referências a isso.

obedece a uma separação por município ou comunidade.

Fotos 5 e 6 – Produtos expostos para a venda – Parque Eurípedes Lins



Fonte: Acervo da autora (nov./2013)

Alguns produtos à venda não utilizam bancas e este é o caso das laranjas, abacaxis e melancias que são oferecidos em grandes quantidades e por isso são dispostos em tablados no chão que também medem aproximadamente 4m² e os produtos que não cabem no espaço reservado para a exposição são alojados nas proximidades ou embaixo das bancas.

Os serviços como o abate de frango e outras aves são realizados em local reservado para este fim, afastado da área de venda.

Homens e mulheres estão presentes aqui, alguns mais jovens e outros com mais idade, mas todos com o mesmo objetivo: vender o que foi produzido, e pelos produtos ali encontrados verificamos que esta é de fato uma feira bem regional.

A segunda feira inaugurada pelo Feirão está localizada no Parque IFAM e teve início em 2013. Funcionando em uma Instituição de Ensino que se encontra em área protegida, acaba por impossibilitar a construção de uma estrutura fixa para sua realização, fazendo com que ela seja organizada com tendas alugadas que são montadas e desmontadas semanalmente.

As tendas são avistadas logo na entrada da instituição, armadas do lado direito e embaixo de grandes castanheiras, identificando a origem dos 78 agricultores que ali comercializam seus produtos. A setorização obedece prioritariamente o município ou a comunidade que o agricultor pertence.

Fotos 7 e 8 - Tendas embaixo das castanheiras – Parque IFAM



Fonte: Acervo da autora (out./ 2013)

Os agricultores que moram em Manaus costumam chegar em torno de 4 horas já que a feira é aberta ao público por volta das 6 horas da manhã do sábado e os que vêm de outros municípios começam a se organizar sexta-feira a partir das 18 horas²³.

Apesar de ter apenas um ano de funcionamento ela já apresenta alguns problemas relacionados aos agricultores de terras de várzea²⁴ localizadas na região do Baixo Solimões (Manacapuru, Iranduba, Careiro), que costumam ter sua produção comprometida pelas cheias do rio Solimões, o que também afeta a participação deles na feira, seja pela perda da produção ou mesmo pela impossibilidade de mantê-la regularmente.

Os produtos ali vendidos variam entre hortaliças, verduras, frutas regionais, plantas ornamentais e ervas medicinais, mas também encontramos peixe, carne, mandioca e seus derivados, como a farinha e a goma. Os agricultores e seus produtos são originários prioritariamente dos municípios de Iranduba, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Manacapuru, Presidente Figueiredo e Manaus, neste último caso, mais especificamente de pequenas comunidades agrícolas localizadas no Ramal do Brasileiro, Iberê, Puraquequara, Colônia Chico Mendes e Val Paraíso, por se encontrarem mais próximas da Zona Leste da cidade, onde o Instituto está localizado. O faturamento desta feira fica em torno de R\$ 400 mil reais/mês.

²³ A liberação do local considera o horário de funcionamento das aulas na Instituição.

²⁴ Em Araújo (2003, p. 39-40) encontramos a várzea como uma planície com “inundação constante” por ser constituída prioritariamente de terras baixas quase sem declives, o que faz com que durante a cheia as grandes inundações impliquem no comprometimento da fertilidade local. Já para Witkoski (2010, p. 117) a várzea seria o *locus* do camponês amazônico e pode se apresentar como formações instáveis pelo constante movimento dos sedimentos ou como formações estáveis com “maior resistência à força da abrasão das águas dos rios”.

As bancas também são improvisadas, já que esta é uma feira que tem a duração de apenas um dia e por isso a exposição dos produtos é organizada com os próprios caixotes utilizados para o transporte, mesas e cadeiras de ferro ou outros objetos que cumpram a função de auxiliar na exposição do que será vendido e evitar que os mesmos tenham contato com o chão.

Fotos 9 e 10 – Bancas improvisadas – Parque IFAM



Fonte: Acervo da autora (out./ 2013)

Os agricultores de Manaus são oriundos de terras principalmente localizadas na ZF (ou Distrito 2), área anteriormente pertencente à Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e que abrange as áreas do Brasileirinho, Ipiranga, Iberê e Val Paraíso, todos eles ocupando parcelas de terra que variam de 2 a 6 hectares e que por interferência da SUFRAMA são limitados em no máximo 12 hectares.

Apesar de geograficamente estas áreas fazerem parte da grande região do Puraquequara eles preferem ser identificados por suas comunidades ou ramais²⁵. Toda esta região já foi incorporada ao perímetro urbano de Manaus e por isso alguns moram no próprio local da produção, outros utilizam o lote apenas para o trabalho agrícola com o dono da terra desenvolvendo outra atividade para a obtenção da renda familiar, o que faz com que a agricultura, nestes casos, seja uma atividade extra e realizada apenas como uma forma de assegurar e manter a terra em suas propriedades.

Em Lovisolo (1984) encontramos o argumento de que situações em que o agricultor vende sua força de trabalho, mas mantém a atividade agrícola dentro da unidade de produção

²⁵ No dicionário um ramal é definido como um “caminho subsidiário de estradas de ferro ou de rodagem” (Miniaurélio, 2008, p. 680) e para os agricultores estudados o ramal é utilizado como importante referência para a localização de seus sítios e comunidades.

familiar, pode ser entendido como semi-camponês ou semi-proletário, já que não abandonou por completo a atividade agrícola, sendo o trabalho ocasional um complemento à reprodução familiar.

Mas, para alguns destes agricultores o trabalho fora da unidade familiar não é ocasional, podendo ser encontrado, entre eles, pequenos comerciantes, funcionários públicos ou outras formas de assalariamento. Até a criação do Feirão, o escoamento da produção era realizado com a venda para os atravessadores ou na entrada do lote por conta própria e ocasionalmente, nas feiras da Zona Leste da cidade de Manaus.

Nesta feira podem ser encontrados tanto alimentos quanto roupas e outros pequenos objetos, como chapéus, bonés, perfumes, bonecas de pano, entre outros produtos que são vendidos a preços acessíveis.

Apesar de estar localizada num ambiente aberto o barulho é intenso, com música constante seguida de promoções e avisos que são informados no auto-falante a um público que é basicamente restrito aos moradores da Zona Leste da cidade, uma grande zona ainda em expansão e que comporta hoje 11 bairros.

Essa é uma feira que tem um movimento modesto se comparada ao do Parque Eurípedes Lins e que tem características muito próprias, como o fato de oferecer alguns produtos que não são regionais, como artigos industrializados e frutas do Sudeste e Sul do Brasil (tem uma barraca que vende maçãs, peras, uvas, morangos), fugindo da proposta original para a criação do Feirão, que é a valorização do agricultor e da produção agrícola realizada regionalmente, mas que, entretanto, mantém um percentual pequeno para o oferecimento de outros serviços.

A terceira feira foi criada mais recentemente²⁶ e funciona no Porto de São Raimundo, sendo constituída por 60 famílias de agricultores. A venda ocorre nos boxes que antes abrigavam as pequenas lanchonetes do Porto que hoje se encontra subutilizado, já que seu movimento foi substituído, em parte, pela travessia da Ponte. O uso do Porto significa que este é mais um local que como os demais, foi adaptado para o funcionamento do Feirão da SEPROR.

Inicialmente as atividades nesta feira ocorreria apenas aos sábados de 6h às 18h (como no Parque IFAM), mas um acordo entre os agricultores, a ASPROFE e a SEPROR ampliou seu funcionamento para sexta-feira e sábado com perspectivas de se estender também para os domingos caso exista demanda para isso.

²⁶ Sua inauguração ocorreu no dia 22/03/2014.

Fotos 11 e 12: Vista do Rio Negro e bancas - Porto de São Raimundo



Fonte: Arquivo da autora (abr./2014)

Essa feira também atende agricultores de vários municípios próximos a Manaus, facilitando o escoamento da produção principalmente dos que se encontram localizados no outro lado do rio e que foram beneficiados com a construção da Ponte Rio Negro. Este é um evento que atende aproximadamente dez bairros localizados na Zona Oeste da cidade, estando entre eles Compensa, São Raimundo, Santo Antônio, São Jorge e Vila da Prata, entre outros. Assim como a do Parque IFAM, ela apresenta um movimento modesto, mas podemos encontrar ali alguns agricultores que vendem seus produtos também no Parque Eurípedes Lins.

No Feirão, a permissão de uso do espaço para a comercialização dos produtos autoriza a ocupação de até 03 boxes e isso, em parte, pode ser definido pela quantidade de lotes de terra em posse do permissionário²⁷ que anualmente deve atualizar sua matrícula, exercer pessoalmente o comércio ou indicar representante também cadastrado para fazê-lo, sob pena de revogação da permissão (AMAZONAS, 2013).

Cada agricultor permissionário tem um prontuário para anotações, existindo ainda um controle de frequência que é realizado pela ASPROFE e que penaliza com advertência a falta por 05 (cinco) vezes consecutivas sem comunicação e que em caso de reincidência, pode gerar a suspensão ou, em último caso, a cassação da licença (Idem).

Temos aqui mais uma vez reafirmado um excesso de burocracia que ao mesmo tempo em que organiza o funcionamento da feira reafirma a dominação e o controle deste

²⁷ A informação de que a quantidade de bancas pertencentes ao permissionário é relativa à quantidade de lotes foi obtida durante a observação nas falas de alguns agricultores, não sendo encontrada nenhuma referência a isso no Regimento da Feira ou em qualquer outro documento, ou seja, que critérios são utilizados para a disponibilização de mais de uma banca por agricultor, sendo informado apenas no Parágrafo Único do Artigo 39 que: “serão contados como número de equipamentos aqueles destinados a esposa, filhos e parentes até 2º grau.” (AMAZONAS, 2013).

espaço e isso não passa despercebido, sendo questionado pelos agricultores como veremos em páginas posteriores.

1.2 A Igualdade na Diferença

Apesar de em um primeiro olhar o Feirão ser constituído prioritariamente por agricultores, sendo este um fator que os aproxima e podendo até ser o gerador de uma identidade comum, na aparente homogeneidade podemos encontrar também alguns elementos que os diferenciam. Vejamos que elementos são estes.

1.2.1 A feira como o lugar da livre concorrência

Em primeiro lugar, as feiras funcionam como locais de livre concorrência entre pequenos, médios e grandes produtores. Isso significa uma capacidade de produção muito diferenciada entre eles, pois enquanto alguns já estão com sua produção totalmente mecanizada, outros ainda dependem exclusivamente da família para produzir.

Para Lênin (1985) esta diferenciação seria o início da desintegração do campesinato o que levaria a sua extinção. Para o caso estudado, não compartilhamos deste pressuposto, pois aqui, mesmo com a feira apresentando essa diversidade de situações, acreditamos que principalmente para os que dependem exclusivamente dela, este passa a ser por excelência um espaço de resistência, no sentido de ser ela o estímulo para a manutenção e aumento da produção.

Por terem sido criadas como “feira de exposições de produtos regionais essencialmente da agricultura familiar” (AMAZONAS, 2013), e teoricamente comprovada pela DAP que define seus beneficiários, consideramos que para ter direito a esta declaração o agricultor deve ter o perfil exigido, o que pode ser definido resumidamente como aquele que vive da exploração da terra e dela obtenha no mínimo 50% da renda familiar; more nela ou em local próximo; não possua área de terra superior a quatro módulos fiscais²⁸; tenha no

²⁸ Medida agrária que representa a área mínima necessária para as propriedades rurais serem consideradas economicamente viáveis. Seu tamanho no Brasil varia entre regiões e municípios e “depende principalmente da disponibilidade de condições de produção, da dinâmica do mercado, da infraestrutura instalada, da disponibilidade tecnológica e de aspectos naturais, como água e solo.” (BRASIL, 2012f, p. 15-16). No Amazonas o tamanho do módulo fiscal se encontra entre 80 e 100 hectares, com exceção apenas para Manaus que é de 10 hectares (idem).

trabalho familiar a forma predominante de exploração do estabelecimento e renda bruta familiar de até R\$ 360 mil reais (BRASIL, 2010a).

Mesmo com tantas explicações para delimitar a compreensão do conceito de agricultor passível do benefício, pensar a agricultura camponesa, neste contexto político dificulta seu entendimento, principalmente pelo uso do termo agricultura familiar que confere a esses agricultores uma identidade atribuída e não historicamente construída²⁹.

Para os pesquisadores e estudiosos que coadunam com a idéia de que o campesinato se refaz e se adapta, este modelo de agricultura se apresenta de maneira multifacetada pelo impacto das transformações mais gerais e estruturais da sociedade e da agricultura moderna.

Para Sabourin (2009), o campesinato no Brasil é identificado como uma categoria política, social e sociológica que expressa uma natureza heterogênea e diferentes modos de fazer agricultura. O desenvolvimento de políticas sociais compensatórias como algumas políticas para o meio rural ocorre principalmente para “corrigir a exclusão produzida pelas falhas dos mercados e dos instrumentos de política agrícola neoliberal” (Idem, p. 40).

Ao analisar a visão dualista da produção agrícola brasileira que ocorreu com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)³⁰ como apoio à agricultura familiar e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação (MAPA) que permaneceu apoiando a agricultura patronal (ou agroindústria), este autor destaca a oposição institucionalizada que se cristaliza entre a visão de agricultura improdutiva e atrasada desenvolvida pelo primeiro e a agricultura capitalista competitiva desenvolvida pelo segundo, produzindo um olhar distorcido que diminui a importância da agricultura familiar no país (Idem, p. 40-41).

Apesar da interpretação deformada que essa dualidade pode apresentar, isto pode ser questionado pelos dados. A Revista de Informações e Debate do IPEA informava com base no censo agropecuário de 2006 que,

Do total de cerca de 5 milhões de estabelecimentos existentes no País, 4,3 milhões são de agricultura familiar (84%) e 807 mil (16%) são de agricultura não familiar ou patronal. Os pequenos ocupam 12,3 milhões de pessoas (74%), e os grandes, 4,2 milhões (26%) (BRASIL, 2011).

A agricultura familiar neste sentido, significaria segurança alimentar para o mercado interno, o que pode ser conferido de acordo com a mesma publicação no quadro a seguir:

²⁹ Cf. WANDERLEY, 2013.

³⁰ Criado pela medida provisória nº 1.999-14 de 13 de janeiro de 2000, Artigo 13, alínea XV.

Quadro 1 – Agricultura familiar e não familiar na produção de alguns alimentos básicos

Cultura	Familiar (%)	Não familiar (%)
Mandioca	87	13
Feijão	70	30
Milho	46	54
Café	38	62
Arroz	34	66
Trigo	21	79
Leite	58	42

Fonte: Adaptado da Revista de informações do IPEA (BRASIL, 2011).
Do quadro original excluímos a soja, aves, suínos e bovinos.

Milho, café, arroz e trigo aparecem com maior produção na agricultura não familiar e isso pode ser explicado pelo direcionamento dado a este tipo de produção, que em geral se volta também ao mercado externo.

O Censo Agropecuário (BRASIL, 2006a) também informava que no Amazonas a agricultura familiar chegava a 61.843 unidades representando 93% dos estabelecimentos rurais e 83% do valor bruto da produção agropecuária do Estado, e apesar do número significativo de unidades em relação à agricultura não familiar (4.941 estabelecimentos) a área utilizada é menor, com 1.477.045 hectares para a primeira e 2.157.265 hectares para a segunda, estando incluídos nestas unidades de produção familiar também silvicultores, quilombolas, aquicultores, extrativistas e pescadores.

Aqui se encontra a principal dificuldade para distinguir camponês e agricultor familiar, demonstrando que do ponto de vista oficial esta diferença é de fato inexistente ao transformar um modo de vida em uma profissão (WANDERLEY, 2004).

É nesta conjunção de atributos requeridos para a compreensão da agricultura na modernidade e pensando em sua transformação que damos ênfase ao modelo de agricultura considerado periférico pelas políticas públicas, aquela que resiste e sobrevive ainda com a produção em pequena escala, utilizando prioritariamente o trabalho familiar, com técnicas de cultivo consideradas arcaicas ou com baixa tecnologia.

Esta é entendida como uma forma de agricultura que é considerada um entrave para muitos governos, sendo apontada como um obstáculo para o crescimento da produção no país e por isso mesmo sendo apreendida pelo Estado como uma representante do passado, ao imprimir a este modelo uma ausência de técnicas apropriadas ou o distanciamento do uso de tecnologias consideradas modernas, o que a tornaria mais eficaz e rentável. Ao ser entendida

como ultrapassada pelas políticas que suprimem os agricultores periféricos, torna este modelo de agricultura um arquétipo em vias de extinção.

Mas, é na compreensão de sua trajetória que a concebemos como ainda muito presente, mesmo considerando a maneira como ela tem sido percebida pelo Estado e difundida (como agricultura familiar) com base em um fundamento político (FERNANDES, 2003), tornando a ação do Estado responsável por sua transformação³¹, ao contribuir para a substituição de um modo de produção defasado por outro mais alinhado com as necessidades do mercado.

A partir desta explicação aclaramos nossa posição sobre este modelo de agricultura que concebemos como camponesa e que pelas políticas de Estado é entendida como agricultura familiar. Apesar disso, nossa compreensão difere do entendimento empregado por alguns autores que apagam sua historicidade e advogam que o agricultor familiar seria aquele que, por se encontrar muito próximo ao mercado, o diferenciaria do camponês.

Partindo desta prerrogativa podemos resumir em duas as principais teorias desenvolvidas para apreender inicialmente o significado de agricultura familiar. A primeira entende sua existência como o resultado do atual desenvolvimento capitalista e, portanto, um fenômeno recente criado pelo Estado, enquanto a segunda considera a agricultura familiar como um avanço da tradição camponesa que passou por adaptações tendo em seu desenvolvimento uma historicidade.

A primeira teoria advém dos clássicos marxistas, sendo Lênin e Kautsky as principais referências. Lênin ao analisar o mercado no capitalismo associa seu desenvolvimento à desintegração do campesinato acreditando que o processo capitalista provoca a “decadência do estabelecimento, a ruína do camponês e sua transformação em operário, além da ampliação da unidade agrícola e a transformação do camponês em empresário rural” (LÊNIN, 1985, p.83).

Com o camponês subordinado ao mercado e à economia mercantil em suas necessidades, seria criado um mercado interno para o capitalismo ocasionando uma diferenciação social entre eles. Isso resultaria, por um lado, no crescimento de algumas propriedades e por outro na fatal dissolução do campesinato que caminharia para um processo de extinção, para ele inevitável (Idem).

Já Kautsky (1972), ao analisar a entrada do capitalismo nas atividades agrícolas, identifica a grande propriedade rural como superior tecnicamente à pequena propriedade. Esta

³¹ Aqui fica expresso o que identificamos anteriormente como o efeito ou faces de Jano.

superioridade técnica levaria à “industrialização da agricultura” no campo para os melhores preparados para competir, enquanto a pequena propriedade tenderia a desaparecer levada tanto pela incerteza de inserção nos moldes capitalistas quanto pela competição com os grandes proprietários.

Haveria, entretanto, uma possibilidade de sobrevivência da pequena propriedade, desde que para isso ela possuísse a capacidade de se organizar coletivamente em torno de uma associação ou cooperativa e assim poder enfrentar o capitalismo agrário (LÊNIN, 1985).

A segunda matriz teria Chayanov (1991) como seu principal teórico. Este autor caracteriza o campesinato como uma economia com lógica própria e motivações distintas da capitalista, mas subordinada ao capital pela circulação da produção. A família seria seu elemento fundante e o trabalho teria a finalidade precípua de suprir suas necessidades. A ausência de trabalho assalariado e a não acumulação de capital completaria o modelo.

A partir disso este autor classifica esse tipo de unidade familiar como não capitalista, mesmo que ocasionalmente necessite do trabalho não-agrícola. Sua lógica tem base na racionalização da quantidade/qualidade da terra, na força de trabalho e no capital, sendo as cooperativas sua única forma de inserção ao modo de produção capitalista. Neste sentido, o capital seria responsável pela reestruturação e socialização do campo e não por sua destruição (CHAYANOV, 1991).

Estas teorias estão ligadas ao momento em que o modelo capitalista começava a avançar no mundo rural e que os Estados passavam a interferir na produção agrícola ampliando as possibilidades de seu desenvolvimento no campo, transformando antigos agricultores tradicionais³² em agricultores inseridos cada vez mais ao mercado e, portanto, mais afinados com o modo de produção capitalista.

Para Abramovay (1990), as visões clássicas que explicam a transformação na agricultura partem de duas matrizes básicas: o Capitalismo Agrário e a Questão Agrária, e ambas as concepções estariam superadas por não serem capazes de explicar o desenvolvimento da agricultura familiar na atualidade dos países desenvolvidos. E, por ser a modernização da agricultura um fenômeno generalizado, sua existência não poderia ser explicada pela herança camponesa, mas apenas como o resultado de uma ação do Estado para diminuir o peso da alimentação e aumentar o consumo de bens duráveis.

Mas, para Felício (2006), estes dois paradigmas compreendem a agricultura familiar de formas distintas: para o capitalismo agrário, o camponês, por representar atraso, tende a

³² Aqui entendidos como aqueles que adquirem o saber para produzir baseado no fazer diário, empírico, estabelecendo um importante elo entre homem e natureza.

desaparecer com sua transformação em agricultor familiar, se inserindo no agronegócio; para o paradigma da questão agrária, por outro lado, não existe diferença entre agricultor familiar e camponês por terem ambos a família como central na realização do trabalho e a propriedade dos meios de produção, mas apesar disso, ela tende a ser transformada pela maior proximidade com o mercado.

Independente das discussões sobre a pertinência ou não do uso do termo agricultor familiar, o fato é que “o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade” (WANDERLEY, 2004, p. 45), até porque essa relação com o mercado sempre existiu, variando apenas a maneira como isso ocorria.

A economia de mercado é um sistema econômico regido, regulado e orientado pelo mercado com a tarefa de assegurar a ordem na produção, ficando a distribuição confiada a este sistema regulador.

Apesar da produção e distribuição encontrarem-se incorporadas à ordem social e, portanto, inseridas nas outras atividades que estruturam a sociedade, em uma economia de mercado a atividade econômica tem instituições e comportamentos diferenciados, separados das outras instituições e dos comportamentos sociais e políticos que, entretanto, têm sua dinâmica orientada por esta mesma dimensão econômica.

Mercado é definido por Polanyi (2012, p. 45) como “um sistema auto-regulável”, ou seja, lugar onde a economia é orientada pelo preço que a própria dinâmica deste mecanismo estabelece.

Como instituição é ele que dá forma à atividade econômica juntamente com três outras formas de integração: a reciprocidade, a redistribuição e a terra. Cada uma destas formas de integração tem sua própria especificidade com ponto de apoio na auto-regulação pelo preço, que é estabelecido pelas leis de oferta e procura que existe em permanente flutuação. A auto-regulação seria, portanto, o aspecto visível da integração mercantil da atividade econômica, com pré-requisitos institucionais de comportamento e de uma relação particular entre os indivíduos (POLANYI, 2012).

A existência do mercado passa a ser um ponto importante em nossa análise por ser ele “um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda” (Idem, p.59) que ao se institucionalizar passou a ser a referência para as relações sociais e, portanto, para sua orientação.

Tratando do mercado Polanyi, desenvolve sua análise com base em três principais argumentos: a sociedade se organiza política e socialmente para possibilitar a existência da economia de mercado; a economia de mercado determina a cultura da sociedade porque a organização e a distribuição dos bens justificam a ação e o comportamento da vida cotidiana; e, nesse tipo de economia tanto a terra quanto o trabalho são convertidos em mercadoria. É dessa maneira que para este autor, o mercado seria o responsável tanto pela estruturação da sociedade quanto por sua destruição e somente um movimento de autodefesa seria capaz de desmobilizar as mercadorias fictícias recuperando a predominância do social e do político sobre o econômico.

Também refletindo sobre o mercado, Weber (2009) o entende como uma construção social. Analisando o papel das instituições econômicas, a partir dos comportamentos dos atores sociais, tomou a relação mercantil como uma dimensão socializadora que mesmo tendo esferas econômica, sócio-cultural e jurídico-política imbricadas, a economia seria uma esfera relativamente autônoma e com influência apenas parcial do âmbito sócio-político. Isso deixaria ao Estado apenas o papel de assegurar um ambiente político e econômico previsíveis de forma a garantir certa estabilidade nas relações econômicas.

Para este mesmo autor, por ser o mercado “o arquétipo de toda ação social” (WEBER, 2009, p. 419), ao analisá-lo concebe o fato de que o ator econômico age racionalmente considerando a atividade dos outros atores e, ao mesmo tempo, buscando seus interesses, sendo esta busca o principal motivador de sua estabilidade.

Já para Bourdieu (2005, p. 20), o mercado é caracterizado como um “mito inteligente” que com a revolução marginalista deixou de ser concreto “para se tornar um conceito abstrato sem referência empírica”. Abandonando a tradição econômica, ele o entende como uma construção social em que oferta e demanda são socialmente construídas e, a partir disso, propõe uma teoria alternativa da economia baseada nas categorias campo e *habitus* sugerindo a reinserção do econômico no social ao considerar a esfera econômica como um fenômeno cultural (Idem).

O campo econômico como espaço estruturado de posições seria aquele em que as estratégias de ação são elaboradas dentro dos limites impostos pela estrutura, sendo este o espaço de enfrentamento entre os agentes, já que “O campo de forças é também um campo de lutas destinadas a conservar ou transformar o campo de forças, um campo de ação socialmente construído onde se afrontam agentes dotados de recursos diferentes.” (Idem, p. 33).

Acreditando que as ações são motivadas por razões conscientes mas limitadas, o *habitus* seria esta ação que é “ao mesmo tempo determinada e espontânea” (BOURDIEU, 2005, p. 48) e, como disposição incorporada, é moldado pela posição do agente no espaço social, condicionando sua maneira de perceber o mundo e o seu comportamento.

O debate em torno da autonomia do mercado e ao mesmo tempo, a necessidade de controle sobre esta esfera pela ação política, trouxe a clareza de que, como instituição que emerge das relações econômicas tudo apontava para os graves perigos da auto-regulação. Foi a descrença no *Laissez-faire*³³ pregado pela política liberal que, ao sofrer um golpe com a crise de super-abastecimento, fez com que essa independência fosse repensada e retomada sob os pressupostos do neoliberalismo.

Sua reorganização após a crise foi orientada pelo Consenso de Washington³⁴, em 1990, que conduziu os países em desenvolvimento ao Estado mínimo, à desregulamentação dos mercados e à abertura comercial e financeira.

No Brasil, esta política foi colocada em prática no governo Collor com a revisão da legislação brasileira e a liberalização das importações com forte intervenção no mercado nacional entre outros ajustes. E teve continuidade nos governos posteriores.

Esta política também interferiu na agricultura e, “ao longo da década de 1990, o agronegócio assumiu papel de destaque, representando aproximadamente 30% do PIB do país” (TALAMINE e FERREIRA, 2007, p. 2).

Buscando analisar o desempenho das variáveis sócioeconômicas da agricultura brasileira antes e depois do Consenso de Washington, estes autores concluíram que no Brasil,

a partir da adoção das políticas do CW a agricultura passou por um choque de eficiência, pois mesmo tendo menos recursos, menos subsídios, taxas de juros maiores e preços dos produtos menores em relação aos preços dos insumos, conseguiu melhorar o desempenho da balança comercial e do PIB. Por outro lado, os indicadores sociais tiveram um desempenho inferior, aumentando a concentração de terras e diminuindo o número de pessoas na agricultura. A exceção foi o número crescente de famílias assentadas, o que parece até contraditório, pois ao mesmo tempo em que o processo econômico reduz o número de propriedades e de pessoas ocupadas com a agricultura, os programas de reforma agrária buscam reconduzir outras famílias para a agricultura. (TALAMINE e FERREIRA, 2007, p. 18).

³³ Os governos orientados por Keynes (1996) estimulavam grandes investimentos na produção e, portanto, na geração de empregos, mas isso somente conseguiu resistir até a década de 1970 quando o crescimento econômico entrou em declínio, retornando todos os problemas antes apresentados: pobreza, desemprego, miséria e instabilidade econômica.

³⁴ Cf. WILLIAMSON, 2002.

De certa forma, isso pode ajudar a explicar o porquê de a posterior análise desta orientação ter sido conclusiva tanto com relação ao seu baixo alcance social quanto por ignorar a importância da governança e o papel do Estado. Sobre isso vemos que,

Enquanto algumas das reformas das dez metas tinham méritos claros, outras só seriam positivas se complementadas por governanças efetivas, instituições reconhecidamente democráticas que buscavam a inclusão, bem como uma estrutura política que desse igual atenção e prioridade ao investimento em capital humano e redução da pobreza. (SCHNEIDER, 2008, p. 23).

Foi neste processo que as políticas para a agricultura passaram a ser implantadas com a finalidade de inserir alguns grupos sociais historicamente ausentes, principalmente com a possibilidade de sua subsunção ao mercado. Em nosso estudo, as políticas de incentivo ao aumento da produção, assim como as feiras estudadas, passam a cumprir esse papel.

Por não ser esta inserção (mercantilização) um fenômeno homogêneo, nas feiras existe uma diversidade de situações que matiza vários graus de dependência do mercado oscilando entre uma integração mercantil completa e uma integração parcial com alto grau de autonomia da produção familiar, já que pode existir uma produção para o mercado sem necessariamente haver uma subjugação a ele.

Nestes dois extremos encontramos como centros de arbitramento o banco e a família respectivamente ocupando posição central na tomada de decisões e isso, de certa maneira, se impõe na análise deste fator de mercantilização, considerando que quanto mais integrado maior será a necessidade de um aumento contínuo da divisão do trabalho e da consequente tecnificação da produção.

Pensando nas consequências práticas das ações do Estado, percebemos que nessas feiras a lógica mercantil tende a prevalecer mantendo um campo concorrencial que também se inclina a transformar as possibilidades de parcerias, reciprocidades e acordos desinteressados entre eles, alterando comportamentos e formas de solidariedade. Tudo isso demonstra que a importância de um Estado democrático e forte pode ser o fator distintivo entre uma reforma de cunho meramente econômico e uma reforma política de grande alcance social, mas que também pode representar a dissolução de práticas solidárias e de reciprocidade em médio e longo prazo.

Os frutos desse exercício democrático, apesar de ter resultado em uma reorientação das políticas para a agricultura do país, precisa ser revisto, evitando impasses prejudiciais ao bom andamento do Programa e seus possíveis resultados negativos. Em nossa visão, seu lado negativo seria representado pelo estímulo às dissociações geradas pela concorrência em

detrimento das possibilidades de parcerias, associações e cooperação mais estáveis e confiáveis.

1.2.2 Formas de ocupação da terra

O segundo ponto divergente refere-se às formas de ocupação da terra, que também apresenta diferenças entre eles. Para alguns, a terra foi comprada ou herdada, para outros ela é fruto das políticas de reforma agrária, para outros ainda, ela foi ocupada pelo processo mais conhecido em Manaus como invasão³⁵.

Para melhor compreensão dessa questão tomamos por base a política agrária, aqui entendida como política agrícola, fundiária e reforma agrária³⁶ (BRASIL, 1988), prática que se materializa como ação do poder público e que tem sido sistematicamente desenvolvida na Amazônia.

Mas, iniciemos esta discussão com a Lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850, mais conhecida como a Lei de Terras, que dispõe sobre as terras devolutas, sesmarias, posses e colonização no período Imperial, determinando a proibição de aquisição de terras que não fosse pela via da compra, excedendo apenas as áreas de fronteira, que poderiam ser cedidas pelo Império (PODELESKI, 2009).

Esta situação ficou assim definida, de acordo com seu Artigo 1º:

Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Império com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente³⁷.

O significado concreto disso é que a venda da terra deveria auxiliar no custeio do processo de imigração e colonização do país (PODELESKI, 2009).

A partir de então passava a vigorar a noção de que o uso da terra deveria estar diretamente vinculado à economia devendo ser o seu potencial explorado ao máximo. Este seria um mecanismo para resolver os problemas que envolviam sesmeiros e posseiros que

³⁵ Invasão é um termo pejorativo utilizado para explicar o que os movimentos sociais chamam de ocupação de terra, ação que é realizada em geral de forma irregular sob o ponto de vista jurídico. Para Fernandes (2001) a ocupação funciona como pressão aos governos para a criação de assentamentos rurais.

³⁶ Constituição Federal, Capítulo III, artigos 184 a 191.

³⁷ Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850, que dispõe sobre as terras devolutas do Império (BRASIL, 1850).

insistiam em ocupar áreas consideradas devolutas, passando a ser o marco que gerou no país, sérios e sucessivos problemas relativos ao acesso e uso da terra.

Para a compreensão de como o acesso à terra tem ocorrido na Amazônia é necessário recorrer a algumas explicações sobre seu processo de ocupação, que por se encontrar ligada ao declínio da *plantation*, pode ser percebida em movimentos que se manifestam tanto por uma ocupação espontânea quanto pela política de ocupação dirigida pelo Estado, que Velho (1976) identifica como sendo dividida em três principais correntes, sendo duas delas espontâneas: a primeira teve início na década de 1920 e se dirigiu para o noroeste do Maranhão e para o sul do Pará. E a segunda, iniciada na primeira metade da década de 1970, se orientou em direção à Rondônia e Acre.

A terceira teria sido planejada e concretizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ao longo da Rodovia Transamazônica, podendo ainda ser acrescido de um quarto movimento representado por indivíduos em busca de emprego (VELHO, 1976, p. 219).

Para este autor, esses movimentos podem ser entendidos como a origem do campesinato de fronteira na Amazônia e esse processo de ocupação no Brasil tende a demonstrar ser a fronteira uma área de interpenetração com caráter intermitente de relação com o meio.

Em Oliveira Filho (1979, p.106) também encontramos a fronteira “como um mecanismo de ocupação de novas terras e sua incorporação em condição subordinada dentro de uma economia de mercado”.

A partir destas explicações podemos avançar no sentido de compreender a fronteira como um espaço sociopolítico em construção que é heterogêneo e insere diferentes atores sociais em ritmos e tempos distintos.

Becker (2013) destaca duas vertentes que explicam a fronteira na Amazônia: a teoria da funcionalidade elaborada pelos economistas e a teoria da “terra liberta” desenvolvida por sociólogos e antropólogos. Para ambas as situações a fronteira seria o *lócus* da reprodução camponesa que ocorreria ou pela submissão ao capital ou pela negação a ele.

Para esta autora, o primeiro aporte entende esta região como funcional ao capitalismo por ser fonte de abastecimento de alimentos e mão de obra barata, mas que reproduz formas não capitalistas de produção. Já a segunda vertente teria apoio na disputa pela terra que pode ocorrer pela posse dos camponeses ou pela propriedade privada capitalista. Estas formas de aquisição da terra determinariam seu uso (BECKER, 2013).

Analisando os dois aportes, podemos identificar ambas as situações para explicar a Amazônia como região de fronteira. Ela seria funcional ao capitalismo na visão e ação do Estado e suas instituições, sendo ao mesmo tempo espaço de disputa pela terra na ótica dos camponeses e agricultores. Temos então uma visão de fronteira que depende de quem fala e nela age.

A fronteira seria o lugar em que novas relações ou a redefinição destas relações seriam construídas como estruturas dinâmicas e abertas, mas comportando contradições entre o que é construído pela racionalidade econômica do Estado e o que é vivenciado de fato pelos sujeitos sociais.

Neste ínterim, encontra-se um impasse entre o global e o local que torna a fronteira um ambiente, ao mesmo tempo, homogêneo e fragmentado, podendo ser usado tanto para manobras políticas quanto para a construção de alternativas pelos sujeitos sociais (BECKER, 2013).

O valor da fronteira é expresso de forma contundente pelo Estado, que no exercício de seu monopólio, passa a tê-la como possibilidade política e estratégica para a implantação de novas estruturas, significando seu importante papel para a direção das políticas que são organizadas (Idem).

Ao conviver com tempos e ritmos diferenciados de transformação, a fronteira estabelece relações com as práticas vivenciadas no espaço entre o exercício do poder e a sociedade. É por isso que, mais do que físicas estas fronteiras são também simbólicas e é assim que a Amazônia passa a ser compreendida como uma fronteira do mundo incorporada tardiamente aos processos globais.

A fronteira ganhou amplitude com o uso da metáfora do extremo sul e com as incômodas possessões da realidade nacional, passando a se configurar como atrasada em função da urbanização que ocorria no resto do país e evidenciando a questão regional que juntamente com as teorias cepalinas³⁸, colaboraram para a divisão estabelecida, ao prever que os países geograficamente grandes tendem a criar seus centros e suas periferias definindo as regiões e o que elas deveriam produzir³⁹.

Esta tese gerou grandes impactos no país ao determinar, para a região Sudeste, o estímulo; para o Centro-Oeste do país, a inibição; e no que é referente às regiões Norte e Nordeste, acabou por produzir a destruição da base comercial e produtiva local.

³⁸ A Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL foi criada em princípio para entender o subdesenvolvimento dos países latino-americanos.

³⁹ Cf. FURTADO, 2009.

Com a concentração industrial um novo padrão de acumulação se estabeleceu no Brasil e o regional mudou de feição. Desenvolveram-se as políticas compensatórias com a finalidade de gerar outras formas de organização da economia e, a partir das décadas de 1970-1980, as políticas agrícolas passaram a definir as novas configurações da Amazônia, que com base em um discurso de integração, passou a ser vista como um diferencial e a ter nas políticas de Estado seu mais efetivo suporte para pensar a questão regional e outras formas de organização da economia.

Desde esse momento os discursos foram reverberados ganhando amplitude e inserindo, de forma contundente, a necessidade de sua ocupação e, por conseguinte, sua proteção.

Isso, de certa forma explica a orientação do Estado que gera um senso comum em torno da noção de vazio demográfico, que também tem sido associada ao vazio cultural e à visão de uma população indolente e primitiva com economia atrasada que, entretanto, ocupa uma região de grandes riquezas que precisam ser exploradas, e neste sentido, podemos relacionar sua ocupação com as políticas que determinam a questão agrária na Amazônia e a concretização de um discurso histórico que sempre tem sido construído de fora para dentro.

A ocupação da terra pelos agricultores estudados, seja por compra ou por herança, está muito ligada a estes fatores. Podemos encontrar famílias que compraram um pequeno lote por um preço modesto geralmente em área de ocupação recente, fugindo do caos da cidade ou atendendo a outras necessidades.

Mas também encontramos situações de terra que foi herdada, muitas vezes tendo sua origem na posse comum em tempos pretéritos e que com o passar dos anos foram delimitadas, ou na ocupação pacífica com benfeitorias em terras do Estado, em geral como forma de continuidade ao trabalho realizado pelos pais.

Araújo (2003) ressalta que as formas de obtenção e uso da terra no Amazonas foram consolidadas nas mais variadas práticas de apropriação e que para ele podem ser efetivadas,

pela posse comum, jurídica, pacífica: o usucapião, a herança, a compra e venda, colocação de má-fé, o arrendamento caviloso e ardil, a meação do produto da plantação, a compra de posse velha ou nova, a posse requerida por demarcação, a ocupação por benfeitorias em terras de terceiros ou do Estado, a constituição de pequenos sítios em terras municipais, aonde o posseiro chega como miserável criatura e faz sua barraca e aí se constitui proprietário, com sua família (ARAÚJO, 2003, p. 217).

Ou seja, a terra é o fundamento para a compreensão da vida humana na Amazônia e sem ela não se pode viver já que todos os elementos que impulsionam a existência se encontram ligados a ela: “A casa, a plantação, a educação dos filhos, tudo depende desse aspecto fundamental para a vida humana e social” (ARAÚJO, 2003, p.220).

Mas, apesar da propriedade da terra na Amazônia ser um imperativo político não encontramos nela uma estrutura agrária homogênea em função da própria extensão territorial e do descuido dos governos. E se não há unidade é porque também não existe um sistema que a organize de maneira apropriada, pois o sistema de propriedade existente refere-se ou à grande propriedade ou à terra cedida, que neste último caso permite a plantação, a moradia e a produção em pequenas áreas apenas para o consumo de seus proprietários, sendo seu acesso por sucessão hereditária, compra e demarcação determinada pelo Estado, ou pela posse (Idem).

Quando a ocupação da terra é resultado de reforma agrária, a situação fica a cargo do INCRA, órgão responsável pelos assentamentos e que no Amazonas apresentava em 2012 mais de 150, sendo 7 destes em Manaus.

Seguindo uma modalidade tradicionalmente adotada pelo órgão, os lotes são divididos entre as pessoas sipradas⁴⁰, podendo ser os projetos de assentamento tanto o resultado de demandas sociais quanto partir do levantamento das necessidades realizadas pelo órgão⁴¹.

O processo de assentamento ocorre com a distribuição de parcelas mais ou menos uniformes de terra que permanecem em condição resolutive e alienada por no mínimo 10 anos. Este tempo, acreditam os técnicos do órgão, permite que a unidade familiar beneficiada tenha oportunidade de alcançar um nível de desenvolvimento que garanta no mínimo sua própria subsistência.

Na terceira situação, que resulta da ocupação ilegal, a ocorrência é maior nos arredores de Manaus, podendo ser citado principalmente o caso da ZF (Distrito 2). Criada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)⁴² como Área de Expansão do Distrito Industrial – AEDI, em 1969, em terras doadas pelo Governo do Estado para a instalação de um polo agropecuário, essa área teria como incentivo para sua ocupação o preço subsidiado para a compra com a finalidade de estabelecer um local especificamente destinado à agropecuária como complemento ao Polo Industrial de Manaus.

⁴⁰ Cadastrado no sistema de informação do INCRA.

⁴¹ Informações obtidas em entrevista no INCRA/SR-AM no dia 23/05/2012.

⁴² Informações obtidas em entrevista na SUFRAMA em 26/04/2012.

Entre as décadas de 1980 e 1990 ocorreu uma ocupação em massa dessas terras sem nenhuma intervenção do Estado, Município ou do Governo Federal. Para evitar maiores conflitos foi necessária uma intervenção diplomática limitando a área ocupada.

Foram então definidos os grupos que se encontravam “dentro” e “fora” da delimitação, passando a SUFRAMA a se preocupar com os que se encontravam dentro do limite estabelecido, mas mantendo a área de fora sob controle para evitar maiores perdas, já que dos 5.649,937 hectares que faziam parte dessa área, 3.627 hectares foram ocupados por 688 famílias, representando 64% da área total.

Para ajustar a situação foi baixada a Portaria de nº 070/ 2007, com a finalidade de regularizar a ocupação, definindo que as unidades familiares que ali se encontravam deveriam ter entre 2 e 12 hectares de terra no máximo, com a possibilidade de compra do lote para a realização de atividade agrícola. Mesmo com a citada portaria nem todos os moradores do local regularizaram sua situação ou apresentaram projetos até o momento.

Há também casos em que a ocupação foi realizada pela via do Movimento Sem Terra (MST) e esta é a situação de alguns moradores da ZF 9, em Rio Preto da Eva, que também ocuparam terras da SUFRAMA, de forma semelhante a das comunidades localizadas em Manaus, só que neste caso organizados em um movimento social.

Outra forma de ocupação é a que ocorre por iniciativa individual e espontânea, o que para Maricato (1999) sempre existiu, mas foram intensificadas em todo o país nos anos de 1980 quando passaram a ter um caráter mais massivo e organizado.

Entendemos essas formas de ocupação como um reflexo das mudanças no rumo político do país que permitiu uma maior atuação dos movimentos sociais e do exercício da cidadania como resistência à imobilidade do Estado em resolver questões cruciais relativas aos direitos sociais e, apesar de algumas formas de ocupação ter caráter ilegal do ponto de vista jurídico, ela tem um fundamento legítimo se considerarmos que o próprio Estado estimulou, por muito tempo, esta prática, por omissão, facilitando a disseminação deste processo com a ausência de medidas políticas para sua reversão. Acrescente-se a isso o fato de na Amazônia, pela abundância de terras, a prática da documentação não ser corrente, subtendendo como válido o movimento de ocupação de terras livres que,

seriam aquelas em que não se observasse nenhum resquício de trabalho, ao mesmo tempo em que o seu fechamento à ocupação se daria a partir do momento que elas estivessem sob o uso de alguém. O estabelecimento da noção de propriedade baseada no uso é o elemento fundamental de justificação da posse... (MAIA, 2008, p. 68).

Como direito social, a moradia encontra-se ligada ao bem estar e à qualidade de vida que são garantidos pela Constituição Federal, mas a ausência de políticas públicas que efetivem este direito provoca a formação de mecanismos informais, produzindo um movimento contra a segregação e a exclusão que é concretizado na ocupação ilegal de terras.

A ocupação, neste contexto, deve ser analisada como um movimento de resistência que força o Estado a tomar posição em relação aos que necessitam da terra para a produção e reprodução familiar e lutam contra a expropriação realizada pelo capital.

Com exceção de algumas situações de terras adquiridas pela compra ou das terras destinadas a assentamentos de reforma agrária⁴³ (maioria), uma parcela desses agricultores não têm terras documentadas. Nestas circunstâncias, a posse existe de fato e não de direito, mas a ausência de documentos não tem impedido seu uso.

Considerando essa situação de ausência de titulação da terra o MDA criou o Programa Terra Legal Amazônia visando à regularização da posse de terras públicas com até 15 módulos fiscais que foram ocupadas na Amazônia Legal até 2004.

Esta medida teve o objetivo de regular o uso da terra que é vendida abaixo dos valores de mercado, desde que o proprietário se comprometa a cumprir a legislação ambiental e a não vender a área titulada no período de dez anos. Isso inclui também as áreas de várzea e beiras de rios, neste caso apenas com a Concessão do Direito Real de Uso (CDRU). (BRASIL, 2012e).

Para concluir esta questão, observamos que o acesso à terra, independente da maneira como esta inserção ocorreu, tem um significado primordial na vida de todos os agricultores e sua manutenção ou obtenção tem sido um imperativo para a mudança no rumo de suas vidas.

1.2.3 O acesso aos financiamentos

O terceiro diferencial é que nessas feiras encontramos alguns agricultores beneficiados pelo PRONAF ou outros financiamentos e outros tantos que nunca obtiveram o ingresso a estes direitos. Nestes casos, os que o têm este acesso passam a ter também uma posição privilegiada com relação aos outros que não são amparados pelas linhas de crédito e à consequente possibilidade de maiores investimentos ou o uso das novas tecnologias no

⁴³ A Constituição Federal de 1988 define que: “Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão **títulos de domínio ou de concessão de uso**, inegociáveis pelo prazo de dez anos.” (BRASIL, 1988).

campo, o que teoricamente propiciaria o aumento da produção e, portanto, de uma melhor lucratividade.

No Brasil, até 1993 inexistia qualquer recurso específico para a agricultura familiar⁴⁴ e os agricultores em geral pleiteavam o acesso ao crédito igualmente seguindo as mesmas regras de financiamento exigidas pelos bancos (BELIK, 2000).

Somente no governo Itamar Franco (1992-1995) algumas mudanças começaram a ser delineadas com a criação em 1994, do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural⁴⁵ (PROVAP), transformado dois anos depois em PRONAF. A partir de então o agricultor familiar passou a ser reconhecido como categoria diferenciada do agricultor em geral e a ter crédito também distinto (Idem).

Em 1996, “o PRONAF deixou de ser apenas uma linha de crédito para adquirir status de Programa de Governo, assumindo maior abrangência e uma concepção diferente da original” (TONNEAU, AQUINO e TEIXEIRA, 2005, p.70).

Naquele ano, as pressões dos agricultores familiares conduziram a uma mudança na orientação do Programa que passou a utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), diminuindo as exigências para acesso ao financiamento e promovendo a ampliação do público beneficiário (BELIK, 2000).

Apesar da ampliação de seu alcance social sua avaliação indica que “é na própria lógica e operacionalização deste Programa que estão explícitos os critérios de exclusão dos agricultores familiares mais pobres” (TONNEAU, AQUINO e TEIXEIRA, 2005, p.67). E, mesmo considerado positivo por estimular a criação e manutenção de empregos no meio rural, ficou restrito até 1998 a apenas algumas regiões do país, deixando claro seu grau de desequilíbrio:

As explicações para esse desequilíbrio (...) se referem basicamente aos seguintes fatores: maior organização dos agricultores do Sul; pressão de empresas agroindustriais às quais esses produtores estariam vinculados; e desarticulação e baixa inserção social dos produtores do Nordeste (TONNEAU, AQUINO e TEIXEIRA, 2005, p.71).

Podemos observar parte deste desequilíbrio no quadro a seguir:

⁴⁴ O conceito de agricultura familiar também não existia, sendo este grupo identificado como mini-produtor somente para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural (BELIK, 2000).

⁴⁵ Os créditos para a implementação do Programa foram concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas tinha alcance limitado devido às muitas exigências para a liberação dos recursos e taxas de juros de 16% a.a. inicialmente (Idem).

Quadro 2 – Comparação entre três regiões brasileiras para o acesso ao PRONAF

Região	Período			
	1995 - 1999		2007 - 2010	
	Contratos	Recursos	Contratos	Recursos
Norte	1%	2%	6%	9%
Nordeste	19%	13%	34%	17%
Sul	68%	65%	39%	46%

Fonte: Quadro elaborado com base nas informações da Revista do IPEA (BRASIL, 2011).

Por outro lado esse desequilíbrio se fortalecia ainda mais com a prerrogativa de que a modernização tecnológica da produção encontrava-se orientada ao agricultor que se mantivesse exclusivamente na atividade econômica agrícola, ficando de fora aqueles que não tivessem esta capacidade, o que levou a uma subdivisão dentro da própria categoria. Como explicação para este desequilíbrio temos:

O documento (FAO; INCRA, 1995), inspirador do Pronaf, permite compreender melhor essa estratégia. Esse documento divide a agricultura familiar em três subtipos: agricultura familiar consolidada, com 1,5 milhão de estabelecimentos; agricultura familiar de transição, com 2,5 milhões de estabelecimentos; e agricultura familiar periférica, com 2,5 milhões de estabelecimentos. (TONNEAU, AQUINO e TEIXEIRA, 2005, p.72).

Baseado nesta classificação ficou definido a quem os recursos deveriam ser distribuídos e o subtipo agricultura familiar em transição, que passou a ser o foco desta política, visando novas oportunidades de aumento da produtividade aos “verdadeiros agricultores”⁴⁶ e deixando os agricultores periféricos em situação marginal.

Para Abramovay (1990) a estas distorções podem ser acrescidas a falta de protagonismo, a baixa representatividade e a noção de desenvolvimento equivocada por parte de alguns agricultores familiares.

Mas o fato é que, apesar dos limites do PRONAF, nunca tanto recurso público havia sido destinado a esta categoria (dos agricultores) no Brasil, mesmo ficando nítida sua falta de heterogeneidade sócio-ambiental por não valorizar agrossistemas diversificados e menos dependentes do mercado formal, sendo isso perceptível na Amazônia, mesmo com sua orientação visando ao desenvolvimento sustentável rural (SILVA e MARTINS, 2011).

A falta de acesso às linhas básicas de crédito encontra-se ligada à dificuldade de liberação de recursos por parte dos bancos “pouco adaptados a operações sem garantias patrimoniais”, mantendo uma lógica estritamente econômica, além das análises da política

⁴⁶ Subtende-se com base no documento em questão que os “verdadeiros agricultores” seriam aqueles considerados mais inclinados a garantir a continuidade da proposta elaborada pelo programa.

ficarem restritas aos resultados da produção gerada, ou seja, “a eficácia da política pública, representada pelo aumento crescente do montante financeiro não se traduz na eficiência e melhoria da *sustentabilidade* da agricultura familiar. (SILVA e MARTINS, 2011, p. 11).

Este acesso às linhas de crédito nos faz deparar, mais uma vez, com a diferenciação entre os agricultores que ocupam o espaço da feira e que, apesar da aparente universalização das oportunidades, passará a diferenciá-los, o que pode com o tempo ter a força tanto de afastar os mais frágeis pela incapacidade de concorrência, como fortalecê-los para resistir aos percalços do processo e a busca por alternativas compensatórias.

Temos então uma gama de situações que devem ser consideradas no Feirão da SEPROR, mas para a administração da feira o que é avaliado para obter a permissão de venda é a capacidade em manter um ritmo na produção que garanta o seu funcionamento semanalmente, significando para o agricultor a entrada em um processo de racionalização da produção.

Ao atuar como uma lógica instrumental para adequar meios e objetivos, racionalizar a produção significa que as novas dinâmicas passam a exigir tanto um número maior de habilidades para gerenciar e conquistar mercados, quanto a conversão de produtos e culturas, demandando um maior domínio técnico sobre o trabalho agrícola e interferindo no modo de viver dos envolvidos.

Por este ponto de vista, para os gestores do Feirão não interessa distinguir o “grande” do “pequeno” agricultor⁴⁷ já que partem do pressuposto de que o “grande”, por sua capacidade de produzir em larga escala, comercializa seus produtos diretamente com supermercados e atravessadores sem a necessidade de ocupar esse espaço, entretanto, nessas feiras podem ser encontrados grandes, médios e pequenos agricultores e suas representações através de cooperativas, associações ou parcerias que são realizadas informalmente.

O Feirão da SEPROR pode ser apresentado então, como um *lócus* de diversidade em sua manifestação, com a possibilidade de uma riqueza inumerável de interpretações. Aqui escolhemos pensar na circulação, que agrega em seu interior produção, distribuição e consumo como forma de apropriação desta realidade.

Entre os problemas que podem representar entraves para o aumento da produção e o consequente crescimento econômico das famílias foi apontado pelo gestor da feira, a desinformação sobre o acesso às linhas de crédito, principalmente ao PRONAF.

⁴⁷ Nas páginas posteriores trataremos dessa variação entre “grande” e “pequeno” agricultor baseada nas definições dos agricultores e considerando suas próprias percepções no ambiente da feira.

Mas, na verdade, é a burocracia que se apresenta como o principal entrave. Para Silva e Martins (2011, p. 11), “o maior problema do Pronaf está no processo altamente burocrático de liberação do crédito, pois inibe algumas iniciativas locais de financiamento e atrasa demasiadamente os calendários de implementação das atividades produtivas.”

Aliado a isso, encontra-se a dificuldade de liberação de recursos por parte dos bancos “pouco adaptados a operações sem garantias patrimoniais” (Idem, p. 11), o que mantém a lógica estritamente econômica, com as análises da política também restritas aos resultados da produção gerada, ou seja,

a eficácia da política pública, representada pelo aumento crescente do montante financeiro, não se traduz na eficiência e melhoria da *sustentabilidade* da agricultura familiar seja nos aspectos econômicos ou nas dimensões social e ambiental (SILVA e MARTINS, 2011, p. 11).

Baseada nestas explicações, temos o Feirão da SEPROR como um ambiente universalizado e, ao mesmo tempo, sem nenhuma política efetiva que promova um distintivo entre os que já se encontram estabelecidos e os que ainda esperam a possibilidade de aumentar sua capacidade de produção, explicitando o funcionamento da lógica capitalista de produção e da circulação da mercadoria por não considerar que a aparente igualdade esconde diferenças inegáveis.

1.3 A Representação da agricultura no Amazonas

O Feirão expressa, de alguma maneira, o salto quantitativo que a produção agrícola obteve (no estado) principalmente na última década. Para entender esta transformação, adotamos para sua explicação duas noções básicas: ocupação e desenvolvimento.

Ocupação e desenvolvimento são palavras chave para a compreensão do “ideal de uma Amazônia agrícola” e que se encontra presente em um padrão narrativo no qual “o surgimento da agricultura é tomado como um sinal da chegada da civilização e indicador do estabelecimento de uma qualidade nova na relação do homem com o meio” (OLIVEIRA FILHO, 1979, p. 115).

Este pensamento conduziu a uma problemática ainda muito presente nos dias de hoje, que é pensar sobre o que é o melhor para o Estado: a agricultura ou a extração, abrindo espaço para muitas outras tentativas de desenvolvimento para a região.

A criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia – SPVEA, em 1953, significou a primeira tentativa de planejamento regional, mas foi com a criação da

SUDAM (que substituiu a SPVEA em 1966) que passaram a ser desenvolvidos programas de ocupação e desenvolvimento econômico, podendo ser citado, entre eles, o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria – PROTERRA visando à capitalização rural (BRASIL, 2012b) e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA, que foi criado para “promover a integração da extensa superfície com as demais regiões do país, de modo a incorporar a grande região Norte no contexto de desenvolvimento de toda a nação” (BRASIL, 1976, p.5), também funcionando como um forte incentivo para os fluxos migratórios.

Posteriormente, a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, e a ampliação da legislação dez anos depois “para implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia” (BRASIL, 2012c) completou o modelo de desenvolvimento pensado para a região. Mas o problema da ocupação dos espaços e das disparidades dentro do Estado não foram resolvidas.

Para o desenvolvimento do setor agrícola no Estado tivemos ainda, na década de 1960, a institucionalização do crédito rural que ocorreu com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, pela Lei 4.829, de 05.11.1965, que foi regulamentado pelo Decreto-Lei 58.380, de 10.05.1966⁴⁸ (AMAZONAS, 2014a).

Isso se deveu ao fato de historicamente o Brasil ter sempre dado muita importância à produção agropecuária, mas a estratégia econômica utilizada sempre esteve mais voltada para a grande produção e seus ciclos (cana de açúcar, algodão, mandioca, café, etc.), indicando que a verdadeira preocupação com a produção rural brasileira nasceu com o processo de modernização da economia que, com a instauração do golpe militar, acelerou o processo de substituição de importações, passando a ser o papel do setor agrícola,

fornece alimentos e matérias-primas para o mercado interno, ampliar o volume de exportações para, dessa forma, gerar divisas para permitir a importação de bens necessários à continuidade do processo de substituição de importações e, ainda, realocar a mão-de-obra que não estava sendo absorvida no setor secundário. (MASSUQUETTI; SOUZA e BEROLDT, 2009, p.3).

Temos nesse momento, um olhar para o Amazonas baseado em um novo contexto nacional e foi no cerne da criação do SNCR que em 2 de dezembro de 1966, foi instalada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas – ACAR/AM, dando início às

⁴⁸ Resumidamente o crédito rural tem o objetivo de estimular os investimentos rurais, favorecer o custeio da produção e comercialização, fortalecer o setor rural e incentivar o uso de métodos racionais de produção visando à produtividade e a melhoria do padrão de vida (BRASIL, 1966).

atividades de extensão rural e apoio técnico aos produtores rurais, naquele momento, principalmente aos localizados no atual Careiro da Várzea. (AMAZONAS, 2014a).

A visão técnica ressalta que com a criação da ACAR/AM, “a agricultura ainda não era explorada de forma científica e tecnológica, pois àquela época o extrativismo era a atividade predominante na região.” (Idem). Entretanto, foi a partir da criação da ACAR/AM que passamos a ter um Amazonas inventado de fato como fronteira agrícola e um discurso de desenvolvimento fincado no agronegócio como a solução para a economia local.

Estas tentativas de desenvolvimento da agricultura no Estado foram constantes no âmbito das políticas federais, mas somente no final da década de 1990 foi idealizado pelo então governo estadual o Programa Terceiro Ciclo de Desenvolvimento (PTCD), que tinha o objetivo de desenvolver o interior do Estado criando condições para o desenvolvimento de gêneros agrícolas e a permanência da população no interior com a geração de emprego e renda. Esta tentativa de desenvolvimento foi frustrada, pois,

Não havia no contexto do Programa Terceiro Ciclo, uma programação sistêmica do desenvolvimento local com fins integrados e sustentáveis. A proposta populista não melhorou o sistema educacional, a saúde, a habitação e não fortaleceu a produção, pois não incentivou a criação de uma infraestrutura capaz de subsidiar o desenvolvimento induzido estatalmente em longo prazo. (ARAÚJO e PAULA, 2009, 145).

Mais recentemente, outro programa do Governo do Estado encontra-se em andamento, o Programa Zona Franca Verde - PZFFV, voltado para

enfrentar os descaminhos sociais e ambientais que acompanham o Amazonas desde a ruína do ciclo econômico da borracha, aliados aos desafios proporcionados pelas imensas distâncias, heterogeneidades, dificuldades logísticas e custos de transporte do maior estado brasileiro.” (ARAÚJO e PAULA, 2009, p.146).

Para justificá-lo, alguns problemas são destacados incluindo o incremento das cadeias produtivas que é apontada como o grande gargalo para a promoção do desenvolvimento no Estado e que é assim definido:

As cadeias produtivas se caracterizam pela integração sucessiva de atividades econômicas, em que o processo produtivo se dá de forma sucedânea. Em todas as cadeias produtivas, na maioria dos 61 municípios que compõem o estado, os problemas são os mesmos, a falta de infraestrutura de secagem de castanhas e outros produtos, falta de transporte e armazenamento nas comunidades, falta de casas de farinhas modernas, falta de infraestrutura de produção e beneficiamento, poucas opções de mercado, entraves burocráticos, falta de organizações civis de produção e

credito (cooperativas), deficiência de gerenciamento de áreas produtivas. (ARAÚJO e PAULA, 2009, p. 148).

Ao avaliar o Programa os autores concluem que

o sucesso do PZfV restringe-se a casos isolados e a uma forte campanha de marketing com a intenção de colocar o Amazonas no centro das atenções nacionais e internacionais. Outro aspecto é uma pilhagem dos recursos madeireiros sobre a garantia de um uso manejado e sustentável. As intervenções do Projeto ZfV-BIRD não foram sentidas ainda no interior, pois o projeto desconhece em parte a realidade dos municípios. (ARAÚJO e PAULA, 2009, p.151).

Esta avaliação pressupõe que a ausência de uma visão que reúna em um mesmo objetivo, além das questões econômicas, políticas e infraestruturais, os aspectos sociais e culturais com a finalidade de promover de fato uma melhoria da qualidade de vida da população. Mas, ao nosso ver, podemos apontar um avanço neste Programa se comparado aos anteriores, por incluir categorias sociais antes esquecidas ou invisibilizadas.

É na avaliação deste e de outros programas, planos e projetos que foram e continuam sendo implementados pelo Estado, que observamos como eles sempre se encontram voltados à condução de uma ocupação racional aliada a uma racionalidade produtiva, sendo estes os mecanismos impulsionadores do desenvolvimento, principalmente nas últimas décadas.

Atualmente, a agricultura tem sido incentivada no Estado em suas mais variadas formas: com o estímulo à produção de grãos e frutas, com o desenvolvimento de culturas industriais de maneira intensiva ou em menores proporções nos pequenos lotes distribuídos pelas políticas de reforma agrária para o desenvolvimento da agricultura familiar. Isso é explicitado nos relatórios anuais do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM.

Criado em 1996, como Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas, o IDAM é o órgão responsável pelo auxílio à produção agrícola com a implementação de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

Ao agregar algumas atividades que eram desenvolvidas por outros órgãos estaduais incluindo a SEPROR e a Empresa de Assistência Técnica e Crédito Rural do Estado do Amazonas - EMATER/AM, o IDAM absorveu também, em 2007, algumas atividades desenvolvidas pela Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas – AFLORAM, passando a ser identificado a partir de então como Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas, mas mantendo sua sigla inicial

e a vinculação ao sistema SEPROR (AMAZONAS, 2014a). IDAM e SEPROR representam, portanto, a estrutura de apoio à produção rural no Amazonas.

Esta parceria entre os dois órgãos tem elevado (segundo dados dos relatórios 2002-2010 do IDAM) a produção agrícola do Estado que tem sido impulsionada com o atendimento de ATER a todos os 62 municípios e isso pode ser observado nos dados da SEPROR, que confirma o setor primário como o que mais cresceu no Amazonas em 2013, o que pode nos fazer entender que esse incremento tem resultado teoricamente tanto no aumento e melhoria da produção para o consumo interno quanto para o melhoramento da renda e da qualidade de vida dos agricultores.

Por ser uma instituição voltada ao desenvolvimento de políticas para o setor primário, em sua atuação com outros órgãos o IDAM desenvolve políticas em parceria com o Governo Federal através de diversos programas nacionais, estando entre eles o PRONAF e ATER em áreas de reforma agrária.

Para seus gestores, este crescimento não só alcançou todo o Estado como também sua atuação tem sido sentida na própria trajetória da produção rural, que entre correção do solo, distribuição de mudas, equipamentos, máquinas e implementos, cursos e palestras, tem contribuído para o crescimento da produção agrícola no Estado.

Isso pressupõe uma mudança na maneira de produzir que tradicionalmente foi baseada em técnicas rústicas na relação com a terra e a natureza, conduzindo à transformação da agricultura tradicional em uma agricultura convencional⁴⁹, utilizando todas as formas possíveis de técnicas e insumos para tornar a terra produtiva e dela extrair toda a sua capacidade.

Considerando isso, veremos agora como o Estado tem agido por meio destas políticas, iniciando com uma breve discussão sobre a legislação que orienta a produção agrícola local.

⁴⁹ Por agricultura convencional (ou moderna), identificamos aquela que se racionaliza pela utilização de mudas e sementes modificadas, correção sistemática do solo e utilização de agrotóxicos entre outras interferências para o aumento da produtividade.

1.3.1 Base legal para a produção rural⁵⁰

Não pretendemos aqui fazer nenhum levantamento sobre a legislação voltada ao tema, mas apenas recorrer à legislação mais recente que disciplina a produção primária no Amazonas e que foi sancionada recentemente, em 2012.

Tomando por fundamento a Lei de nº 3.800/2012 que dispõe sobre a política da produção rural no Estado, em seu Art. 2º, entende produção rural como “o conjunto de atividades relacionadas à agricultura, fauna e flora, pecuária, pesca e aquicultura” (AMAZONAS, 2012a), inserindo nesta atividade os elementos que a organizam em termos de ordenamento territorial, licenciamento ambiental, crédito, escoamento entre outras formas de controle. Estes são os elementos que formam o chamado sistema de produção que têm na SEPROR a secretaria chave para o planejamento, coordenação, execução e aprimoramento deste arranjo (Idem).

Podemos apontar como fundamentos desta política o incentivo ao policultivo⁵¹, à sustentabilidade ambiental, à utilização do conhecimento científico e tecnológico, à eficiência econômica e à justiça social, tendo como principais objetivos evitar o êxodo rural, fomentar a industrialização da matéria prima, realizar o zoneamento agroecológico definindo módulos de produção, tornar o Estado autossuficiente, controlar e disciplinar o trânsito intermunicipal e interestadual e a comercialização direta entre o produtor e o consumidor (AMAZONAS, 2012a).

Entre estes programas desenvolvidos, estão previstos, entre outros, o desenvolvimento de uma infraestrutura para facilitar a produção, o escoamento e a comercialização, além de sua expansão visando à autossuficiência.

Por ser esta a legislação básica, as demais que também foram sancionadas no mesmo ano se encontram ligadas a ela, sendo as que mais nos interessam diretamente, a Lei do Agrotóxico (Lei nº. 3.803), a da Regularização Fundiária (Lei nº. 3.804) e a do Proinsumos (Lei nº. 3.805).

A Lei do Agrotóxico (AMAZONAS, 2012b) em seu Art. 19 orienta que “Os agrotóxicos, seus componentes e afins só poderão ser comercializados por meio da apresentação de receituário agrônômico prescrito por profissional legalmente habilitado no CREA/AM.”

⁵⁰ Utilizamos aqui os mesmos termos empregados no documento que orienta a produção agrícola no Estado.

⁵¹ Cultivo simultâneo, na mesma área de culturas anuais e perenes. (AMAZONAS, 2014b).

Reconhecemos aqui algumas dificuldades práticas para sua efetivação considerando que dois anos após a sanção desta lei, grande parte dos agricultores ainda não teve sequer o acesso a alguma orientação técnica para o plantio, realizando muitas vezes a prática agrícola baseada apenas em informações transmitidas tradicionalmente, respaldada em um fazer empírico válido, mas, ao ter um incentivo à produção sem acompanhamento pode ocasionar problemas relacionados ao uso em quantidade inapropriada e de forma inadequada pelos agricultores, como veremos em alguns depoimentos posteriores.

A Lei de Regularização Fundiária (AMAZONAS, 2012c), por outro lado, foi orientada pelo Projeto de Lei nº 186/2012 e “prevê que a destinação das terras rurais do Estado do Amazonas será compatibilizada com o Plano Nacional de Reforma Agrária e com a política agrícola”, abrindo caminho para um maior controle sobre as terras públicas e passando a ser considerado legítimo ocupante aquele que “praticar cultura efetiva” e comprovar a ocupação e exploração por no mínimo cinco anos.

A ocupação de até 100 hectares se dará de forma gratuita para os que tenham renda familiar de até cinco salários mínimos mensais e fora desta situação, com até 1.000 hectares, de forma onerosa sem licitação, com os títulos de domínio ou concessão ficando preferencialmente no nome da mulher (Idem), acompanhando a política nacional para as mulheres.

Já a Lei do Proinsumos (AMAZONAS, 2012d) que visa aumentar a produção, produtividade e rendimento econômico no setor primário, estima a subvenção direta ao produtor de até R\$ 200.000,00 que serão reembolsados sem juros ou correção monetária em até dez anos, com carência de até três anos para pagar aos que utilizam mão de obra familiar. O valor adquirido e o projeto técnico são os determinantes para o prazo de pagamento e a destinação dos recursos para este fim, dependerão da disponibilidade financeira para isso.

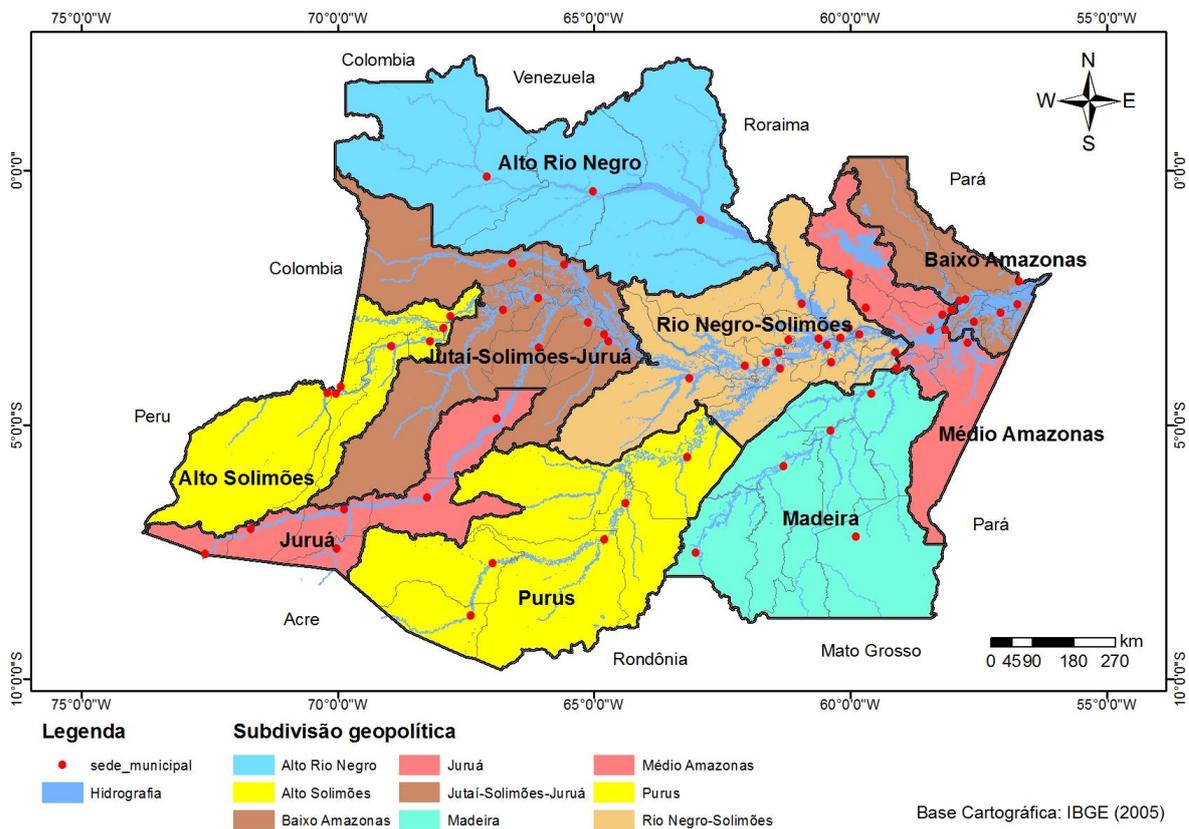
Apesar de interessante incentivo, o problema ao acesso a este benefício se encontra na elaboração do projeto dado a quantidade muito pequena de técnicos disponíveis, assunto que colocaremos em pauta também nos capítulos posteriores, já que faz parte das reclamações de muitos agricultores. O que nos faz perceber que no discurso todas as condições são dadas para alavancar a produção, mas na prática ainda existe muita coisa a fazer para que seja efetivada a política proposta dentro das condições esperadas. Mesmo considerando ser a legislação apontada recente, vejamos como o Estado tem atuado por meio destas políticas de incentivo à agricultura na última década.

1.3.2 Ação do Estado e Política de Governo

Até o momento visualizamos questões macro e também alguns itens referentes ao olhar diverso que é necessário para compreender a situação exposta.

Agora passamos a definir como a produção agrícola tem sido desenvolvida no Amazonas, tendo como apoio os relatórios técnicos anuais do IDAM (Raidam), que sintetizam a produção agrícola a partir do acompanhamento técnico realizado para seu incremento, o que é produzido e os números alcançados em todos os municípios do Estado. Mas para isso, iniciamos tendo como suporte sua divisão geopolítica, como disposto na Constituição Estadual de 1989, Artigo 26.

Mapa 2 – Subdivisão geopolítica do Estado do Amazonas.



Fonte: IBGE, 2005.

Esta divisão é feita com a distribuição dos 62 municípios em nove sub-regiões tendo como Centro Regional a capital Manaus e como Centros Sub-Regionais os municípios de Benjamin Constant, Tefé, Lábrea, Eirunepé, Manicoré, Barcelos, Manacapuru, Itacoatiara e Parintins, além dos Centros Locais de apoio que ficam localizados nas demais sedes municipais.

Não entrando no mérito das finalidades políticas e econômicas desta divisão, nos interessa identificar que regiões são prioritariamente atendidas pelo Feirão da SEPROR em Manaus, facilitando também a localização dos municípios de origem dos diversos agricultores que ali vendem seus produtos.

Identificamos que estes agricultores são oriundos basicamente das sub-regiões do Rio Negro/ Solimões e Médio Amazonas, o que significa aproximadamente 15 municípios, prioritariamente os que se encontram nas proximidades de Manaus.

Aproveitamos também este momento para identificar a atividade primária desenvolvida em cada uma destas sub-regiões para em seguida, visualizar a produção do Estado, fundamentados no Raidam 2002 a 2010 e no perfil econômico municipal.

No Amazonas, o setor primário apresenta a seguinte configuração nas sub-regiões, de acordo com os relatórios do Perfil Econômico dos Municípios do Amazonas/ SEPLAM⁵² 2009-2012 (AMAZONAS, 2014c):

Sub-região 1 (Alto Solimões) – Benjamin Constant - é um dos principais polos pesqueiros da região, desenvolvendo culturas de ciclo temporário com destaque para mandioca, milho, feijão, tomate, melancia, banana e cana de açúcar entre outros, tendo a pecuária e avicultura pouco significado econômico.

Sub-região 2 (Jutaí/ Solimões/ Juruá) – Tefé – Encontra-se entre os grandes entrepostos de comercialização de pescado no estado e em sua produção agrícola sobressai o abacaxi, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, melancia e milho, tendo entre as culturas permanentes, banana, abacate, coco, laranja e mamão. Pecuária sem representatividade e avicultura baseada na criação doméstica.

Sub-região 3 (Purus) – Lábrea – forte na agricultura e extrativismo, com predominância das culturas temporárias de mandioca, abacaxi, arroz, batata doce, cana-de-açúcar, feijão, fumo, milho e entre as culturas permanentes ressaltam-se abacate, banana, laranja e limão. A criação de bovinos e suínos é destinada ao consumo local e a avicultura se resume à criação doméstica.

Sub-região 4 (Juruá) – Eirunepé – produção temporária de abacaxi, arroz, feijão, fumo, milho e cultura permanente de abacate, banana e coco. Apresenta pecuária em crescimento voltada para a criação de bovinos, suínos e ovinos, com avicultura de criação doméstica e produção de carne e ovos destinados ao consumo familiar.

Sub-região 5 (Madeira) – Manicoré – tem na agricultura seu pilar econômico, com a produção de abacaxi, arroz, batata-doce, feijão, fumo, juta, mandioca, milho e produção permanente de abacate, banana, cacau, laranja, limão, tangerina e a melancia, além da produção de mel, tucumã, citrus e hortaliças em geral. Apresenta criação de bovinos, suínos, caprinos,

⁵² Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

bubalinos e equinos e no extrativismo tem destaque o açaí, borracha, castanha e madeira.

Sub-região 6 (Alto Rio Negro) – Barcelos – produção agrícola baseada nas culturas de banana, arroz e mandioca, que não suprem as necessidades demandadas, pesca de subsistência e sem tradição na criação de animais. O extrativismo vegetal e a silvicultura representam as principais atividades econômicas em que se destacam açaí, piaçava e castanha do Pará.

Sub-região 7 (Rio Negro/ Solimões) – Manacapuru – agricultura relevante com destaque para produtos como: mandioca, juta, milho feijão, fruticultura e hortaliças em geral. O extrativismo é considerado uma atividade de grande importância para economia local, com a exploração de borracha, pupunha e madeira, além da piscicultura.

Sub-região 8 (Médio Amazonas) – Itacoatiara - prioriza a criação de gado bovino de corte e suínos que se destinam ao abastecimento da cidade e de outros municípios do estado, em especial Manaus. Entre os plantios temporários destacam-se cana-de-açúcar, feijão, malva, mandioca e milho, e entre os plantios permanentes, cacau, café, coco, laranja, mamão e limão. Na extração vegetal, açaí, castanha do Pará e madeira.

Sub-região 9 (Baixo Amazonas) – Parintins – Tem como principal atividade a pecuária, com a criação de bovinos e suínos destinados ao consumo local, com o excedente exportado para outros municípios. Na agricultura tem destaque o abacaxi, arroz, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, melancia e milho, e como cultura permanente o abacate, banana, cacau, café, caju, coco, laranja, limão e tangerina. Pesca voltada ao consumo local e exportação para outros municípios. A avicultura é de criação doméstica, possuindo um extrativismo pouco representativo.

A partir do resumo da produção sobre o setor primário nas sub-regiões, voltamos agora para uma visão geral da produção no Amazonas baseada nos relatórios, de 2002 a 2010, do IDAM.

Na produção agrícola do Estado, identificada nas sub-regiões, observamos que algumas culturas desenvolvidas não são nativas: entre as frutas, o citrus (limão e laranja) tem destaque e entre as culturas chamadas industriais, foram acrescidos aos produtos nativos⁵³ cana-de-açúcar, soja e café (AMAZONAS, 2003) que são produzidos tradicionalmente no Brasil, demonstrando a maneira como o capital se comporta para atender suas demandas. Os demais grãos (milho, arroz e feijão) e também a mandioca estão voltados prioritariamente ao mercado interno.

A agricultura é apontada como a grande vilã responsável pela degradação ambiental. Imaginemos então a ação da agricultura industrial que prioriza a grande produção voltada para

⁵³ Entre os produtos nativos podem ser destacados no relatório de 2010, guaraná, cacau, urucum e seringueira (AMAZONAS, 2011).

o mercado externo, sendo desenvolvida no Amazonas. Esta atividade é considerada uma das formas mais poluidoras do campo (contaminação de rios, lagos e aquíferos), ficando entre as maiores responsáveis pelo desflorestamento. Fonte do próprio Governo do Estado informa sobre a dificuldade encontrada para o seu desenvolvimento:

O sul do Amazonas continua ser a região mais produtora de grãos, embora apresente entraves para a expansão da área cultivada/produção, em função das questões fundiárias, inadimplência dos grandes produtores, redução de adoção de insumos, estradas vicinais mal conservadas, infraestrutura de apoio à produção (armazéns, secadores, trilhadeiras, máquinas de beneficiamento, medidores de umidade) precária ou inexistente e dificuldades para o cumprimento da legislação ambiental (AMAZONAS, 2009, p. 22).

Este é um problema que merece destaque principalmente para se pensar sobre até que ponto a viabilidade de alguns projetos em andamento são de fato justificadas, mesmo considerando que cada sub-região é planejada considerando um setor primário que obedece a uma lógica voltada às possibilidades regionais.

Em 2003, o relatório do IDAM (AMAZONAS, 2004), ao se referir às chamadas culturas industriais, apontava para a produção de 9.240 toneladas de soja em uma área de 3.389 hectares.

Concentrado no sul do Amazonas⁵⁴, o cultivo de soja se expandiu com o Programa Terceiro Ciclo de Desenvolvimento (PTCD) que teve como principal objetivo a interiorização do desenvolvimento no Estado, mas acabou por contribuir consideravelmente para o desmatamento dessa região (LIMA, 2009, p.2).

O PTCD implantou três polos agrícolas no Estado: o de hortaliças nas proximidades de Manaus e no Iranduba, o de grãos no Sul e Sudoeste do Amazonas e o de fruticultura em Manacapuru e Rio Preto da Eva, além do Terminal Portuário de exportação de soja em Itacoatiara, reorganizando a produção agrícola e contribuindo para a consolidação de “territórios produtivos desvinculados da tradicional produção agrícola regional de consumo alimentar” (Idem, p.4).

No Sul e Sudoeste do Amazonas predomina a produção de grãos, com destaque para os seguintes produtos:

⁵⁴ O relatório IDAM de 2004 aponta como principais municípios produtores de grãos, Humaitá, Manicoré e Apuí, localizados no sul do Amazonas e responsáveis pela concentração de mais da metade da produção de grãos do estado.

Quadro 3: Produção de grãos

Grãos	Discriminação área (ha)	Produção
Soja	3.389	9.240 t
Arroz	10.962	16.403 t
Milho	11.386	25.049 t
Feijão	2.874	2.607 t
T O T A L	28.611	—

Fonte: DEPLA/IDAM 2003.

Naquele ano (2002) o relatório indicava que as culturas de arroz, milho e feijão haviam beneficiado cerca de 12.000 agricultores que produziam não apenas para o abastecimento de suas respectivas comunidades, mas, em alguns casos geraram excedentes para comercialização em suas sedes municipais.

Representantes do Governo reconhecem a dificuldades para a produção de grãos no Estado, o que para eles se relaciona,

à impossibilidade de expansão de área no sistema de terra firme em consequência da cobertura vegetal, floresta tropical, da Amazônia, sendo mais indicado no sul do Estado, em observância as questões ambientais e fundiárias. Entretanto, em condições de várzea o cultivo de feijão e milho tem se mostrado adequado (AMAZONAS, 2011, p. 23).

Aliado a isso, é também colocado como entrave para este desenvolvimento a disponibilidade de sementes, que têm sua aquisição importada de outros estados brasileiros sob a responsabilidade da SEPROR, e sua distribuição realizada pelo IDAM que realiza as devidas orientações e assistência técnica. O relatório informa ainda que todas as ações efetivadas levaram em consideração,

as diretrizes do Plano Plurianual/2008 - 2011 do Governo do Estado – **Zona Franca Verde** e da Política Nacional de ATER – **PNATER**, no que tange a geração de ocupação econômica e renda e às questões de gêneros, geração, etnias, especificidades regionais e de sustentabilidade do desenvolvimento rural, do ponto vista econômico, social, ambiental e cultural.” (AMAZONAS, 2010, p. 4).

Associado à soja, podemos encontrar ainda distribuído por todo o estado, outras produções em larga escala, como vemos no quadro a seguir:

Quadro 4: Culturas Industriais

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO
Mandioca ⁵⁵	16.526	50.022 t farinha
Cana-de-açúcar	476	190 t açúcar mascavo
Caju	16	2,6 t
Guaraná	3.495	325 t
Pupunha	109	145 t palmito
Café	2.225	2.180 t
Urucum	10	11 t
Juta/Malva	1.795	2.603 t
Pimenta-do-reino	79	205 t
Cacau	297	208 t
T O T A L	25.028	—

Fonte: DEPLA/IDAM 2003

Comparando os quadros 3 e 4 observamos que no ano (2002) em produção, a soja perdeu apenas para a mandioca que é a base para a fabricação da farinha, parte do regime alimentar dos amazonenses, e em área produzida perdeu também para a mandioca e o guaraná que são produtos nativos. A soja é apontada como o produto brasileiro que mais cresceu nas últimas três décadas e corresponde a 49% da área plantada em grãos do país (BRASIL, 2012d).

No Amazonas, no relatório de 2005, a soja aparece com 1.630 hectares de área e plantada por nove (09) produtores, entretanto, apresentou decréscimo na produção, não sendo mais informada nos relatórios de 2009 e 2010.

Apesar disso, a soja aparece nos relatórios do IBGE (BRASIL, 2010b; 2012g) quando trata da produção agrícola municipal como cultura temporária, em 2010 e 2012, mas com uma redução tanto na área plantada quanto na produção, caindo de 3.389 hectares e uma produção de 9.240 toneladas em 2002, para 220 hectares de área plantada e uma produção de 660 toneladas em 2012.

A mandioca, por outro lado, cresceu em área e produção no mesmo relatório, saltando de 16.526 hectares plantados e uma produção de 50.022 toneladas em 2002, para 95.399 hectares de área plantada e uma produção de 926.297 toneladas em 2012 (BRASIL, 2010b; 2012g).

Acompanhando o crescimento da produção, o IDAM informa sobre o incentivo do PRONAF para o desenvolvimento rural visando o apoio à produção e destaca que,

⁵⁵ A produção de mandioca tem maiores proporções de área plantada na sub-região de Jutai/ Humaitá/ Manicoré e Apuí e na sub-região do Rio Negro/ Solimões.

No que diz respeito às hortaliças, além dos ganhos em aumento de produção, o apoio à comercialização, principalmente nos maiores centros produtores (municípios de Manaus, Iranduba, Presidente Figueiredo, Silves e Rio Preto da Eva), por parte do IDAM, viabilizou melhores negócios aos olericultores. (AMAZONAS, 2003).

A oleicultura aqui ganha destaque por produzir alimentos com rápida perda de valor comercial, principalmente considerando o calor dos trópicos. Este é o principal motivo do incentivo de desenvolvimento desta cultura em áreas mais próximas à capital.

No Amazonas, o crescimento da produção tem sido o aliado de uma ampliação de Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP), que de 2.400, em 2002, passaram para 9.000 em 2010, aumentando as possibilidades de crédito aos agricultores familiares que se encontram na faixa de transição e possibilitando o acesso às linhas de financiamento do PRONAF e aos programas de apoio à comercialização (AMAZONAS, 2010, p.5).

A expansão do acesso ao crédito tem motivado tanto o aumento da produção quanto de ações por parte do Estado. No quadro a seguir temos os números das ações de incentivo à produção vegetal no Amazonas, obtidos pelo relatório 2010 (AMAZONAS, 2011), demonstrando o crescimento da agricultura familiar no Estado e mantendo também uma intrínseca relação com a intensificação da distribuição de lotes da reforma agrária pelo INCRA.

Quadro 5 - Discriminação das ações de incentivo à produção vegetal

DISCRIMINAÇÃO	UNID	PROGRAMADO	REALIZADO	ATINGIMENTO (%)
Incentivo à produção Agrícola	ha	74.514	52.996	71,12
Incentivo à Fruticultura	(1) ha	12.913	9.695	75,07
Incentivo às Culturas Industriais	(2) ha	13.473	10.854	80,56
Incentivo à produção de grãos e mandioca	(3) ha	45.309	30.581	67,49
Incentivo à produção de Hortaliças	(4) ha	2.819	1.866	66,19
Distribuição de mudas resistentes a doenças	(5) n.º de mudas	1.135.000	1.125.000	99,11
Sistemas Agroflorestais e Extrativismo	n.º produtores	233	164	70,38

Fonte: IDAM 2010.

(1) Fruticultura: abacaxi, citrus, cupuaçu, mamão, banana, coco, maracujá e pupunha/fruto.

- (2) Culturas Industriais: cana-de-açúcar, soja, caju, guaraná, pupunha/palmito, açaí, café, urucum, malva, juta, pimenta do reino e cacau.
- (3) Grãos e Mandioca: arroz, milho, feijão e mandioca.
- (4) Hortaliças: melancia, repolho, pimentão, couve, alface, cebolinha, coentro, macaxeira, batata doce, pepino e outras hortaliças.
- (5) Mudanças de bananeira clonadas das variedades ThapMaeo, Caipira, Prata Zulu e Fhia – 18, bem como guaranazeiro e pimenta do reino.

O relatório 2010 também destaca o público alvo dos serviços de apoio técnico que “é formado por produtores rurais/agricultores familiares, criadores, extrativistas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, piscicultores, assentados da reforma agrária, jovens e mulheres rurais e as suas organizações, associações e cooperativas”, ressaltando que, naquele ano, foram assistidos “90.021 produtores rurais/agricultores familiares, 2.222 comunidades rurais, 712 associações formais e 54 cooperativas.” Aqui o destaque é que, “aproximadamente, 99% são agricultores familiares e os demais são produtores rurais de médio e grande porte”. (AMAZONAS, 2011, p. 8). Já o número de assentamentos de reforma agrária assistidos no mesmo período foi de 59, totalizando 6.660 beneficiados.

Em consonância com estas diretrizes é ressaltado o papel da EMBRAPA, que vem realizando ações com a finalidade de melhorar a produção/produktividade em “ecossistemas de várzea e de terra firme”, visando à melhoria do sistema produtivo. As diversas ações entre os mais variados órgãos permitiram uma projeção positiva para a produção em 2010, conforme quadro sintético a seguir:

Quadro 6 - Projeção para a produção 2010/ 2011

Discriminação	QUANTIDADE		
	N.º Beneficiários	Área (ha)	Produção Esperada(t)
Grãos	13.488	10.474	21.414 (t)
Mandioca	19.604	23.618	70.854 (t/farinha)
Culturas industriais	6.354	7.409	6.042 (t)
Fruticultura	12.371	12.490	234.332 (cachos/ frutos)
Hortaliças	18.981	5.241	138.766 (maços/pés)
TOTAL	70.798	59232	471.408

Fonte: IDAM/DEPLA

Nos números apresentados pelos relatórios temos ainda uma produção animal de 1.369.940 cabeças de bovinos e bubalinos, 53.459 suínos, ovinos e caprinos, 955.604 aves. Já a produção de peixes esperada, em 2010, foi de 4.497 toneladas na aquicultura e na apicultura, a produção de 946 litros de mel.

Na produção florestal a atenção especial é para os “Planos de Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala – PMFSPE, com destaque aos produtores rurais/agricultores

familiares, detentores de propriedades, com até 500 hectares” (AMAZONAS, 2010, p. 40). Com 147 beneficiados e 28.980 hectares de área manejada, a produção esperada indicava 28.796 m³ de madeira.

A produção florestal não madeireira que inclui a extração de borracha, frutos, óleos e fibras teve uma produção esperada de 83.915 toneladas. Entretanto, não tivemos acesso aos resultados obtidos, já que toda a situação acima exposta encontra-se baseada em probabilidades de acordo com os investimentos realizados.

A aliança entre o INCRA e o IDAM parece ter gerado de acordo com o relatório 2010, o apoio técnico às famílias assentadas, com “atenção especial aos considerados menos capacitados”, sempre orientados pelas políticas nacionais de incentivo à permanência no campo.

Os “menos capacitados” aqui expressam, na ótica das políticas públicas, aqueles considerados destituídos dos meios de transformar suas próprias vidas e por isso entendido como pobres e excluídos. Na análise de Almeida (2005, p. 12) o foco destas políticas nos pobres e excluídos transforma estes sujeitos em “objeto da ação governamental” nos projetos desenvolvimentistas. É assim que a utilização de manobras políticas constroem, ou tentam construir as estratégias para as novas estruturas que organizarão o espaço social.

O investimento na agroindústria teve seu foco na capacitação em “Boas Práticas de Fabricação de alimentos e no processo de agroindustrialização”, com os seguintes resultados:

Quadro 7 – Agroindústrias assistidas e produtores beneficiados no ano de 2010.

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE			
	N.º Agroindústrias	N.º Beneficiários	Unidade	Produção Obtida
Farinha de Mandioca	2.537	5.607	t	8.195
Farinha de Tapioca			t	251
Goma			t	243
Mel de cana-de-açúcar	18	246	t	73
Açúcar Mascavo			t	406
Rapadura			t	32
Polpa de Frutas	79	276	t	716
Queijo	10	22	t	67
Benefic. do Café	2	240	t	513
Benefic. da castanha do brasil	3	577	t	135

Fonte: IDAM/DEPLA.

Em 2003 com o PZFBV foram ampliadas as áreas cultivadas para a produção de grãos (arroz, milho, soja e feijão) e esta ampliação aparece nos anos posteriores como informado

nos relatórios do IBGE que mostra uma produção crescente de grãos no estado, como a seguir esclarecido (exceção à soja que já foi informada):

Quadro 8 - Produção de grãos 2010 – 2012

PRODUTO	2010		2012	
	Área plantada (ha)	Produção (t)	Área plantada (ha)	Produção (t)
Arroz	4.487	8.716	5.906	12.908
Feijão	4.860	4.360	5.450	5.353
Milho	13.952	34.880	14.580	36.697

Fonte: IBGE (BRASIL, 2010b; 2012g).

O público beneficiário das ações da ATER também tem permitido um crescimento significativo ao longo dos últimos 10 anos, de acordo com os relatórios, mas quando colocamos os dados, de forma concentrada, observamos muitas ausências neste período, o que, em parte, pode ser explicado pela mudança na maneira como as análises foram realizadas, com a subdivisão de alguns grupos ou o acréscimo de outros.

Do mesmo modo, em algumas situações, o crescimento desse público varia muito, ocorrendo até situações de sua diminuição, fazendo supor que apesar da intenção de um atendimento geral, algumas categorias são priorizadas, como podemos observar no quadro a seguir:

Quadro 9: Público beneficiado pela Ater no período de 2002/2010

Beneficiários	Ano								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Produtores rurais ¹	35.022	43.933	54.744	58.423	43.933	67.911	76.155	88.365	90.021
Criadores	9.068	-	-	16.483	-	21.746	28.231	27.358	26.415
Pescadores	2.819	4.437	6.988	6.925	9.691	10.565	12.336	12.581	14.427
Psicultores ²	344	396	478	522 ¹	-	1.228	-	-	-
Comunidades rurais	794	1.960	1.443	1.532	1.850	1.851	1.916	2.262	2.222
Projetos de assentamento (famílias)	-	-	4.000	4.215	-	4.230	7.670	6.355	6.660
Famílias rurais	-	-	24.060	30.738	33.837	34.176	37.005	44.101	38.801
Grupo de produtores	-	-	6.607	10.499	-	10.602	9.712	11.520	9.680
Indígenas	-	-	-	-	-	4.486	4.271	4.995	6.252
Mulheres rurais ³	-	-	-	-	-	13.703	14.464	16.464	20.756
Associações formais	-	-	628	665	723	673	759	702	712
Cooperativas	-	-	25	24	31	37	41	41	54
Sindicatos	-	-	28	28	30	37	39	45	48

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados dos relatórios do IDAM de 2002 a 2010.

¹Em 2008 aos agricultores em geral foram acrescidos os agricultores familiares, passando a ser estes identificados como produtores rurais.

²Em 2005 o termo piscicultores foi substituído por aquicultores.

³Em 2007 as mulheres rurais passaram a integrar os beneficiários IDAM de forma distinta.

Os mesmos relatórios consultados apontam tanto para o aumento quanto para a diminuição de área plantada de algumas culturas, assim como a ampliação do atendimento aos diversos segmentos da produção. Isso significa um decréscimo na produção de algumas culturas e um aumento na projeção de outras, sempre baseada no tamanho da área que foi ampliada ou reduzida, como vemos a seguir:

Quadro 10: Comparativo da produção agrícola no Amazonas em 2003 e 2010

Discriminação	2003		2010	
	Área (há)	Produção	Área (há)	Produção esperada
GRÃOS				
Soja ¹	3.389	240 t	-	-
Arroz	10.962	16.403 t	2.038	4.076
Milho	11.386	25.049 t	6.091	15.228
Feijão	2.874	2.607 t	2.345	2.110
CULTURAS INDUSTRIAIS				
Mandioca	16.526	50.022 t farinha	23.618	70.854
Cana-de-açúcar	476	190 t açúcar mascavo	576	23.450 t colmo 427 t açúcar
Guaraná	3.495	325 t	2.535	517 t
Pupunha	109	145 t palmito	500	730 mil cachos
Café	2.225	2.180 t	991	912 t
Urucum	10	11 t	9	14 t
Juta/ Malva	1.795	2.603 t	193/ 1.911	232 t/ 2.867 t
Pimenta do reino	79	205 t	7	7 t
Cacau	297	208 t	792	923 t
Seringueira ²	-	-	395	570 t
FRUTICULTURA				
Abacaxi	1.707	15.500 mil frutos	1.942	36.263 mil frutos
Citrus	724	30.906 mil frutos	1.580	168.911 mil frutos
Cupuaçu	3.470	8.535 mil frutos	1.718	3.530 mil frutos
Mamão	105	2.334 t	242	5.023 t
Banana	2.966	334 mil cachos	3.549	2.839 mil cachos
Coco	1.626	7.344 mil frutos	464	1.548 mil frutos
Maracujá	215	17.216 t fruto	447	8.067 t
Pupunha	755	1.267 mil cachos	500	730 mil cachos
Açaí	2.529	2.420 mil cachos	1.740	6.230 mil cachos
Graviola	40	135.000 frutos	308	1.191 frutos
HORTALIÇAS				
Melancia	1.633,20	4.841 mil frutos	1.631	4.570 mil frutos

Continuação do Quadro 10: Comparativo da produção agrícola no Amazonas em 2003 e 2010				
Discriminação	2003		2010	
	Área (há)	Produção	Área (há)	Produção esperada
Repolho	48,64	1.160 t	104	1.982 t
Pimentão	50,02	853 t	71	2.689 t
Couve	72,60	3.355 mil maços	114	50.005 mil maços
Alface	69,50	4.572 mil maços	133	7.249 mil pés
Cebolinha	40,75	8.052 mil maços	124	29.331 mil maços
Coentro	66,90	1.521 mil maços	200	5.007 mil maços
Jerimum ^(*)	22,65	305 t	-	-
Tomate ³	3,61	57 t	-	-
Pepino (*)	27,92	570 t	-	-
Outras hortaliças (**)	843,68	13.246 t	-	-

Fonte: DEPLA/IDAM

¹ Não informado no relatório de 2010.

² A seringueira só passou a ser informada como cultura industrial a partir de 2007.

³ O tomate entrou no relatório de 2010 como outras hortaliças.

(*) O pepino se encontra ausente no relatório de 2010.

(**) batata doce, quiabo, feijão de metro e berinjela. A macaxeira e o maxixe que em 2003 se encontrava no conjunto das outras hortaliças, passaram a ser informados separadamente no relatório de 2010, significando aumento na produção e área plantada.

Analisando o quadro, além do aumento da área e da produção, percebemos pela legenda que alguns produtos tiveram significativa alteração. A produção de caju como cultura industrial foi banida dos relatórios a partir de 2006; a pupunha teve aumento de produção e só entrou nos relatórios a partir de 2006, assim como a seringueira que somente passou a ter sua produção identificada a partir do relatório de 2007. As demais culturas se mantiveram, tendo algumas pequenas alterações. Outra observação interessante é que os sistemas agroflorestais fizeram parte apenas dos relatórios de 2002 e 2006, não sendo citado nos demais relatórios.

Também não encontramos boa parte desta produção nas feiras da capital, demonstrando que, das culturas industriais, apenas a mandioca e a pupunha é voltada também ao mercado interno, enquanto os demais produtos são reservados ao abastecimento industrial.

Os relatórios investigados correspondentes ao período de 2002-2010 apresentam avanços não somente em termos de análise técnica da produção e apoio técnico/ extensão rural, mas demonstram também uma preocupação significativa com as questões sociais, ambientais e culturais dos municípios envolvidos, se comparados com as análises puramente econômicas apresentadas até o Raidam 2005. Isso deixa clara a preocupação diferenciada em considerar os contextos específicos em que a produção agrícola se insere.

Sobre isso, o relatório de 2005, baseado no Programa Estadual Zona Franca Verde e na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER assim define:

O público beneficiário destes serviços é formado por produtores rurais/agricultores familiares, criadores, extrativistas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, piscicultores, assentados da Reforma Agrária, jovens e mulheres rurais e suas organizações, associações e cooperativas. (AMAZONAS, 2010, p. 4).

Observamos que o avanço tem sido impulsionado principalmente pelas políticas de inclusão desenvolvidas pelo Governo Federal, tendo os Governos Estadual e Municipais um papel coadjuvante neste incentivo, já que as políticas públicas locais ainda não conseguem atingir as demandas exigidas para o crescimento da produção agrícola no Estado.

O relatório 2010 indica também que a produção de grãos enfrenta dificuldades de expansão em área de cultivo na terra firme no sul do Estado. Mas já existem algumas experiências de cultivo de feijão e milho em área de várzea, mantendo-se ainda como entrave a disponibilidade de sementes para plantio. Por outro lado, a mandioca, cultura desenvolvida prioritariamente por agricultores familiares, apresentava em 2010, 81.329 hectares de área plantada. E apesar disso, não supria toda a demanda por farinha, necessitando importar parte do que é consumido no Estado.

Das frutas, o abacaxi tem destaque com disponibilidade garantida para o ano inteiro, estando a comunidade de Novo Remanso, em Itacoatiara, entre as principais produtoras e um de seus produtores pode ser encontrado no Feirão da SEPROR, local de nossa pesquisa. Este produto se encontra em segundo lugar na produção frutífera do Estado, com 36.263 mil frutos, apresentando também a segunda maior área cultivada neste setor⁵⁶.

As frutas regionais: açaí, cupuaçu e pupunha ocupam respectivamente 4º, 6º e 10º lugares entre as 10 frutas mais cultivadas no Estado e parte do consumo do açaí e da pupunha ainda é suprido pela atividade extrativa, apresentando 1.740 ha de área cultivada o primeiro e 500 ha o segundo.

Entre as hortaliças prevalece o cultivo de couve, cebolinha e alface. Estes produtos são encontrados com facilidade em qualquer feira de Manaus e no Feirão estão presentes em abundância. Já as demais hortaliças produzidas (pimentão, repolho, coentro, maxixe, abóbora) são encontradas sem tanta frequência.

Consideramos as mudanças ocorridas nos relatórios do IDAM entre 2002 e 2010 como positivas por adotarem medidas socialmente inclusivas, como por exemplo, a entrada de

⁵⁶ A produção de citrus ocupa o primeiro lugar no Amazonas, com 168.911 mil frutos e a maior área cultivada pela produção frutífera é a de banana.

indígenas e mulheres rurais, a partir de 2007. O significado disso é que o olhar dos gestores foi modificado, permitindo a agregação de grupos que antes se encontravam ausentes ou obscurecidos nas estatísticas.

Observamos também que ao longo de oito anos, os relatórios também sofreram alterações: No relatório de 2005 o IDAM informa que “No rol dos agricultores familiares estão inclusos criadores, aquicultores, pescadores, indígenas, mulheres rurais e assentados da reforma agrária.” Os dados da distribuição apresentados pelos relatórios técnicos, entretanto, não discutem os termos de acompanhamento e o resultado do produto final, ainda não tendo claro em que condições as mudas e sementes são doadas e quem exatamente seriam os beneficiários neste caso.

Mais recentemente tivemos acesso aos dados sobre a produção agrícola municipal (PAM) das culturas temporárias⁵⁷ e permanentes⁵⁸ brasileiras e que se referem a “quais produtos e municípios se destacaram, quantitativa e economicamente” (BRASIL, 2010b, p.16).

A partir destes dados elaboramos um quadro comparativo para o Amazonas com os principais produtos cultivados, relativos às safras 2010 e 2012. Em nossa elaboração nos prendemos somente à área plantada (em hectares) e na quantidade produzida (em toneladas), já que nos interessa observar principalmente o crescimento da produção no Estado. A comparação pode ser observada nos dois quadros que seguem:

Quadro 11 – Culturas temporárias: comparação entre as safras 2010 e 2012.

Produto	2010		2012	
	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (t)	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (t)
Abacaxi	2.621	38.213	3.761	69.320
Arroz (em casca)	4.487	8.716	5.906	12.908
Batata doce	399	8.406	377	5.697
Cana de açúcar	5.407	341.186	4.613	304.751
Feijão (em grão)	4.860	4.360	5.450	5.353
Fumo (em folha)	34	34	6	6
Juta (fibra)	745	907	940	965
Malva (fibra)	8.490	11.595	9.006	6.859
Mandioca	84.496	307.483	95.399	926.297
Melancia	4.798	66.379	5.278	93.074
Milho (em grão)	13.952	34.880	14.580	36.697
Soja (em grão)	180	540	220	660
Tomate	124	1.782	91	1.430

Fonte: elaboração da autora a partir dos dados do IBGE/ PAM 2010b e 2012g.

⁵⁷ Culturas de curta ou média duração, geralmente com ciclo vegetativo inferior a um ano, que após a colheita necessita de novo plantio para produzir (BRASIL, 2012d).

⁵⁸ Culturas de longo ciclo vegetativo, que permitem colheitas sucessivas, sem necessidade de novo plantio (Idem).

O destaque do quadro 9 é referente à juta e à malva, ambas encontrando no estado do Amazonas a principal produção brasileira, além de dois produtos em que a produção alcança o segundo lugar na região Norte: batata doce e mandioca. A melancia, apesar de maior área plantada no Norte do país, perde em quantidade produzida para o Pará e Tocantins.

Outra observação é com relação ao aumento da área plantada de alguns produtos em que salientamos a malva que apesar do aumento, teve um decréscimo de quantidade produzida em 2012. Estas variações mantêm estreita relação com as condições climáticas e bióticas⁵⁹ entre outras causas, o que pode interferir na colheita.

Para as culturas permanentes temos a seguinte distribuição como segue:

Quadro 12 – Culturas permanentes: comparação entre as safras 2010 e 2012.

Produto	2010		2012	
	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (t)	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (t)
Abacate	203	785	92	420
Banana	8.510	79.734	9.545	63.745
Borracha (látex coagulado)	1.301	1.259	300	145
Cacau (em amêndoa)	9.771	3.236	12.920	4.606
Café (em grão)	2.432	3.902	1.815	2.143
Café canephora (em grão)	-	-	1.815	2.143
Coco da baía	3.299	8.875	2.467	6.684
Dendê	2.949	3.060	397	2.278
Goiaba	52	160	54	352
Guaraná	6.708	747	6.776	822
Laranja	2.868	24.429	4.192	58.135
Limão	733	3.322	895	4.186
Mamão	586	11.470	1.053	11.339
Manga	231	999	123	561
Maracujá	1.090	17.368	1.268	12.496
Palmito	180	185	138	56
Pimenta do reino	104	275	63	223
Tangerina	243	644	335	1.181
Urucum	90	59	51	87
Feijão (1ª safra)	-	-	1.772	2.104
Feijão (2ª safra)	4.860	4.350	3.678	3.249
Milho (1ª safra)	13.952	34.880	14.580	36.697

Fonte: elaboração da autora a partir dos dados do IBGE/ PAM 2010b e 2012g.

As observações para este quadro referem-se ao aumento da área e produção, em 2012, de cacau, goiaba, laranja, limão, tangerina e urucum em relação a 2010. O guaraná, apesar de maior área plantada (no país), perde significativamente em produção se comparado

⁵⁹ Pragas e doenças.

com a produção da Bahia. O mamão e o maracujá, mesmo com o aumento de área plantada, tiveram decréscimo de produção.

Podemos adicionar ainda o fato de que em 2012 o feijão apresentou duas safras. Mesmo com a diminuição da produção na segunda, totalizou um aumento interessante no final do ano de referência (2012).

Não negamos que o PRONAF tem contribuído para o incremento da agricultura, entretanto, o total destinado para o Estado, entre 1999 e 2012, foi de apenas 3,2%, para investimento e custeio agrícola e para a agropecuária.

Em 2012, o Anuário Estatístico do Crédito Rural (BRASIL, 2012h) informou sobre os financiamentos concedidos ao Brasil como um todo, e particularmente para o estado do Amazonas, nesse ano, tivemos:

Quadro 13: Financiamentos concedidos para o Amazonas em 2012

Atividade	Custeio		Investimento		Comercialização	
Agrícola	6.882	63.050.676,51	10.736	60.109.076,93	27	2.165.846,44
Pecuária	1.055	18.033.975,54	8.942	72.091.508,95	4	59.000,00
Total	7.937	81.084.652,05	19.678	132.200.585,88	31	2.224.846,44

Fonte: Elaborado pela autora com base no dados do Bacen (BRASIL, 2012d).

Isso corresponde a 17.645 (0,67%) contratos para a atividade agrícola e 10.001 (1,04%) contratos assinados para a atividade pecuária do Estado, totalizando 1,71% de 5,6% dos recursos para o crédito rural disponibilizados para o Norte do país em 2012.

Comparando estes números com o que foi informado anteriormente no Quadro 2 (p. 60) podemos identificar um decréscimo de assinaturas de contratos pelo PRONAF com relação a 2010, que naquele ano alcançou 6%, indicando também a diminuição dos recursos destinados para a região Norte do país. Com isso calculamos haver uma variação também no oferecimento dos financiamentos, por região, entre um ano e outro.

Até agora realizamos as observações em torno do que foi levantado teórica e empiricamente para estabelecer um plano de fundo para conhecer nosso objeto de estudo que é a circulação da produção agrícola no Amazonas.

Neste momento, a título de sistematização, destacamos alguns elementos que consideramos cruciais para a compreensão do nosso objeto e que podem nos permitir uma visão panorâmica do que foi delineado até agora. Entretanto, tendo por embasamento o que nos diz Bourdieu (2012), não aprendemos nada sobre o funcionamento de algo quando questionamos apenas suas funções. Pensemos então nos resultados práticos de tudo o que foi discutido.

O Estado assume aqui princípios ocultos e invisíveis já que não é o sujeito das ações por ser uma entidade teleológica. Por outro lado, ele atua através das pessoas que agem em seu nome e seus atos, que são políticos, são também refletidos no mundo social (BOURDIEU, 2012).

Os atos de Estado demonstram que as relações de troca se estruturam em um poder, que ao mesmo tempo em que é econômico é também simbólico, tornando difícil a identificação da fronteira existente entre o poder que é exercido pelo Estado, pelo banco ou pelas grandes indústrias (Idem).

A produção agrícola tem crescido como demonstrado, mas dados também estão sujeitos ao questionamento e este é o nosso papel neste momento: fazer uma análise crítica da situação que se apresenta, questionando os padrões que são costumeiramente utilizados e ampliando o campo de visão de maneira a permitir um outro olhar sobre o que aparentemente é resultado de um consenso que toma forma concreta de um “ato de Estado”.

Mais uma vez o Estado assume duas características do efeito Jano: trata de um bem que é público e ao mesmo tempo se apropria dele, além de assumir a responsabilidade em manter a agricultura rentável do agronegócio e ao mesmo tempo, disponibilizar os meios de transformar uma agricultura considerada arcaica em uma fonte de resultados promissores.

Por outro lado, tememos pela falta de continuidade destas ações de incentivo à agricultura, já que são baseadas em programas de governo e em demandas circunstanciais, podendo ou não ter continuidade. A falta de um planejamento que distribua, de forma equilibrada os recursos, também pressupõe um jogo de interesses que se escondem por trás destas ações e que reproduzem relações de forças que se organizam de maneira muito específica, dependendo do cenário político.

A verticalização das políticas que são idealizadas pelos técnicos e adotadas sem considerar as realidades específicas também provocam danos ambientais, culturais e sociais. Almeida (2003, p. 89-90) lembra que esta orientação oficialmente incentivada para a atividade agrícola e que é embasada em uma “viabilidade econômica”, apóia-se na circulação sem considerar outros fatores que são muito particulares aos grupos sociais envolvidos e por isso o fracasso destes projetos é tão recorrente.

Esta viabilidade por se encontrar, em geral, fundamentada especificamente no econômico ignora “as possibilidades de entender o mercado de maneira ‘plural’, com circuitos diferenciados, onde cada povo ou grupo entra de uma maneira diferente, e efetua trocas de modo particular, consoante seus atributos culturais intrínsecos.” (Idem, p. 90). E segue afirmando que,

Imaginaram um único circuito como se fossem mercadorias semelhantes, formalmente definidas, sem as mediações de etnia, de unidades familiares, de cultura, de consciência ambiental e de critérios político-organizativos intrínsecos. Isto também encerra um certo equívoco, porque esses circuitos de mercado são distintos entre si, envolvendo agentes e agências peculiares. (ALMEIDA, 2003, p. 90).

Resulta que enquanto estas ações forem realizadas sem considerar essa realidade plural, existe uma tendência de que elas sejam repetidas apenas como empreendimentos efêmeros e contingentes sem atingir efetivamente as finalidades a que se destinam. Estas ações estariam baseadas em uma visão evolucionista, que para Almeida (2005), tem seu fundamento numa idéia de desenvolvimento que desconfigura identidades e, por vezes, rompe também os laços de integração social.

Sobre isso, consideramos ser este o momento de inserirmos no âmbito de nossa análise os agentes que são apontados como responsáveis pelo significativo aumento da produção no Estado, aqui representados pelos agricultores que participam do Feirão da SEPROR, iniciando esta inserção pelo que definimos basicamente como “o lugar da produção”.

CAPÍTULO 2

O LUGAR DA PRODUÇÃO PARA OS AGRICULTORES DO FEIRÃO

A produção agrícola está inserida no espaço social da vida em família e nas comunidades. Isto é muito característico na Amazônia e é definido pelo trabalho, geralmente identificado pela roça, pelo sítio, pelas plantações e pela colheita, porque como diz Araújo (2003, p. 141), “toda a Amazônia é um espaço enorme, pontilhado de atividades econômicas, expressamente rurais.”

Apesar da conotação física e essencializada desta citação, entendemos que ela pode comportar uma visão social, pois, é partindo da noção do social que devemos compreender a concepção de comunidade⁶⁰ adotada para identificar as localidades de origem dos agricultores.

Comunidade é um termo formalmente utilizado pelos órgãos públicos para representar áreas como um modo de apropriação e caracterização dos espaços configurando uma maneira de homogeneizar que facilite o emprego de políticas especiais para problemas específicos. Ressaltamos, entretanto, que a aceitação de seu uso depende das negociações dentro dos processos de interação para que seu significado seja assimilado entre os moradores de uma localidade.

Para Almeida (2004), o discurso oficial que em seu texto é identificado como o “discurso da dominação”, se apropriou de termos utilizados anteriormente pelos movimentos sociais e de outras formas de organização populares. Foi assim que categorias como “comunidade”, “comunidade solidária” e “participação comunitária” entre outras, passaram a ser costumeiramente utilizadas e inseridas no âmbito de organizações institucionalizadas, reduzindo as formas originais de organização e instalando uma construção ilusória de formas de participação coletiva.

Essa estratégia de atuação governamental ao interferir nas organizações populares marca uma espécie de dominação do poder público sobre as várias formas de manifestação natural dos grupos sociais, que assim perdem sua autenticidade. Para que essa intervenção seja rompida, é necessário que “a existência coletiva” seja de fato e de direito retomada, superando os discursos políticos e atuando de maneira efetiva no sentido de recuperar suas formas primárias de organização e reivindicação (Idem).

⁶⁰ Comunidade aqui é utilizada como instrumento analítico para ajudar a explicar as relações de interação e proximidade entre os grupos.

Como um “ato de Estado” utilizado para organizar e regular as práticas sociais, as comunidades criadas sugerem uma forma de dominação (violência simbólica) para assegurar a manutenção do poder. Citando Durkheim, Bourdieu (2007a) elucida a ação destas “estruturas estruturantes” que são explicadas como “formas primitivas de classificação”:

pode-se buscar o princípio no efeito da incorporação “automática” das estruturas sociais, redobrada pela ação do Estado o qual, nas sociedades diferenciadas, está apto a inculcar, de maneira universal., no âmbito de certa jurisdição territorial, um princípio comum de visão e de divisão, ou seja, estruturas cognitivas e avaliativas idênticas ou semelhantes: por essa razão, o Estado constitui o fundamento de um "conformismo lógico" e de um “conformismo moral” (as expressões são do próprio Durkheim), de um consenso pré-reflexivo, imediato, sobre o sentido do mundo, que está no princípio da experiência do mundo como “mundo do senso comum”. (BOURDIEU, 2007a, p. 209).

O que ocorre é que a utilização indiscriminada do termo comunidade tem banalizado seu significado. Por outro lado, este é um conceito que tem sido repensado e ressignificado, passando por importantes revisões teóricas que aqui resgatamos brevemente, tanto pela visão de alguns autores clássicos quanto pelos da teoria contemporânea, com observações e compreensões sobre seu significado.

2.1 Situando a Vida em Comunidade

Buscando entender as relações humanas em sociedade, Tönnies (1947) distinguiu comunidade (*Gemeinschaft*) e sociedade (*Gesellschaft*) estabelecendo uma separação entre as relações baseadas em sentimentos (comunidade) e as que são baseadas em interesses (sociedade). Para ele, uma comunidade poderia ser fundada tanto em laços de sangue (parentesco), quanto de forma espontânea (vizinhança, espírito, amizade).

Estas possibilidades de vida comunitária sugerem que sua compreensão de comunidade quando não subordinada aos laços de sangue se refere a um agregado voluntário de pessoas iguais, dependentes entre si em um ambiente compartilhado, agindo em prol de um interesse comum. Esse interesse seria o responsável pela manutenção e união do grupo, tendo como pressuposto a vivência em comum, a intimidade e a partilha.

Partindo da divisão social do trabalho e enunciando os princípios de consciência coletiva e da solidariedade mecânica e orgânica, Durkheim (1999) associa o primeiro princípio (consciência coletiva) como básico para a manutenção da coesão social que

fundamenta a solidariedade mecânica (comunidade) e que se assenta nas semelhanças existentes no grupo.

A independência das consciências (que deixariam de ser coletivas tornando-se cada vez mais individuais) fundadas na divisão do trabalho levaria à complexificação da sociedade e à conseqüente transformação das relações sociais, com a passagem da solidariedade mecânica para a orgânica, significando a transição da comunidade para sociedade (DURKHEIM, 1999).

Já para Weber (2009), comunidade é um termo heterogêneo que abarca muitas situações, sendo uma relação social baseada em sentimentos subjetivos de pertencimento e solidariedade (afetivo ou tradicional), centrada em uma situação comum cuja ação se encontra reciprocamente referida e traduzida no sentimento de um grupo.

Tanto em Weber quanto em Tönnies a comunidade poderia ser utilizada como um tipo ideal que permite a análise social, mas para este último não deve ser considerada uma separação rigorosa entre as duas, já que ambas as formas de relações sociais podem conviver em um mesmo espaço.

Gusfield (1975) enfatiza que o sentimento de pertença entre os grupos que pressupõe a vida em comunidade pode ocorrer de maneira distinta, não existindo pré-condições que venham a manter um grupo dentro de seus laços primordiais, supondo que a comunidade é baseada em um critério de ação e pertença independente do ambiente físico.

Para Anderson (1993), a comunidade funcionaria como uma tentativa de conectar desconhecidos ligando-os através de referências simbólicas e experiências comuns que constroem laços imaginados. As comunidade seriam criadas a partir do contato direto, no momento em que novas relações sociais são estabelecidas entre pessoas e grupos independente do parentesco. Portanto, é na maneira como são imaginadas que deve ser procurado seus traços de distinção e não na sua falsidade ou legitimidade.

Bauman (2003), partindo de Tönnies, amplia sua compreensão, sugerindo que na modernidade o entendimento foi substituído pelo consenso e que isso não significa partilha, mas negociação. Desta forma, a comunidade seria uma utopia por ser fruto de um entendimento natural para manter as pessoas unidas e como criação artificial, ela colabora para suprimir diferenças oferecendo uma sensação de proximidade social, afetividade e segurança.

Para estes autores, a comunidade seria então formada a partir da necessidade de viver em grupo, seja pela manutenção dos laços que são estabelecidos no convívio social ou para

suprimir a tendência à individualização, típica das sociedades modernas sendo, portanto, uma constante criação e recriação gerada pela necessidade de convivência, sendo a responsável por aproximações e ligações que marcam vínculos mais duradouros entre as pessoas.

Considerando as definições descritas, acompanhamos Bauman (2003) que realiza uma análise mais afinada com a modernidade e, aqui, pode nos auxiliar para a aproximação da realidade que procuramos compreender, principalmente considerando sua perspectiva de uma realidade artificialmente criada, já que também acreditamos que os vínculos são criados e que, com o passar do tempo, tendem a ser estabilizados, mesmo que não necessariamente fortalecidos.

Se teoricamente comunidade é uma noção criada para engendrar uma sensação de acolhimento e segurança, empiricamente, ao aproximar as pessoas, ela pode motivar um senso de identidade comum dando estabilidade ao grupo. Perguntados sobre o que entendiam por comunidade, alguns agricultores assim responderam:

É cada ramal onde nós moramos. (Entrevistada L)

É o lugar onde as pessoas vivem tranquilas e longe da cidade. (Entrevistada R).

É um grupo de vizinhos que moram em um ramal. (Entrevistada A)

É um grupo de pessoas com objetivos comuns. (Entrevistado P)

É um grupo de famílias que se ajudam. (Entrevistada G)

Percebemos que todas as respostas apontam de alguma maneira para a noção de uma realidade comum significando o sentimento de vida em grupo e, mesmo sendo uma criação artificial, ela é apropriada e ressignificada, passando a ser a referência para as experiências que são vivenciadas pelos sujeitos sociais, só que de um jeito particular.

Oficialmente as comunidades as quais pertencem estes agricultores estão reunidas em polos, mas a compreensão que eles expressam tomado por base o ramal nos faz pensar sobre a existência de inúmeras manifestações da vida em comunidade, tendo como por exemplo, a comunidade (identificada por eles) do Ramal da Cooperativa que se encontra dentro da Comunidade do Pau Rosa (que também dá nome a outro ramal) e que faz parte do Polo II⁶¹ do Tarumã-Mirim que é constituído de 19 comunidades.

⁶¹ Termo utilizado para a subdivisão das comunidades agrícolas pela Prefeitura Municipal de Manaus.

Temos aqui um complexo que, em uma visão simplificada, nos faz supor o entendimento de comunidade, baseada no ramal, correspondente a uma concepção de proximidade que a noção oficial de comunidade não consegue distinguir, ao abarcar diversidades por eles percebidas como distintas.

Os campos de poder que são estabelecidos pelos discursos e a divisão arbitrária como representação objetiva destes espaços esquece que “o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto.” (BOURDIEU, 2009, p. 118). Se as instituições não percebem estas distinções eles mesmos as marcam.

Mas, se por um lado eles resistem ao arbitrário tecendo suas próprias compreensões, por outro, eles também podem reproduzir esses mesmos elementos que poderiam ser utilizados para a distinção. Entretanto, essa reprodução somente acontece quando existem interesses do grupo, o que muitas vezes se encontra relacionado à necessidade de reconhecimento.

Ressaltando as necessidades humanas de reconhecimento Todorov (2014) distingue as duas principais formas que são aspiradas por todas as pessoas: o reconhecimento de distinção e o reconhecimento de conformidade. Apesar da marcação distintiva entre uma comunidade e outra, mais que ser distinguidos individualmente os moradores das comunidades querem ser percebidos como semelhantes dentro do grupo e por isso se conformam com aquilo que é usual e com as normas de sua condição:

Se através do meu trabalho, assumo uma função que a sociedade julga útil, posso não experimentar a necessidade de reconhecimento de distinção (...) Não preciso, portanto, demandar cada vez, para obtê-lo, o olhar dos outros: interiorizei-o sob a forma de normas e usos, ou mesmo de esnobismo, e a simples submissão às regras me traz uma imagem – positiva, além de tudo – de mim, portanto, existo (TODOROV, 2014, p. 119).

É nesta noção de conformidade que reside “o poder dos sentimentos comunitários, a necessidade de pertencimento a um grupo” (Idem, p. 120) e por conseqüência, a sensação de existência através do grupo e da idéia de existir como uma dependência social que é humana.

Eles querem ser reconhecidos como iguais no grupo e serem distinguidos dos outros grupos pela diferença que eles assinalam. É esta distinção entre os grupos que estabelece o sentimento de comunidade a chancela e permanência do envolvimento comum.

Refletindo sobre o papel da comunidade na Amazônia e tomando por empréstimo a análise de Tönnies (1947), Araújo (2003, p. 515) argumenta que elas são “de grande importância para uma terra despovoada” e que na Amazônia, “as comunidades podem ser

vistas como: quarteirões, vizinhança, bairros, povoações, distritos, municípios, paróquias, prelaças, comarcas, etc.”.

Esta visão de “terra despovoada” faz parte do que Almeida (2008, p. 63-64) admite ser um “senso comum erudito” que foi construído sobre a Amazônia e que criou obstáculos epistemológicos para percebê-la em sua concretude. Esse tipo de pensamento seria um resquício do “geografismo” que coloca em evidência os fatores naturais para explicá-la, daí resultando “a ilusão do ‘isolamento’ e das ‘grandes distâncias”.

Portanto, não concordamos com Araújo (2003) quando ele se refere a uma Amazônia “despovoada”, mas apenas com a segunda afirmativa que justifica as concepções de comunidade referidas pelos agricultores e a maneira como eles percebem o significado do termo, já que um grande número de agricultores se reconhece como morador de comunidades.

Ao realizar um levantamento geográfico, identificamos muitas delas nos municípios que agrupam estes agricultores no Feirão e que se encontram espalhadas pelo Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Manaus, mas também Novo Airão e Autazes que ficam um pouco mais distante e fora da chamada Região Metropolitana. Algumas delas foram visitadas por nós, como as localizadas no Tarumã-Mirim, algumas da região do Puraquequara e as Comunidades do Manairão, em Novo Airão e do Laranjal, em Manacapuru.

Parte delas são organizadas em assentamentos do INCRA e, apesar disso, outros agricultores não se identificam como moradores de comunidades por morarem em ramais ou estradas que levam a estas ou em rodovias como a BR 174, AM 070 ou AM 010, boa parte delas localizadas em áreas consideradas oficialmente “rurais”, tornando interessante essa separação que é feita entre áreas rurais e urbanas pelo poder público e também aceita pelos agricultores, o que para Williams (2011, p. 11-12), apesar de ser esta uma visão histórica e “surpreendentemente variada”, tem mantido, ao longo do tempo, “certas imagens e associações”, significando que este “... não é apenas um problema objetivo e matéria de história como também, (...) uma vivência direta e intensa...” (Idem, p. 14). É assim que estes agricultores sentem e agem – como moradores de comunidades de áreas rurais.

As comunidades em questão agrupam os sítios⁶² que, dependendo da localidade, mantêm uma distância significativa entre eles e mesmo dificultando os encontros e as possibilidades de interação constante, conservam a viabilidade de prováveis encontros ocorrerem com certa frequência quebrando o ritmo diário, podendo ser citado entre estas

⁶² Os sítios são entendidos por eles como o lote que é delimitado e que agrega a casa, a roça, a plantação e toda a estrutura básica necessária para a reprodução da vida familiar.

possibilidades, as idas à missa ou ao culto aos domingos, acompanhar as crianças até o ponto do ônibus⁶³ quando vão à escola ou nas reuniões escolares, nas reuniões das associações (algumas mensais) e agora, os encontros semanais na feira.

Em Bourdieu (2004, p.153-154) encontramos a ideia de que as distâncias espaciais não coincidem necessariamente com as distâncias sociais, já que estas aparentes distâncias não significam ausência de interação que ocorrem, mesmo que em breves momentos, demonstrando que o que é visível (como a distâncias entre os sítios) muitas vezes “esconde o invisível que o determina” (que são os contatos aparentemente difíceis).

As distâncias, portanto, não configuram isolamento ou ausência de contatos sociais, considerando que dentro de uma mesma comunidade todos se conhecem e sabem, muitas vezes, de detalhes mais pessoais uns dos outros, como por exemplo, quem casou ou separou recentemente, quem morreu e de quê, quem está doente, ou quem foi embora. Estas são notícias que se espalham com muita facilidade, muitas vezes, chegando até ao ambiente da feira, ficando patente que é nestes encontros entre vizinhos que as notícias são disseminadas e quando necessário, as formas de ajuda mútua também são estabelecidas.

2.1.1 As relações sociais de vizinhança

É na comunidade que as possibilidades de ajuda mútua se instituem e isso ocorre sempre com a notícia de alguém que adoeceu ou por outra necessidade a oportunidade surge. Ou seja, apesar de o tempo dedicado à agricultura consumir muitas horas de trabalho isso não impede o contato com os vizinhos, principalmente entre aqueles que se encontram semanalmente na feira⁶⁴.

Mesmo com as parcelas de terra tendo um tamanho mais ou menos unificado⁶⁵, alguns produzem muito pouco, seja por problemas de saúde, por falta de braços para o trabalho, por ausência de condições financeiras⁶⁶ ou por não terem na agricultura a única fonte de renda.

⁶³ O ônibus costuma passar somente nos ramais maiores (ou considerados mais importantes ou centrais) sem entrar nas vicinais, que é a localização de muitos destes sítios.

⁶⁴ Estes detalhes foram obtidos na fase de observação, pelas conversas informais.

⁶⁵ Os lotes do INCRA variam de 20 a 30 hectares.

⁶⁶ Para a compra de adubo, corretivo para o solo, sementes ou outros gastos. Muitos desses insumos são oferecidos pelas instituições ligadas ao Estado, mas nem todos têm acesso a isso e nem sempre o investimento inicial tem continuidade.

Nestes casos, quando a produção é pequena e as despesas com a vinda para Manaus não compensa os gastos⁶⁷, os produtos são vendidos pelo “vizinho”⁶⁸ ou algum conhecido que vai com frequência à feira. Existem situações de agricultores que chegam a levar para a feira o que foi colhido por dois ou três vizinhos, normalmente em pequenas quantidades, como uma ou duas sacas de pimenta de cheiro, de limões ou de outros produtos. Esta prática é conhecida informalmente por eles, como parceria.

Apesar de a parceria ser entendido por Candido (2001, p. 136) como “uma sociedade pela qual alguém fornece a terra ficando com direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro”, este modelo não cabe na situação descrita para os agricultores que estudamos.

Parceria em nosso caso é um termo utilizado para definir um contrato verbal de ajuda mútua, que foi incorporado ao discurso dos gestores da feira, passando a ser empregado com frequência também pelos agricultores.

Para Almeida (2008, p. 73) esta é uma das palavras que faz parte dos manuais operacionais que “pré-definem os estatutos e regimentos das associações voluntárias de quaisquer dos chamados ‘beneficiários’ de projetos, planos ou programas oficiais ou de empreendimentos privados.”

Portanto, para os agricultores que estudamos e com pouquíssimas exceções, por serem todos proprietários de terras⁶⁹ (o que não os torna arrendatários), a parceria se materializa, neste caso, pela venda da produção, considerando situações práticas de impossibilidade de se fazer presente na feira⁷⁰ sendo corrente seu uso e podendo ser conduzida de diversas maneiras. Aqui destacamos suas três principais formas de ocorrência:

- a venda desinteressada;
- a venda em que o retorno financeiro é esperado, porém sem valores definidos;
- a venda com valores definidos antecipadamente.

Na primeira situação isso ocorre apenas como ajuda, como no caso da agricultora que semanalmente leva para a feira a produção de um agricultor que mora sozinho e tem problemas cardíacos. Mas a parceria pode ocorrer também em situações ocasionais de

⁶⁷ Teremos mais detalhes sobre isso no próximo capítulo.

⁶⁸ O que eles chamam de vizinho se refere mais ao fato de ser um morador da comunidade do que estar ao lado, significando que algumas vezes este vizinho pode morar há alguns quilômetros de distância.

⁶⁹ Exceção apenas para aqueles que moram com parentes.

⁷⁰ A orientação sobre esta possibilidade de acordo pelos gestores da SEPROR é a de que isso deve ser realizada somente de maneira esporádica ou em casos de extrema necessidade.

necessidade de um vizinho. Nesta posição nada é acordado entre as partes e por isso este comportamento foi definido por nós como uma parceria desinteressada.

No segundo caso, o preço é fechado ao ser entregue o produto e quem vende pode colocar um valor adicional para a venda, tirando sua parte ou vender pelo preço original e esperar que o próprio dono da produção compense o favor com o retorno em dinheiro, podendo ser, neste caso, qualquer valor e ficando a cargo daquele decidir, nunca sendo o preço estipulado antecipadamente.

Já na terceira situação que se apresenta de forma mais definida ou regular, os valores a serem pagos são estabelecidos antes da venda e, em alguns casos, o valor obtido é dividido igualmente entre a pessoa que produziu e a pessoa que vendeu. Aqui, apesar da falta de regulação, existe um compromisso moral entre ambas as partes que permite a permanência desta prática.

Há também outro modelo de parceria que ocorre com menor regularidade, que é configurada como uma parceria familiar. Aqui pode ser assinalado um acordo entre familiares que moram em sítios distintos, mas significando uma ajuda mais constante que, em alguns casos, pode se desenrolar tanto no referente à produção quanto à venda.

Em um relato temos três famílias ligadas por laços de parentesco (pais, filhos e primos) que se organizam para produzir, sendo a venda realizada por apenas uma das famílias. Como a produção é conjunta seu resultado é dividido igualmente entre todos. Em outra situação, encontramos dois irmãos e um tio, cada um com seu sítio e produção isolada, mas que cooperam na venda do que é produzido.

Estes comportamentos nos parecem equivalentes ao que Thompson (1998) define como “economia moral” por se encontrarem baseados em pressupostos éticos e morais organizados a partir da tradição, dos costumes e do consenso. Por ser a moral subjetiva, ela se encontra ligada a um contexto histórico e às experiências que são vivenciadas por um grupo e que são pautadas em normas e valores que orientam as práticas econômicas, já que (como analisado por Polanyi, 2012) ocorreu uma separação entre a economia e as demais esferas sociais.

É nesta separação que Thompson marca a oposição entre o modelo pré-capitalista de tradição moral da reciprocidade e o modelo que passa a orientar uma economia com forte interferência em todas as áreas da vida social.

Scott (1985) também se refere a isso concordando com Thompson, ao afirmar que a economia moral ultrapassa valores e atitudes. Por isso ele insere em sua análise a reciprocidade baseada em uma ética de subsistência e de justiça como inerente aos deveres e

obrigações mútuas. Estes deveres e obrigações seriam os orientadores das formas de resistência cotidiana, significando a maneira como os mais fracos podem resistir aos mais fortes, configurando situações que se encontram presentes nas relações de poder. São estes valores arraigados que permitem que os comportamentos sejam pautados nesta ética de subsistência e justiça.

Podemos perceber isso na seguinte declaração:

Quando o produto é pouco e não compensa vir na feira vender ele vai com o vizinho, dá o produto dele para a venda e na volta recebe o dinheiro. Isso é parceria e um fiscaliza o outro para que um não venha a explorar o outro e se beneficiar sozinho, pois o preço é dado na saída. (Entrevistada M).

Temos aqui o desenvolvimento de uma relação que assegura a manutenção dos laços de proximidade e confiança que os mantém como iguais. Se estes laços forem rompidos teremos o início de uma relação de desconfiança que pode abrir espaço para o processo de distinção (nós/ eles).

Quando o produto é repassado nesta relação de parceria o preço é dado por quem produziu baseado no peso ou na unidade. O preço baseado no peso pode ser mensurado pela saca (de 50 ou 70 quilos), por um balde (em torno de 20 litros), ou pela caixa (aproximadamente 15 quilos).

O preço cobrado pela unidade é avaliado como, por exemplo: um maço de alface, um cacho de bananas (de acordo com a quantidade de palmas), um cupuaçu. Os valores são definidos com base em um pressuposto de qualidade do produto em relação aos demais⁷¹, a quantidade oferecida e o preço corrente, apesar de neste último caso, servir apenas como parâmetro, já que a regra (e não a tendência) é que cada um estabeleça seu próprio preço. Temos abaixo um exemplo de avaliação do preço⁷²:

- 1 caixa de bananas (15 kg) = R\$ 15,00
- 1 saca de macaxeira (50 kg) = R\$ 50,00
- 100 maços de alface (R\$ 2,80 cada maço) = R\$ 280,00.

O repasse do produto não pode ser confundido com o trabalho realizado pelos atravessadores, já que neste tipo de transferência o preço é dado pelo agricultor. É por isso que estes favores tendem a estabelecer uma relação de confiança e de ajuda mútua

⁷¹ Eles têm uma idéia antecipada do valor do seu produto com base na experiência mesmo sem saber o preço que será cobrado pelos demais agricultores para produtos semelhantes.

⁷² Preço aproximado.

fundamental para a aproximação dos grupos, ao mesmo tempo em que abre espaço para a necessidade de retribuição, principalmente quando há a ausência de cobrança pela venda/ajuda.

Para Mauss (1974) a reciprocidade organiza relações institucionais formais e informais em uma comunidade, sendo uma lógica de permuta diferente da lógica de mercado que envolve um intercâmbio de favores e advoga uma obrigação culturalmente sancionada de retribuição.

Apesar de, para Mauss, a dádiva ser um modelo só encontrado no ocidente como vestígios por estabelecer uma relação diferente entre as pessoas e as coisas e, considerando que o objeto trocado como uma forma amigável de dádiva que constrói alianças tende a tomar forma de retribuição, entendemos o favor desinteressado ou voluntário como presente, sendo esta uma prática corrente em que a retribuição pode ser realizada com “alguns trocados”⁷³ ou com outro tipo de ajuda em um momento de necessidade.

Encontramos nas comunidades estudadas uma espécie de aliança, considerando que a dádiva sugere sua promoção, sejam estas alianças realizadas por razões sociais, políticas, religiosas, ou econômicas (MAUSS, 1974).

Neste caso em que a ajuda pode ser entendida como presente, temos alianças econômicas que não deixam de ter um significado social ou até mesmo religioso. Uma agricultora que realiza semanalmente a venda da produção de um vizinho, assim define seu comportamento:

Eu ajudo porque ele é um filho de Deus que precisa, coitado. Ele é doente e não pode ficar indo e vindo para a feira toda semana. Isso é uma caridade. Deus quer que a gente seja caridosa e eu vendo a produção dele sem cobrar nada. Ele só paga se quiser, mas eu não peço nada. (Entrevistada A).

O valor do que é produzido e o seu produto (dinheiro) aqui não é considerado maior do que os laços de amizade ou de compaixão, criando uma solidariedade que implica no que pode ser entendido como o reverso da lógica mercantil, conferindo com o que é dito por Mauss (1974), de que esta lógica não é em sua essência a substituta dos vínculos e alianças humanas, confirmando também a natureza simbólica deste tipo de relação.

Mas, para Bourdieu,

⁷³ Para os que entendem a venda como ajuda não existe a exigência do pagamento em dinheiro e quando isso ocorre, o valor fica sempre por conta do dono da mercadoria. Como em geral o rendimento do que foi vendido é muito pequeno, é comum entre eles dispensar o pagamento pela venda, sendo mais usual o vizinho ficar responsável pelo pagamento do transporte dos produtos, o que trataremos adiante.

quem dá sabe que seu ato generoso tem todas as chances de ser reconhecido como tal (em vez de parecer uma ingenuidade ou um absurdo) e de obter o reconhecimento (sob forma de contradição ou de gratidão) de quem foi beneficiado, sobretudo porque todos os outros agentes que participam desse mundo e que são moldados por essa necessidade também esperam que assim seja. (BOURDIEU, 1996, p. 9).

Neste caso, não existiria aí um comportamento desinteressado, na verdade esta prática teria como princípio “a conservação ou o aumento do capital simbólico.” Portanto, este seria um comportamento anti-econômico sim, mas não desinteressado. (BOURDIEU, 1996, p. 9).

Nas demais situações, seja com a aparente ausência de interesse ou na parceria regulada, este comportamento pode ser tomado como um negócio interessante do ponto de vista econômico. Para a terceira situação verificamos o quanto a parceria pode ser rentável, como na afirmação: “nós temos uma parceria e eu vendo o que é produzido por cinco famílias: a minha, a da sogra, a do cunhado e a de mais dois vizinhos” (Entrevistado P).

Solicitado sobre uma melhor explicação sobre sua parceria, ele diz:

É assim, se você produz você não tem tempo para vender. Um parceiro produz aí o outro parceiro vem e vende. A parte deles, eles produzem e eu venho vender junto com o que eu produzi. Trabalho de domingo a quarta-feira de manhã no sítio, e na quarta-feira à noite vou para a feira. Nos outros dias, minha mulher cuida da plantação e quando dá eu ajudo também. (Entrevistado P).

Neste depoimento, a parceria é realizada com uma pequena ajuda na produção do vizinho, mas principalmente pela responsabilidade na venda. O trabalho é dividido entre sua casa⁷⁴ e a casa do vizinho e isso lhe rende um dinheirinho extra que pode ser investido em sua própria roça.

No relato apresentado acima vemos um processo de parceria que pode dar início a um tipo de especialização que tende a valorizar o “capital econômico e os conhecimentos adquiridos anteriormente, além de internalizar os ‘mecanismos de mercado’, que, não sendo codificados, adquire-se na prática, frequentemente por simples imitação” (GARCIA, 2014, *on-line*).

Por outro lado, poucos foram os agricultores que fizeram referência à existência do tipo de ajuda conhecida como mutirão, que Noda (2007) assim resume:

⁷⁴ Este agricultor mora no terreno da sogra com a mulher, os filhos e mais a família do cunhado, cada um em sua casa mas com uma plantação comum, significando a existência de uma quantidade maior de braços para a produção.

As relações de trabalho de ajuda mútua, denominadas regionalmente de mutirão, ajuri, e/ou puxirum, apontam para a inexistência de formalização, de uma regulamentação, dessas relações. (...) Não ocorre remuneração, pois esta relação vem suprir as necessidades de dinheiro dos agricultores familiares que não possuem a quantidade necessária para assalariar temporariamente. (NODA, 2007, p. 174).

É apontado entre eles como um motivo de ausência da prática do mutirão o excesso de individualismo e por isso apenas uma das famílias investigadas se referiu claramente a este tipo de ajuda, sendo este um dos casos de parceria familiar:

Quando temos necessidade por falta de dinheiro os parentes que moram em outros sítios vêm ajudar. Isso acontece principalmente quando a terra precisa ser brocada⁷⁵ ou limpa⁷⁶ pois pagar para fazer isso é muito caro. Para brocar 1 hectare, o ajudante cobra R\$ 500,00 e para limpar, R\$ 300,00. Isso quando é barato, porque o normal para brocar custa R\$ 600,00. (Entrevistado D).

A quase inexistência do mutirão limita a área produzida à capacidade familiar nos casos de carência de recursos para um auxílio externo. Mas muitos agricultores recorrem a este auxílio com mais frequência como constatado, pagando de R\$ 15,00 a R\$ 50,00 a diária a comunitários que se habilitam a realizar este tipo de ajuda⁷⁷.

Esta variação nos preços cobrados obedece tanto às regras de demanda e procura, como também é referente à localização da comunidade. Estes trabalhadores/ ajudantes muitas vezes são pessoas sem terra própria e que moram com parentes, ou donos de terras sem capital para investimento na produção.

Soubemos que algumas vezes os que se encontram na segunda situação por produzirem apenas para a subsistência, precisam de dinheiro para comprar gêneros que não produzem, o que é encontrado no oferecimento deste serviço para a compra do rancho, tornando-os dependentes. Estes são os preferidos quando a ajuda é necessária, significando a valorização do conhecimento existente que é aplicado em todas as etapas do cultivo.

Mas, para alguns agricultores, os donos de terra que realizam este serviço de diária “são pessoas que se dizem agricultores mas não gostam de plantar”, ou “são preguiçosos”. Temos aqui uma clara contradição: “não gostam de plantar”, mas realizam esta atividade em terras dos outros? Acreditamos que o mais provável é o fato de que exista uma necessidade que a produção familiar não consegue suprir, tendo como única solução a prestação de serviços externos.

⁷⁵ Brocar para eles tem o mesmo significado de roçar, ou seja, deixar a terra pronta para o plantio.

⁷⁶ Limpar significa tirar o mato ou as ervas daninhas do entorno da plantação.

⁷⁷ Na verdade, alguns consideram ajuda e outros consideram trabalho não existindo nada muito definido a este respeito entre eles.

As dificuldades para iniciar ou manter a produção sistematicamente são inúmeras e a dependência de políticas de incentivo também colaboram para criar certa acomodação, além de nem todas as demandas poderem ser atendidas.

Para reforçar este pressuposto tomamos por empréstimo as palavras de um agricultor que teve auxílio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com o Projeto Manarosa para a produção de banana e mandioca, em 2011. Este órgão contribuiu com o adubo, as mudas e o acompanhamento técnico, enquanto a família entrou com a terra e o trabalho. Este projeto rendeu em torno de 15 mil reais na 1ª safra, dando início às mudanças que passaram a ocorrer na vida da família. Mas este mesmo agricultor que foi beneficiado com este projeto revela:

Para iniciar uma plantação de 1 hectare de banana é preciso um investimento inicial de 18 a 20 mil reais. O BASA⁷⁸, teve interesse em ajudar, mas quando viu o valor inicial, desistiu. Não querem emprestar dinheiro e correr o risco de perder. É por isso que nem todo mundo consegue! (Entrevistado D).

Como investir na plantação exige riscos que podem ser provocados por causas naturais, pessoais ou mesmo pela falta de conhecimentos para a administração dos recursos e do empreendimento, nem sempre os financiamentos serão o suficiente para resolver o problema do agricultor, como o exemplo a seguir:

Eu quero crescer mas o processo não permite. Fiz um projeto, mas a artrite não me deixou trabalhar por três anos e fiquei devendo o financiamento do BASA. Aí, fiz outro financiamento com a FIEAM e com o Banco do Brasil. As mudas de banana que comprei, não estavam boas. Fiz a renegociação com o BASA mas meu nome foi pro SERASA. Estou pagando a FIEAM, mas com o Banco do Brasil estou enrolado. (Agricultor)⁷⁹.

Isso significa que investir na produção requer mais do que dinheiro e vontade de trabalhar, é preciso também conhecimento técnico e controle sobre os gastos antevendo os possíveis percalços durante todo o processo produtivo. Estes e muitos outros obstáculos desestimulam ou anulam as possibilidades de um investimento na própria terra, significando que serão muitos os que continuarão realizando os serviços de diária para manter minimamente o padrão de consumo familiar e com poucas chances de mudar de vida.

Ainda sobre a diária, os acordos firmados para o pagamento podem ser feitos para o trabalho em dois turnos de um dia (manhã e tarde), com sua fragmentação apenas nos horários

⁷⁸ Banco da Amazônia S.A.

⁷⁹ Informação obtida em conversa informal durante a observação.

da manhã ou da tarde, ou ainda sendo distribuído em determinados dias da semana, cada uma destas combinações ajustadas às necessidades ou disponibilidade financeira do contratante.

As negociações em torno dos valores pagos são frequentes e podem ter o custo reduzido quando os contratos são prolongados ou permanentes, mas sempre ficando em torno de R\$ 15,00 o menor valor da diária.

A disposição em realizar este tipo de ajuda é explicada por Chayanov (1974) como uma forma de assalariamento, pois, como a organização familiar em geral se estabelece pelo parentesco, seria nas situações em que estes princípios se encontram ausentes ou mesmo quando se acentuam as pressões demográficas que o assalariamento tomaria corpo.

No nosso estudo, mesmo sendo isso uma possibilidade, não podemos relacionar esta condição de dependência da diária a uma forma de assalariamento, pois até nos casos de sua permanência a relação permanece com os vínculos simétricos entre as partes.

Entendemos que esta lógica funciona como um tipo de contrato diádico, que para Foster (1961) é um acordo de favorecimento mútuo, neste caso, um contrato informal que estabelece uma simetria entre as partes fortalecendo as relações comunitárias e de vizinhança. Considerando a necessidade, este contrato beneficia igualmente os que se relacionam de maneira simétrica, não havendo qualquer forma de subordinação de um em relação ao outro.

Encontramos a contratação da diária entre as pessoas que moram sozinhas, nos casos em que a família é composta apenas pelo casal⁸⁰ ou quando os filhos são ainda muito pequenos, quando são agricultores idosos ou doentes ou ainda quando existe a disponibilidade financeira, mas em geral, todos se utilizam dessa ajuda externa em maior ou menor proporção, como nas situações abaixo explicitadas:

Fui abandonado pela minha esposa. Tem oito meses que ela foi embora e ela era meu braço direito. Agora estou trabalhando com dois ajudantes e pagando R\$ 30,00 a diária e por isso sinto muita dificuldade de vir para a feira. Quem vai ficar no sítio cuidando das verduras? Quando venho, tenho que pagar as diárias de pelo menos um deles porque senão, quando voltar para casa vai estar tudo morto!⁸¹.

Eu tenho dois ajudantes para dar conta do serviço. Somos só eu e minha mulher e já estamos velhos. Os filhos moram na cidade e quase nem aparecem aqui, então tenho que pagar alguém para ajudar principalmente na época de preparar a terra. É pesado demais e já não tenho tanta força!
(Entrevistado Q)

⁸⁰ Quando os filhos vão estudar na cidade ou recém-casados.

⁸¹ A conversa desinteressada com este agricultor ocorreu ainda na observação e fez parte do relatório desta fase, não havendo entrevista com o mesmo já que posteriormente ele se ausentou da feira.

Somos só eu e o meu marido, pois os filhos estão na cidade. Um é casado e a outra estuda na Universidade. Eu ajudo, mas não todo o tempo, aí ele precisa de alguém para cuidar de tudo. Nós pagamos um ajudante todo dia e por isso a diária ficou fechada em R\$ 15,00 de segunda a sábado, só meio período. No acordo, como ele só vem de manhã e nós pagamos R\$ 45,00 por semana. (Entrevistada G).

É o vizinho que cuida lá de casa quando vamos para a feira. Ele não cobra nada e só pagamos quando é preciso fazer a limpeza do terreno, pois pagar a diária que custa R\$ 50,00, é muito caro! Ele cuida daqui, mas não cobra. Outras vezes pegamos os meninos⁸² lá em Manacapuru e pagamos R\$ 20,00, mas não é sempre. (Entrevistado D).

O contrato por diária tem, portanto, uma razão e um significado – ele pode ser acionado para evitar a erupção do modelo familiar de produção substituindo a mulher, os filhos ou como complementaridade ao trabalho como ajuda, tendo também o significado simbólico de preservar a hierarquia familiar (WOORTMANN, 1990).

Essa ajuda é baseada em um contrato verbal em que é explorada uma mão de obra temporária ou, em alguns casos mais raros, é utilizada como mão de obra permanente. Mas não costuma ser realizada diariamente (no mesmo sítio), ocorrendo, portanto, de forma descontínua. Para os que precisam se submeter a isso, tendo também eles a própria terra para cuidar, temos uma situação em que parte do tempo é dedicado à terra de outros e o que sobra do tempo é reservado à sua própria produção, que é dividida com a família.

Para Woortmann (1990), como ajuda, esta é uma atividade que também é manipulada simbolicamente, já que é considerada por muitos deles como ajuda e não trabalho. Mas esta ajuda tem significados diversos e precisa ser compreendida dentro de um contexto, o que pode vir a implicar também em uma forma de subordinação em algumas situações. Esta subordinação não foi percebida nos casos estudados. Observamos a manutenção das relações simétricas, principalmente quando a ajuda vem de outros agricultores.

Mesmo quando esta dependência da diária é permanente não podemos falar desta situação como uma condição de expropriação e de impedimento do acesso aos meios de produção e sim como uma forma de resistência destes que, para manter a terra produtiva, necessitam realizar, de algum modo, uma atividade externa remunerada visando à própria manutenção da produção que permanece existindo de maneira tradicional e marginal e, mesmo se tornando uma relação de compra e venda de força de trabalho, nem por isso

⁸² Os meninos aqui referentes são jovens sem emprego que podem ser arregimentados para o trabalho da diária, mesmo a preferência sendo por agricultores descapitalizados.

transforma o comprador em capitalista ou o vendedor em proletário. Isso representa uma forma de reciprocidade entre iguais (Idem).

Esta dependência de agricultores para a realização da ajuda externa tem sido apontada como uma desvantagem⁸³:

Meu marido ganhava uma diária de R\$ 40,00 para trabalhar para os outros e agora ele não precisa mais. Ele trabalha para nós de domingo à quarta-feira de manhã e a tarde ele vai para a feira e fica lá até sexta, as vezes volta antes, porque se ele vender tudo logo, volta para casa.

Antes meu marido trabalhava para os outros nos sítios, mas agora está melhor porque trabalhamos juntos só nós dois em casa e levamos para a feira para vender e ganhamos mais do que ele ganhava na diária. Antes ele tirava R\$ 90,00, R\$ 100,00 por semana, agora tiramos R\$ 500,00 ou R\$ 600,00 na feira. Está muito bom!

Os depoimentos acima foram dados pelas esposas de ex-diaristas/ ajudantes. Das tantas pessoas que trabalharam com diária recolhemos três relatos para que eles também possam contar seus casos⁸⁴:

Eu tinha terra, mas virei 11 anos na diária. Fazia diária pra pagar uma roçadeira que comprei pra fazer o trabalho. Era bom porque todo dia tinha dinheiro, mas ele não dava pra nada. Um dia acordei e pensei: isso não tá dando certo porque a diária não dá futuro! Aí, resolvi começar a plantar lá no sítio e minha vida mudou. A diária não dá camisa pra ninguém!

Tinha um fazendeiro perto do nosso sítio que contratava diaristas e eu fui pra lá. Com o tempo, vi que não dava certo. De manhã ele vinha com uma garrafa de cachaça e saia distribuindo entre os trabalhadores e depois ele cobrava o que a gente tinha bebido. Quando findava o dia, era nós que tava devendo pra ele.

Trabalhei 6 anos num sítio e nunca vi um centavo de dinheiro, porque ele só pagava com produtos. Ele perguntava o que eu precisava e pedia pra mulher dele comprar ou então ele trazia as coisas pra vender pra gente. Nós sempre tava devendo. Ele tinha uma caderneta e anotava tudo e assim, nossa dívida nunca acabava.

Vemos então que, em alguns casos, as relações simétricas são substituídas por relações assimétricas e de subordinação, mas são situações outras que não se referem às relações de ajuda mútua entre os agricultores estudados e sim às experiências em sítios ou

⁸³ Informações obtidas durante a observação.

⁸⁴ Estes relatos foram realizados em uma tarde em que procurávamos esclarecer a situação da diária com um agricultor que já havia trabalhado com isso e aos poucos, outros agricultores se aproximaram e começaram a contar também suas experiências e “causos”. Portanto, estes agricultores não se encontram entre os entrevistados e as anotações foram realizadas na medida do possível durante a conversa.

fazendas distintas das situações atualmente vivenciadas por eles. O último relato denuncia uma forma de exploração que gera dependência, mantendo o trabalhador submisso ao contratante em uma situação em que a dívida é arrolada para o futuro, indefinidamente.

Este tipo de relação também foi observado por Garcia-Parpet (2008) ao estudar as feiras de uma usina de açúcar no nordeste brasileiro, onde percebeu que, a maioria dos trabalhadores tinha dívidas maiores que sua remuneração por obterem produtos no próprio local da usina com preços majorados. Este é um caso completamente distinto do estudado por nós e que somente aparece em situações muito pontuais, não sendo, portanto, a regra que orienta suas relações sociais.

Em nosso estudo também percebemos que, em algum grau, alguns conseguiram ser liberados da situação de dependência da diária e iniciaram o investimento do tempo no próprio sítio, vendendo o que era produzido nas proximidades. E, mesmo considerando a inconstância dos rendimentos gerados em ambos os casos, a autonomia ligada ao trabalho no próprio sítio, com certeza, apresenta suas vantagens, pois a energia gasta é diretamente focada na capacidade de reprodução da própria família e não mais na produção do contratante.

Relatos diversos demonstram como ocorreu a passagem dessa dependência para o trabalho agrícola familiar, pois muitos que realizavam o trabalho de diária também faziam carvão para sobreviver⁸⁵. A chegada na comunidade de técnicos portando mudas, sementes e algumas informações, permitiu a transição para os que optaram por esta alternativa. Aos que resistiram à mudança, restou a continuidade na dependência da diária ou na transformação da madeira, que normalmente é tirada do próprio terreno, em carvão como única possibilidade de sobrevivência.

À existência informal e algumas vezes paga de ajuda mútua e de organização coletiva, podemos incluir outras formas de auxílio comunitário que se manifesta de maneira regulada, podendo ser inserida entre elas, o associativismo e o cooperativismo que também podem funcionar como uma forma de resistência institucionalizada, que entendemos como uma maneira de permanecer produzindo apesar das adversidades, agora tendo o apoio e incentivo de um grupo.

⁸⁵ O Taramã-Mirim é apontado como um exemplo típico dessa situação e muitos foram os antigos carvoeiros transformados em agricultores.

2.1.2 Outras formas de organização comunitária

Existe uma orientação geral para que os agricultores se organizem de forma associativa por comunidade. Campos (2011) assinala a importância das associações de agricultores na Amazônia como uma alternativa de organização para os setores alijados pelos grandes modelos de empreendimentos e sobre isso ressalta:

Em fins dos anos 80, um a um os sindicatos dos trabalhadores rurais da Região Amazônica e a própria FETRAGRI⁸⁶ são tomadas por novas lideranças sindicais que logo assumem expressão política no nível estadual e federal. A maior de suas bandeiras foi a luta por financiamentos à agricultura familiar. Esta luta principiou com a denúncia, no congresso nacional, do desvio da utilização dos recursos do FNO de seus objetivos nacionais, que o tornaram inacessíveis aos pequenos agricultores familiares. Seguiram diversas demonstrações políticas, como os gritos da terra e os gritos da Amazônia. Como resultado, criou-se o FNO especial destinado a pequenos produtores reunidos em associações. (CAMPOS, 2011, p. 7)⁸⁷.

Mesmo sendo estas lideranças distintas do que aqui colocamos em pauta, subtede-se que a organização em associações passa a ser crucial para os agricultores na Amazônia e no Amazonas, sua formação pode partir da representação de um ramal (como a Associação dos Produtores Rurais do Ramal Boa Sorte - ASPRURBS), de uma comunidade (como a Associação do Pau Rosa), de uma região (como a Associação do Puraquequara), ou a partir das relações de gênero (como a Associação das Mulheres Agrícolas, que ironicamente tem como presidente um homem).

Do ponto de vista oficial o associativismo e o cooperativismo⁸⁸ diferem em número e forma de organização. O primeiro tem uma finalidade social de fortalecimento de um grupo voltado para a ajuda mútua e sem fins lucrativos, enquanto o segundo tem objetivo prioritariamente econômico, caracterizado em geral por um tipo de sociedade simples em que a participação é igualitária. Em ambos os casos estão envolvidas tanto a criação de uma pessoa jurídica com a finalidade de seu reconhecimento oficial, quanto a organização dos grupos em um trabalho coletivo.

⁸⁶ Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

⁸⁷ O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi instituído em 1988 e obriga à União a destinação de 3% do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aplicação em financiamentos nos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011).

⁸⁸ Durante a pesquisa de campo identificamos apenas duas oficialmente constituídas.

O papel das associações tem sido o de reunir os agricultores em prol de objetivos comuns relativos às necessidades básicas de um local específico – ramal, comunidade, região ou de gênero – suprindo, até certo ponto, as demandas sociais desses grupos por terem papel relevante para fazer a mediação entre o poder público e as comunidades.

As associações funcionam de maneira muito focada nas questões que afetam o coletivo, como a manutenção dos ramais em condições de tráfego, a construção de escolas e as negociações para a resolução de problemas mais imediatos. Fica em segundo plano, entretanto, a preocupação com outros problemas que poderiam fortalecer a participação coletiva para o incremento da produção, como por exemplo, alguma forma de pressão às necessidades de apoio técnico que ainda é muito deficiente.

Foto 13: Associação das Mulheres Agrícolas – Puraquequara.



Fonte: Acervo da autora (mai. 2013).

Por serem mensais, as reuniões comunitárias servem para informar e discutir sobre o alcance de alguns benefícios ou problemas que afetam o grupo, podendo na falta de algum tema mais relevante, serem abordados assuntos triviais que escapam de suas atribuições⁸⁹, como comentários de situações individualizadas (sempre na ausência do interessado) que podem gerar fofocas que se espalham com facilidade.

Para Elias e Scotson (2000) a fofoca é um fenômeno que segue normas e crenças coletivas fazendo parte das relações que são estabelecidas no grupo. Quanto mais união, mais formas de transmissão das notícias serão articuladas, com a fofoca funcionando como um tempero para a vida e aprofundando o interesse comum.

⁸⁹ Comentário feito por uma agricultora se queixando que bastou a falta a uma reunião para que fosse espalhado o boato de que ela teria vendido o sítio e saído da comunidade.

Já para Scott (2003) a fofoca sempre se refere à infração de uma regra social comum assumindo o caráter de controle entre pessoas de uma mesma condição social. Neste caso, ficam anônimos os autores, mas a vítima é sempre explicitada, sendo uma forma democrática de difusão de notícias que é de interesse de todos os que participam de um grupo, tendo como motivo, sua inevitável propagação.

Se olharmos a fofoca tanto como uma maneira de aprofundar interesses comuns como diz Elias, ou como controle contra infrações como diz Scott, podemos afirmar que quando a fofoca e outros comentários provenientes da comunidade são disseminados nas reuniões também podem funcionar como uma forma de manutenção das reuniões e encontros do grupo. Neste caso, ela teria a função de deixar as pessoas atentas aos acontecimentos da comunidade e incentivar a participação nas reuniões mensais substituindo as pautas relacionadas a outros interesses.

Outra forma de organização, voltada para finalidades econômicas mais explícitas são as cooperativas, tipo de sociedades simples que tomam forma de “organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros” (BRASIL, 2006b, p.14).

No Brasil, o cooperativismo se encontra consolidado nas regiões Sul e Sudeste, mas necessita de atenção especial no Norte e Nordeste, e mesmo com as diferenças entre as regiões, são inúmeros os “exemplos de impulso à economia das comunidades, de aproveitamento das vocações locais e de superação de crises econômicas ou de problemas climáticos.” (BRASIL, 2006b, p.44).

Considerando que este documento foi elaborado pelo MAPA, instituição que se volta especialmente para a agricultura capitalista do agronegócio, entendemos o porquê de entre os agricultores que estudamos as cooperativas terem pequena representatividade. Este é um mecanismo de ajuda mútua que pressupomos ser mais viável entre grupos que já alcançaram um determinado nível de organização e produtividade. Isso de certa maneira pode ajudar a explicar a existência de apenas duas cooperativas oficialmente ativas e uma em fase de organização entre eles.

Uma delas é a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Novo Horizonte, do Assentamento Iporá, em Rio Preto da Eva, que nasceu no ramal de mesmo nome (Novo Horizonte), por iniciativa de um grupo de agricultores que se encontrava nas mãos de atravessadores da Manaus Moderna.

Hoje, a cooperativa conta com 37 cooperados, um caminhão, um terreno com galpão para a realização das reuniões e o compromisso de fornecer a merenda escolar para a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e Secretaria Municipal de Educação (SEMED),

estando entre os produtos fornecidos, banana, abacaxi, macaxeira, pimenta de cheiro, cheiro verde e outros itens.

Esta cooperativa tem também convênio com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Tudo o que é produzido tem destino certo e o que é levado para a feira é apenas o que “sobra”, nas palavras de sua presidente.

Com o objetivo de incrementar a produção e aumentar o fluxo financeiro para os cooperados, a presidente da Cooperativa incentiva os agricultores a diversificarem a produção, sugerindo que assim como a banana, principal produto comercializado, outras culturas possam ser acrescidas, fortalecendo o poder de negociação do grupo, e explica:

São 3 hectares de bananas plantadas. Sábado foram enviados 60 caixas para a SEDUC e hoje (era quinta-feira) já foram enviadas 30 caixas para a Conab. As 26 caixas que sobraram foram trazidas para a feira. Na venda para a SEDUC, um quilo de banana sai a R\$ 1,00 para o agricultor, tirando os impostos, o transporte e a embalagem. É um absurdo termos que pagar R\$ 0,60 para o transporte de 1 quilo de bananas, pois para 10 toneladas de bananas pagamos 6 mil reais só de transporte⁹⁰. Se a produção for diversificada e aumentada, teremos maior poder para negociar. (Entrevistada G).

Percebemos no depoimento que a organização e fortalecimento das ações podem funcionar como aliados dos cooperados tanto do ponto de vista financeiro quanto como estratégia de resistência do grupo, no sentido de ampliar os meios de negociação e, desta forma, permitir um maior poder de interferência e barganha.

Como desabafo a presidente da cooperativa afirma que muitos agricultores ainda não desistiram da agricultura por causa do incentivo que é articulado entre os cooperados. “Para conseguir, tem que acreditar” diz ela.

Por existir um ganho certo para os envolvidos, o que é vendido na feira é um dinheiro extra que serve para cobrir apenas necessidades mais imediatas, livrando o que é obtido com a venda às instituições, de gastos com pequenas despesas e podendo esses valores serem revertidos na ampliação da capacidade da produção familiar.

Entre os maiores desafios para os agricultores encontra-se a possibilidade de dinamização da produção, já que o problema da comercialização está em parte resolvido.⁹¹ A isso pode ser acrescido uma tradição voltada principalmente para o auto consumo e às

⁹⁰ Apesar da existência de um caminhão próprio, há uma exigência nas vendas para a SEDUC de que o próprio caminhão desta instituição recolha os produtos, tendo a cooperativa que arcar com esta despesa.

⁹¹ Estamos considerando aqui a competitividade e qualidade dos produtos oferecidos.

modificações nos hábitos e necessidades familiares, o que tem gerado certo desconforto em torno das obrigações demandadas pelos compromissos assumidos.

O problema então estaria centrado no equilíbrio entre o trabalho familiar e as necessidades de consumo crescentes. Isso foi observado por Chayanov (1974) ao analisar a organização e produção camponesa na Rússia, e em como a utilização da terra e a disponibilidade de recursos técnicos e econômicos poderiam contribuir para a transformação da agricultura naquele país. Aqui, os agricultores ainda estão aprendendo a lidar com estas questões.

A outra é a Cooperativa dos Produtores de Leite de Autaz-Mirim (COPLAM), que se volta para a produção de leite, queijo e carne, envolvendo 100 pequenos criadores de gado do Careiro da Várzea e Autazes.

Para as feiras (eles participam do Feirão do IFAM e das feiras da ADS) eles abatem de 5 a 6 bois por semana, quantidade considerada muita pequena pelo potencial que a cooperativa apresenta. Com características de agroindústria, produzem 50 mil litros de leite/dia, tendo como foco a produção de queijo e gerando de 20 a 30 empregos diretos naquela localidade⁹².

Estas experiências que têm dado certo, entretanto, ainda são incipientes exigindo maior articulação tanto entre os agricultores quanto dos órgãos envolvidos na orientação para a formação de cooperativas, de maneira a criar mais credibilidade em iniciativas desta monta.

O fato de depender de muitos fatores, aliado ao desconhecimento sobre o funcionamento de uma cooperativa gera grande desconfiança entre eles e somente um maior esclarecimento pode colaborar para a superação deste desafio. Aliás, a desconfiança é incontestável tanto nestas formas de organizações quanto nas parcerias, principalmente no que tange à venda.

Talvez aqui ainda exista um ranço ligado à exploração vivenciada com os atravessadores e, por isso, nem todos confiam nos parceiros e menos ainda nos seus representantes. Temos aí uma questão política muito forte em que os campos de força estão sempre em colisão indo de encontro à aparente harmonia da vida em comunidade ou a outras formas de organização.

Por outro lado, estas experiências também abrem espaço para a construção das identidades coletivas que se organizam em torno do sentido dado à sensação de pertencimento a uma comunidade, a um ramal ou a uma atividade, que no caso em estudo, é agrícola. Só que

⁹² Autaz-Mirim é uma comunidade localizada na confluência dos municípios de Careiro da Várzea e Autazes, há aproximadamente 118 Km de Manaus.

é exatamente na fronteira destas similaridades que ocorrem as exclusões, ao serem demarcadas as diferenças entre eles, passando esta construção a ter um sentido tanto simbólico quanto social, pois, como diz Bourdieu (2009),

(...) existir não é somente ser diferente mas também ser reconhecido legitimamente diferente (...) a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que *assimile* aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade por outra. (BOURDIEU, 2009, p. 129).

O reconhecimento destas diferenças é fundamental para a construção das identidades coletivas, como explica Eder (2003),

As identidades coletivas proporcionam um princípio de integração social. Outro princípio é constituído pelos interesses. Há uma complementaridade teórica específica a ser identificada na relação entre identidades e interesses. As identidades definem fronteiras em relação ao mundo exterior; excluem os outros. Os interesses conduzem a estratégias que incluem os outros mediante um cálculo racional, ou seja, levam a prover um mundo de pessoas suficientes para dele se beneficiarem. As identidades definem as fronteiras de um espaço em que se incluirão os interesses. Estes, por sua vez, rompem fronteiras, ligando as pessoas como indivíduos que seguem suas estruturas de preferências e transgridem as obrigações e as normas coletivamente compartilhadas. (EDER, 2003, p. 7).

Apesar da construção dessa integração, no interior dos grupos essas fronteiras não são unificadas podendo ocorrer contradições entre o plano coletivo e individual que são marcados pelas condições sociais e materiais e, neste sentido, percebemos que o social e o simbólico são processos diferentes, mesmo sendo ambos fundamentais para a manutenção destas identidades (WOODWARD, 2000).

Este é o resultado de um contexto de mudanças culturais relacionadas com uma nova estrutura que revitaliza a construção de identidades, como forma de estabelecimento de padrões comuns de comportamentos e valores, fazendo com que as culturas, sob a forte influência do projeto global, não sejam mais vistas como fixas, autônomas e auto-suficientes, nos fazendo repensar a idéia de identidade.

A própria noção de tradição que pressupunha invariabilidade, sendo naturalizada com base em uma continuidade histórica, ao manter elementos considerados usuais, pode ser inventada visando aos objetivos presentes, sofrendo adaptações e sendo adequada às necessidades de legitimação de uma ordem social, onde a história é re-apropriada para a criação do presente (HOBSBAWN, 2008).

Tradição e cultura caminham juntas pressupondo um modo de vida, permeando categorias sociais e reafirmando diferenças. Quando a autoconsciência de um grupo se afirma, a identidade toma forma, passando a ser a cultura um importante pilar em sua construção. Pelo fato de a identidade cultural sempre envolver semelhanças, proximidades e diferenças que são caracterizadas pelo compartilhamento de valores, hábitos e visões de mundo entre indivíduos, isso as torna numerosas, diversificadas e complexas (WOODWARD, 2000).

Nas últimas décadas, estamos presenciando um movimento de recuperação e valorização de determinadas identidades, em diferentes aspectos (cultural, histórico, religioso, social, econômico etc.). Esta valorização dá aos grupos um sentido a mais para sua existência, fazendo com que eles se reconheçam enquanto portadores de uma identidade ao perceberem-se como indivíduos que podem reforçar suas características específicas (Idem).

Quando os agricultores⁹³ estudados reafirmam o fato de serem agricultores e não feirantes eles marcam uma identidade que reforça estas características e recusam qualquer outra forma de identidade atribuída que fuja da compreensão identitária incorporada. E nem mesmo o fato de ser identificado como agricultor familiar é aceito por todos, significando que eles diferenciam aqueles que são beneficiados pela política pública (PRONAF) e os que não são.

Por ter uma forte relação com a memória, a identidade, entendida como um fenômeno individual, coletivo e social, sofre transformações, mas também mantém certos pontos imutáveis para garantir sua preservação. Nessa preservação são encontrados seus elementos constitutivos, que podem ser identificados tanto por acontecimentos e experiências pessoais vividas de fato ou imaginariamente, quanto por personagens e lugares conscientes ou inconscientes, que são assimilados individual ou coletivamente (POLLAK, 1992), sendo definido entre a pessoa e o mundo exterior ao se referir ao Eu e à própria imagem que faz de si mesmo.

Memória e identidade são sempre produzidas através da aceitação, admissão e credibilidade que se estabelece na relação com os outros, sendo um ato voluntário que pode ser negociado e não sendo, portanto, a essência de uma pessoa ou do grupo. Os valores advindos dessa negociação é resultado do conflito entre pessoas e grupos, ao mesmo tempo em que age como fonte de unidade e continuidade de uma organização social (Idem).

A identidade passa então a ser utilizada como uma estratégia de luta e reivindicação pelos diferentes grupos sociais, aprofundando o debate em torno da cidadania que envolve os

⁹³ Eles são identificados como produtores-feirantes no Regimento Interno do Feirão (AMAZONAS, 2013), mas não se identificam assim.

direitos básicos. E é no mesmo exercício da cidadania que as conquistas são realizadas e o respeito às diferenças são efetivadas na prática. Isso é perceptível em alguns ganhos recentes, favoráveis a inúmeros movimentos sociais que colocam na ordem do dia as questões que são levantadas, reivindicadas e passam a ter legitimidade.

Apesar disso, reações contrárias fazem resistência, deixando claro que o direito conquistado pelas minorias representa perdas para algumas camadas da sociedade historicamente beneficiadas pela exclusão de alguns grupos. E, mesmo com os ganhos, muito ainda precisa ser conquistado, no sentido de que esses direitos sejam de fato admitidos diante de uma sociedade que foi construída pela invisibilidade das minorias e que hoje, no mundo da informação, tenta conquistar direitos que nunca foram reconhecidos.

Este é o caso dos agricultores no Amazonas que permaneceram quase invisíveis nos discursos que sempre forjaram sua inexistência, mas também pela ação dos atravessadores⁹⁴ que ocupando um papel importante na circulação dos produtos são vistos como os responsáveis pela condição de subordinação desses agricultores e por isso, somente agora eles aparecem, demonstrando a resistência em permanecerem agricultores e valorizando uma tradição como meio de sobreviver à transformação da sociedade.

2.2 O Sítio, a Casa e a Família

Os sítios conformam um espaço delimitado funcionando como o local do trabalho na terra, da casa e da família, constituindo um espaço de liberdade em que a reciprocidade se manifesta com a troca de tempos e ajuda entre iguais. Eles são delimitados, mas muitos não são cercados supondo que pelo tamanho que apresentam e por sua parca utilização podem funcionar como áreas de uso comum.

Para Almeida (2008, p. 85), na Amazônia “Há uma multiplicidade de formas de propriedade, que se entrecruzam na vida social, e suas articulações com os múltiplos usos de recursos naturais”. Ressalta ainda sobre isso, que,

Estão colocados em questão significados distintos do uso “comum”, “comunal”, “coletivo” e/ou “comunitário” dos recursos naturais. Tratar tudo como formas coletivas pode ser uma impropriedade porque não é isso que está em jogo, não é uma organização coletiva que está em jogo, são maneiras diferenciadas de uso, combinando apropriações privadas com apropriações de uso comum seja dos recursos florestais, hídricos e do solo (...) Talvez importe considerar uma forma plural que combine, de maneira concomitante,

⁹⁴ Discutiremos com mais detalhes sobre o papel do atravessador no Capítulo 3.

diferentes modalidades de apropriação dos recursos. (ALMEIDA, 2008, p. 86).

Isso nos faz pensar sobre a possibilidade de, mesmo em áreas consideradas particulares, mas que permanecem abertas, ser possível a utilização comum dos recursos, considerando que tanto a ausência de cercas quanto a impossibilidade de uso da terra em sua totalidade tornam essas terras propícias a este fim.

Para os agricultores o sítio é representado pela casa que simbolicamente tomamos como o centro do núcleo familiar, base e suporte da produção e referência da vida comunitária. Em *A imaginação simbólica* Durand (2000) aborda as maneiras como a consciência representa o mundo. Para este autor as formas de abordagem podem ser direta quando algo é sentido no próprio espírito como existência concreta, ou indireta quando o objeto é representado apenas como imagem distante.

Em ambas as situações o que prevalece são apenas os “diferentes graus de imagem” (Idem, p. 8). Buscando uma maneira de conceber o símbolo como sistema, o considera como um substituto da existência real que necessita de um contexto para ter significado e é por isso que aqui, tomamos a casa como este símbolo.

Para Eliade (1979, p. 12),

O símbolo revela certos aspetos da realidade — os mais profundos — que desafiam qualquer outro meio de conhecimento. As imagens, os símbolos, os mitos, não são criações irresponsáveis da psiquê; eles respondem a uma necessidade e preenchem uma função: pôr a nu as mais secretas modalidades do ser. Por conseguinte o seu estudo permite-nos conhecer melhor o homem, “o homem sem mais”, aquele que ainda não transigiu com as condições da história. (ELIADE, 1979, p. 13).

Se o símbolo auxilia na compreensão da vida humana funcionando como a representação de algo, a imagem refere-se a uma possibilidade que ultrapassa o concreto expressando uma realidade que não pode ser apreendida conceitualmente (Idem).

Uma casa pode ser apreendida como símbolo ou como imagem. E como imagem, tende a ultrapassar a sensibilidade, diz Bachelar (1993), completando que, para alcançar “nossas imagens de intimidade protegida” (representadas pela casa), “é preciso superar o problema da descrição” e “dizer como habitamos nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos dia a dia, num ‘canto do mundo’.”

A casa é a concha e por isso, “só habita com intensidade aquele que sabe se encolher” (Idem, p. 24-25).

Foto 14: Casa de agricultores no Tarumã-Mirim.



Fonte: Acervo da autora (jul./2014).

A casa é fixada no corpo como uma imagem de intimidade que, ao abrigar um centro, cria um universo (ELIADE, 1979).

Ela abriga a família, protege, tende a unir os iguais e a ser referência para a vida, ocupando um lugar na organização do mundo. Sua importância é indiscutível e isso justifica o fato dela ser continuamente citada por muitos agricultores, principalmente quando, a partir da feira, eles passam a ter acesso aos financiamentos,⁹⁵ permitindo que muitos tenham condições de reformar as mais antigas ou construir novas casas. A partir disso, podemos constatar como o auxílio das políticas públicas executadas por diversas instituições podem colaborar para a mudança de vida:

Eu e minha família moramos em um *rabo de jacú*⁹⁶ embaixo das árvores quase dois anos e dormíamos em três redes com o fogo aceso lá fora. No inverno chovia e molhava tudo. Foi com a ajuda do INCRA que construímos nossa casa⁹⁷ e a casa de farinha, feitas com o material tirado da mata. Fizemos a sala embaixo e os quartos em cima. Hoje moro em um palácio. (Entrevistada L).

Este depoimento reflete a situação que precisou ser enfrentada por muitos moradores das comunidades estudadas e nele e em outros relatos percebemos que os que conseguiram alcançar melhores condições de vida material são tomados por emoções ao falar das casas que tiveram, refletindo sobre um momento anterior que foi modificado.

⁹⁵ Existe uma linha de crédito dentro do Programa Minha Casa Minha Vida para a construção ou reforma de imóveis rurais para agricultores familiares, trabalhadores e aposentados rurais com renda anual de até R\$ 15 mil reais.

⁹⁶ Casa cercada por varas e coberta de palha.

⁹⁷ Compra da caixa d'água, tijolos e canos para a construção do banheiro e pagamento da mão de obra.

Bourdieu (2006) nos ajuda a entender isso quando fala sobre a importância da casa:

não se pode compreender completamente os investimentos de toda a espécie, em dinheiro, em trabalho, em tempo e em afectos, de que ela é objecto, se não nos apercebermos que, como o recorda o duplo sentido da palavra, que designa ao mesmo tempo o edifício e o conjunto dos seus habitantes, a casa é indissociável da *família* como grupo social durável e do projecto colectivo de a perpetuar. (...) a palavra "casa" reenvia inseparavelmente para a morada material e para a família que aí viveu, aí vive ou aí viverá, entidade social cuja transcendência em relação às pessoas individuais se afirma precisamente pelo facto de dispor de um património de bens materiais e simbólicos... (BOURDIEU, 2006, p.38).

É assim que a casa representa seus moradores. E entre os agricultores estudados ela tem um destaque, especialmente quando a nova casa é de alvenaria⁹⁸. Como na Amazônia as casas costumam ser construídas, aproveitando os recursos naturais disponíveis, a casa de alvenaria passou a significar um elemento de diferenciação entre os que conseguiram “progredir” e os que ainda se encontram à espera desta oportunidade, tornando-a um produto carregado de significados.

Fotos 15 e 16: A casa antiga e a nova casa – Novo Airão.



Fonte: Acervo da autora (ago./2014).

Temos encontrado, com muita frequência, situações em que observamos essa noção de progresso familiar materializado na casa. É suficiente a casa nova ser coberta para que os moradores a ocupem ainda que os acabamentos não tenham sido concluídos⁹⁹. Há situações em que a casa antiga continua existindo e é reaproveitada para outras finalidades, mas a casa

⁹⁸ Alguns insistem em mostrar as fotos da casa nova ou que se encontra em construção.

⁹⁹ Durante a investigação quando fomos a um sítio, a casa ainda se encontra em construção, mas a mudança da família já foi realizada mesmo com a casa pela metade, sem embaçamento, portas internas ou janelas.

nova passa a ocupar um lugar de destaque, significando que sua localização também sugere simbolicamente formas de proteção:

Minha casa fica no meio do pomar há cem metros da entrada do sítio. Ela é de madeira com piso de cimento vermelho e é grande, ela mede 6m² X 10m². Lá eu vivo tranquilo, longe do barulho. Tenho um igarapé lá atrás e só um cachorro vive comigo. Da minha casa até o asfalto onde passa o ônibus são 6 quilômetros e os vizinhos estão distantes, mas eu gosto disso, gosto do silêncio.¹⁰⁰

Este relato identifica uma solidão que é preenchida pelo ambiente que rodeia a casa e que tende a mantê-lo protegido. Neste caso específico, do mundo e da vida¹⁰¹. Mas a casa não só protege os que sentem necessidade ou gostam da solidão, ela também funciona como protetora da vida em família, e como diz Bourdieu (2006),

O que se afirma tacitamente através da criação de uma casa é a vontade de criar um grupo permanente, unido por relações sociais estáveis, uma descendência capaz de se perpetuar duravelmente, no género do domicílio, durável e estável, imutável; é um projecto ou uma aposta colectiva sobre o futuro da unidade doméstica, quer dizer, sobre a sua coesão, a sua integração, ou, se se preferir, sobre a sua capacidade de resistir à desagregação e à dispersão. (BOURDIEU, 2006, p.39).

A casa é abrigo, é refúgio, é o lugar da pertença, da partilha, da aliança e da coesão familiar, favorece o enraizamento e a “imutabilidade no tempo”. Ela é investimento econômico e social e encontra-se ligada à família como unidade social, tendo a finalidade de assegurar sua reprodução biológica (Idem, p. 40-41).

A casa para o agricultor é a personificação da terra, que também tem um significado sagrado. A disjunção destes dois elementos, casa e terra, tem um impacto surpreendente na vida da família e isso pode ser percebido no relato abaixo:

Eu morava no terreno da minha avó lá do outro lado do rio, mas quando ela morreu, minha tia voltou e nós tivemos que sair. Tinha muita coisa plantada lá e nós deixamos tudo... Agora moro no lote da minha sogra. São três casas no mesmo lote: a da minha sogra, a minha e a do meu cunhado. A gente vê tanta terra, tanto dinheiro desviado... Hoje eu moro com minha sogra porque não tenho um lote para plantar, enquanto tem tanta terra por aí desocupada, aí você quer só um pedaço para produzir... a gente não pode desmatar mais... Me lembro que nós fomos lá no Palácio do Governo, aí um rapaz se pronunciou que daqui a uns tempos a gente vai ter que plantar no ar, porque

¹⁰⁰ Depoimento obtido em conversa informal durante a fase de observação.

¹⁰¹ Este agricultor havia sido abandonado pela esposa oito meses antes e talvez este fato explique sua necessidade de solidão.

embaixo, na terra, ninguém pode mais derrubar uma árvore... (Entrevistado P).

Preocupado com a burocracia e com pouco entendimento sobre o novo Código Florestal Brasileiro, ele fica preso à orientação que se volta para a preservação das margens de rios (Áreas de Preservação Permanente – APPs) e das áreas protegidas (Reserva Legal) que na Amazônia corresponde a 80% da propriedade rural em área de floresta:

Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura vegetal nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei:

I – localizado na Amazônia Legal:

a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas; (BRASIL, 2012e).

Atentando que muitos dos lotes estão localizados em área de florestas, este é um pré-requisito exigido fundamentalmente de todos eles e, no caso do agricultor citado, isso significa que dividir o terreno com mais duas famílias vai limitar sua área de plantio e, portanto, a capacidade da família em ampliar suas possibilidades de produção.

A preocupação faz sentido, pois dos 11.415 estabelecimentos agrícolas do Amazonas, 9.652 deles que são destinados à agricultura familiar estão localizados em área de mata/ floresta fixadas como área de preservação permanente (BRASIL, 2006a), como podemos ver abaixo:

Quadro 14 – Utilização das terras nos estabelecimentos – Amazonas

Matas e/ou florestas						
	Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal		Matas e/ou florestas naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)		Florestas plantadas com essências florestais	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	11.415	713.316	19.522	1.048.335	263	17.961
AF ¹	9.652	261.623	17.415	490.243	216	2.928
AnF ²	1.763	451.693	2.107	568.091	47	15.033

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006¹⁰².

¹⁰² Adaptação feita com base na tabela 3.3.1 – utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar – Amazonas – (BRASIL, 2006a).

¹ Agricultura Familiar

² Agricultura não Familiar

Vemos pelos dados, que uma grande quantidade de estabelecimentos agrícolas estão em áreas de floresta e aqui nos encontramos diante de um paradoxo: muitos lotes provenientes de áreas de assentamentos, mesmo estando localizados em áreas de floresta, têm a agricultura incentivada e para os agricultores que participam da feira, um dos pré-requisitos é a continuidade no oferecimento dos produtos, alternativa encontrada na diversificação da produção.

O policultivo que significa essa diversificação e que inclui culturas temporárias e permanentes sendo produzidas concomitantemente, também exige áreas variadas para o plantio, que aliado ao desejo de ampliação da produção pode causar em um futuro próximo problemas relacionados às limitações definidas pelo Código Florestal.

O agricultor citado não foi o único a reclamar sobre isso e mesmo que, na maioria destes casos, a terra ainda seja subutilizada, eles pensam em termos de futuro em como ampliar a capacidade de produção familiar e, portanto, na melhoria das condições de vida da família.

Ao falarmos da casa como representação da família, precisamos também compreendê-la. Buscando uma resposta para o significado de família, Bruschini (1990) questiona a forte tendência voltada à sua naturalização:

tanto ao nível do senso comum, quanto da própria reflexão científica, que leva à identificação do grupo conjugal como forma básica e elementar de toda família e à percepção do parentesco e da divisão de papéis como fenômenos “naturais” criou, durante muito tempo, obstáculos de difícil transposição para sua análise. (BRUSCHINI, 1990, p. 31).

Sua sugestão é a de que o primeiro passo para qualquer estudo sobre família deve ser o de desconstruir sua imagem engessada em um fundamento biológico e começar a percebê-la como criação humana que pode ser modificada (e a realidade comprova isso). Este modelo predominante de família nuclear só foi consolidada historicamente por volta do século XVIII com a ascensão da burguesia e a privatização da instituição familiar (Idem, p. 34-38).

As famílias estudadas apresentam uma composição variável, indo da tradicional família nuclear à família extensa, podendo apresentar uma relação de parentesco estrutural, baseada na racionalidade de sua organização e reprodução (WOORTMANN, 1990).

Neste sentido, entendemos estas famílias não necessariamente por seu grau de ancestralidade, mas principalmente pelos arranjos que são organizados para a reprodução do grupo.

Em um mesmo lote podem ser encontradas duas ou três famílias e isso será determinado pela falta de alternativa em viver em lotes separados, como no casamento de filhos que permanecem morando no sítio, parentes vindos de outros Municípios ou Estados e até mesmo de amigos necessitados, que chegam, vão ficando, e com o tempo, constroem sua própria casa, se instalando permanentemente.

Em casos como estes, a organização para a produção dos itens necessários ao consumo será determinada pelo dono da terra com o trabalho sendo dividido entre todos os membros. Não existe nesta situação, nenhuma inclinação rígida de divisão da terra entre os herdeiros diretos, apesar de ser esta uma tendência.

É Carneiro (2001) que registra as diferentes variáveis que poderão interferir na transmissão da terra, lembrando que,

A transmissão dos direitos sobre a propriedade familiar de uma geração a outra é objeto de múltiplas estratégias que variam de acordo com as condições de cada família, ou seja, com os instrumentos de negociação ou de compensação disponíveis, derivados tanto da sua história específica como da sua inserção na economia e na sociedade. (CARNEIRO, 2001, p. 23).

Podemos encontrar o modelo de transmissão direta aos filhos homens, a divisão da terra entre todos os herdeiros independente do sexo, mas também a apenas um dos filhos que se mostre mais propenso a dar continuidade ao patrimônio familiar, especialmente os filhos homens.

Para Paulilo (2004),

(...) o acesso das mulheres à terra é menor que o dos homens no mundo todo. A América Latina e, dentro dela, o Brasil não são exceções. A conquista do direito a esse bem em vários países não significou uma possibilidade concreta de filhas de agricultores partilharem a herança em pé de igualdade com seus irmãos homens. (PAULILO, 2004, p. 233).

Mas, encontramos uma agricultora que apesar de ter cinco irmãos ela foi a escolhida para herdar a terra do pai. Como os irmãos moram na cidade e “não gostam do mato”, a terra foi doada a ela como dote de casamento e ali ela permanece com o marido e as filhas, levando adiante o trabalho que foi iniciado pelo pai.

Como as famílias tendem a ser menores do que eram nas gerações anteriores¹⁰³, permanece a tendência à família nuclear (somente os pais e os filhos, em geral pequenos), mas também foram encontrados casos de família monoparental (somente a mulher ou o marido com os filhos), família reconstituída (a mulher ou marido com os filhos e um/a novo/a companheiro/a), família anaparental (constituída apenas por irmãos), famílias extensas (formadas por avós e netos ou outros parentes próximos) entre outros arranjos familiares¹⁰⁴. Isto demonstra mais uma vez a convivência da diversidade em um contexto aparentemente unificado.

Para estas famílias, apesar da existência no universo rural de estratégias que são utilizadas como referência na vida cultural, material e simbólica, estas referências são organizadas no cotidiano da vida familiar, no trabalho e nas relações sociais. É nesses espaços sempre em movimento que percebemos este universo como uma construção dinâmica.

A terra, o sítio, a família, tudo passa a ser representado pela casa e é nesse ambiente que a circunda que o trabalho se materializa, mantendo-se a casa simbolicamente como a guardiã e transmissora dos valores familiares que foram ali construídos.

2.3 Trabalhando Para Plantar

Em nossa análise sobre o trabalho agrícola, deixamos claro, logo de início, que todos os agricultores que fazem parte do nosso estudo produzem para o consumo e para a venda. Eles plantam, consomem parte do que é plantado, vendem a outra parte e compram com o dinheiro obtido na venda os produtos que não são cultivados e outros bens.

Apesar de produzirem para a venda, não há grandes mudanças em sua condição e separar o melhor para a venda garante uma maneira mais justa de concorrer com os outros agricultores na feira. Sobre isso uma agricultora fala:

Lá na casa do meu pai fomos acostumados a comer o que não dava pra vender e agora faço a mesma coisa com os meus filhos. Aquelas verduras ou frutas mais feias é o que a gente come. Mas nem tudo o que tem lá em casa foi plantado pra vender. Temos três mangueiras que quando está na época de manga, dão demais e nós não conseguimos comer tudo, e pra não estragar a gente leva pra feira. (Entrevistada A).

¹⁰³ O tamanho médio destas famílias é de 5 pessoas por casa.

¹⁰⁴ Cf. ROUDINESCO, 2003.

Produzir da melhor forma possível e de maneira adequada para colher bons frutos, aumenta as expectativas de venda, mas nem sempre isso é factível. Como abordado, o tamanho das famílias tem influenciado nas possibilidades de aumento da produção, principalmente quando não existem recursos financeiros para seu incremento com a contratação de ajuda externa ou quando falta conhecimento técnico para incrementar a produção. As famílias, além de não serem tão grandes, têm diminuído. O que temos observado é que os filhos quando crescem, casam compondo nova família ou vão estudar na cidade¹⁰⁵ e os muito pequenos não constituem ajuda para o trabalho na agricultura.

Tomando por base o que pode ser idealizado para a divisão do trabalho familiar nestas unidades de produção, os cuidados com a casa e alimentação são responsabilidades da mulher e a roça e a plantação é reservada prioritariamente ao homem. A impressão é a de que estes espaços são separados de forma a manter um domínio específico para cada um dos cônjuges – ela em casa produzindo valores de uso e ele na roça/plantação produzindo valores de troca.

Apesar da persistência em poucos casos desta divisão, a realidade não é bem esta. Mesmo com o predomínio feminino na casa cuidando dos afazeres domésticos ela também vai para a roça, significando importante participação na produção que será, em parte, consumida pela família e a outra parte destinada à venda na feira, estando, muitas vezes, ela mesma à frente desta venda.

A mulher e as filhas serão sempre as mais propensas a realizarem o trabalho doméstico. Situações como essa em que ela fica totalmente responsável pelo trabalho na casa, realizando algumas atividades na roça e ainda ajudando na venda, podemos pensar em uma jornada de trabalho estendida muito típica do que é em geral reservado às mulheres.

Considerando as variadas situações encontradas, a divisão do trabalho entre os casais pode se apresentar:

- bem marcada, com a mulher cuidando da casa e o homem da roça e da plantação;
- as filhas cuidando da casa e o casal e os filhos mais velhos cuidando da roça, da plantação e da venda na feira;
- a mulher sendo a responsável pela casa e ainda participando do trabalho na roça e na plantação, evitando o serviço pesado, mas contribuindo na plantação e na colheita, com ele ficando também responsável pela venda;

¹⁰⁵ Esta é uma discussão que faremos adiante.

- ela fica com o trabalho da casa e da venda e ele especificamente com a roça e com a plantação;
- ela fica com o trabalho da casa e ambos dividem o trabalho na roça, na plantação e na feira.

Vemos que a sinalização do gênero tem trazido algumas desvantagens para as mulheres pela permanência em qualquer situação do trabalho doméstico e por ser este um tipo de trabalho que toma muito tempo.

Bruschini (1990) retomando algumas pesquisas sobre o tempo de trabalho das mulheres demonstra o quanto o estudo do tempo tem sido importante para deixar clara sua fragmentação nas atividades domésticas que são realizadas no percurso de um dia, sugerindo que o tempo racional da produção não pode ser utilizado como equivalente ao tempo da reprodução.

Mesmo tendo a liberdade de imprimir um tempo próprio às tarefas realizadas, este tempo se encontra intimamente ligado ao tempo da família que pode ser regido por outras variáveis. Mas a exclusividade do trabalho doméstico entre as mulheres de nosso estudo só aparece em raríssimos casos.

Em muitas situações, além do casal se encontrar totalmente envolvido com a atividade agrícola, os demais membros da família também realizam algumas atividades que podem variar conforme a idade: as crianças e os mais velhos podem ajudar, tanto na casa quanto na roça, sendo esta atribuição pautada no sexo. Mas a tendência é que as mulheres colaborem com o trabalho da casa e passem a ter também alguma participação, mesmo pequena com o trabalho na roça.

Almeida (2008) define roça como uma palavra polissêmica que representa tanto os tratos com o cultivo quanto uma maneira de viver e de ser. Para ele,

Mais que um modelo de relação antrópica, a chamada *roça* compreende um estilo de vida que vai desde a definição do lugar dos povoados, passando pela escolha dos terrenos agriculturáveis, e dos locais de coleta, de caça e de pesca, até os rituais de passagem que asseguram a coesão social em festas religiosas, em funerais, batizados e comemorações diversas. Esta designação expressa ademais, uma representação particular da relação entre tempo e espaço, manifesta nos calendários agrícolas, extrativos e de festas, constituindo-se numa referência essencial que sedimenta as relações intrafamiliares e entre unidades familiares, além de assegurar laços de reciprocidade necessários para a reivindicação e defesa do território (ALMEIDA, 2008, p. 39-40).

Para Garcia (1983), existe uma diferença entre a roça e o sítio. Para ela, a roça é destinada às lavouras de ciclo curto, enquanto o sítio é o termo utilizado para a plantação de árvores frutíferas.

Não observamos aqui nenhum discernimento a este respeito (como já informado anteriormente) quando eles se referem ao sítio, que para eles compreende todo o espaço reservado à propriedade familiar. Entretanto, quando falam da roça é muito clara a separação que eles fazem entre ela e as outras plantações.

Apesar de compreendermos a roça como um modo de vida, para os agricultores estudados a roça tem um sentido restrito, sendo muito clara a distinção que eles fazem entre a ela e as outras plantações.

A roça, para eles, é representada pelo complexo formado pela plantação de mandioca e a estrutura utilizada para seu beneficiamento – a casa de farinha. Falamos complexo porque temos além da plantação, a casa de farinha e todos os apetrechos relacionados ao seu beneficiamento e normalmente tudo se encontra localizado muito próximo da plantação com a finalidade de agilizar seu uso.

Todas as outras culturas desenvolvidas no sítio integram o que eles chamam de plantação: hortaliças, legumes, verduras e frutas. Essa separação nos pareceu muito bem assinalada, pois a roça sempre se encontra nos arredores da casa e as outras plantações podem ser encontradas a distâncias maiores desta.

Foto 17 – Casa de farinha– Novo Airão



Fonte: Acervo da autora (ago. 2014).

Em um dos sítios foram plantados cinco hectares de mandioca e uma agricultora que havia acabado de preparar a farinha que seria levada para a feira, naquela semana, explica demonstrando seu conhecimento sobre o assunto: “a mandioca precisa ter o terreno limpo

três vezes. Na terceira limpa a gente cava pra ver se está bom e isso demora uns dez meses. Se está boa, você tira a raiz que vai ser usada e a maniva¹⁰⁶ para plantar novamente.”

Foto 18: Plantação de mandioca– Novo Airão



Fonte: Acervo da autora (ago./ 2014).

A mandioca é um produto muito versátil que pode ser produzida o ano inteiro e dela tudo é aproveitado incluindo a casca que pode ser utilizada como ração. Ela pode ser vendida logo após a colheita e uma saca de 50 kg custa em torno de R\$ 50,00. Sendo beneficiada, estes valores aumentam significativamente. Outra agricultora explica:

Com a mandioca eu faço farinha, goma, tucupi, bejú seco e pé de moleque. A mandioca é melhor transformada porque uma saca de 70 kg (R\$ 70,00) dá pra fazer 100 pés de moleque e com dois baldes de vinte litros eu faço 113 pés de moleque que eu vendo a R\$ 2,50 cada. (Entrevistada A).

Foto 19: Beneficiamento da macaxeira (pé de moleque) – Tarumã-Mirim.



Fonte: Acervo da autora (jul./2014).

¹⁰⁶ A maniva é o tronco principal da planta e é ela que dará origem à nova produção.

Apesar de todo o trabalho para o beneficiamento, esta é uma forma muito mais rentável para a comercialização, funcionando para aumentar o grau de valorização do trabalho do agricultor.

Fotos 20 e 21 – Prensadeira e forno para fabricação de farinha – Tarumã-Mirim



Fonte: Acervo da autora (set. 2014).

É curioso como praticamente todas as famílias produzem mandioca. Por isso é básico, nos sítios, uma casa de farinha muito próxima à casa da família, normalmente uma estrutura apenas coberta, com um forno e uma prensadeira bem rústica. A mandioca é encontrada com muita frequência e todos, ainda cedo, aprendem a beneficiá-la, também, para o próprio consumo.

Temos percebido que nestas unidades familiares, por volta de 8 anos, a criança tende a ser inserida no trabalho agrícola, como conservação da tradição familiar, realizando pequenas tarefas tais como, molhar os canteiros (quando não existe irrigação), cuidar de uma determinada área da plantação ou auxiliar na colheita. Não nos parece ser destinada a elas o serviço mais pesado, como a capina do mato ou a aragem com enxada, que em geral fica para os pais¹⁰⁷ ou para um ajudante.

Uma agricultora confidenciou com muita parcimônia que as duas filhas de 10 e 12 anos são as responsáveis pela produção de pimenta de cheiro da família, mas enfatizou que o dinheiro obtido com a venda do produto é totalmente revertido em suas necessidades: “Minhas filhas é que são responsáveis pela pimenta de cheiro, mas com o dinheiro nós compramos o que elas querem. Elas precisam aprender a trabalhar para ter as coisas” (Agricultora A). E lembrou que agora elas estão bem, pois “a cheia¹⁰⁸ aumentou o preço da

¹⁰⁷ Muitas são as mulheres que também realizam este trabalho.

¹⁰⁸ Em abril de 2014 os meios de comunicação divulgavam que alguns municípios do Amazonas estavam sendo afetados pela subida das águas dos rios, incluindo os municípios de Iranduba,

pimenta que está sendo vendida entre R\$ 5,00 e R\$ 7,00 o quilo e isso é muito bom para elas”, conclui.

Foto 22: Plantação de pimenta de cheiro - Tarumã-Mirim.



Fonte: Acervo da autora (jul./ 2014).

Pela maneira como foi falado nos ocorreu que o conhecimento em torno da proibição do trabalho infantil disseminado pelos meios de comunicação e também pela escola, pode contribuir para alterar as relações familiares, já que todos os pais que são filhos de agricultores foram unânimes em falar que começaram a trabalhar na roça muito cedo, como demonstrado no relato deste e de tantos outros agricultores: “Com sete anos de idade eu já sabia plantar cheiro [cheiro verde], plantar cebola, alface, tudo eu sabia plantar.” (Agricultor P).

Temos então uma conjuntura que contribui para a diminuição de braços para o trabalho: famílias pequenas ou em processo de encolhimento, pela saída de casa dos filhos maiores, e a existência de crianças e idosos em quantidade significativa. Tudo isso contribui para a limitação da área plantada. A solução é, quando possível, a contratação do serviço de ajuda externa.

Para as famílias formadas apenas por pessoas mais velhas, como o casal de idosos que moram sozinhos, a contratação de ajuda externa é fundamental:

Eu cuido das coisas da casa, faço comida, coloco milho para as galinhas que estão soltas no terreiro e cuido da plantação mais próxima. O que fica mais distante fica para o ajudante. O meu velho cuida da granja, que toma o dia quase todo, porque ele precisa colocar ração para os bichos três vezes por

dia, trocar água, limpar e retirar os ovos. O tempo dele é quase todo só pra isso. (Entrevistada L).

No caso da família formada pelos avós e seus dois netos pequenos, o trabalho precisou ser reorganizado com a saída dos filhos¹⁰⁹:

Tive quatro filhos. No primeiro eu tinha de 13 para 14 anos. Três filhos foram embora para Manaus e só uma filha mora por aqui e eu nem sei onde. Ela teve dez filhos, mas hoje só moram três com ela. Eu fiquei com quatro, mas dois já foram embora e só ficaram os dois pequenos que moram comigo. A vida é difícil! Já tive que carregar 25, às vezes 30 quilos por 15 quilômetros para pegar o ônibus. Meu velho é doente e não tem ninguém para ajudar, então, eu é que preciso fazer.

Para os casais com filhos ou outros parentes maiores, o trabalho fica um pouco mais ameno, mas não menos desgastante:

Lá em casa somos eu, meu marido e meus três filhos. Todo mundo ajuda um pouco. Eu cuido da casa, o menor cuida da horta, meu marido cuida da terra. A terra não é boa, precisa arar, botar calcário, fazer aragem manual. Todos ajudamos para plantar e colher, mas o trabalho é pesado. A gente quer comprar um trator. Temos um projeto e queremos a área limpa este ano para plantar no próximo. (Entrevistada M).

Também encontramos uma família formada por seis irmãos que herdaram 8 lotes de terra que medem 3.000 X 2.000. Como a quantidade de terra e a produção é grande, o mais viável, neste caso, é o uso do trator alugado que custa entre R\$ 200 e R\$ 300,00 a hora, encarecendo os custos da produção. A compra de um trator seria a solução, mas ainda não foi obtido por não terem conseguido o financiamento.

Acrescido ao aluguel do trator existem os outros gastos que são constantes e que a agricultora assim descreve: “São R\$ 12,00 para cada 30 quilos de esterco, R\$ 12,00 para cada 40 quilos de calcário, precisa ainda do sulfato de amônia e veneno para matar as pragas. No final, a gente só trabalha para plantar!”¹¹⁰

Temos observado o quanto de capital é necessário para manter a continuidade da produção, principalmente considerando a terra firme, que necessita de quantidade significativa de insumos para tornar-se produtiva e, por isso, eles se consideram “senhores e escravos” da própria produção. Senhores, por serem os donos da terra e escravos, por terem

¹⁰⁹ Informação obtida em uma das viagens no formigão para o Tarumã-Mirim.

¹¹⁰ Relato obtido em conversa informal na feira.

que trabalhar dobrado, com forte investimento na produção para conseguirem alcançar os resultados esperados, mesmo tendo para isso certo grau de liberdade.

Outra agricultora assim resume:

Até agora, tudo o que eu ganho é só para investir na produção e não sobra quase nada! É um descuido o que fazem com o agricultor aqui! O dinheiro não dá pra nada! A terra precisa ser adubada e o gasto aumenta. Para cada pé de banana é quase R\$ 10,00 de investimento e ainda precisa de calcário, uréia... Virei escrava da minha própria produção! (Entrevistada F).

Eles reclamam que os gastos para o investimento na terra são muito altos, sendo esta despesa crucial para iniciar a plantação. Como muitos produzem em terra firme, esses gastos aumentam sobremaneira com a compra de adubo, o que é fundamental quando a terra é muito arenosa. Além do adubo que pode ser de gado ou de galinha (preferencialmente), é necessário também a compra de calcário, fósforo, potássio, uréia e outros tantos insumos necessários para produzir. Mas o gasto com adubo é o mais caro, sendo isso considerado ponto pacífico entre eles, que sugerem a criação de algum tipo de subsídio para a compra.

Foto 23 e 24 - Plantação de bananas em Novo Airão e de laranjas em Manacapuru.



Fonte: Acervo da autora (ago./2014).

Alguns agricultores complementam o trabalho na terra com a criação de aves o que tende a diminuir os gastos com adubo, que é considerado o insumo mais oneroso no investimento da produção. Entretanto, o gasto inicial para este investimento também é muito alto. Vemos no quadro a seguir o exemplo dado por um agricultor que planeja começar a criação de aves e para isso ele calcula o seu gasto inicial para a criação de 1000 galinhas de postura¹¹¹:

¹¹¹ Mais conhecida por nós como galinha de granja.

Quadro 15: Gasto com a estrutura inicial para criação de aves

Insumos	Valor em reais
Gaiolas	2.500
Bicos	1.200
Caixas de água	310
Comedores	800
Canos	350
Pinos	3.200
Medicamento	200
Ração	11.000
Pinteiro	1.600
Galpão	1.600
Mão de obra	1.500
TOTAL	24.260

Fonte: Quadro elaborado pela autora baseada em informações obtidas com o Entrevistado P.

O entrevistado P explica que tentou o financiamento do projeto pelo PRONAF, mas só foram disponibilizados R\$ 21.000,00 para pagar em cinco anos. Como o valor é inferior ao necessário, ficou preocupado com o que precisaria ter (e não tem) para levar em frente o projeto, que somente começa a dar retorno em dois ou três anos, quando o investimento alcança seu ponto de equilíbrio.

Explica ainda que para este tipo de criação o investimento é alto porque as galinhas apresentam três fases diferentes que necessitam de galpão, tratamento e ração especial para cada uma delas.

A primeira fase é a dos pintos que ficam em um galpão separado e se alimentam da ração inicial; a segunda fase é quando elas começam a botar os ovos e ficam em um galpão especial próprio para este fim, se alimentando de ração de crescimento; a última fase é quando elas são separadas e comem a ração para o abate.

Do início até o fim do processo leva em torno de 72 semanas e o ciclo deve ser mantido, significando que para cada grupo de aves destinadas ao abate, novos pintos devem ser comprados para fazer a reposição.

Fotos 25 e 26: Criação de aves no Tarumã-Mirim.



Fonte: Acervo da autora (jul./2014).

Após esta exposição nos perguntamos se o problema que o agricultor apontou referente ao financiamento não está na maneira como as políticas públicas são pensadas, considerando o país como um todo sem levar em consideração as distâncias geográficas e as maneiras de aquisição dos insumos, concebendo que praticamente todos os elementos listados são obtidos direto do Sul e Sudeste do Brasil o que encarece mais ainda seu valor. É provável que o cálculo da política seja equivalente ao necessário para estas regiões, mas inadequado para o Norte do país.

Outro agricultor¹¹², que também trabalha com aves fala dos gastos, explicando que sua criação sai muito cara. Ele calcula: “50 quilos de ração custam R\$ 75,00 e são necessários 4 sacos de ração a cada 6 dias para a alimentação das aves”. E ele completa o seu cálculo: “Tenho 1.200 codornas e cada ovo custa R\$ 0,10. Por 800 ovos/dia tenho R\$ 80,00. Tiro daí a ração, a manutenção das gaiolas... sobra muito pouco!”

Mas o retorno financeiro é rápido. Quando reclama, insiste em dizer que é por isso que complementa a criação de aves com a plantação de hortaliças, mas para isso tem a ajuda da mulher e duas filhas, principalmente nos dias em que precisa estar na feira, já que a criação de aves necessita de muito tempo de dedicação.

A falta de acesso aos recursos que são disponibilizados pelas políticas voltadas à agricultura familiar dificulta ainda mais o estímulo à produção e muitos são os agricultores que não têm apoio técnico ou mesmo qualquer outra forma de auxílio para desenvolver seus cultivos. Um destes diz:

¹¹² Informação obtida durante a observação.

Planto por minha conta sem apoio nenhum. Nós nunca tivemos apoio para nada aqui e por isso, vou fazendo como eu sei e quando não sei, pergunto do vizinho: “rapaz, quanto é que tu bota?” Aí a gente vai vendo, vai tentando. As vezes eu também pergunto lá onde eu compro adubo e assim vamos levando com nossas próprias forças, botando as coisas e vendo se funciona (Entrevistado J).

O relato acima é típico dos agricultores que por serem também filhos de agricultores aprenderam fazendo, mas por falta de conhecimento técnico para a lida com situações inesperadas, vão experimentando e nestes experimentos vão ficando em desvantagem. E ele continua explicando:

Aqui nós precisamos botar o calcário, mas pra isso a gente precisa da análise de solo e como não tem ninguém pra fazer, a gente nunca tira a fruta na época por que o tempo dela é diferente. Aí a gente pensa: o que não tá funcionando? E eu não sei o que é. Assim o risco de perder a safra é grande e o investimento é muito arriscado. (Entrevistado J).

Este foi um dos sítios investigados e vimos como o esforço que ele tem feito para dar certo é grande. Ele conhece cada uma das 230 laranjeiras plantadas no seu quintal e sabe exatamente qual é o problema de cada uma delas, mas não sabe resolvê-los. Algumas laranjas apresentam manchas escuras, outras têm a casca muito grossa, folhas manchadas e tudo isso leva à perda de valor comercial já que a preferência é por laranjas com casca lisinha e sem manchas.

Fotos 27 e 28: Manchas nos frutos e folhas da laranjeira – Manacapuru.



Fonte: acervo da autora (set./ 2014).

Ele teoriza sobre os problemas na sua plantação que atinge parte dos pés de laranja: “Eu tenho pra mim, assim, é meu ponto de vista (...) eu já desconfio que isso vem do ar, tipo assim, que é uma chuva ácida que cai, porque ela só dá mais nas folhas novas, parece que elas não são resistentes.” Esta afirmação demonstra sua necessidade em descobrir o que está acontecendo, mas ele continua sem respostas.

Apesar dos problemas, sua produção é significativa chegando a alcançar, no período de safra, 30 ou 40 mil frutos por semana e mesmo com as dificuldades para manter o resultado, ele reconhece que a vida tem melhorado, mas que poderia ser ainda melhor.

Outra agricultora nos informou que sua plantação de cupuaçu foi afetada pela vassoura de bruxa¹¹³. A falta de uma ação mais efetiva quando as primeiras árvores foram atingidas, levou à perda de 400 pés de cupuaçu, seu principal cultivo, interferindo significativamente no poder de compra da família. Perguntada sobre o que vai fazer a partir de agora, ela explica que não há outra saída a não ser a queima da plantação.

Estes depoimentos ajudam a explicar a importância do acompanhamento técnico e do conhecimento que é resultado dele em uma situação de inserção no mercado. Sua ausência significa um risco que pode aumentar consideravelmente o prejuízo de quem aposta tudo em apenas uma cultura específica. É por isso que eles investem no policultivo mesmo mantendo algumas culturas permanentes, visando responder aos períodos de entressafra.

2.4 O Dinheiro e Seu Uso

Para Marx (1971), um produto se transforma em mercadoria no momento em que é destinado à troca. Para explicar o movimento de troca entre os agricultores, o que pode gerar uma diversidade de modelos dependendo das condições materiais de cada família, aqui levamos em consideração as diversas formas de uso do dinheiro e, partindo de Marx, fazemos algumas adaptações de sua fórmula básica que indica que a mercadoria é trocada por dinheiro que é novamente trocado por mercadoria, gerando o seguinte movimento:

$$M \longrightarrow D \longrightarrow M$$

Inicialmente partimos do pressuposto de que, apesar da produção para a venda, o trabalho produtivo destes agricultores não é transformado em mercadoria, já que o que é

¹¹³ Fungo que ataca determinadas culturas, provavelmente influenciado por fatores ambientais como a umidade relativa do ar e a temperatura (BIEBER, 2014).

vendido não aponta necessariamente para a produção de mais valia, ou seja, o que é produzido permite apenas o acesso a outros bens necessários à reprodução familiar e a outras formas de consumo.

Aqui queremos descentrar a atenção sobre a produção e inserir a necessidade do consumo como ponto básico para esta análise, partindo da realidade estudada e fugindo das idealizações criadas em torno da atividade agrícola. Portanto, adaptando este conceito para os agricultores em estudo podemos sugerir três movimentos distintos na troca, como a seguir explicitados:

$$P \longrightarrow D \longrightarrow P/M$$

Neste primeiro movimento temos aquelas famílias em que o dinheiro obtido na venda da produção é utilizado, em parte, para o reinvestimento e a outra parte destinada ao complemento das necessidades de consumo familiar. Temos, neste caso, a produção (P) que gera dinheiro (D) e que permite o acesso ao retorno de investimento na produção e à compra de mercadorias (P/M), em geral, não duráveis para consumo imediato ou de outros bens. Como exemplo, temos a compra de outros alimentos em complemento ao que foi produzido.

Um segundo movimento também pode ser sugerido, como a situação relatada por um casal de agricultores que, ao produzir para o próprio consumo e para a venda, necessitam comprar apenas o que não produzem, o que ocorre a cada seis meses com a compra de fardos de arroz, feijão ou de outros gêneros alimentícios, além dos gastos com os insumos necessários à atividade agrícola, guardando sempre que possível, a maior parte do valor obtido na venda da produção.

$$P^1 \longrightarrow D \longrightarrow P^2$$

Aqui temos a produção (P^1) que gera dinheiro (D) e que é destinado basicamente à poupança (P^2) para o pagamento de R\$ 6.000,00 / ano do financiamento do carro adquirido recentemente¹¹⁴.

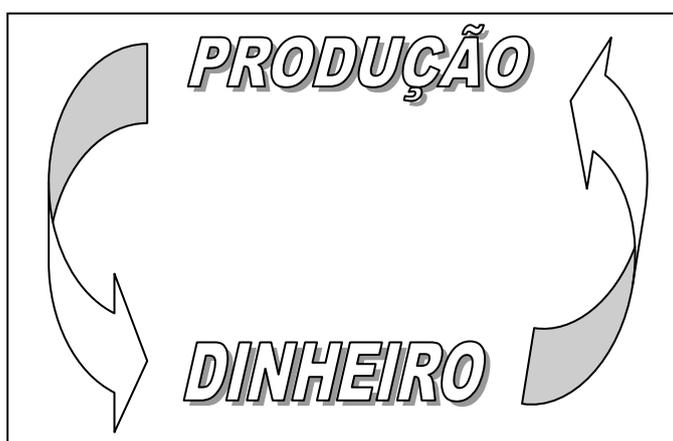
¹¹⁴ Este movimento corresponde àquelas famílias mais organizadas e que realizam um planejamento financeiro, que mesmo com os três anos de carência para o início do pagamento já realizam por conta própria uma poupança prevenindo possíveis transtornos futuros, além de poder liquidar a dívida em menor tempo, abrindo a possibilidade de novos financiamentos.

Podemos citar ainda uma terceira alternativa explanada por uma filha de agricultores que afirma que “na verdade o agricultor vende para produzir”. Teríamos então o seguinte movimento neste caso:

$$P \longrightarrow D \longrightarrow P$$

A produção (P) gera dinheiro (D) que é reinvestido na produção (P), em um movimento de retorno ao ponto inicial. Isso é possível de ser especificado de maneira mais clara, por um movimento que, saindo de um ponto, realiza o seu trajeto e retorna ao ponto inicial, como mostra a figura 1:

Figura 1: Terceiro movimento da troca comercial



Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar de ser este, sem dúvidas, o movimento mais constante entre os agricultores, estando presente mesmo que de maneira variável em todas as trocas comerciais realizadas, o consumo de outros bens não se encontra excluído desta relação. Fica claro que neste exercício de análise sobre as situações apontadas, que a teoria marxista somente pode ser utilizada com adaptações que permitam compreender o significado destas trocas para estes agricultores.

Consumir outros bens também faz parte de suas ambições, apesar de isso ocorrer somente quando são supridas as necessidades básicas e os gastos com investimento na produção. Podemos simplificar isso com o fato de que parte do ganho obtido tem por objetivo o reinvestimento, mas a outra parte (quando existe) é utilizada para o consumo de bens em geral, variando apenas a forma de acesso entre as famílias.

Para Marx (1971), a compreensão da sociedade deve ser procurada na maneira como as coisas são produzidas e o mercado teria o poder mágico de criação de valores sobre estas

coisas tornando-as mercadoria. Neste sentido, as relações sociais seriam transformadas em relações entre coisas e o consumo seria um mal relacionado ao interesse capitalista em vender.

Mas, o consumo entre os agricultores estudados não é visto como um mal. Ele é percebido como a consequência direta de um processo que eles desejam que seja ampliado, incluindo outras capacidades de acesso aos mais diversos bens.

Douglas e Isherwood (2004, p. 26) analisando *o mundo dos bens*, sugerem que o consumo deve ser entendido como “parte integrante do mesmo sistema social que explica a disposição para o trabalho”. Ocorre, nesta compreensão, a necessidade de articular as esferas econômicas da produção e do consumo de maneira a deixar clara esta relação, conduzindo à compreensão de que a aquisição dos bens tem um significado que ultrapassa seu valor utilitário e comercial por possuir um significado cultural que é materializado nos objetos.

Fazendo parte da vida social, o consumo como “um uso de posses materiais que está além do comércio e é livre dentro da lei” (Idem, p.102), deve ser compreendido como um ato cultural e por isso, seu significado deve ser analisado em busca da compreensão dos motivos que nos fazem querer consumir ou poupar e de que forma, através do consumo, somos incluídos ou excluídos do mundo social.

Ao buscar os mecanismos que se encontram por trás destas exclusões e ao mesmo tempo reconhecendo que a capacidade de consumir esconde relações de poder que criam barreiras às relações de troca, demonstram que os bens seriam os meios pelos quais estas relações sociais são encobertas, obscurecendo os fluxos pelos quais estas trocas se realizam (DOUGLAS E ISHERWOOD, 2004).

Bourdieu (2007b) também faz referência ao consumo e ao gosto como formas de criar e manter relações sociais de dominação e submissão, por ser o consumo o operador da reprodução nas relações de classe.

Para ele, ao incorporarem a estrutura social, os diferentes agentes nela produzem, legitimam e reproduzem essas mesmas estruturas e, com a vida material baseada em diferentes gostos, o consumo passa a expressar um *habitus* que marca socialmente as condições de existência, unindo e excluindo, com os bens passando a ser os elementos de distinção entre os grupos (BOURDIEU, 2007b).

Tanto Douglas e Isherwood quanto Bourdieu reconhecem a possibilidade de estabelecer relações simbólicas entre pessoas e coisas independente da maneira como estas coisas são produzidas ou de como elas fluem no campo da circulação.

É na casa, como representação da família, que podemos ver demonstrado como o poder de compra tem sido ampliado e de como pode ser mostrado. Nestas áreas fora da cidade não é difícil encontrar casas com antena parabólica, televisão ou computador.

Em um sítio que tivemos a oportunidade de conhecer durante uma de nossas viagens no *formigão*¹¹⁵, encontramos uma velha casa de madeira recuada e sem pintura, mas na parte de atrás ela se encontra ligada a uma grande cozinha (recém construída e de madeira pintada) que também funciona como sala de jantar e de estar. Como destaque em cima de uma mesa e em posição estratégica encontra-se uma televisão de LCD de 42' que pode ser visualizada de qualquer posição dentro daquele ambiente.

O que é expresso nisso é que,

Enquanto bem material que se encontra exposto à percepção de todos (como o vestuário), e isto duravelmente, esta propriedade exprime ou trai, de forma mais decisiva que outros, o ser social do seu proprietário, os seus meios", como se costuma dizer, mas também os seus gostos, o sistema de classificação que ele envolve nos seus actos de apropriação e que, objectivando-se em bens visíveis, dá lugar à apropriação simbólica operada pelos outros, colocados desta forma em condições de o situar no espaço social, situando-o no espaço dos gostos. (BOURDIEU, 2006, p. 37).

Eles querem mostrar que estão melhorando de vida e não há nada melhor para isso do que “exibir” suas mais novas conquistas materiais, no exemplo citado, materializado na nova cozinha e na televisão, mas em outros casos, pode ser o carro novo que foi financiado, o computador, o tablet ou mesmo o celular de última geração. Serão estes bens materialmente acumulados que passarão a ser a referência para a demonstração do progresso familiar.

Para Miller (1987) o consumo é um elemento chave de compreensão da modernidade e também uma forma de materialização da cultura. Com base nisso ele se pergunta qual o lugar dos bens na contemporaneidade.

Pela idéia de objetificação Miller compreende o processo em que a sociedade projeta o mundo externo reincorporando esta mesma projeção, com o consumo funcionando como uma forma de reapropriação da vida material. Os bens que são mercadoria até o momento da compra são transformados e recontextualizados quando passam ao seu comprador, perdendo sua relação com o mundo externo e passando a fazer parte da cultura material do grupo em um processo de autocriação social, produzindo uma estreita relação entre os objetos e os sujeitos (Idem).

¹¹⁵ Ônibus oferecido pela SEPROR para o transporte da produção.

O uso dos celulares é comum e também se expandiu com a chegada do sinal nas comunidades, mesmo considerando as deficiências do sistema de comunicação. Mas o uso da internet ainda é muito raro e mesmo assim eles não deixaram de comprar os computadores e tablets.

Em uma visita a outro sítio uma agricultora fez questão de mostrar uma reportagem sobre sua filha no tablet que é utilizado pela família, mas reclamou das limitações para seu uso em casa pois “não pegamos o sinal da internet aqui” disse ela.

Outra agricultora ainda, quando falou no aumento de sua produção destacou os bens que tem conseguido comprar, evidenciando o computador que foi comprado para a filha: “comparamos o computador no natal para pagar em um ano e ela ficou muito alegre!”

Como sistema simbólico que articula coisas e pessoas, o consumo é expresso no significado que é dado aos bens que são produzidos, significando para Miller (1987) que ele pode ser concebido como uma maneira de ressignificar uma determinada cultura.

Mas o uso do dinheiro também é revertido na melhoria das condições de trabalho, como a compra de motores para puxar água, roçadeiras, carros utilitários, sistema de irrigação. E como a produção na visão de todos eles tende a ser ampliada, depois da reforma das casas, a compra do trator e do caminhão passam a ser os bens mais significativos e desejados como investimento em termos de futuro.

Como projeção, o uso do trator representa outra maneira de pensar o trabalho em função da produtividade (WOORTMANN, 1990) e o caminhão, a necessidade para o transporte desta mesma produção que será ampliada.

Teríamos então a seguinte ordem de prioridades para o uso do dinheiro excedendo o reinvestimento básico necessário à produção (compra de insumos) nas palavras dos entrevistados, como desejos de consumo imediatos e latentes:

- necessidades imediatas (como a compra de alimentos);
- bens duráveis (roupas e objetos diversos);
- construção da casa de alvenaria;
- carro utilitário;
- ampliação e diversificação da capacidade produtiva (construção de açude ou lago para a criação de peixes, galinheiro, compra de animais);
- trator;
- caminhão.

Esta ordem pode ser alterada para os últimos cinco itens, como no caso dos agricultores que moram em uma pequena casa de madeira e dividem os três cômodos (um compartimento que funciona como sala e cozinha e dois pequenos quartos) com os três filhos. Eles já adquiriram um carro e sonham em um futuro próximo comprar um trator.

Outro agricultor que já construiu sua casa e não tem carro, também sonha com a compra do trator e explica: “não preciso de carro agora porque o transporte da produção está garantido pela SEPROR¹¹⁶.”

Uma grande parte deles ainda se situa em um plano em que suas capacidades de consumo ainda são limitadas, se encontrando ainda no segundo item. Alguns já chegaram na construção da casa e, pelas facilidades de acesso às linhas de crédito, muitos já conseguiram seus carros antes mesmo de realizarem o sonho da casa de alvenaria. Ocasionalmente encontramos um ou outro com carros maiores ou com caminhões¹¹⁷, mas o trator, ainda faz parte apenas dos sonhos da maioria deles.

Podemos apontar que no que tange à produção, apesar da terra ser utilizada ainda de forma incipiente na maioria dos sítios, isso se deve tanto pela ausência de recursos próprios para o investimento quanto pela falta de acompanhamento técnico, o que tornaria também o investimento arriscado, significando que as políticas voltadas para o setor primário não estão conseguindo suprir as necessidades demandadas no Estado e que, apesar dos recursos serem disponibilizados, nem todos conseguem ter acesso, o que nos leva a questionar os dados informados nos relatórios e no discurso oficial.

Apesar disso, o olhar para a maneira de produzir tem sido modificado e eles fazem planos para alcançar uma sustentabilidade na produção sem tanta dependência do mercado no que se refere a problemas que podem ser resolvidos no próprio local da produção.

Entre estes planos se encontra a criação de aves que poderá gerar o adubo orgânico em substituição ao adubo industrializado que é utilizado e que tanto encarece o produto final. Outros têm como plano a construção de um tanque para a produção de peixes em cativeiro, o que também pode ser uma alternativa para a criação de outras oportunidades para a ampliação da renda.

O policultivo também é apontado como uma necessidade para suprir os períodos de entressafra das culturas permanentes que alguns deles plantam em maior quantidade. Além da plantação de mandioca que é quase uma regra e que em terra firme produz praticamente o ano todo, eles diversificam com hortaliças, legumes e algumas frutas em menor quantidade.

¹¹⁶ Relato obtido em conversa informal durante a observação.

¹¹⁷ Agricultores que se encontram em situação já consolidada.

Algumas experiências também ocorrem por conta própria, como a produção de tomate cereja, espinafre, rambutã e cubiu, entre outras e mesmo que algumas vezes estas experiências não sejam realizadas de maneira considerada por eles como positiva, isso não é motivo para que eles deixem de fazer as tentativas e realizem suas próprias descobertas.

Mesmo que a produção tenha existido sempre também para o mercado, a mudança mais significativa que pode ser observada concretamente se refere a um tipo de produção que historicamente foi realizada sem o uso de grandes aparatos técnicos, químicos ou biológicos, mas que agora começa a exigí-los com vistas ao seu aumento. Isto significa a necessidade de inserção de novos elementos na dinâmica produtiva, apesar da manutenção de sua condição camponesa.

Por outro lado, percebemos também que estas mudanças têm influenciado na maneira de viver, na relação com os vizinhos e nos comportamentos de ajuda mútua. E, apesar da diminuição da prática do multirão, a vida em comunidade continua a ser a principal referência para o contexto familiar e social.

Percebemos também a existência de uma afirmação identitária no que se refere às respectivas regiões de origem. Temos nestas situações o que Bourdieu (2009) define como uma luta entre a representação e a realidade que é delimitada por fronteiras que são estabelecidas produzindo suas divisões com base em uma diferença que é por eles reconhecida e esta reivindicação também é admitida na feira.

E, como objetivo meio para a produção, encontramos o Feirão da SEPROR que foi criado como um “ato do Estado” (BOURDIEU, 2004) para a comercialização da produção em Manaus, tendo a propriedade de conciliar a um só tempo o lugar do comércio e o lugar de inúmeras vivências sociais, significando ser não apenas o *locus* propício para a circulação da produção material, mas também de ideias, de sociabilidades e de resistências.

CAPÍTULO 3

A FEIRA COMO ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Tomamos a feira como um espaço social que aqui é entendido como aquele que é ao mesmo tempo simbólico e de lutas objetivas e subjetivas (BOURDIEU, 2009). Este é o lugar da troca dos bens produzidos que congrega produção, distribuição e consumo se constituindo como o local privilegiado em que a circulação da produção é objetivada.

Incorporando nas relações sociais outras relações que são organizadas dentro do mercado, como espaço público, a feira pode se expressar como um local singular para o encontro ao aglomerar pessoas de diferentes níveis sócio-econômicos, ideológico, políticos, tornando-se propícia às sociabilidades, apesar de funcionar como uma instituição basicamente econômica.

Ao atuar como uma alternativa ao projeto dominante de transformação das relações econômicas e sociais, que tendem a se tornar cada vez mais indiretas, assegura a manutenção de diferentes formas de produzir e viver num mundo em permanentes mudanças e em que os sujeitos sociais se adaptam às normas e ao controle, mas também reagem a elas ao envolverem e serem envolvidos pelo sentimento de existência.

Todorov (2014) aponta o sentimento de existência como aquele que gera uma dependência social. Existir, neste sentido, ultrapassa a capacidade de apenas viver (dependência biológica) ou de ser (ato de estar vivo), portanto, para ele “não é social apenas essa ou aquela faceta de nosso ser: é social a existência humana toda” (TODOROV, 2014, p.195). Como um dos locais distintivos que é por eles utilizado para a manifestação da existência, a feira vai cumprindo o seu papel social.

Pensar em um ambiente que marca uma intrínseca relação com o significado que as instituições exercem em nossa vida, assim como com o modo de vida que é tangente nas grandes cidades, recorremos a Durkheim (1970) que afirma que a vida coletiva assim como a vida mental é feita de representações, mas estas representações não se apresentam como individuais e sim como uma forma de consciência coletiva que transcende o individual e se impõe sobre ele. Neste sentido, teríamos duas consciências opostas fazendo com que o grupo aja coletivamente, de forma distinta do que faria se agisse individualmente.

A mesma ideia é defendida por Douglas (2007) ao apontar para a existência de um pensamento compartilhado socialmente. O raciocínio individual não traria soluções para os problemas que a sociedade deve enfrentar, tornando necessária a existência das instituições.

As instituições nascem então, no momento em que o coletivo perde a capacidade de agregação, sendo elas as principais responsáveis pela tomada de decisões individuais que são concretizadas pela ação dos indivíduos, o que as tornam fortalecidas e indispensáveis ao promoverem uma forma de solidariedade que passa a ser responsável pelas ações que se relacionam com o coletivo. É assim que ao compartilhar e harmonizar pensamentos os indivíduos passam a ser guiados pelas instituições que eles mesmos constroem (DOUGLAS, 2007). Acreditamos, entretanto, ser isso uma forma que tem base na negociação e no consenso, voltados para compartilhar interesses comuns.

Tomando a cidade como o *locus* propício ao desenvolvimento das instituições, podemos dizer que elas representam, de alguma forma, uma solidariedade institucionalmente criada, principalmente ao considerarmos os valores e representações que são compartilhados por uma coletividade e que se apresenta de maneira intrinsecamente heterogênea em um mesmo ambiente.

Weber (2009) pode nos auxiliar com uma primeira contribuição para entender a cidade. Para ele, a cidade, em sua origem, se apresenta como um tipo de dominação não legítima por se encontrar dispersa entre variadas formas de estruturação da natureza, não seguindo um modelo específico de dominação e sim, um acordo na legitimidade de diferentes tipos de ordenações que coexistem em um mesmo espaço-tempo.

As cidades contemporâneas substituíram o pluralismo anteriormente observado em sua origem por uma forma única de dominação baseada na figura do Estado e de suas instituições burocráticas, que são movidas pela ação do mercado (Idem).

Assim, o desenvolvimento do comércio e dos serviços se tornam problemas crônicos nas cidades, passando a vida social também a ser preenchida por outras formas comerciais, conduzindo a um novo modelo de cidade, representado agora por um modo de vida característico da vida urbana.

Wirth (1973) define cidade como um agrupamento de atividades, “um núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos” que apresenta um modo de vida com características comuns. Partindo desse pressuposto desenvolveu uma teoria do urbanismo que parte de três perspectivas: o número de habitantes, a densidade e a heterogeneidade. Para este autor, as variações de diversas ordens que se apresentam nesse espaço levam a relações utilitaristas, ao vazio social e à anomia, passando o papel de cada indivíduo a ser um meio para o fim estabelecido socialmente, o que confere proteção aos controles pessoais e a um maior sentimento de emancipação.

Ao mesmo tempo em que este sentimento de emancipação se estabelece e se amplia, a complexidade da estrutura social passa a se apresentar como um “mosaico de mundos sociais” (WIRTH, 1973) que separa os indivíduos conforme as necessidades ou o modo de vida, pressupondo maior tolerância às diferenças, além de uma nova forma de estratificação social.

Neste contexto, os indivíduos desenvolvem um status flutuante pois, ao pertencer a grupos diferenciados, torna problemático o comportamento coletivo, promovendo então a necessidade de sua inserção em associações. É nessa transformação do mundo social que as instituições passam a reconhecer os indivíduos por categorias, atendendo agora as necessidades coletivas e não mais as individuais.

Wirth (1973) ainda recorre à ideia de que o mundo rural e o mundo urbano não se apresentam como opostos, pois se interpenetram. Esses espaços apresentam uma fragilidade de fronteiras, e é nesse sentido que o modo de vida urbano se estende para além da cidade, mesmo sendo nela que se expressa, de forma mais intensa, ao apresentar de maneira mais acentuada uma concentração de atividades e instituições.

Por outro lado, o rural também se encontra presente na cidade, por ser parte de seus habitantes provenientes desses espaços. Entretanto, a cidade é compreendida prioritariamente como o espaço da regra, da organização e da racionalidade que se estabelece, via individualismo, juntamente com a ação das instituições, sendo que suas influências se estendem para além dessa localidade.

Mas, a forma de ser urbano apresenta alguns problemas que se encontram tanto na preservação da autonomia e da individualidade, quanto em relação à resistência, ao nivelamento e à uniformização.

Simmel (1973) estabeleceu uma diferença entre o homem da pequena cidade e o homem da metrópole. Para ele, isso ocorre pelo fato de o primeiro agir movido pelos sentimentos e o segundo pela racionalidade. Seria este o motivo de a vida na cidade ser orientada pelo intelecto e pela sociotécnica provocando em seus habitantes uma atitude blasé que é externalizada pela impessoalidade e pelo excesso de estímulos e acontecimentos produzidos, levando ao embrutecimento e à indiferença.

Na cidade o valor econômico é o mediador das relações sociais, que é guiado pela racionalidade e pelo controle das pulsões. É nesse sentido que a apatia dá a qualidade de reserva em relação aos outros, passando a fazer parte da socialização e assim transformando as relações entre os homens ao promover a impessoalidade, a particularização e a subjetividade (Idem).

Dessa forma, as relações entre os homens mudam e a reserva estabelecida entre as pessoas se institucionaliza provocando cada vez mais comportamentos de indiferença e individualização (SIMMEL, 1973). Entretanto, a cidade não é só burocracia e individualidade, já que existem lugares, mesmo nas grandes cidades, em que essas características são entremeadas por uma convivência mais próxima, onde podem ser encontradas muitas formas de solidariedade. Definimos um deles como sendo as feiras, por manterem ainda um tipo de relações sociais primárias que aproxima as pessoas ao contrário dos comportamentos calculados e racionalizados de outros ambientes sociais existentes.

Feiras e mercados são instituições que se encontram presentes em todas as cidades, sejam elas grandes ou pequenas e são identificados como locais de comércio, desde a antiguidade. Nos dias atuais, são eventos organizados pelo poder público pressupondo um mínimo de planejamento para a realização de transações comerciais que, muitas vezes, vão desde a venda de legumes, frutas e verduras, até roupas, calçados e outros pequenos objetos.

Para Garcia (1983) a feira funciona tanto como um mecanismo de articulação social quanto como espaço de luta contra a expropriação, para obtenção de renda e a reprodução familiar e, ao articular grupos sociais diversos, imprime novas formas de organização na atividade mercantil.

Apesar de hoje concorrerem fortemente com os supermercados e mercadinhos, a feira não perdeu sua função. Permanece com sua missão quase inalterada se admitimos que a permanência de convivências sociais diretas e a riqueza das relações, aqui estabelecidas, contribuem extraordinariamente para a observação das estratégias de venda, das solidariedades, dos acordos, das associações e dissociações. Isso a transforma também em um espaço de lutas, permitindo um exercício para a entrada nas subjetividades algumas vezes inconfessadas, mas declaradas indiretamente nas conversas, nos atos e comportamentos.

3.1 Agricultores Sim, Feirantes Não

Podemos afirmar que o Feirão da SEPROR, principalmente no Parque Eurípedes Lins, representa hoje o ponto de comércio para a venda direta de produtos primários predominante do estado do Amazonas. O Feirão é formado prioritariamente por agricultores e agricultoras provenientes essencialmente, mas não necessariamente, da Região Metropolitana

de Manaus (RMM)¹¹⁸, com a grande maioria mantendo uma tradição familiar agrícola particularmente relacionada à pequena produção primária, o que para eles significa em torno de 1 a 1 e ½ hectare plantado¹¹⁹.

Ali encontramos tanto aqueles que sempre viveram da agricultura ou de outras atividades ligadas a ela como ex-extrativistas, ex-seringueiros, ex-pescadores, ex-diaristas, mas também ex-garimpeiros, antigos funcionários do Polo Industrial de Manaus ou de outras empresas da capital. Estão entre eles também antigos carvoeiros assentados pelo INCRA que faziam carvão para sobreviver antes de ingressarem no trabalho agrícola.

Apesar da tradição¹²⁰ familiar, para os que se mantiveram apartados por algum tempo da agricultura, o retorno para esta atividade ocorreu com a primeira oportunidade de acesso à terra.

A agricultura é uma atividade que tem mantido uma tradição no Estado a despeito de nunca ter sido apontada como significativa por manter uma constância em pequenas proporções. Mas ela tem passado por modificações, gerando um contexto em que novas relações culturais, sociais e identitárias são construídas.

Este novo contexto tem sofrido fortes influências externas, com um movimento que é explicado por Giddens (1997) e que para ele “é melhor compreendido como expressando aspectos fundamentais do distanciamento entre tempo e espaço”. Neste caso, vemos a emergência de uma sociedade “pós tradicional” com “extraordinária – e acelerada – relação entre as decisões do dia-a-dia e os resultados globais, juntamente com seu reverso, a influência das ordens globais sobre a vida individual” (GIDDENS, 1997, p. 75).

Estas influências tendem a promover novas representações no campo, mas mantendo a tradição de uso da terra como suporte das relações sociais. Neste sentido, a tradição é ressignificada ao mesmo tempo em que novos valores são incorporados reordenando material e culturalmente a maneira de viver.

A visão clássica da tradição tende a entendê-la como o produto de um passado que continua sendo aceito como práticas e valores enraizados no costume, com dificuldades em acompanhar as mudanças.

¹¹⁸ A Região Metropolitana de Manaus foi criada pela Lei Complementar 052/2007 do Governo do Estado do Amazonas e aprovada no mês de abril daquele mesmo ano. A esta região correspondem seis municípios limítrofes a Manaus (Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva) e um não limítrofe (Manacapuru). (LIMA, 2010).

¹¹⁹ Apesar da ênfase na pequena produção, alguns agricultores plantam acima de 1 hectare e meio, manifestando um grau avançado de desenvolvimento se comparado à maioria, alguns apresentando até a formação de pequenas empresas agrícolas.

¹²⁰ Tradição aqui não tem o sentido clássico de continuidade estática, mas sim de uma reelaboração cultural baseada em alguns elementos do passado.

Para Weber (2009), o comportamento tradicional seria um tipo puro de dominação legítima que, orientado pelo hábito, influenciaria os comportamentos sem a necessidade de uso da força. Esta dominação legítima de caráter tradicional seria “baseada na crença cotidiana da santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade” (Idem, p. 141). O papel da autoridade passaria a ser o de manter a obediência sem resistência às ações e, desta forma, garantir a continuidade da tradição.

Esta visão weberiana que associa tradição ao hábito foi revista e sua proposta de continuidade foi relativizada, deixando claro que o tradicional não pode mais ser compreendido como algo sólido e permanente, pois vivemos em um mundo em constante mudança.

Para Giddens (1997), o conhecimento científico substituiu a tradição, pois a busca pela segurança na modernidade rompeu as estruturas tradicionais, gerando descon continuidades. Já Sahlins (1990, p. 190) parte do princípio de que os sistemas simbólicos não são estáticos considerando que “em toda mudança vê-se também a persistência da substância antiga: a desconsideração que se tem pelo passado é apenas relativa.” Ou seja, mesmo com as mudanças alguns elementos do antigo permanecem.

Mas, a tradição também pode ser inventada (HOBSBAWN, 2008) legitimando práticas que são apresentadas como antigas, mas na verdade são novas convenções criadas para uma adequação às transformações vivenciadas por uma sociedade. Ela pode ser uma reação do presente com relação ao passado ou até mesmo criar um passado tendo por ponto de apoio a repetição. O passado é moldado para sustentar uma aparente continuidade e verdade, significando uma projeção ideal em um mundo real.

Tradição é então uma categoria que garante alguma forma de preservação, seja de modelos fictícios, reais ou inventados, conectando passado e presente sem pressupor uma continuidade permanente de valores, comportamentos ou processos. É esta tradição que funciona como sustentáculo para a reafirmação da identidade e por isso eles ressaltam: “somos agricultores e não feirantes”.

A identidade aproxima pessoas iguais, ao mesmo tempo em que exclui as pessoas diferentes. Nesse processo de aproximação e exclusão a identidade se estabelece, construindo fronteiras de separação onde as afinidades são produzidas socialmente.

A sociedade estabelece dentro das relações sociais uma hierarquia que se manifesta de diversas formas e, como tal, as identificações podem ocorrer em variados âmbitos, sejam eles de gênero, nacionalidade, étnico, profissional, experiências de vida ou outras maneiras de

se expressar, com as identificações assimiladas como positivas e, tudo aquilo que é apresentado como diferente, passa a tomar feições negativas. Essa maneira de construir a identidade dentro de um posicionamento maniqueísta com formas binárias e opostas gera conflitos e tensões, além de muitos tipos de exclusão.

Para Woodward (2000), existe uma tensão que envolve as discussões sobre identidade que parte principalmente de duas perspectivas que representam formas diferenciadas de pensar seu significado a partir de ideais essencialistas ou não-essencialistas. No primeiro caso paira uma noção de autenticidade, verdade e imutabilidade, enquanto o segundo, aponta para características internas que são comuns a um grupo e ao mesmo tempo delimita o que é exterior a ele.

No essencialismo encontramos o fundamento de afirmações tanto com base na história quanto na biologia. A afirmação pela história se dá com a atualização e descoberta de um passado comum e ao se afirmar pela biologia o corpo se estabelece como fronteira, identificando os iguais. O apelo aos antecedentes históricos é uma das formas que as identidades têm de estabelecer suas reivindicações e ao fazê-lo, novas identidades podem ser construídas, pois a reconstrução do passado suscita questões sobre a fixidez e verdade dessa identidade, atualizando-a nas qualidades que são reivindicadas para a manutenção da unidade de um grupo social (WOODWARD, 2000).

É no sentido dado à sensação de pertencimento e mais exatamente na fronteira das similaridades que ocorre a exclusão, por ser demarcada simbolicamente a diferença que também tem um sentido social. Mas, no interior dos grupos, essas fronteiras não precisam ser necessariamente unificadas, podendo ocorrer contradições entre o nível coletivo e o individual, por serem estes marcados pelas condições sociais e materiais (Idem).

Alguns autores chamam a atenção para as novas perspectivas que a noção de identidade apresenta no mundo pós-moderno, ressaltando o surgimento de outras formas de identificação que emergem em substituição às velhas identidades e que são frutos da fragmentação do indivíduo moderno e de um mundo em mudança, gerando o que é conhecido como “crise de identidade”.

Para Bauman (2005, p. 37), a liquidez do mundo fez com que as identidades perdessem apoio na ideia que as naturalizava e por isso, hoje temos a necessidade de uma “identificação” que se transforma em uma busca desesperada e incessante pelo “nós”, mesmo que de maneira virtual ou como adesão ao que ele chama de “comunidades guarda-roupa”, que são aquelas que se reúnem apenas “enquanto dura o espetáculo e prontamente desfeitas quando os espectadores apanham os seus casacos nos cabides.”

Os agricultores do Feirão se encontram nesta fronteira que pode ser transformadora do seu modo de vida, assim como pode reforçar os elementos que estabilizam esse modo de vida, principalmente quando consideramos que eles vivem em comunidades consideradas rurais, muitos por escolha própria. Isso significa que as mudanças podem ser controladas para que seja mantido minimamente este mesmo modo de viver.

Como convenção, a tradição agrícola é seguida, mesmo por aqueles que não tiveram um suporte familiar com esta base, dado a opção de viver em um ambiente que propicia este tipo de comportamento, no momento em que esta passa a ser a orientação para a vida cotidiana. Mas mudanças têm sido provocadas também neste campo.

Mesmo mantendo a tradição agrícola e a vida rural, muitos agricultores conseguiram aumentar seu grau de escolaridade em relação a seus pais. A grande maioria estudou pouco, mas ocasionalmente encontramos alguns que conseguiram concluir o Ensino Médio e isso é um avanço em relação à geração anterior que estudou bem menos ou nem mesmo foi à escola (muitos agricultores se referem a seus pais como analfabetos ou semi analfabetos, por nunca terem ido à escola ou terem cursado apenas as séries iniciais do ensino básico).

Por outro lado, este aumento da escolaridade também tem se refletido significativamente na escolaridade dos filhos, pois encontramos muitos pais orgulhosos com os filhos que já finalizaram ou estão cursando os estudos superiores. Entre eles estão enfermeiros, assistentes sociais e administradores recém formados e estudantes de Medicina e Letras entre outros, todos realizando sonhos que nunca chegaram a ser de seus pais.

A Síntese dos Indicadores Sociais (BRASIL, 2013), informa que apesar da escolaridade da população maior de 25 anos ter aumentado no Brasil, a taxa de analfabetismo ainda permanece alta nas áreas rurais (21%). É claro que não podemos aqui falar de uma transformação profunda no campo, já que o percentual de crianças não alfabetizadas ainda é alto na região Norte, ficando entre 27,79% e 72,36% (Idem) e, principalmente ao observarmos um número significativo deste percentual se encontra presente geograficamente na maior parte do estado do Amazonas.

Pode parecer contradição a relação entre o que informa os dados e as informações por nós obtidas sobre estes moradores de áreas rurais, mas na verdade o que explicitamos é que os filhos de agricultores estão estudando mais exatamente por não permanecerem nestas áreas e isso pode ser percebido principalmente entre os que se encontram em regiões mais

próximas às suas cidades de referência e principalmente na considerada RMM, significando a forte influência do modo de vida da cidade¹²¹.

As idas e vindas semanais para a feira também transforma seus comportamentos, sem contar que a chegada da luz elétrica também tem aproximado mais ainda estas pessoas das influências globais e das possibilidades de ampliação do acesso aos bens de consumo.

Com celulares nas mãos, alguns com facebook, novas casas de alvenaria, outros ainda conseguindo financiar seus próprios carros pelo Programa Mais Alimentos¹²² do Governo Federal. São pequenos carros utilitários que auxiliam no transporte da produção para a feira permitindo uma maior liberdade em relação aos horários de chegada e saída.

Estes são apenas alguns exemplos de mudança. Por estes e outros motivos, os agricultores e agricultoras ao qual nos referimos, não podem ser vistos de maneira romântica como pobres analfabetos, incapazes de mudar suas vidas ou desprovidos de bens materiais (pelo menos os que se encontram nas feiras citadas e puderam ser observados) e eles tendem a desabafar sobre isso:

As pessoas olham o produtor como um miserável, que fala errado, que tem pouca escolaridade, não tem acesso a nada e não é dessa maneira. O produtor não quer ser miserável, ele quer viver bem, quer ter dinheiro pra comprar as coisas, se vestir direito... (Agricultora A).

Este desabafo denuncia os equívocos e estereótipos construídos e que, muitas vezes, permanecem em nosso imaginário, mas também deixa claro que a proximidade da cidade, o acesso à informação e a própria vida de dificuldades enfrentadas pelas gerações anteriores parece estar sendo alterada.

Acreditamos ser também o maior acesso aos bens de consumo um dos motivadores do investimento na educação dos filhos, indicando a possibilidade de poucos dessa nova geração permanecer na atividade agrícola, quebrando assim o vínculo com a tradição familiar herdada dos pais e sobre isso alguns mostram preocupação, mas não interferem nas escolhas dos filhos e, muitas vezes, até incentivam a mudança. Parece haver uma necessidade de reconhecimento não só entre eles, mas também para romper com os estereótipos que foram inculcados pelo senso comum.

Todorov (2014) ao tratar das formas utilizadas para o reconhecimento social enfatiza a diferença encontrada entre as sociedades hierárquicas (ou tradicionais) e as sociedades

¹²¹ Manaus é sempre referida como “a cidade”.

¹²² Linha de crédito do PRONAF que financia investimentos em infraestrutura e modernização da propriedade rural familiar. (BRASIL, 2014).

igualitárias (como as democracias modernas), em que na primeira os indivíduos ocupam os lugares que lhe são designados de antemão por terem escolhas reduzidas e, por isso, para existir socialmente o filho do camponês se torna camponês prevalecendo o reconhecimento de conformidade. Este mesmo lugar desaparece na segunda situação por existirem escolhas teoricamente ilimitadas, já que é o sucesso e não a conformidade com o grupo que oferece esse reconhecimento, configurando uma necessidade de ser reconhecido pela distinção.

Para os filhos, portanto, a intensa relação que tem sido desenvolvida com outro modo de vida tende a substituir aos poucos a necessidade do reconhecimento de conformidade pelo reconhecimento de distinção.

É por isso que por se encontrarem principalmente em áreas rurais, muitos oportunizam seus filhos mesmo antes de ingressarem no Ensino Superior, morar na cidade com parentes próximos. Manter um filho em casa de parentes “é um esforço que vale a pena para que eles não tenham que enfrentar a vida dura do agricultor” disse uma mãe.

Mas, outra agricultora, mãe de uma moça que ingressou recentemente no curso de Medicina já sente na pele este esforço e fala das dificuldades enfrentadas por causa dos custos que isso provoca no orçamento familiar, mesmo a filha sendo acadêmica em uma Universidade Pública. Ela questiona o preço do material necessário e a capacidade da família em garantir sua permanência no curso, reconhecendo que a persistência pode ser o fator crucial de mudança na vida da filha.

A rotina semanal de idas e vindas à feira também tem provocado modificações na vida deles, pois o tempo dispensado para a produção diminuiu e esta responsabilidade precisou ser dividida com outros membros da família, vizinhos ou pessoas contratadas por diária. Neste último caso, já existem comunidades em que esta atividade tem se tornado difícil de ser encontrada ou alcançou um valor considerado por eles muito alto, inviabilizando a contratação freqüente.

É nesta situação de avaliação da condição atual que eles lembram do atravessador com uma mistura de amor e ódio, referindo-se a ele ora com descaso, ora com saudosismo e no final das contas, talvez, para muitos, o melhor seria manter um pouco dos dois mundos: dedicar-se completamente à produção no sítio, mas ao mesmo tempo, não perder o vínculo efetivo com o mercado. Para eles, isso somente seria possível se fosse modificado a forma de exploração que os atravessadores realizam sobre o agricultor, pagando preços mais justos pela produção e mantendo isso sob controle, isto é, institucionalizar o trabalho de intermediação da produção.

3.1.1 O atravessador

Vender direto na feira trouxe mais liberdade para negociar os preços e isso tem propiciado uma margem para melhor se organizarem no atendimento das demandas familiares e no investimento da produção em seus sítios e este é o motivo de alguns deles sentirem verdadeira aversão ao falarem no atravessador, já que este era o principal intermediário entre eles e os vendedores diretos, comprando para revender nas feiras e mercadinhos da cidade e tendo como principal função, fazer o elo produtor – feirante/ revendedor - consumidor, agilizando o processo de circulação da produção.

A figura do atravessador, portanto, teve grande importância para eles em épocas em que não existia nenhuma ação direta do Estado voltada para o escoamento da produção¹²³.

Para os agricultores que estudamos, antes do Feirão da SEPROR, era o atravessador o principal responsável por este escoamento, principalmente para os que não tinham como fazer o transporte de sua produção. Como estamos falando de um intermediário, a tendência nestes casos, é que o produto seja comprado pelo menor valor possível para que a venda seja realizada com base em um sobrevalor que lhe garanta a continuidade da atividade.

Superficialmente, podemos realizar um cálculo de seus custos considerando as distâncias percorridas, o transporte e o tempo gasto para o repasse dos produtos, que nem sempre pode ser determinado antecipadamente, apesar da existência de uma rede permanente que facilita estas transações.

Noda (2007, p. 56), em pesquisa realizada com agricultores familiares da várzea do Solimões-Amazonas, aponta que, entre os agentes de comercialização de produtos da agricultura, extrativismo e pecuária, por ordem de importância, os atravessadores detinham 42,6% desta função, seguido por marreteiros com 23,3%, concluindo que “o nível de organização social para a comercialização ainda é baixo.”

A autora segue informando sobre a importância do intermediário. É ele que dispõe do transporte utilizado para a movimentação dos produtos que são “comercializados numa relação com práticas diferentes, dependendo do volume de recursos financeiros que possui e do grau de confiança dos produtores, adquirido após vários anos de atuação no local.” (Idem, p. 57). E segue esclarecendo:

¹²³Nos referimos principalmente ao nosso *locus* de pesquisa que passou a dar a este escoamento uma possibilidade mais ágil e concreta.

A malha de tipos de compradores (comerciantes intermediários) é um componente forte para a não percepção, por parte dos agricultores, sobre o processo de apropriação dos seus excedentes gerados na produção. Assim, como também, a não identificação da participação do capital industrial na região pesquisada. O capital comercial, enquanto promotor da circulação das mercadorias no esquema definido pela apropriação dos excedentes é o responsável pela posição resultante da sua articulação com o capital industrial em seu movimento de acumulação e concentração. (NODA, 2007, p. 57).

A pequena participação das instituições governamentais e a distância dos centros de comercialização são apontadas como favorecedores para a atuação destes agentes de intermediação e, apesar de a venda direta ser mais vantajosa, ela exige do agricultor mais tempo e mais despesas (Idem).

Parece-nos que a ação destes agentes de intermediação pouco foi modificada, mesmo com a implementação de uma logística que tende a funcionar como facilitadora para a circulação dos produtos.

Mintz (2011) também descreveu a importância deste intermediário, em pesquisa realizada no Haiti, apresentando seu relevante papel na circulação dos produtos agrícolas com base em uma ação conhecida como *pratik*. O *pratik* configura uma relação de trocas recíprocas e institucionalizada entre compradores (intermediários) e vendedores (agricultores) pressupondo uma situação de igualdade entre os envolvidos nestas relações comerciais.

O problema é que, para um grande número de agricultores, estes intermediários que aqui são conhecidos como atravessadores não realizam uma troca comercial entre “iguais”, tendendo a existir na verdade uma forte relação de subordinação, minimizando o papel do agricultor nesta relação.

Apoiada nesta percepção e nas informações obtidas durante a pesquisa de campo, elaboramos um quadro comparativo com algumas características, apontadas por Mintz, para os intermediários do Haiti e os atravessadores que aqui desempenham funções muito parecidas. Aqui, estas relações se encontram fincadas em uma constante que inviabiliza a prática da troca em uma condição de simetria.

Quadro 16: Comparação entre intermediários no Haiti e atravessadores no Amazonas.

Intermediário	Atravessador
Em geral têm licença para o exercício da profissão	Atividade informal
Grande participação de mulheres	Atividade exclusivamente masculina
Envolvidos no transporte, processamento e embalagem, armazenagem, fracionamento da carga, empréstimo de dinheiro, e provisão de crédito de curto prazo	Envolvido no transporte e revenda, podendo realizar antecipações financeiras para uma safra.
Mútuos benefícios entre os envolvidos	Relações desiguais
Papel de estabilizar e manter a atividade distributiva	Funciona como estabilizador da distribuição e dos preços
Variação sazonal no oferecimento dos bens	Oferecimento regular dos bens
Distribuição de caráter irregular	Distribuição regular
Movimento de indivíduos dentro e fora do sistema de distribuição	Forte permanência dos mesmos indivíduos no sistema de distribuição
Percorre longas distâncias em busca do lucro	Percorre longas distâncias em busca do lucro
Podem comprar pequenas quantidades limitadas pelo capital e o transporte	Na ausência de capital, as compras são realizadas com base em acordos de pagamentos futuros
Relações pessoais com um grande número de produtores e intermediários	Relações pessoais com um grande número de produtores e vendedores diretos
Variadas formas de intermediação	A intermediação é sempre entre o agricultor e o vendedor direto
Algumas transações podem ser realizadas com o pagamento em produtos	Todas as transações devem ser realizadas em dinheiro
O intermediário que empresta é sempre um comunitário	A intermediação é sempre realizada por indivíduos estranhos às comunidades

Fonte: Quadro elaborado pela autora, tendo por base Mintz (2011).

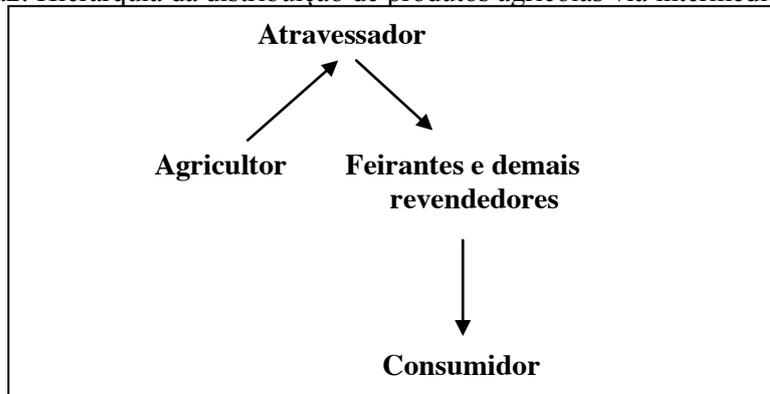
Entre os pontos que podem ser destacados nesta comparação, temos o fato de que aqui:

- toda a atividade realizada pelo atravessador é baseada na informalidade e basicamente exclusiva de homens;
- a venda dos produtos é realizada no atacado para posterior fracionamento pelos revendedores (marreteiros, feirantes);
- mesmo funcionando como estabilizador da distribuição e dos preços, as relações de troca não obedece uma igualdade de posições;
- a compra dos produtos e sua distribuição ocorre, de forma regular, sem grande variação dos indivíduos envolvidos no processo.

Merece ressalvas, entretanto, dois fatores: o primeiro se refere à falta de liberdades na negociação por parte do agricultor que se encontra sempre sujeito aos preços que são

impositivamente estabelecidos pelo atravessador; o outro diz respeito a sua posição nesta hierarquia que pode ser assim definida:

Figura2: Hierarquia da distribuição de produtos agrícolas via intermediário



Fonte: Quadro elaborado pela autora baseado em informações obtidas durante as entrevistas.

Fica visível neste movimento, a posição privilegiada do atravessador¹²⁴ na hierarquia da distribuição em detrimento dos principais responsáveis pela produção, que são os agricultores. Ele passa a ter neste fluxo o principal papel, provocando inúmeras formas de reação e por isso são também chamados de “aproveitadores”, pois a incapacidade do agricultor em estocar ou transportar os produtos, que têm um curto tempo de vida, facilita a ação dos atravessadores que compram a preços muito baixos.

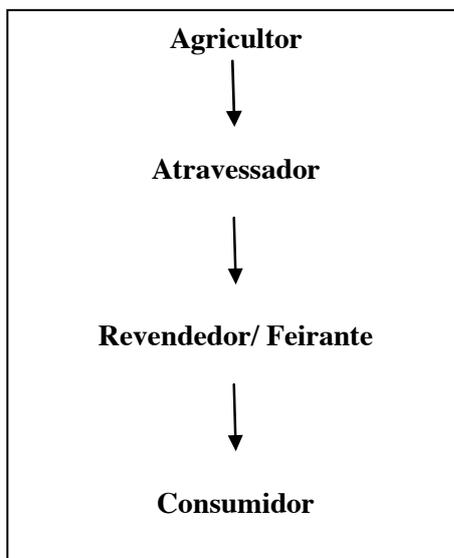
O produto pode ser vendido antes da colheita e o pagamento tanto pode ocorrer por antecipação quanto parcelado ou adiado para depois da venda¹²⁵, mas independente da situação, o pagamento deve ser sempre realizado em dinheiro e, em geral, tem um valor infinitamente abaixo da cotação do mercado. E, mesmo com a possibilidade de criação de laços de confiança (como citado por Noda, 2007), que foram desenvolvidos por alguns agricultores que ainda mantêm este tipo de relação, também existem muitas suspeitas por parte de outros que se disseram enganados ou “passados para trás” quando existia a situação de dependência.

O atravessador compra do agricultor a granel e vende a granel para o revendedor que realizará a venda fracionada, mas, ocasionalmente, também podemos encontrá-los realizando a venda fracionada direto ao consumidor. Para o primeiro exemplo, considerado o mais corrente, temos outro movimento para a circulação dos produtos:

¹²⁴ Em nenhum momento foi feita qualquer referência à figura do marreteiro, apesar de estarmos cientes de sua existência também nesta relação.

¹²⁵ Segundo alguns agricultores existem casos até de não pagamento dos produtos comercializados.

Figura 3: Hierarquia da circulação



Fonte: Elaboração da autora

Comparado com o quadro anterior da hierarquia na distribuição, no movimento de circulação esta hierarquia muda a posição do agricultor e, só aqui, ele aparece como principal sujeito do processo.

Apesar do reconhecimento dos riscos que se encontram embutidos na ação dos atravessadores que compram produtos perecíveis para a venda e correm o risco de não conseguir vender a tempo tudo o que foi negociado, eles compram os produtos por preços muito baixos e vendem “com alta margem de lucro”, segundo alguns dos pesquisados. Como este sobrevalor ultrapassa o eticamente aceito pela moral camponesa, o atravessador ficou marcado como vilão.

De acordo com os gestores da SEPROR, a exploração sofrida pelos agricultores tinha como principal fundamento a falta de transporte para o escoamento da produção e, concebendo a existência de locais garantidos para a venda e o fato de que hoje muitos deles já possuem transporte próprio, organizam-se comunitariamente para transportar os produtos ou têm o transporte oferecido por esta instituição, os atravessadores agora perderam o privilégio da exclusividade de transporte, existindo até uma probabilidade de que, muitos deles, teoricamente passem a comprar agora na própria feira pelo preço real do produto, já que o ciclo de dependência que era estabelecido com estes agricultores foi (aparentemente) rompido.

Algumas observações negativas foram feitas sobre os atravessadores, podendo ser citadas entre elas:

A gente suava para produzir 12 caixas de bananas e quando vendia para o atravessador, elas só me rendiam R\$ 100,00 ou R\$ 120,00. Hoje, com as mesmas 12 caixas eu faturei na feira quase R\$ 600,00. Olha quanto dinheiro ele comia da gente! (Entrevistada A).

Aqui na nossa comunidade os agricultores se encontravam nas mãos de atravessadores da Manaus Moderna. Eles chegavam, mandavam cortar a banana e davam o preço que queriam e a gente ficava triste por tanto trabalho e pouco resultado. (Entrevistada G).

Mas, apesar das acusações de exploração, também ouvimos algumas declarações que demonstraram o reconhecimento de sua importância:

Falam muito mal dos atravessadores mas, quando o mercado está ruim são eles que ajudam a gente. Eu não vou gastar tempo nem dinheiro vindo pra feira se os preços não estão bons. Prefiro passar pra eles os produtos e ficar em casa cuidando da minha vida, do que perder dinheiro. (Entrevistada L).

Essa agricultora faz esta ressalva baseada nos períodos em que a oferta é maior que a procura e por isso os preços caem muito e explica:

A produção da várzea é injusta! Eles não gastam o que nós gastamos em terra firme com adubo que é muito caro! Quando eles produzem muito, os nossos preços precisam ser baixados e isso dificulta nossa vida. É por isso que eu vendo nesses períodos para os atravessadores, pois vir para a feira não compensa. Mas Deus é perfeito, porque o que eles ganham da gente na várzea, nós ganhamos deles na cheia! Eles agora estão perdendo toda a produção e nós estamos aqui vendendo!¹²⁶ (Entrevistada L).

O que fica subentendido nesta declaração é que o trabalho realizado pelos atravessadores teria uma função muito clara de equilibrar os preços, pois ao comprar por valores muito abaixo do mercado, em grande quantidade e podendo oferecer aos mais variados públicos, ele, de certa maneira, ajuda a contrabalançar os preços entre o que é produzido na várzea e na terra firme. Esta ação teria uma função de controle para que os preços não “despenquem” demais em períodos de abundância, trazendo ainda maiores prejuízos aos agricultores de terra firme.

Sobre a ação de negociantes em geral e do atravessador aí incluído, Thompson (1998, p. 164-165), ao tratar da economia moral da multidão¹²⁷ em períodos de escassez no século XVIII, lembra que naquele momento já existiam grupos encarregados de articular a

¹²⁶ Aqui ela se refere à cheia dos rios Negro e Madeira que fizeram os agricultores da várzea perderem praticamente toda a produção no ano de 2014.

¹²⁷ As revoltas e motins da multidão eram motivadas pela cobrança de obrigações que as elites tinham em relação aos pobres, tomando por parâmetro os costumes e tradições que naquele momento começavam a ser alterados com a introdução de um outro modelo de economia política apoiada no “livre mercado”.

multidão em torno das críticas ao papel do negociante, que era considerado “um mercador não autorizado” e cita um ensaísta de 1718 que dizia,

(...) aqueles que compram cereais, gado e outras mercadorias negociáveis para revender, para açambarcar o mercado ou para o mercado futuro, bem como os vendedores ambulantes e os intermediários desses produtos (...) destroem o comércio, oprimem os pobres e são um aborrecimento comum a todo o reino em geral. (Apud THOMPSON, 1998, p. 165).

Estas e outras hostilidades foram dirigidas aos negociantes de cereais que eram responsabilizados pelos tumultos populares ocorridos naquele período, mas segue o autor dizendo que,

(...) o tumulto popular contra os que faziam compras antecipadas de grãos não era mal visto pelas autoridades. Desviava a atenção das pessoas dos fazendeiros e dos que viviam de rendas, enquanto as ameaças vagas das sessões trimestrais do tribunal contra os que compravam os cereais de antemão dava aos pobres a noção de que as autoridades estavam cuidando de seus interesses... (THOMPSON, 1998, p. 166).

Este trecho da obra de Thompson é esclarecedor sobre como a multidão fazendo motins se comportava baseada em um modelo considerado legítimo e paternalista, fazendo imposições de proteção ao mercado e um forte controle dos preços, em clara negociação com as autoridades.

Em nosso estudo as hostilidades ao “negociante não autorizado” é mantida principalmente entre as autoridades, mas a estratégia é mais sutil e permeada por discursos protetores que na realidade não ajuda a resolver o problema, criando um subterfúgio que pode ou não ter um tempo delimitado e pontual.

Dizemos isso considerando que alguns agricultores que iniciaram a venda na feira desistiram por inúmeros motivos (estando entre eles a impossibilidade de manter a frequência da produção) e outros tantos que ainda não tiveram esta oportunidade, além de casos em que a produção é muito pequena e não existe o auxílio de uma parceria ou mesmo quando a produção é grande demais e a feira não comporta. São estes mesmos atravessadores os mais propensos a solucionar estes problemas e por isso, este é um personagem que, nessa história, ainda está muito distante de um dia desaparecer.

Um agricultor explica:

Na época da safra é muito produto e não dá pra trazer tudo pra feira porque sai muito caro o transporte, então parte da produção eu trago e a outra parte

eu vendo pro atravessador. Pra ele eu vendo mais barato, mas se eu tiver que pagar o transporte, dá no mesmo, então eu vendo logo. (Entrevistado J).

Mais uma vez encontramos nesta relação o uso de um acordo do tipo extra-oficial, em que o contrato estipulado entre o agricultor e o atravessador é apenas verbal não existindo nada oficialmente envolvido nesse tipo de compromisso. Apenas a palavra conta. É por este motivo que as primeiras negociações da produção costumam ser pagas em dinheiro antecipadamente, sendo isso necessário para que a confiança seja estabelecida. A partir daí outras formas de negociação entram em cena, podendo ocorrer a venda consignada, o pagamento antecipado para uma safra ou mesmo o pagamento parcelado quando se trata de valores maiores.

Como o principal papel do atravessador tem sido o de manter constante a circulação da produção quando não existem alternativas que a viabilizem, concretamente ele poderia ser visto como o responsável por evitar os desperdícios de trabalho, tempo e desgaste do agricultor, além da perda da produção por falta de transporte.

Agora, o novo contexto tem permitido que ele seja visto como alguém que continua explorando o trabalho de pequenos sítiantes que não têm como escoar seus produtos e, por este motivo, vendem a produção por valores infinitamente menores que os oferecidos diretamente no mercado.

Os próprios gestores responsáveis pela criação do Feirão da SEPROR ressaltam que estes espaços (o Feirão em suas três versões) foram criados tanto visando alavancar o aumento da produção no Estado quanto facilitar a comercialização diretamente pelos agricultores, fechando o ciclo, pois estes não tinham onde comercializar e eram obrigados a repassar a produção para os atravessadores que controlavam tudo.

As feiras de produtores de Manaus foram inviabilizadas porque foram ocupadas principalmente por eles. Outras feiras importantes também são âmbito privilegiado deles. Entre elas a conhecida Feira da Manaus Moderna, local tradicional de distribuição da produção agrícola da cidade.

Portanto, são os atravessadores os principais fornecedores dos produtos vendidos na maioria das feiras de Manaus e, contraditoriamente, temos indicações de sua existência também nas feiras por nós estudadas. Entretanto, parece haver certo receio entre eles em se referir a isso de maneira clara. E quando é falado, a preocupação em passar anônimo na declaração é sempre um fato.

Este receio em denunciar a existência de atravessadores também nesses espaços considerados “deles” provoca insatisfações veladas e que somente são verbalizadas brevemente, mas de alguma forma eles também assumem a responsabilidade por isso e a declaração contundente de um agricultor demonstra isso:

Eu chego na feira e eles querem comprar. Eu tô ali para vender e por isso eu vendo. Eu sei que ele não é agricultor, é atravessador que vem vender aqui, mas eu vendo assim mesmo! (Entrevistado D).

Não parece existir neste relato qualquer preocupação em denunciar, significando até certa resignação de que as coisas são assim mesmo. Por outro lado, mesmo sabendo que ao vender o produto ele também incentiva a concorrência no local, ele acaba se beneficiando com a venda.

Outro agricultor melhor explicou sobre o porquê de não “apontar” quem são eles como sugerido pelos administradores da feira: “não quero criar confusão”.

Em nosso entendimento a figura do atravessador na feira já se transformou em um tabu, pois falar no assunto está envolto em restrições, medos e silêncios. Ao fazer referência ao assunto eles desconversam, se fazem de desentendidos, se negam a falar e essas lacunas na comunicação podem ser em longo prazo prejudicial a eles mesmos.

O fato é que o acesso ao transporte parece ter minimizado a importância do atravessador para os agricultores que vêm semanalmente à feira vender sua produção, incrementada pela parceria com algumas prefeituras que também têm facilitado a participação daqueles que moram, algumas vezes, há centenas de quilômetros de Manaus. Mas, outros tantos agricultores espalhados pelo Amazonas ainda continuam tendo como única alternativa de escoamento para a produção apenas estes personagens que, sem dúvidas, fazem parte da história da circulação da produção agrícola do estado.

Sobre as vias de escoamento da produção, principalmente o transporte, considerado a maior barreira para a distribuição dos produtos, teceremos algumas observações a partir de agora.

3.2 O Transporte da Produção

O transporte da produção no Amazonas tem sido considerado um grande gargalo, mas devemos considerar que este é um problema que atinge todos os Estados brasileiros indistintamente.

Em documento elaborado pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab (BRASIL, 2005) sobre o armazenamento agrícola no Brasil, algumas observações foram realizadas sobre o problema da infra-estrutura necessária para escoar a produção do país, sendo destacado entre eles,

Estradas mal conservadas, ferrovias obsoletas e ineficientes, poucas alternativas hidroviárias, portos sobrecarregados e escassez de armazéns em algumas regiões importantes, dificultam a comercialização da safra, prejudicando a competitividade do agronegócio brasileiro e causando prejuízos aos produtores. (Brasil, 2005, p. 11).

O que pode ser considerado nesta disposição é que o transporte da produção agrícola pode ser designado como um dos principais fatores responsáveis pela perda dos alimentos que são produzidos no país, representando “um enorme obstáculo ao esforço de crescimento do agronegócio brasileiro.” (Idem, p. 11).

No Amazonas, além de não estarmos nos referindo ao agronegócio, este problema é um pouco mais complexo por ser o estado cortado por inúmeros rios, áreas de florestas e poucas estradas, principalmente as trafegáveis, o que dificulta a circulação dos produtos e aumenta o tempo necessário para o transporte.

Como falamos de produtos perecíveis acrescentamos a isso os problemas climáticos relativos à alta umidade ao forte calor, o transporte feito de forma inadequada, o que diminui o tempo de vida destes produtos e, conseqüentemente, todos estes fatores contribuem para a perda de parte de seu valor para a venda.

Tentando melhorar este quadro, foi criado um Programa de Governo implementado pelo Sistema SEPROR¹²⁸, visando incentivar a permanência do agricultor à terra e com a finalidade de facilitar o escoamento da produção na RMM e outros municípios próximos.

A elaboração de uma política pública com esta finalidade foi colocada em prática no início de 2009 com a distribuição de insumos (alevinos, sementes, implementos agrícolas) seguido da compra de 2 ônibus e 6 caminhões, o aluguel de tantos outros e a parceria com algumas prefeituras para facilitar o transporte da produção do entorno de Manaus, sendo disponibilizado um espaço especialmente para a venda destes produtos¹²⁹. Desta maneira foi criada toda uma logística para facilitar a venda direta da produção pelos próprios agricultores.

¹²⁸ O Sistema SEPROR envolve vários órgãos estaduais, estando entre eles a Secretaria de Planejamento, Secretaria de Pesca, Secretaria Amazonas Rural, o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável, entre outros parceiros.

¹²⁹ O primeiro espaço ficava no terreno ao lado do Parque Eurípedes Lins, onde hoje está sendo construído um hospital.

A partir desta iniciativa, nos últimos cinco anos, semanalmente chegam a Manaus agricultores que moram em municípios vizinhos trazendo sua produção.

No Parque Eurípedes Lins, os agricultores que têm carro próprio e dependendo da distância percorrida, chegam quinta-feira com os primeiros raios de sol, trazendo a produção de seus sítios. Os que dependem do transporte¹³⁰ oferecido pela SEPROR ou pelas parcerias com as prefeituras têm seus produtos transportados por caminhões ou ônibus e começam a chegar na quarta-feira.

O transporte não pode ser garantido para todos porque estes agricultores se encontram, algumas vezes, muito dispersos e somente a proximidade e a quantidade deles pode ser tomado minimamente para justificar seu oferecimento. Portanto, o que determina o oferecimento do transporte pela SEPROR é a proximidade da capital e a quantidade de agricultores de uma mesma localidade que deverão vender seus produtos nas feiras.

Os dois ônibus atendem as Comunidades do Tarumã-Mirim e do Laranjal, além de transportar os agricultores que desembarcam no lago do Puraquequara, semanalmente. Quatro caminhões são cedidos pelas Prefeituras de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva (dois de cada município), com o diesel fornecido pela SEPROR. Esta ação tem conseguido atender, pelo menos, parte dos agricultores que se encontram no entorno de Manaus e nos municípios mais próximos.

Fotos 29 e 30 – Caminhão com os produtos e ônibus adaptado - Parque Eurípedes Lins.



Fonte: acervo da autora (abr./2014)

A duração de cada viagem depende da distância da localidade, das condições climáticas e da trafegabilidade dos ramais, o que pode variar de uma a três horas para o

¹³⁰ A SEPROR até o momento da pesquisa disponibilizava dois ônibus, três caminhões baú e um com carroceria segundo informações, além do compromisso de algumas prefeituras em garantir o transporte dos agricultores de seus municípios.

transporte. No sábado, os mesmos ônibus e caminhões que trazem a produção retornam com as caixas vazias utilizadas no transporte dos produtos.

Ter um transporte próprio facilita a vida do agricultor, pois além de não ficar dependente do horário que o ônibus ou caminhão passa (o que ocorre apenas uma vez por semana em cada localidade), pode evitar que ele/a tenha que dormir na própria feira ou em casa de parentes e, dependendo da distância do sítio e do ritmo da produção o abastecimento dos produtos na feira pode ser realizado diariamente.

A ampliação das linhas de crédito voltadas à agricultura familiar pelo Governo Federal, a organização do Governo do Estado em torno da implementação de subsídios e convênios, a distribuição de sementes e mudas e o auxílio técnico¹³¹ têm dado um novo fôlego para a pequena produção no Amazonas, segundo os funcionários da instituição.

Soubemos de um evento, realizado pela ASPROF e a SEPROR que reuniu vários bancos e concessionárias de carros e caminhões, e ao percorrer vários municípios, proporcionou o financiamento de 115 carros para os agricultores. O Chefe da DAOC/SEPROR assim explica¹³² :

Nós acabamos de financiar só em Manaus 81 projetos para a compra de caminhões, tratores, carros utilitários, custeio e irrigação para o aumento do plantio. Financiamos 5,5 milhões há 90 dias atrás com os produtores daqui. Fizemos uma segunda etapa em Manacapuru dia 08 deste mês, onde foram elaborados mais de 250 projetos para custeio de compra de veículos e para compra de motores, caminhões e tratores.

Esta abertura de crédito tem sido visto como uma maneira de facilitar a vida do agricultor, mas na verdade pode ser compreendida de duas formas: para o Governo do Estado e prefeituras isso pode expressar, em curto prazo, a suspensão do compromisso em garantir o transporte da produção¹³³; para o agricultor, pode significar o comprometimento de boa parte de suas possibilidades de investimento na produção, pois o prazo de pagamento para o financiamento do carro é de dez anos, com três anos de carência.

Apesar dos juros baixos, o financiamento é um risco. Analisando por outro ângulo, a compra de um veículo com carência de três anos, que somado aos sete anos para pagamento, os ramais com difícil trafegabilidade e o peso carregado, pode finalizar o acordo para pagamento com o carro em péssimas condições de uso.

¹³¹ Ainda deficiente.

¹³² Entrevista realizada em 17/10/2013.

¹³³ Constatado com a diminuição gradativa dos ônibus e caminhões que realizavam este transporte, que passaram de dez veículos para apenas dois nos últimos dois anos, segundo informações.

Foto 31 - Carro recém adquirido carregado de produtos.



Fonte: Acervo da autora (jul./2013)

Mas a satisfação de estar em um carro novo pode esconder outros problemas que somente aparecerão a longo prazo. Um agricultor¹³⁴ narra que obteve um financiamento do Banco do Brasil pelo programa Mais Alimentos para a compra de um carro recém adquirido e ainda não sabe como vai pagar. Explica então a dívida: “tenho três anos de carência e 7 anos para pagar, então tenho 3 anos para melhorar minha produção para ter condições de pagar R\$ 5.000,00/ ano”.

E continua falando sobre o investimento que precisa ser feito para garantir o pagamento:

Preciso de ajuda, pois o investimento é alto: cada gaiola custa R\$ 70,00. Para 5.000 codornas, que é o que preciso ter para pagar com tranquilidade o financiamento, mas preciso de 1.300 gaiolas. O plano é atingir a meta até lá.

Ao final da conversa ele falou:

Sou feliz porque consigo dormir bem. Eu devo, mas devo para o Governo Federal e ele tem dinheiro. Quase todos foram auxiliados pelo Governo Federal que deu meios para você trabalhar, mas não sei se todos conseguirão sanar os compromissos.

Como os carros serão pagos, parece não ser uma preocupação para a maioria dos que conseguiram esses financiamentos, apesar de os sítios terem entrado como garantia de pagamento. É por isso que alguns tiveram muito medo e preferiram não arriscar.

Esse medo de arriscar é explicado por Woortmann (1990) como um perigo de se tornar cativo do Banco e à subordinação do capital financeiro, minimizando a liberdade de

¹³⁴ Informação obtida durante a observação.

fazer o que quiser com o próprio dinheiro, como por exemplo, os investimentos na própria produção.

Um casal de agricultores explica como tem se organizado para começar a pagar o carro daqui a dois anos:

Só estamos gastando com a produção, porque produzimos quase tudo que precisamos. Compramos fardos de arroz, açúcar e feijão apenas duas vezes por ano e roupas só uma vez por ano. Tudo o que sobra vai para a poupança para o pagamento do carro, pois queremos pagar antes do prazo para poder comprar um carro maior. (Entrevistado D).

Este casal participou de cursos de venda e planejamento financeiro na comunidade em que mora, sendo este um ponto positivo que pode facilitar o controle dos gastos familiares, considerando o equilíbrio entre a irregularidade do ganho semanal/ mensal e as despesas necessárias. Eles se encontram em vantagem, pois boa parte dos agricultores não consegue sequer ter idéia da relação entre o que foi ganho durante o mês e o que foi gasto. Seus cálculos de despesas, em geral, são baseados na semana.

Muitos ficaram fora da possibilidade de financiamento do carro e não apenas por falta de interesse ou medo de ficar devendo ao banco, mas porque as exigências não permitiram sua participação. Entre estes se encontram aqueles que não têm terra documentada. A ausência de posse da terra é um impeditivo por ser ela a garantia e condição minimamente exigida para a realização do financiamento bancário.

Outros também ficaram fora mesmo com toda a documentação solicitada compatível com as exigências. Para estes que tiveram a documentação entregue e a proposta nunca foi levada a diante, fica a pergunta: “Por quê? O que está acontecendo?” E eles mesmo respondem: “Isso é tudo papo furado, conversa, porque eles só fazem as coisas pra eles mesmos, tudo fica só entre eles!” (Entrevistado J) ou “Nós somos todos passados pra trás, eles só manipulam a gente!” (Entrevistado Q).

Mesmo para os que têm carro, a distância do sítio pode não permitir as idas e vindas diárias considerando o tempo de locomoção e os gastos com combustível e é por isso que muitos deles dormem por ali mesmo, na feira, em redes próximos aos produtos por três ou quatro dias. Eles consideram incômodo mas necessário já que a feira começa a funcionar por volta de 6 horas da manhã, estendendo-se até 21 ou 22 horas, dependendo do movimento e do local¹³⁵.

¹³⁵ Este é o horário básico do Parque Eurípedes Lins.

Mas dormir no local da feira é quase uma regra para os que vêm de outros municípios e não têm parentes em Manaus e principalmente para os que dependem do transporte da SEPROR. Este é um dos grandes motivos para que a venda seja realizada com rapidez para que eles fiquem liberados para voltarem para suas casas.

O transporte, para alguns municípios, é um pouco mais complicado. Para algumas comunidades localizadas em Iranduba há exigência do transporte intermodal que é realizado tanto pelo rio quanto por terra. Neste caso, um barco com os produtos sai do município e ataca no lago do Puraquequara às quartas-feiras e sextas-feiras e de lá os produtos seguem de caminhão ou ônibus para o Parque Eurípedes Lins e para o Parque IFAM respectivamente.

Como a logística exigida para efetivar o escoamento da produção no Amazonas é complexa e cara, resulta por impossibilitar o atendimento a todos que dependem deste transporte também naquele local. A criação de uma rede para o fluxo da produção requer o envolvimento de várias instituições em parceria com o setor primário, demandando recursos para a compra ou aluguel de balsas, barcos, caminhões e ônibus.

Em um estudo sobre o escoamento da produção desse município, Pinheiro e Leite (2014, p. 2), observam que “O município do Iranduba está localizado a aproximadamente 22 km da cidade de Manaus, distância em si pequena, mas que demanda muito tempo na realização deste trajeto devido aos obstáculos geográficos e à ineficiência do transporte na região.” E complementam,

A logística que compõe o processo de transporte entre o produtor e o centro de consumo cria um dos principais “gargalos” para a distribuição da produção familiar oriunda do município, ocasionando assim, a entrada de atravessadores que adquirem os produtos nas propriedades diminuindo as margens de lucro dos produtores familiares, que não possuem alternativa para escoar sua produção. (PINHEIRO e LEITE, 2014, p. 2).

É por isso que diante da garantia do espaço para a venda, os próprios agricultores se organizam e contratam caminhões rateando o valor cobrado entre as famílias nas comunidades que não são beneficiadas com o transporte.

Dependendo da distância este valor pode variar de R\$ 150,00 a R\$ 300,00 por viagem e além do custo com o transporte o carregamento do caminhão nas comunidades e seu descarregamento nas feiras também é pago, mas esta atividade normalmente é realizada por agricultores das próprias localidades que cobram R\$ 10,00, por dia, de cada agricultor que necessita deste serviço. Este é um trabalho pesado e que é sempre realizado por homens mais jovens ou com mais necessidades.

Foto 32 - O descarregamento pago



Fonte: Acervo da autora (abr./2014).

Mas nem todos cobram pelo carregamento/ descarregamento. Em uma oportunidade observamos que o carregamento do ônibus foi realizado sem cobrança com todos se ajudando mutuamente e mesmo quando precisa ser pago, (o que é uma despesa a mais) é visto como um modo de facilitar a vida deles próprios, principalmente quando são mulheres ou pessoas com mais idade.

Foto 33 - Carregamento do ônibus.



Fonte: Acervo da autora (jul./2014).

Eles reclamam dos gastos, das condições de transporte e dos ramais, mas o comportamento público principalmente próximo a outras pessoas se conforma às expectativas, dissimulando as insatisfações que são ancoradas ora no respeito, ora na submissão apenas como uma tática.

Encontramos aí o que Scott (2003) entende como uma “dialética do ocultamento e vigilância” que auxilia na compreensão das relações sociais de dominação e subordinação¹³⁶. Existe um discurso público que é aquele que se manifesta na presença do dominador e um

¹³⁶ Aqui esta subordinação se refere às regras de funcionamento da feira.

discurso oculto que é aquele que aparece nos bastidores. No primeiro caso ele se apresenta como necessidade e no segundo, como liberdade:

Os discursos ocultos se produzem em função de um público diferente e em circunstâncias de poder muito distintas das do discurso público. Ao avaliar as discrepâncias entre discurso oculto e o público estaremos talvez começando a julgar o impacto da dominação no comportamento público (SCOTT, 2003, p.28, tradução nossa).

É nesta ambiguidade de se referir ao transporte da produção que temos um discurso público que reconhece sua importância e necessidade principalmente entre os que não têm transporte e, ao mesmo tempo, um discurso oculto que contradiz o que foi mencionado. A contradição ocasionalmente aparece na mesma declaração: “O ônibus é muito bom, porque sem ele eu não posso trazer minha produção. Mas eles já não servem pra nada, estão velhos, vivem quebrando e nós é que temos que pagar o conserto¹³⁷ (Entrevistado P).

Mas outros exemplos de discursos ocultos podem ser citados como reclamações de bastidores com relação ao transporte dos produtos, que, neste caso específico, diz respeito à falta de condições do tráfego, o que também é um fato recorrente porque muitas vezes não atende às necessidades de maneira efetiva, como no caso da agricultora que reclama da falta de infraestrutura para o transporte em sua comunidade:

São 84 famílias no ramal Cristiano de Paula¹³⁸, existem máquinas no local e a informação de que estão recuperando o ramal. Mas não existe a recuperação do ramal, o que existe é a necessidade de abertura do ramal. O ramal tem 14,5 km e ainda faltam 6,5 km de mata virgem para abrir. Assim, transportar a produção fica complicado. (Entrevistada M).

Temos nesta declaração a informação pública do discurso oficial que afirma estar realizando a manutenção de um ramal, escondendo o fato de que o mesmo ramal não se encontra concluído e por isso a afirmação da agricultora de que não é manutenção, é abertura de um ramal que se encontra há 16 anos à espera de conclusão.

Como vemos, tanto o discurso público quanto o discurso oculto não é um privilégio dos agricultores ou das falas dos subordinados em geral. Ele também se encontra presente nas ações do poder público, que se utiliza da dominação para ocultar realidades que não devem

¹³⁷ Foi explicado que eles compram algumas peças para agilizar o conserto tanto do ônibus quanto do caminhão e isso ocorre para evitar que eles fiquem sem transporte, já que a burocracia para o conserto e compra de peças é grande e demorada.

¹³⁸ O que a entrevistada chama de ramal na verdade é uma das comunidades agrícolas do Tarumã-Mirim (Comunidade Cristiano de Paula) identificada pela Prefeitura de Manaus.

ser tornadas públicas, o que poderia diminuir este mesmo poder de dominação por torná-lo desacreditado.

Outro agricultor durante uma conversa informal também reforça a dificuldade para o transporte da produção quando diz, “o caminhão passa na margem do ramal que fica a 6 km do meu lote e eu preciso levar toda a produção para a beira do ramal e ficar esperando por ele. Ele passa para pegar os produtos, mas eu tenho que vir para Manaus de ônibus.”

Estas reclamações sobre o escoamento da produção ocorrem mesmo entre os que não dependem do transporte oferecido pela SEPROR, pois com as estradas, ramais e vicinais mal conservadas, os que transportam sua própria produção também se ressentem dos mesmos problemas:

Em época de chuva, tenho dificuldades para trazer a produção, pois as estradas ficam lisas que nem sabão. Muitos carros ficam atolados no lamaçal que se forma, sem contar com os buracos, algumas crateras mesmo! Canso de passar e encontrar no caminho carros que ficaram atolados e que precisam da ajuda do trator para sair dali. (Entrevistada F).

Outro agricultor desabafa:

O que adianta financiar carro se quando chove eu não consigo sair de casa? Eles deviam primeiro olhar a situação dos ramais antes de oferecer os financiamentos. Eles querem que a gente compre carro, mas não pensam que o carro vai acabar antes do tempo por causa da buraqueira e o prejuízo é todo nosso. (Entrevistado Q).

Independente da localização do sítio e com pouquíssimas exceções, todos enfrentam o mesmo problema com o transporte da produção para a feira. Tem uma situação de agricultores que se organizaram para eles próprios manterem o ramal em condições trafegáveis: “Não podemos ficar esperando que o Estado resolva. Nós mesmos nos reunimos e realizamos a manutenção do ramal que leva aos sítios” (Entrevistada R) diz, completando que no ramal onde mora estão concentrados os maiores produtores de laranja do município de Rio Preto da Eva e por isso o ramal foi aterrado pelos próprios agricultores que se organizaram e nesta parceria fizeram a ponte que faz ligação com a comunidade e continuam dando a manutenção do ramal e das vicinais, o que tem mantido a estrada conservada, garantindo o escoamento.

Esta é uma clara forma de multirão que os moradores de um ramal utilizaram para resolver um problema que atingia a todos. Apesar deles afirmarem que o multirão não é uma

prática comum, ocasionalmente a encontramos entre eles, significando que a ideia que eles têm de multirão pode estar relacionada apenas à ajuda na roça ou na plantação.

Devemos considerar, entretanto, que além da ausência de ação do poder público em algumas áreas, a própria topografia da região amazônica apresenta dificuldades, com muitas depressões e quando aliadas ao barro da estrada e às chuvas torrenciais, cria as condições básicas para a intrafegabilidade de pequenos veículos sem tração.

Fotos 34 e 35: A difícil trafegabilidade dos ramais –Tarumã-Mirim.



Fonte: Acervo da autora (jul./ 2014).

E o problema vai se repetindo, mesmo nas áreas dentro do município de Manaus, como na região do Puraquequara que é considerada perímetro urbano e formada por 07 comunidades agrícolas onde moram em torno de 1.960 famílias.

Em algumas localidades até para os caminhões a viagem é difícil, principalmente quando chove. Como as áreas em que se localizam muitas comunidades são muito irregulares (área de floresta), com grandes ladeiras e abismos no acostamento, tornam a viagem perigosa e por isso os acidentes são freqüentes e os caminhões quebram com facilidade.

Quando isso ocorre, existe a necessidade de contratação de outra forma de transporte, normalmente o aluguel de outro caminhão. A organização desta nova logística em geral atrasa a chegada na feira e quando isso não é possível os produtos ficam perdidos.

Um agricultor relata uma ocasião em que vivenciou esta dificuldade:

Antes a gente dependia do transporte da SEPROR, mas ele não tinha horário, chegava qualquer hora, de dia, de noite ou de madrugada e a gente precisava esperar com tudo pronto. Teve uma vez que saímos quarta-feira e só conseguimos chegar sexta-feira à noite porque o ônibus pregou na estrada. Passamos dois dias comendo só fruta e quando chegamos quase no final da feira, a gente tava cansado, sem coragem até para vender e ainda perdemos uma parte do que trouxemos pra venda. (Entrevistado D).

É por isso que o transporte da produção aqui pode ser visto como uma grande aventura, nunca desejada, mais sempre propensa a acontecer. Estes desafios são enfrentados

principalmente por causa das estradas mal conservadas, existindo situações de ramais e vicinais que já foram abertos, mas agora se encontram inteiramente tomados pela floresta. Isso, sem contar com os ramais e vicinais que ficaram pela metade, como já informado, dificultando ainda mais a situação dos que têm seus sítios localizados mais distantes.

Alguns cenários são tão fechados pela floresta que dá a impressão de áreas abandonadas, mas eles estão por ali, quase isolados do resto do mundo e é por isso que com todas estas dificuldades, as idas semanais para a feira parece ser, para eles, um momento de confraternização, de festa, de encontro com seus pares.

Acompanhamos o transporte da produção da Comunidade do Tarumã-Mirim em duas oportunidades. Em ambas ocasiões ficamos atentos à forma como eles se relacionam nesses momentos e conseguimos perceber que o ônibus é sempre recebido com alegria, mesmo quando uma viagem que poderia durar duas horas pode ter seu tempo estendido por mais uma ou duas horas.

Em raríssimas ocasiões o silêncio predomina, mas é exatamente a falta de assunto que torna a ocasião mais propícia para a troca de informações sobre os últimos acontecimentos da vizinhança, de suas famílias ou de outro assunto considerado, por eles, importante.

Na chegada à feira, eles rapidamente carregam seus produtos com ou sem ajuda de outros e tomam suas posições nas bancas, dando início ao processo de venda, cheios de disposição.

As bênçãos não são pedidas na entrada do ônibus para uma boa viagem, mas na chegada à feira para uma boa venda. É este o momento em que cada um deles deposita a confiança em Deus para uma venda rápida e com o mínimo de perdas possível.

3.3 Funcionamento e comércio na Feira

Aqui abrimos um destaque para os ambientes e agentes sociais complementares à feira nos referindo àqueles locais e pessoas que apesar de não estarem envolvidos diretamente com a venda de produtos primários, têm importante papel para sua manutenção e, portanto, para seu funcionamento, estando entre eles os vendedores e os locais para a venda de alimentos prontos, como os restaurantes e lanchonetes; os vigias e seguranças entre outros.

O regimento interno do Feirão da SEPROR, quando trata de seu funcionamento, classifica oito grupos que podem ser incluídos durante a realização da feira. O principal deles

é o grupo dos produtos vendidos pelos agricultores que deve ocupar, no mínimo, 65% do espaço que é reservado para sua permanência.

Os demais grupos se distribuem entre víveres (10%), pescado (10%), carnes (5%), industrializados de uso agrícola e outras utilidades (4%), alimentos prontos (2%), plantas medicinais, ornamentais, artesanatos (3%) e serviços (1%).

No Parque Eurípedes Lins, os lugares reservados a estes grupos encontram-se separados das áreas destinadas aos agricultores e, apesar disso, não são considerados locais menos importantes.

Fotos 36 e 37 - Venda de carnes e peixes



Fonte: acervo da autora (jun./2014)

A área para a venda de carnes e peixes fica localizada no sentido oposto ao da venda de frutas e verduras, a destinada à venda de plantas ornamentais na lateral, e a “loja” de móveis artesanais na rua de acesso à feira.

Fotos 38 e 39 - Venda de plantas ornamentais e móveis artesanais



Fonte: acervo da autora (jun./2014)

É quase uma regra a divisão sexual para a realização de alguns serviços como constatado com feirantes e revendedores em outras feiras. Os homens ficam responsáveis pela

venda de carnes e peixes e as mulheres com a venda de alimentos prontos (AQUINO, 2010), como também acontece aqui.

Nesta feira, também são os homens que fazem o carregamento dos produtos (como já informado), realizam o abate de aves, são os responsáveis pela vigilância e o controle do trânsito de veículos. Eles também são maioria na comissão que representa a Associação dos Produtores, entidade responsável pela organização das feiras.

As mulheres ficam à frente na venda de alimentos nos restaurantes e lanchonetes e, apesar disso, algumas comunidades de agricultores também são representadas especialmente por elas. Este é o caso da Comunidade do Iporá (Rio Preto da Eva), em que na venda são as mulheres que predominam.

Fotos 40 e 41 - Bancas de café da manhã.



Fonte: acervo da autora (jun./ 2014)

Apesar da permanência da divisão de atividades entre homens e mulheres, o que, de certa forma, contribui para a manutenção dos padrões sociais vigentes, podemos encontrar, nestes locais, ocasionalmente a inversão desses papéis, como a venda de alguns alimentos (principalmente entre ambulantes) que é realizado por homens ou a venda de frutas em grande quantidade feita por mulheres¹³⁹.

Perguntamo-nos então se a presença equilibrada de homens e mulheres neste cenário pode ser um indicativo de transformações na divisão sexual do trabalho que restringia a atuação da mulher ao espaço doméstico ou ainda se poderia ser “o resultado de uma transgressão imposta pela pressão da urgência das necessidades do grupo doméstico, quando as condições sociais não permitem mais ao chefe da família fazer face às suas obrigações?” (GARCIA, 2014). Estas são possibilidades que ficam em aberto por considerarmos que as mudanças são muito sutis, não nos permitindo afirmações contundentes neste sentido.

¹³⁹ É comum que a venda de grandes quantidades de um mesmo produto seja uma tarefa realizada prioritariamente por homens.

Além das pessoas autorizadas a estarem ali também encontramos muitos não autorizados como os vendedores ambulantes, apesar da proibição de sua permanência, regra considerada imprescindível principalmente para os vendedores de alimentos, por serem concorrentes diretos dos permissionários do restaurante, cafés e lanchonetes. Por não terem permissão eles apenas circulam rapidamente obedecendo aos horários regulares de café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar, ficando apenas o tempo necessário para a realização das vendas e driblando as regras de utilização do local.

O restaurante deveria ser utilizado por todos no almoço e jantar, mas os preços cobrados são considerados, por eles, abusivos, o que os faz comprar quitinhas de ambulantes que oferecem refeições a preços mais acessíveis e, mesmo com o Regimento Interno da Feira proibindo que eles se alimentem no local de trabalho (na banca), eles arranjam maneiras de burlar mais esta regra. A preferência pelo que é vendido pelos ambulantes que percorrem a feira oferecendo mingaus, sucos e outras alternativas de alimentos prontos, é o que na visão dos agricultores permite além de um pagamento mais justo, que eles não precisem se afastar da banca para se alimentar.

Alegam que o horário do almoço sempre tem clientes e sair do local para almoçar pode ser ruim para as vendas. A única alternativa encontrada quando precisam se ausentar é pedir a ajuda ao vizinho, revezando este horário: o vizinho vai almoçar e o outro cuida das bancas e somente no seu retorno o outro sai, criando uma lógica que não permita a parada nas vendas. Mas nem sempre ocorre esta disponibilidade e por isso, a regra entre eles é se ausentar o mínimo possível, para assim não perder qualquer possibilidade de venda.

Foto 42– Restaurante



Fonte: acervo da autora (jun./ 2014).

Além dos vendedores ambulantes de alimentos, também encontramos vendedores de pequenos objetos (carregadores de celular, pilhas, lanternas, adaptador de tomadas, etc.) que são oferecidos a preços baixos, significando que para comprar algumas mercadorias de pequeno valor eles também não precisam se ausentar da feira, o que facilita a vida dos

agricultores que não podem se afastar de suas barracas por falta de alguém que divida com eles o horário da venda.

O Regimento Interno do Feirão (AMAZONAS, 2013) prevê alguns mecanismos de controle que se estendem aos mais variados aspectos, indo desde a maneira como as feiras são administradas, passando pelos horários e dias de funcionamento, a setorização, a exigência mínima de qualidade para os produtos, a identificação obrigatória do permissionário, entre outros. Além disso este documento também aponta para 35 itens que são proibitivos, entre eles o comércio no local sem licenciamento, o uso de auto-falantes e bebidas alcoólicas e a obstrução de áreas de circulação de pessoas e veículos.

Na feira (principalmente no Parque Eurípedes Lins), a presença do atravessador é percebida tanto na compra de produtos quanto na venda¹⁴⁰. Entretanto, quando este é identificado como atravessador e permanece no local para realizar sua venda, ele se transforma automaticamente por realizar o papel de um feirante em nossa visão, já que não é um agricultor como os demais, supondo que agora ele também passa a realizar a venda direta ao consumidor, o que não costuma ser o seu papel.

Também não foi percebido, por nós, em nenhuma das feiras qualquer forma de especialização por grupo étnico, com exceção da venda de artesanato indígena que é realizado em uma pequena banca no Parque Eurípedes Lins, mas em nenhuma das vezes que estivemos ali pudemos presenciar.

Este é, portanto, um local de múltiplas significações por que nele são realizadas, além da venda, outras atividades paralelas (MOTT, 1979) e algumas regras são acrescentadas, por eles mesmos, às já existentes.

3.4 A Feira Vista Por Eles

Este é o momento de deixar que eles mesmos descrevam o local e por isso iniciamos pela maneira como eles o vêem, objetiva e subjetivamente. É na feira que eles ficam parte da semana, vendendo o que é o resultado do trabalho realizado nos demais dias no sítio. E, apesar deste resultado ser satisfatório se comparado ao que era obtido antes da criação destes locais de comércio, eles acreditam que muitas coisas poderiam ser melhoradas. Neste quesito ninguém tem mais propriedade para falar do que eles próprios.

¹⁴⁰ Alguns são apontados e identificados como atravessadores que dividem o local com eles.

As três feiras estudadas têm cada uma delas suas especificidades e problemas e por terem frequências diferenciadas, os problemas tendem a ser mais enfáticos naquela que tem maior duração e que as pessoas se encontram com mais frequência.

Para ter a garantia do espaço para a venda todos pagam para a Associação¹⁴¹ R\$ 15,00 por semana no Parque Eurípedes Lins e R\$ 10,00 nas demais feiras. Este valor refere-se à limpeza, segurança, vigia e outras possíveis despesas com a manutenção do local e semanalmente alguém diretamente ligado ao grupo gestor percorre as bancas recolhendo os valores.

Se considerarmos os 480 agricultores das três feiras que pagam semanalmente este montante, temos R\$ 5.130,00 por semana e R\$ 20.520,00/ mês no Parque Eurípedes Lins e R\$ 1.380 por semana e R\$ 5.520,00 por mês nas demais feiras, totalizando R\$ 26.040,00 de arrecadação mensal pela ASPROFE.

Eles julgam a taxa alta para o retorno que têm e esta observação é feita principalmente pelos que se encontram no Parque Eurípedes Lins que são os que permanecem por mais tempo.

A ASPROFE é presidida por um agricultor que se encontra afastado desta atividade para se dedicar exclusivamente aos interesses dos agricultores nas três feiras, com a ajuda de uma comissão de agricultores. Ele é o responsável pela intermediação com a SEPROR, a fiscalização do local para que não entrem atravessadores, enfim, resolver todos os problemas que viabilizem o evento nos dias previstos, com autonomia para solucionar todas as questões relacionadas aos agricultores que ali vendem seus produtos e ao funcionamento da própria feira.

O cadastro dos agricultores também é responsabilidade da ASPROFE e é este cadastro que define o local que o agricultor fica instalado de acordo com a numeração da banca.

As regras de permanência exigem uma presença semanal e mesmo sem comparecer, o valor da semana deve ser pago, não havendo abono da taxa a não ser em casos de doença comprovada por atestado médico.

Eles são unânimes ao dizer que “a feira é boa para a venda mas precisa de mudanças” e a partir disso vão tecendo todos os problemas por eles vivenciados ali e que acreditam que a Associação tem o poder de solucionar, considerando a taxa paga semanalmente.

¹⁴¹ ASPROFE.

Reclamam que muito do que está previsto no acordo não está sendo cumprido e entre os pontos considerados mais relevantes estão:

- o portão que dá acesso à feira (Parque Eurípedes Lins) passa a noite toda aberto e eles ficam vulneráveis à entrada de estranhos pois, após as 22 horas quando encerram as vendas, permanecem na área das lanchonetes e restaurantes, desconhecidos que por vezes causam inseguranças aos que precisam dormir no local;
- as condições para o trabalho precisam ser melhoradas não apenas no que se refere ao uso do espaço, mas principalmente à limpeza geral que se encontra precária;
- protestam contra as condições oferecidas pelos banheiros que estão sempre sujos e sem água;
- questionam também as exigências da presença semanal, já que a ausência por cinco semanas sem justificativa gera advertência e sua continuidade pode levar à suspensão do cadastro e, portanto, à interrupção do direito de uso.

Comentamos que algumas inflexibilidades que não consideraram as necessidades em associar produção e venda para os agricultores acarretaram na impossibilidade da permanência destes em outras feiras de produtores da cidade, passando estas a serem ocupadas por atravessadores e revendedores descaracterizando sua finalidade.

Se a feira é para agricultores, deve ser considerado que eles precisam de tempo para produzir. Esta é sua principal atividade. A feira é apenas um meio para garantir a continuidade da produção. A obrigatoriedade em marcar presença semanalmente principalmente para os que produzem pouco, pode inviabilizar sua permanência e isso os faz reafirmar, a todo instante, que são agricultores e não feirantes, esperando serem assim melhor compreendidos.

Entendemos esta afirmação de duas maneiras: como uma forma de resistência em relação às obrigações exigidas o que tende a descaracterizar seu modo de vida como agricultor e ao mesmo tempo como a reafirmação de sua identidade de agricultor. O fato de estarem ali para a realização de um “negócio” é passageiro não os destituindo de uma identidade que é sistematicamente reivindicada. A resistência no final das contas acaba por ser a de não transformar um modo de vida em uma profissão.

Eles também falam sobre os gastos que estão agregados a esta presença semanal e à taxa paga à Associação:

Além da taxa de manutenção, toda semana pagamos o transporte, pois o caminhão não passa no meu ramal. São R\$ 140,00 reais dividido por 08 ou 10 famílias. Pago também R\$ 10,00 para o carregador, tem o almoço de R\$ 8,00, o jantar... Gasto quase R\$ 300,00 por mês pra vir pra cá. É muito caro... (Entrevistada L).

Pra chegar na feira pago o motor, o frete, o ônibus, carregador e nisso gasto mais ou menos R\$ 300,00 só pra vir. Na volta o gasto diminui, são R\$ 80,00. É toda semana isso porque não tenho transporte próprio nem da SEPROR. Venho eu e minha mulher e por isso ainda tenho que pagar um ajudante pra ficar no sítio de quarta a sábado. (Entrevistado Q).

Além dos gastos, quem precisa dormir na própria feira dorme muito mal, principalmente no inverno. Eles apenas atam uma rede próxima aos produtos e dormem ali mesmo. A falta de privacidade é uma marca, os banheiros são coletivos, falta água e, por vezes, eles precisam utilizar baldes para o banho.

Foto 43 – Banheiro coletivo – Parque Eurípedes Lins



Fonte: acervo da autora (jun./ 2013)

Um agricultor comentou que é comum precisar se deslocar até a rodoviária municipal que fica a uma distância considerável dali para conseguir tomar banho e completou: “Aqui a gente precisa pagar até pra tomar banho!” E em seguida retrucou: “Dizem que a Associação tem 8 funcionários, mas as pessoas que ela paga são invisíveis, eu nunca vi!” (Entrevistado J).

Estas reclamações são pertinentes, pois foram comentadas por muitas pessoas e tudo isso sem contar que constantemente também falta água no bebedouro, significando mais gasto também para a compra de água para beber.

No Parque Eurípedes Lins, os grandes galpões abertos apresentam vantagens e desvantagens: permite a livre circulação do vento, mas durante o dia o sol incide em determinadas horas em algumas áreas aumentando o calor e diminuindo o tempo de vida dos produtos.

Foto 44 e 45 - Área recentemente ampliada no Parque Eurípedes Lins.



Fonte: Acervo da autora (jul./2014).

Quando chove também é um momento problemático, pois existem produtos que não podem ser molhados, como algumas frutas ou verduras, derivados de mandioca, entre outros. Nestas situações de chuva muito forte com vento, nenhuma área fica protegida, principalmente ao admitirmos a existência de inúmeras goteiras, algumas delas provenientes do encontro das coberturas¹⁴². Nada escapa de ser molhado e cada um se arranja como pode para proteger seus produtos com lonas, colocando embaixo das bancas ou cobrindo com plástico. Nas demais feiras o problema permanece em maior ou menor proporção, dependendo da situação.

Foto 46 e 47 - Parque Eurípedes Lins em dia de forte chuva.

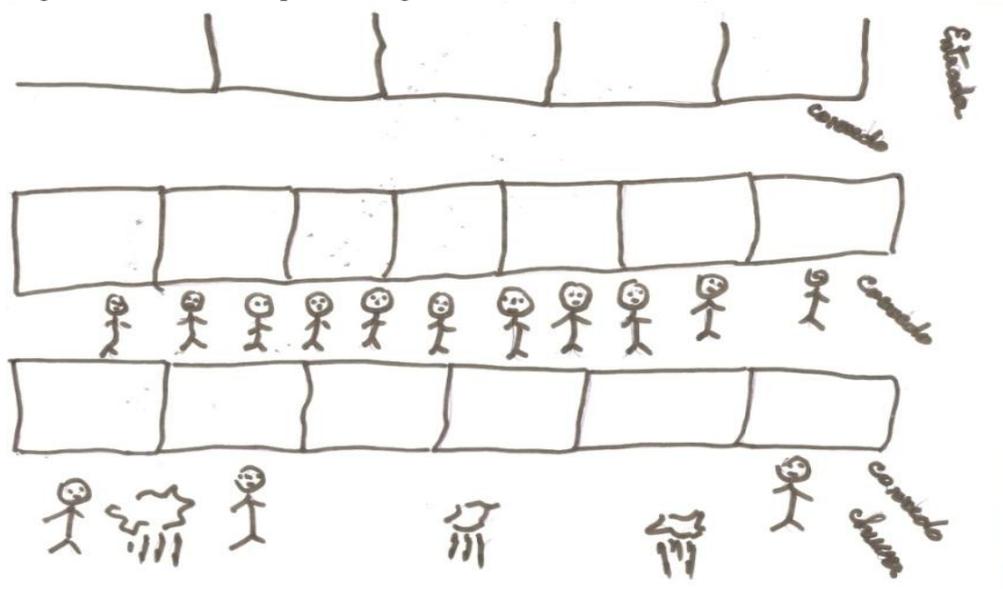


Fonte: Acervo da autora (ago./2014).

Uma das entrevistadas colocou no papel a maneira como a feira é percebida e no momento do desenho passávamos por uma situação como essa.

¹⁴² Recentemente foi ampliado o espaço para a venda com a colocação de uma armação coberta, só que isso foi feito com uma diferença entre a antiga cobertura e a atual, o que permite que a água jorre entre essas duas construções.

Figura 4: A feira vista por uma agricultora



Fonte: Desenho feito pela entrevistada M (ago.2014).

Apesar de não termos propriedade para fazer uma análise psicológica do desenho arriscamos dizer que seu olhar sobre a feira ao evidenciar a entrada, os corredores, os locais das bancas e algumas pessoas que ela se referiu como clientes, esclarece sua compreensão do local como nitidamente voltado ao comércio, ficando na parte inferior ela própria e duas vizinhas de banca¹⁴³, uma mais próxima e outra mais distante.

Também fica sinalizada no desenho a chuva, que naquele momento molhava tudo ao redor. Quando entregou o desenho, ela chamou a atenção para a chuva e falou: “imagina nós dormindo aqui com uma chuva dessas que molha tudo! Nem dá pra dormir!” (Entrevistada M).

Ao desenhar, ela se prendeu apenas ao que estava à sua frente, não se preocupando com as demais áreas além da que sua banca está localizada, mas ao focalizar as pessoas, ela subjetivamente destacou o local como além de físico, favorável às relações sociais.

Este é um ambiente privilegiado para a observação destas relações, desde o momento em que eles chegam e começam a organizar os produtos, passando pelos horários de pico, as horas mais calmas (horário de almoço e final da tarde) ou ao final do dia quando a feira está encerrando.

¹⁴³ Como era horário de almoço e chovia alguns agricultores haviam se deslocado de suas posições protegendo os produtos e a si próprios. Talvez este tenha sido o motivo do destaque no desenho recair apenas em sua vizinha de banca que também é sua amiga próxima e outra amiga que tem uma banca no início do corredor.

Como o movimento em algumas horas do dia é mais intenso e em outros, mais calmo, o barulho também acompanha este ritmo e, portanto, quanto mais movimento, mais barulho.

Há dias em que um megafone¹⁴⁴ toca música gospel¹⁴⁵, dá informações e anuncia o que é oferecido e a altura do som disputa com as falas das pessoas. Cada agricultor ocupa seu espaço reservadamente, não havendo interpelações diretas e quando ocorre são de maneira muito sutil.

Eles ficam à espera que o próprio “cliente” ou “freguês” decida onde quer comprar e este comportamento faz parte de um código de postura que prevalece entre eles com o intuito de evitar conflitos, embora o Regimento Interno da feira permita “apregoar sua mercadoria sem algazarra.”¹⁴⁶ (AMAZONAS, 2013).

Mesmo evitando conflitos eles ocorrem, seja pela falta de tato que algumas pessoas têm para lidar com as situações e problemas diários, seja pela disputa na venda ou por comportamentos que podem gerar comentários. É dessa maneira que os boatos e as fofocas encontram o ambiente favorável a serem disseminados.

Informações indicam a ocorrência de inúmeros boatos, alguns relacionados à necessidade de mudança do local da feira¹⁴⁷. Eles se espalham rápido e permanecem nos comentários e conversas durante longo tempo.

Scott (2003) define o boato como uma poderosa forma de comunicação anônima que tem objetivos muito específicos principalmente quando se referem a temas de interesse que remetem a situações ambíguas ou duvidosas. Ao se espalharem com rapidez, em sua trajetória, perde parte de sua informação original, sendo acrescido de elementos que fazem parte da subjetividade de seu mensageiro.

Por ser uma forma de comunicação anônima que representa ansiedades e aspirações de seus difusores que não podem ser apresentadas abertamente, isso transforma fofocas e boatos também em estratégias de resistência (SCOTT, 2003), neste caso funcionando como pressão indireta para a resolução dos problemas levantados e que se encontram à espera de uma resposta (grifos nossos).

¹⁴⁴ Os alto falantes são proibidos (Idem, 2013), mas foram encontrados no Parque Eurípedes Lins e no Parque IFAM.

¹⁴⁵ Muitos agricultores são evangélicos e percebemos isso nas comunidades visitadas, pois muitas igrejas são encontradas por ali, as vezes dentro do próprio terrenos dos comunitários. Os pastores são da “cidade” e reúnem seus fiéis semanalmente, a cada quinze dias ou a cada mês, dependendo da disponibilidade deles mesmos.

¹⁴⁶ Inciso VIII do artigo 48.

¹⁴⁷ A feira do Parque Eurípedes Lins está prestes a sofrer mudanças, como já informado.

A orientação geral é a de que eles permaneçam na feira semanal e diariamente (nos dias de feira) e para que o funcionamento tenha a duração prevista (quinta-feira a sábado no caso do Parque Eurípedes Lins) os produtos não devem ser vendidos a granel¹⁴⁸.

Sobre isso uma agricultora reclama:

Eles querem proibir a gente de vender no grosso e que a gente só venda no retalho! Assim demora mais, temos que ficar mais tempo na feira e o sítio fica na mão de quem? Isso tá errado! Eu vendo minha produção e vou embora, porque sou agricultora e não feirante! (Entrevistada A).

Temos aqui mais uma forma de resistência que é representada pela insubordinação à norma, considerada por eles, como autoritária e impraticável e mais uma vez se aplica o que Scott (1985) também define como formas de resistência cotidiana, sendo muitos aqueles que, neste local, fazem a mesma coisa.

Esta e outras formas de resistência às regras vão se multiplicando sem coordenação, sem confronto direto, sem embate com as autoridades e, assim, eles seguem defendendo seus interesses. Estas formas de resistência seriam as armas dos fracos, pois afeta apenas marginalmente as formas de exploração, sem resolver definitivamente as adversidades (SCOTT, 1985).

3.3.1 A concorrência

Já dissemos que é uma tendência e não uma regra que cada agricultor estabeleça seu próprio preço (p. 114), mas os preços cobrados por outros agricultores sempre é levado em consideração, porque em um local onde os produtos mudam com pouca frequência fica difícil cobrar o preço que quiser sem cogitar a comparação da qualidade do é vendido em relação ao que é oferecido pelos outros. Este é um dos motivos de a concorrência ser considerada problemática, principalmente por interferir no tempo que eles permanecem ali. Não porque o que é trazido não seja vendido, mas pelo tempo exigido para a venda que pode atrasar o

¹⁴⁸ Venda a granel, no grosso e no atacado são sinônimos, correspondendo à venda em grande quantidade. Do mesmo modo, venda fracionada, a retalho ou varejo possuem o mesmo significado, indicando a venda em pequenas quantidades.

retorno para o sítio. Eles falam em “concorrência injusta” quando se referem à disputa pela venda que é travada entre o “pequeno”¹⁴⁹ e o “grande” agricultor:

O grande impede o crescimento do pequeno, eles derrubam a gente com o preço baixo. Se meu mamão está sendo vendido a R\$ 3,00, eles vendem a R\$ 2,50 e se a gente baixa pra R\$ 2,50 eles baixam mais ainda para R\$ 2,00 e aí a gente não tem como baixar mais porque senão fica no prejuízo! Os grandes me impedem de voltar pra casa mais cedo. (Entrevistada A).

Estes problemas com a concorrência são visíveis, em parte, na apresentação dos produtos. Para os que se consideram “pequenos” a dificuldade aparece com o que é exposto, pois uma banca com pouca variedade e quantidade não chama a atenção e portanto não atrai tanto os clientes/ fregueses.

As diferenças apontadas por eles entre os “grandes” e os “pequenos” é que os primeiros trazem muitos produtos, em geral, de um mesmo item. Isto define sua especialização, têm abastecimento diário e estão alojados em áreas de grande movimento. Eles, por sua vez, apresentam maior diversificação que pode variar entre três a cinco produtos o que funciona como estratégia de comercialização, só que em menor quantidade.

Sobre isso um agricultor postula: “Quando se cria uma feira para os pequenos agricultores não devia ser permitido levar em grande quantidade por que isso mata o pequeno!” (Entrevistado J).

Bourdieu (2005, p. 29) diz que “assim que um produtor aumenta sua produção, ou sua capacidade de produção, ele produz um efeito de preço que afeta os outros produtores.” Isso é claramente perceptível para os agricultores das feiras estudadas.

Para os que têm mais recursos, influência e acompanhamento técnico constante isso se encerra em uma produção de melhor qualidade, tendendo a aumentar seu ritmo e quantidade como consequência direta.

As bancas com grande quantidade de produtos chamam mais atenção obscurecendo os que trazem o mesmo produto em quantidades menores. Além disso, os que produzem em grande quantidade acabam por vender mais e mais rápido também.

Os “pequenos”, espalhados pelo local, passam de meses sem a visita de técnicos, mesmo havendo solicitação. O resultado é uma menor produção, tanto por falta do conhecimento técnico quanto por falta de recursos financeiros para o investimento.

¹⁴⁹ Eles próprios se distinguem entre “grandes” e “pequenos”. Perguntados sobre o que marca esta diferença, eles explicam que é o tamanho da plantação: a do “pequeno” pode variar de 1 a 1 1/2 hectare, enquanto o grande planta uma área muito grande, o que pode chegar a até 10 hectares.

Muitos deles nunca tiveram nenhuma forma de acompanhamento e os pouco capitalizados e com baixo grau de instrução têm ainda mais dificuldade de se integrarem ao mercado. Uma agricultora elucida esta situação: “Se eu levar pouco produto fica difícil vender, aí eu tenho que esperar os ‘grandes’ venderem a produção deles e só aí eu consigo vender a minha. As vezes isso só acontece lá pra sábado.” (Entrevistada L).

Quando eles saem de casa para a feira a intenção é uma só: vender o produto. Este objetivo explica a pressa que eles têm em retornar para o sítio, principalmente por conceberem a fase de comercialização como uma necessidade que demanda muito trabalho e tempo.

É por isso que estas demonstrações de revolta pelo que eles chamam de “concorrência injusta” também pode ser explicada pelo fato de que, por vezes, o que é colhido para a venda só dá mesmo para pagar os gastos com a vinda para a feira:

Às vezes eu tenho vontade de desistir da feira. Se eu vendo uma saca de laranja aqui na feira por R\$ 25,00, no sítio, se o atravessador for pegar lá, eu vendo a mesma saca de laranja por R\$ 22,00. Só perco R\$ 3,00 por saca e na verdade não perco nada se for comparar com o gasto que tenho todas as vezes que venho para cá. (Entrevistado J).

A pressa em voltar para casa vai além da preocupação com os produtos que deverão ser colhidos posteriormente ou com o sítio propriamente dito, mas também tem relação com os gastos necessários para a permanência no local, assim como com as próprias condições que são oferecidas para o pernoite.

Como é uma área aberta e não existe um local para guardar os produtos ou mesmo um alojamento para que eles possam se acomodar de forma adequada, eles passam a noite em uma rede ao lado do que trouxeram para vender. Esta situação vivenciada uma vez por semana seria até aceitável, mas quando o tempo é estendido para dois ou três dias se transforma em um suplício, como relatado por uma agricultora: “Às vezes eu penso que não compensa mais vir pra cá. É muita judiação com a gente!” (Entrevistada F).

Por ser o mercado formado por uma pluralidade de oportunidades, ele gera conflito de interesses que encontra seu ponto de equilíbrio na troca. O mercado como uma forma de interação social se realiza tanto pela troca quanto pela competição e os preços expressariam as relações de poder decorrentes da luta e compromisso de interesses diversos (WEBER, 2009).

As insatisfações pelos gastos e a concorrência seriam então ponto pacífico entre os que são limitados pelas dificuldades para crescer e isso gera além de aborrecimentos e invejas, mais boatos e fofocas:

Aqui tem muita inveja dos que não conseguiram avançar nos seus projetos. Eles criam boatos sobre a gente, olham torto, criam marcação com a gente, dizem que nós não precisamos de nada, que não precisamos de ajuda, que já conseguimos tudo. Eles inventam muita fofoca, é muito difícil! (Entrevistada G).

As pessoas sentem inveja da gente porque estamos crescendo, aumentamos nossa produção, construímos nossa casa de alvenaria, compramos nosso carro e a gente consegue vender bem. Aí eles ficam de olho grande em cima da gente, dizendo que estamos comprando pra revender, mas é mentira, eles estão inventando isso! (Entrevistado D).

Explicações sobrenaturais também são utilizadas para justificar a inveja:

No ano passado eu trazia muito maxixe e ninguém tinha maxixe como o meu aqui. Eles eram grandes chega brilhavam e as pessoas diziam: “tu vende é rápido né?” Eu nunca vendia meu maxixe por menos de R\$ 3,00 e os outros vendiam por R\$ 2,00 mas o meu, mesmo mais caro, saía mais rápido que o deles. Aí eu acho que jogaram uma praga em mim e meu maxixe nunca mais foi como era. Isso é olho gordo! (Entrevistado J).

As desavenças também são constantes especialmente quando é observado algum tipo de mudança material entre eles (como a compra do carro, a nova casa construída, um novo projeto aprovado).

Como o apoio técnico se encontra intimamente ligado ao acesso aos financiamentos (já que estes dependem fundamentalmente dos projetos para a melhoria da produção) e isso não é possível a todos, os que não são admitidos no processo se ressentem por não conseguirem ter também as mesmas condições para melhorar de vida e assim poder concorrer de maneira mais apropriada.

É neste sentido que reforçamos o fato de que a feira que foi criada para facilitar a vida do agricultor, ampliando as possibilidades para que ele e sua família possam ter uma melhoria nas condições de vida, ao invés de socializar a pobreza, acaba por funcionar como um elemento de diferenciação entre eles (GARCIA, 1983).

Sobre esta diferenciação, os agricultores que conseguiram esse acesso relutam em concordar com aqueles que falam das dificuldades. Para estes, as oportunidades são oferecidas igualmente a todos e “é só ir atrás”, falou uma agricultora, mas ela também reconhece que sua situação é superiormente melhor que a da maioria deles e que outros elementos estão conjugados para garantir este acesso e, portanto, não “é só ir atrás”, considerando que existe a imposição de um modelo que precisa ser seguido e quem não consegue se adaptar está automaticamente excluído.

Para este modelo o ponto central se encontra na propriedade da terra, seguido pelo conhecimento técnico que tenderá a substituir o conhecimento tradicional e os fatores de investimento.

Se considerarmos que estes agricultores são oriundos de inúmeras comunidades e municípios e que as associações que os representam possuem diferentes formas de se relacionar com o poder, podemos afirmar que contatos políticos também contribuem para esta diferenciação na medida em que estas relações podem beneficiar mais a uns que a outros.

Como na feira, uma relativa identidade pode ser marcada pela origem comunitária, estas formas de organização tendem a estabelecer, mesmo que simbolicamente, uma separação nós – outros, apesar de haver uma tentativa de unidade que é representada pela Associação da própria feira.

Alguns questionam esta tentativa de unidade porque “a separação começa por eles. Eles só fazem por eles e nós ficamos aqui, esperando!” (Entrevistado J). Este depoimento reflete uma insatisfação corrente, mesmo que, muitas vezes, ela seja dissimulada por comportamentos que parecem dizer o contrário.

3.3.2 As estratégias de venda

Apesar de venderem tudo, demorando ou não, algumas estratégias são utilizadas para incrementar e acelerar esta venda. A maneira de chamar a atenção do freguês/ cliente, na ausência de permissão para uma abordagem direta que desrespeitaria os colegas, pode ser feita além da exposição dos produtos, de maneira sutil ou com faixas, banners e placas improvisadas, algumas até com direito a slogan.

Fotos 48 e 49– Faixa e placa com slogan – Parque Eurípedes Lins



Fonte: acervo da autora (abr. / 2014)

Na impossibilidade de outras condições para chamar a atenção há também a alternativa de improvisar ali mesmo ou se arranjam como for possível:

Fotos 50 e 51 – Banner e placa improvisados – Parque Eurípedes Lins



Fonte: acervo da autora (abr. / 2014)

Situações como essas ocorrem mesmo com o regimento interno orientando que: “Art. 29. É proibido na área do complexo da feira: (...) XI - a panfletagem e a afixação de qualquer tipo de propaganda (placas, faixas, cartazes, etc...) e, quando autorizada, não poderá ser afixada nos equipamentos, árvores ou vias de acesso ao logradouro público”.

Mais uma vez vemos ser utilizada a “arma dos fracos” (SCOTT, 1985), que funcionando como uma estratégia de resistência à dominação defende interesses com ações fragmentadas e difusas que, muitas vezes, passam despercebidas.

Fotos 52 e 53 - Banners na área externa e interna da feira – Parque Eurípedes Lins.



Fonte: Acervo da autora (dez./ 2013).

A promoção dos produtos é feita algumas vezes de maneira sutil e mesmo concordando com a máxima de que “a propaganda é a alma do negócio” e que ela tem um peso importante, também acreditamos que as pessoas compram impulsionadas não apenas movidos por ela ou pela necessidade, mas também por impulso e pelo preço.

É comum entre eles as sugestões para o preparo de alguns alimentos, a apresentação de produtos pouco conhecidos, que acrescidos pela curiosidade pode motivar a compra de uma fruta ou verdura diferente ou desconhecida e a compra deste item, pouco conhecido, pode variar de acordo com o gosto ou as condições econômicas do consumidor.

Também é habitual que o produzido por eles considere o atendimento das necessidades e do gosto locais, significando que a compra também é influenciada pelo fator cultural. Mas ocasionalmente, podemos encontrar em pequenas quantidades, frutas como o rambutan¹⁵⁰, o cubiu e verduras como a acelga e espinafre, produtos pouco comercializados em mercados populares aqui em Manaus, sendo mais frequente encontrá-los em alguns poucos supermercados ou no comércio ambulante pelas ruas da cidade, principalmente as frutas.

Como os produtos costumeiramente oferecidos nas feiras refletem a cultura e o gosto produzidos socialmente, é isso que tende a definir o que será vendido e comprado.

Para Miller (2002) a compra segue uma lógica afetiva e não econômica para a escolha dos bens que são adquiridos. Em pesquisa realizada com donas de casa no Norte de Londres o autor observou o comportamento rotineiro para o abastecimento do lar e pela generalização concluiu que mesmo no caso de famílias heterogêneas, muitas de suas práticas culturais poderiam ser consideradas homogêneas, seguindo um padrão. Neste caso a compra é entendida como um ritual de devoção e compartilhamento com a família e realizada, em geral, por mulheres. Nas feiras as clientes/freguesas também são em sua maioria mulheres, mas isso não impede que existam com frequência a compra realizada por casais e ocasionalmente de homens sozinhos.

Pela diversidade do público, muitos serão os fatores que definirão a compra, como por exemplo, quem frequenta a feira para comprar produtos para a venda de refeições, cogita o público que será atendido e no caso das compras particulares, o que é considerado são as preferências familiares.

Como as inclinações culturais se encontram atreladas às vivências dos grupos, o gosto passa a ser entendido como um processo que é inculcido ao longo da vida, unindo e separando por ser o distintivo de uma posição no espaço social, ao mesmo tempo em que imprime nele uma disposição estética (BOURDIEU, 2007b). Para este autor,

sendo o produto dos condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência, ela [a disposição estética] une todos aqueles que são o produto de condições semelhantes, mas distinguindo-os de todos os outros e a partir daquilo que têm de mais essencial, já que o gosto é o princípio de tudo o que se tem, pessoas e coisas, e de tudo o que se é para os outros, daquilo que serve de base para se classificar a si mesmo e pelo qual se é classificado. (BOURDIEU, 2007b, p. 56).

¹⁵⁰ Fruta nativa do oriente (Indonésia, Malásia, Filipinas) que foi popularizada no Brasil por seu alto teor nutritivo.

Isso define que o gosto do ponto de vista cultural seria o resultado de um processo que é aprendido na família e na escola. Estas duas formas de apreensão determinantes na maneira de adquirir os bens culturais e simbólicos, originando a formação de um “capital cultural incorporado” (Idem).

O gosto, portanto, não seria inato e sim produzido pelas condições que são dadas pela hierarquia social gerando um *habitus* de classe. A escolha dos produtos para o consumo se encontraria relacionada a um *habitus* que é determinado pelas condições econômicas, funcionando como um instrumento para a distinção entre os grupos (BOURDIEU, 2007b). Nesta distinção as escolhas e preferências são definidas e as compras são realizadas com base neste pressuposto.

A regra para a venda seria o uso da balança eletrônica, mas é comum na sua ausência que os produtos sejam vendidos por unidade (principalmente os maiores) ou oferecidos embalados em saquinhos de rede plástica em quantidade estipulada individualmente. Este é o caso dos ovos de codorna, que são vendidos já embalados em duas dúzias cada saco, a laranja, que pode ser comprada em dúzia, meio cento ou cento, ou o abacaxi que quando é oferecido em grande quantidade é vendido sempre em trios com um preço fixo que pode variar de acordo com o tamanho oferecido.

Como na feira é predominante a venda direta de produtos primários, o que ocorre com certa rapidez, desconhecemos o uso do crédito ou da venda fiado a não ser em casos muito específicos de proximidade/ conhecimento entre as partes envolvidas no negócio.

Observamos, entretanto, com certa frequência, os agrados que são feitos visando à fidelização do cliente/ freguês, como o acréscimo de produtos na hora da pesagem, a possibilidade de degustação de algumas frutas ou o bônus de outro produto quando a compra é realizada em maior quantidade. Tudo isso funcionando também como importante estratégia de marketing para manutenção das vendas.

3.3.3 Os espaços de disputa

A disputa pela venda começa pelos espaços, pois a localização da banca pode aumentar significativamente o tempo da venda. Em pesquisa realizada em outra oportunidade, também em uma feira (AQUINO, 2010), percebemos que a posição da banca também funcionava como um dos motivadores para a venda. Ali, os locais estratégicos se encontravam no corredor central e nas duas áreas de acesso principal (frente e fundos da feira por serem os dois acessos de entrada), áreas de maior movimento.

No Parque Eurípedes Lins, as bancas que ficam no galpão central, (especificamente as da área frontal), as que se encontram próximas ao estacionamento ou as localizadas nos corredores centrais também são vistas por eles como privilegiadas em relação às que ficam nos demais galpões,¹⁵¹ afastadas do centro ou nas laterais do galpão principal (que aqui consideramos como o galpão central).

Como a distribuição das bancas obedece a uma ordenação por comunidade mantendo pessoas de uma mesma região mais próximas, isso tanto pode gerar aproximações entre os que vêm e voltam juntos criando uma identidade comunitária como distanciamentos entre os agricultores que são de comunidades distintas.

Enquanto as aproximações contribuem para as solidariedades, trocas de favores e conversas amigáveis, os distanciamentos provocam disputas, discussões, fofocas e boatos. Mas nada disso é evidente, já que a primeira vista tudo funciona em uma perfeita ordem e harmonia.

A localização das bancas que tendem a ser organizadas por comunidade tem uma finalidade claramente prática em nossa visão: tanto agiliza o controle dos participantes e sua frequência por parte da ASPROFE, como também colabora para que eles mesmos se observem e controlem o movimento, mesmo que inconscientemente.

Os encontros semanais permitem que todos se conheçam e saibam informar quem está presente ou se ausentou temporariamente, quem faltou, quem está doente ou abandonou a feira, do mesmo jeito que eles conseguem identificar quem são os novos agricultores ou estranhos ali.

Uma certa manhã, em um de nossos dias de pesquisa de campo, ouvi duas agricultoras conversando e uma delas questionou quem era um rapaz que se encontrava em uma banca próxima. A outra respondeu que ele era novo na feira e havia entrado no lugar de outro agricultor que desistiu dali. A informação se espalhou e em pouco tempo todos já tinham conhecimento sobre o mais novo agricultor da feira.

Nas bancas e tabladós a maneira como os produtos são organizados para a venda destaca sua função tornando a feira um importante evento comercial seja por concentrar em um mesmo lugar toda a gama de alimentos perecíveis (frutas, legumes, verduras, tubérculos, polpas e derivados do leite), como por oportunizar ao consumidor a comparação de qualidade e preço a um só momento, abrindo possibilidades de recorrer às negociações.

¹⁵¹ Esta feira tinha as bancas distribuídas em três galpões separados, mas a ampliação do número de agricultores tende a unificar estes espaços com a construção de coberturas nos locais que antes os separava.

Foto 54 e 55 – Exposição dos produtos à venda - Porto de São Raimundo e Parque Eurípedes Lins



Fonte: acervo da autora (abr./2014).

As negociações são mais prováveis com aqueles agricultores que oferecem em maior quantidade ou quando eles estão com pressa de voltar para casa, e mesmo sem estas possibilidades ou urgências as pessoas pechincham e as negociações em torno dos valores podem sofrer alterações.

A frequência semanal de compras também pode ser um facilitador para as negociações pois promove empatias que, muitas vezes, abrem caminho para os acordos que podem ser grandes aliados na garantia da fidelidade do cliente/ freguês.

Mesmo conquistando clientes/ fregueses, alguns agricultores não se adaptam ao ritmo semanal exigido e por isso, vão desistindo. A desistência pode também ser apontada como uma forma de resistir ao controle, à sujeição e às regras que são citadas como muito impositivas.

Informações dadas por eles demonstram que a feira oscila entre períodos de alta e baixa participação e os depoimentos se referem a poucos agricultores que se encontram ali desde seu início em 2009 e que conseguiram acompanhar todas as fases pela qual o Feirão já passou, demonstrando uma rotatividade significativa no local.

Os agricultores que se encontram desde o início são aqueles mais conhecidos, respeitados e influentes, encontrando-se em situações bem posicionadas na hierarquia que se organiza dos mais antigos aos mais novos no local. Eles formam um grupo mais coeso, e independente das divisões comunitárias. Significam também um poder maior na tomada de decisões.

Esta situação nos faz lembrar a pesquisa realizada por Elias e Scotson (2000) em um pequeno povoado inglês onde o grupo formado por moradores mais antigos (estabelecidos) se colocavam em posição superior em relação aos recém-chegados (outsiders), gerando uma espécie de estigma que excluía este grupo das decisões locais.

Esta relação de superioridade entre os mais antigos do local é sentida pelos mais novos e também foi observada em outra feira pesquisada (AQUINO, 2010), onde um pequeno grupo de feirantes que haviam acompanhado todas as mudanças incluindo as de localização da feira (que ocorreu por três vezes) também se colocavam em situação privilegiada com relação aos demais.

Aqui também o grupo não é tão grande, mas pela posição ocupada por eles existe a necessidade de um mínimo de respeito às normas para “dar o exemplo” aos que chegaram depois, como disse uma agricultora. Apesar disso, não percebemos no local durante a investigação qualquer forma aparente de imposição de estigmas (como observado por Elias e Scotson), mas verificamos que por se sentirem responsáveis pelo funcionamento da feira acabam concentrando muito poder, o que é utilizado para o controle e resolução de problemas locais.

3.3.4 “Metade do perdido é lucro”

Como é no Parque Eurípedes Lins que funciona a maior das três feiras é aqui que o público também é mais diversificado, variando entre donos de pequenos supermercados e mercadinhos, atravessadores que compram para revender para feirantes permissionários de outras feiras, camelôs, marreteiros, donos de lanchonetes ou de pequenos comércios de bairros¹⁵², donos de açougues, funcionários de entidades filantrópicas, de pequenas empresas que fornecem refeições, de fábricas do Pólo Industrial de Manaus – PIN, mas também por donas de casa.

O movimento nos dias em que as feiras ocorrem é intenso principalmente nas primeiras horas da manhã e vai se estabilizando ao longo do dia.

Neste local podemos observar que o público pode mudar conforme o horário: por volta das 6 horas, logo no início da feira, o movimento maior é realizado pelos atravessadores, donos de lanchonetes e restaurantes, pequenos empresários e com o passar das horas notamos uma presença maior de homens e mulheres que compram para abastecer suas casas e esta tendência se estende até o final da tarde e início da noite.

¹⁵² Em Manaus também conhecidos como “tabernas”.

Ao final da feira¹⁵³, por outro lado (isso vale para todas elas), os preços sempre estão mais baixos, considerando que os produtos vão perdendo a qualidade e o que havia de melhor já foi vendido, mas também pela necessidade de voltar para casa preferencialmente tendo vendido toda a produção oferecida.

Baixar o preço, portanto, é uma prática corrente principalmente entre os que não têm transporte para o retorno para casa, pois retornar com o que sobra é um incômodo, tanto pelo volume como pela sensação de não ter alcançado o objetivo esperado.

Uma agricultora fala sobre esta variação no preço do produto durante a feira:

Eu vendo tudo. Quando a feira é ruim, sexta-feira à tarde ainda estou por aqui. Mas quando é boa, sexta de manhã já vou embora para casa. O que não é vendido¹⁵⁴, fazemos a xepa¹⁵⁵ para ir embora logo. A gente vem e quer vender logo pra voltar pra casa, ficar com os filhos, cuidar da vida. (Entrevistada M).

Esta preocupação em “cuidar da vida” parece apontar para a feira como uma vida que funciona externamente à vida real e cotidiana, pressupondo uma existência em mundos dissociados que são vividos não apenas como uma separação espaço-temporal, mas também como internalização de uma vida que não é exatamente “a vida” deles.

Isso nos faz refletir sobre a moral camponesa estudada por Woortmann (1990), percebendo que neste sentido, a venda da produção na feira tanto pode ter o significado de autonomia, quanto de negação dessa autonomia por ser este um espaço que se encontra fora do seu controle, do seu próprio espaço e, portanto, da sua vida. No sítio este controle tende a ser mais amplo.

Por ser a realização do negócio o oposto ao trabalho na terra, a assertiva de não serem eles feirantes e sim agricultores, funciona como tentativa de afirmação de uma ética que reivindica a liberdade que é assegurada pelo negócio, visto apenas como um meio para a realização do trabalho produtivo na terra (Idem).

A liberdade encarnada na venda (negócio) é refletida na maneira como o preço dos produtos são firmados tendo por fundamento os preços correntes e a qualidade do que foi

¹⁵³ Este final de feira pode ser entendido de três maneiras: o final do dia, para a feira que funciona apenas no sábado (Parque IFAM), o sábado a tarde para a feira que funciona sexta e sábado (Porto de São Raimundo) e o sábado a tarde ou domingo pela manhã (Parque Eurípedes Lins).

¹⁵⁴ Ela informou que o não vendido neste caso, corresponde a no máximo 5% dos produtos trazidos para a feira.

¹⁵⁵ A xepa corresponde ao final da feira, quando os produtos perdem qualidade, forçando a baixa do preço.

produzido, mas sem rigidez, pois o preço pode ser flexibilizado pela pressa de voltar para casa, quando existe algum compromisso inadiável ou pela própria concorrência.

Na quinta-feira, véspera da Sexta-Feira Santa, ainda no início da tarde, alguns agricultores já estavam baixando os preços para apressar as vendas:

Quero ir embora hoje, pois amanhã é Dia Santo e preciso guardar. Não se deve trabalhar na Sexta-Feira da Paixão. Deus ajuda, mas você tem que fazer por onde ser ajudado. Amanhã vou à missa. (Entrevistada R).

A flexibilidade do preço é apenas uma das alternativas para liberar o produto. O que não é vendido também pode ter outro destino: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que muitas vezes compra o que sobra para ser doado a instituições de caridade, ou a venda para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que também compra para fazer doações, mas neste caso os produtos devem ser encaminhados por eles mesmos para esta instituição. Em ambas as situações o preço é tabelado abaixo do de mercado, mas para não perder nada tudo é válido, pois como disse uma agricultora, “metade do perdido é lucro.”

Vender o que sobra em outras feiras também é uma possibilidade, pois as feiras com menor tempo de duração (caso do Parque IFAM que funciona somente aos sábados, e do Porto de São Raimundo que funciona sexta-feira e sábado), abrem caminho para as possibilidades de oferecimento dos produtos no Parque Eurípedes Lins, que pode estender seu funcionamento até o final da manhã de domingo para estes casos excepcionais.

Temos então entre as estratégias mais utilizadas para não precisar voltar para casa com sobras da venda e que assim podem ser resumidas: a diminuição do preço no final da feira com a prática mais conhecida como xepa, a venda em outras feiras do Feirão, a venda para o PAA e CONAB e finalmente, outras formas de doações.¹⁵⁶

Interessante observar que diante das mais diferentes práticas de ajuda mútua que são desenvolvidas por eles, na feira também é usual a doação em dinheiro para ajudar companheiros que se encontram doentes. Quando há problemas de doença na família, principalmente quando afeta um deles, arrecadar dinheiro para a compra de remédios, rancho ou para outras necessidades é corrente. É que a doença tende a afastar o agricultor da feira e a comprometer a produção familiar, sendo estas situações propícias para as inúmeras demonstrações de solidariedade, fortalecendo os laços de amizade e companheirismo entre eles.

¹⁵⁶ Relatos informam que ocasionalmente carrinhos de supermercado são passados para recolher produtos para doações a creches, casa do idoso ou outras instituições.

Casos como esses, mais uma vez, deixa explícita a dádiva, que prevê a obrigatoriedade da retribuição. Significa que diante da possibilidade de qualquer um deles ficar doente ou em situação de necessidade, este tipo de ajuda sempre será, de alguma forma, uma garantia certa de retribuição.

No ambiente da feira são objetivadas muitas formas de hierarquização econômica e simbólica. E, por exigência, a atividade mercantil requer um saber específico que induz formas de aprendizagem que do ponto de vista prático pode ser considerado positivo para os agricultores, como as negociações em que ficam embutidas as justificativas de convencimento para a definição do preço, as formas de abordagem ao possível comprador e até mesmo as estratégias de marketing para agradar o cliente, como a degustação de alguns produtos.

Para Garcia (2014), a feira, como um lugar de venda periódica, tem para os pequenos produtores o significado de permitir uma familiaridade com o mercado apresentando para eles algumas vantagens que ela destaca:

(...) o comércio nas feiras permite aos camponeses completar seus rendimentos sem perder certa autonomia, como aconteceria se fossem oferecer seus serviços como trabalhadores nas grandes e médias propriedades, situação que, de uma certa maneira, lembra a *sujeição*. Por outro lado, a atividade mercantil fornece aos pequenos produtores uma renda apreciável durante a entressafra e sobretudo durante o período que precede a preparação do cultivo, momento do ano no qual, muitas vezes, é necessário lançar mão de *trabalhadores alugados*. Enfim, a atividade mercantil regular e sobretudo o conhecimento de várias feiras aumentam consideravelmente a noção da oferta e da demanda e permitem que os pequenos produtores reajam mais favoravelmente aos mecanismos de mercado. (GARCIA, 2014, *on-line*).

Este conhecimento sobre o funcionamento do mercado é, sem dúvidas, uma estratégia diferenciadora para a realização do negócio, sendo este um exercício necessário para o oferecimento dos produtos e de uma venda mais afinada com as expectativas exigidas pelo próprio mercado e em especial pelo consumidor.

As distinções que puderam ser observadas, expressam que a feira funciona como um local de explicitação de diferentes formas de relações que se organizam desde o estabelecimento de hierarquias, perpassando também posições econômicas e políticas. Isso favorece inúmeras maneiras de exercitar a forma de se relacionar com o poder, que tem início com a inserção dos mecanismos disciplinares para a permanência no local, passando pelas relações de forças que são objetivadas nas estratégias de venda, na qualidade dos produtos, nos espaços ocupados ou nas próprias relações sociais.

Por identificar o poder como um conjunto de relações que produz assimetria e se sustenta de baixo para cima, Foucault (1999) diz que o poder não existe de fato e se encontra apenas nas relações que são construídas social e historicamente. Disperso na sociedade o poder seria um exercício de estratégias que se exerce sobre sujeitos livres e se transforma em luta, em enfrentamento e disputa. Por não se encontrar localizado e se exercer em rede, isso conduz à necessidade de entendê-lo como algo que circula e que, portanto, não tem uma centralidade permanente (FOUCAULT, 1999, p. 35).

Nestas relações de poder o indivíduo seria, ao mesmo tempo, seu efeito e intermediário e, apesar de não ser esta uma relação democrática, o poder pode ser examinado como um fenômeno que se desloca, se estende, se modifica (Idem).

Pelos mecanismos utilizados no Regimento Interno observamos uma maneira de regular a vida e disciplinar o corpo. Técnica de poder que exige uma vigilância constante e o registro das ocorrências para assim classificar, julgar e localizar os indivíduos nesse ambiente. Este tipo de poder disciplinar é exercido hierarquicamente, com as informações sendo transmitidas de baixo para cima, mantendo o controle dos acontecimentos. Este vai circulando, disciplinando e regulamentando esta ordem pela norma (FOUCAULT, 1999).

Temos aqui também o desenvolvimento de uma biopolítica que no exercício do poder local, coloca os indivíduos como alvos e instrumentos do poder. Mas essa ação de controle da vida também situa esta mesma vida no centro da luta contra o poder, transformando-a em foco de ações políticas e de resistências. Aqui o poder deixa de ser compreendido como repressão e passa a ser entendido como força (Idem).

Na feira temos um misto de técnicas de poder que foram definidas por Foucault, como aquela que, ao mesmo tempo, controla e massifica, vigia e regulamenta, maximiza a força e otimiza a vida.

Entre os permissionários e agricultores da feira o poder também circula e é objetivado na qualidade dos produtos, na concorrência, na definição dos espaços, nas estratégias de venda; também nos direitos que são reivindicados por eles, na resistência a pagar por um preço considerado abusivo, nas manobras para burlar as regras e na autoridade de apontar quem são os intrusos naquele lugar.

O poder também pode ser percebido nos grupos que hierarquicamente se organizam, indo dos mais antigos no local aos mais novos, estando também entre os que persistem e os que desistem, dando o ritmo ao movimento que permanentemente inclui e exclui.

Bourdieu entende isso como um poder que é simbólico, invisível e que “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 2009, p. 7-8).

Sem dúvidas, a venda na feira como suporte para a produção dilata as expectativas de autonomia para o agricultor e suas chances de reconhecimento, ampliando também as possibilidades de uma melhor inserção no mercado e a garantia de reprodução da família.

Enquanto estão envolvidos com o “negócio”, a feira é o lugar de trabalho e de sociabilidades, mas quando há a urgência em voltar para casa este é um lugar que se transforma, representando um ambiente que pode ter variações nas maneiras de senti-lo, percebê-lo e vivenciá-lo, exprimindo, no final das contas, um lugar que para eles é também assim como para os outros que passam por ali, apenas de passagem e que cumpre uma função muito específica.

É por isso que observamos também neste micro espaço representado pela feira o que ocorre com a sociedade mais abrangente: a existência de um local que mesmo com estatutos diferenciados, gera uma mesma relação de concorrência (GARCIA, 2002, p. 196).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazer para a reflexão alguns elementos teóricos e práticos que foram apresentados durante este trabalho, acreditamos que eles nos ajudam a pensar a Amazônia. E ao fazer o recorte da análise pela circulação tínhamos em mente deixar clara nossa preocupação com o desenvolvimento político e econômico, mas principalmente social de uma parte da Amazônia representada aqui pelo estado do Amazonas.

Apesar de a análise ter se apropriado apenas parcialmente deste movimento, ela nos auxilia na reflexão sobre os caminhos que tendem a influenciar a trajetória que passa a ser idealizada para a região como um todo e para o Amazonas em particular, ficando em aberto outras possibilidades para pensar o Estado concretamente, assim como suas demais formas de representação.

Foi pensando assim que nos permitimos, aqui, uma análise, deixando solta a imaginação para pensar um pequeno aspecto desta realidade buscando em sua autodefinição um ethos amazônico e a possibilidade de entendê-lo.

Escolhemos como ponto de apoio para ajudar a pensar a Amazônia, hoje, a relação entre a atividade agrícola e a feira a partir da circulação, principalmente para entender o Amazonas no âmbito de suas contradições, esclarecendo um real que, por vezes, passa despercebido em seu universo simbólico, mas que é estruturante e, ao mesmo tempo, estruturado pelas práticas sociais.

Ao iniciarmos com a discussão fazendo uma associação entre Estado, sociedade e política para compreender o contexto em estudo, tomamos como base para o debate as relações de poder pensando nas estruturas que são construídas e legitimadas socialmente, mas tendo em mente a possibilidade de refletir sobre as mudanças ocorridas no país nas últimas duas décadas e que permitiram a ampliação da participação, desvendando mecanismos de controle e de reações. Cenário que permitiu uma posição mais atuante dos agentes sociais.

Poder, controle e agência são mecanismos que se chocam e por isso mesmo tendem a provocar reações que propiciam mudanças nas relações, abrindo espaço para as atuações mais conscientes e que se substancializam nas reivindicações e negociações.

Neste universo colocamos em tema a reforma agrária, que mesmo sendo uma demanda antiga, percebemos que o modelo adotado não vai além de uma medida emergencial que não tem atendido concretamente às necessidades requeridas, já que mais do que a distribuição de terras é preciso também todo um instrumental que tenha a capacidade de

sustentar uma estrutura que promova alguma diferença substancial na vida dos grupos que são beneficiados pela aquisição da terra.

Quando colocamos em pauta esta observação nos referimos à maneira como esta política tem sido colocada em prática tendo como suporte as falas de algumas dezenas de pessoas que foram assentadas em terras pouco produtivas e que por isso necessitam de todo um aparato técnico e material para produzir.

A ausência de técnicas mais afinadas com a realidade local e a imposição de uma racionalidade diferente para a produção gera uma dependência na compra de insumos criando uma intensa subordinação ao mercado e submetendo indefinidamente o agricultor a uma lógica produtiva completamente distinta de tudo aquilo que foi tradicionalmente desenvolvido pela maioria deles até este momento.

O padrão de desenvolvimento brasileiro é paradoxal, com fortes desigualdades regionais e, neste sentido, pudemos observar que aqui existe uma grande dependência dos insumos para a produção exigida pelo modelo adotado pelas políticas públicas.

Este é o motivo de acreditarmos que as pesquisas voltadas ao tema podem contribuir para se pensar e até mesmo incentivar a procura por alternativas que substituam esta dependência e, ao mesmo tempo, estimulem a busca por estratégias mais afinadas com as necessidades e características locais, fugindo dos arquétipos que tendem a equalizar as práticas sociais.

Essa tendência se inclina a atuar como uma lógica que se ajusta na adequação de uma racionalização da produção primária exigindo tanto a adaptação a outras dinâmicas, quanto dando outros sentidos à necessidade de produzir e de manifestar a própria cultura.

Ao destacar alguns programas de Governo, entendemos que eles apontam para um significado de algo que não é permanente, já que governos vão e vêm. E, apesar dos interesses políticos que se escondem por trás desses programas apresentarem, de imediato, resultados satisfatórios do ponto de vista econômico, nos perguntamos que resultados podem ser esperados em longo prazo diante da fragilidade das propostas que são sugeridas.

Esse tipo de ação que se desenvolve baseada em um paternalismo viciante não resolve os sérios problemas que têm sido enfrentados pelos agricultores do Estado e criar condições para que eles andem com os próprios pés sem estabelecer minimamente uma perspectiva de longo prazo que permita a continuidade da caminhada e um possível equilíbrio para o planejamento da vida em termos de futuro é uma façanha apenas paliativa.

Esta ação que tipifica uma forma de tutela sobre os grupos envolvidos na economia primária do Estado origina uma dependência que pode ou não se deslocar para uma

construção em que os sujeitos sociais produzam, a seu modo, outras maneiras de vivenciar concreta e subjetivamente suas experiências de vida e de trabalho.

A imposição do modelo de exploração agrícola tem modificado hábitos e costumes arraigados tendendo a tornar precários os laços de solidariedade comunitários e locais, o que pode conduzir a uma crescente individualização, pressupondo uma distinção futura entre os que dele participam e os demais agricultores existentes no estado. Entretanto, identificamos algumas formas de ajuda mútua que ainda são encontradas com frequência, demonstrando que a mudança é lenta, mas tende a ser objetivada por condutas menos solidárias, o que já é percebido e informado por muitos deles.

Esta política de inclusão aliada a um modelo de racionalização da agricultura é uma forma de integração que mais do que social é econômica porque obedece a uma lógica que teoricamente inclui, mas que na prática também realiza seu processo de exclusão.

Exclui os menos preparados e que não se adaptam ao ritmo exigido, significando que o modelo é único e com poucas chances de alternativas. Temos aqui uma visão evolucionista baseada nas leis de mercado em que sobreviverão apenas os mais fortes ao mesmo tempo em que, ao direcionar a agricultura por meio das políticas públicas a um desenvolvimento orquestrado, o Estado se traduz a uma equivalência do efeito Jano, assumindo a postura do deus mitológico de transformação da economia local.

A feira surge como catalizadora, mas ela também inclui e exclui pelos mesmos motivos, considerando que o jogo é constituído pela capacidade de produzir e mantê-la em funcionamento, exigindo um movimento diferenciado que precisa manter um ritmo permanente.

É pensando nisso que comparamos esse processo de indução à entrada no mercado para o agricultor metaforicamente como uma relação muito próxima à condição do trabalhador fabril que precisa acompanhar a cadência da máquina.

Para os agricultores a máquina aqui é representada pelo mercado e a entrada na feira que passa a ter o mesmo significado.

Considerando que a situação está posta, a feira tem uma função imprescindível, apesar de tudo, pelo menos no sentido de diminuir (e não dirimir) os problemas que se apresentam, ao menos no discurso oficial, como obstáculo ao escoamento dos produtos.

Mas, mesmo antes de sua existência os produtos circulavam. Provavelmente não de forma organizada, pois os próprios agricultores criavam formas singulares para que isso ocorresse e não emperrasse o processo, ou seja, eles agiam mesmo que agora esta ação seja entendida também como ineficaz por não permitir o retorno que hoje apontam ter adquirido.

A feira funciona como um universo e ali podem ser encontradas tanto práticas mercantis como não mercantis baseadas na dádiva que são orientadas pela redistribuição e como lugar propício a uma variedade de articulações sociais entre os grupos que também são diversos. Ela se mostra como um modelo diferenciado de associação dessas práticas.

Ela também é apontada como uma alternativa fundamental para os grupos considerados expropriados obterem minimamente renda para a reprodução familiar, além de também estar contribuindo para o crescimento de grupos melhores estabelecidos, propiciando, até mesmo, algumas formas de acumulação.

Assim ela se manifesta em suas diferentes facetas, incluindo as relações de poder que são introduzidas na esfera da circulação e que contribui para a explicitação das diferenças existentes entre os grupos que dela participam e que são tencionadas na hora da venda. Este é o momento mais indicado para perceber quem são os privilegiados pelos acordos e interferências políticas que conduzem às mais variadas formas de distinções presentes na circulação da produção.

Cada uma das feiras estudadas se encontra localizada em zonas da cidade muito populosas com uma vizinhança formada por bairros considerados carentes e este é o motivo pelo qual pressupomos que elas cumpram com sua função social, que é oferecer produtos primários com preços mais acessíveis, frescos e produzidos regionalmente, contribuindo, desta forma, para a reprodução familiar dos agricultores envolvidos e para uma melhoria alimentar das pessoas que são por elas beneficiadas.

E, apesar das estruturas econômica, política e institucional serem sentidas como obstáculo, os agricultores resistem, mas também tendem a uma acomodação que pode gerar uma falta de agência para contornar os problemas daí advindos.

Na circulação da produção são encontradas inúmeras barreiras que entendemos como mecanismos de controle que aprofunda as diferenças entre eles. Mas eles criam maneiras de contornar os contratemplos e dificuldades com uma diversidade de arranjos de ajuda mútua e de comportamentos solidários que contribuem para a sensação de proximidade, criando uma identidade comum diante das adversidades e deixando fluir uma forma de economia alternativa.

Como a disposição das questões apontadas por eles diz respeito ao que descrevemos aqui como uma diferenciação que é consubstanciada na produção e na venda, na forma de acesso aos recursos e financiamentos e na qualidade dos produtos, pensamos que a configuração básica de tudo isso pode ser sintetizada na circulação da produção, pois é ela que delimita as possibilidades de avanço e os obstáculos que são inerentes ao processo.

As limitações na periodicidade da produção, para alguns agricultores, também contribui para aumentar ainda mais esse processo de diferenciação social, que, aliada a outras dificuldades, colabora para as aproximações e distanciamentos, gerando situações de concorrência consideradas, por eles, injustas. Este artifício de singularidades concede aos grupos sociais formas, também diferenciadas, de percepção sobre o significado destes eventos.

A produção que era em grande medida objeto de auto-consumo, ao sofrer uma passagem para a condição de objeto de trocas mercantis, também agrega inúmeras formas de percepção sobre a vida em família e em comunidade, sobre o valor do que é produzido, assim como sobre o valor que as próprias pessoas passam a ter, reforçando as necessidades de vida em grupo e auxiliando na materialização de muitos elementos que são concebidos, muitas vezes, apenas simbolicamente.

A diferenciação observada por eles é um fato, seja no que se refere à forma como a produção é realizada ou na maneira como a venda é efetuada. Entretanto, supomos que apesar de sua existência, eles criam mecanismos de defesa que se operam pela via da ajuda mútua, compensando maiores prejuízos do ponto de vista social e econômico. Isso tem contribuído tanto para a manutenção do grupo quanto para a permanência de seu modo de vida, apesar da relação de proximidade que tem sido mantida com a cidade e o mercado.

O aumento do poder econômico de uns em comparação a outros aprofunda estas diferenças, mas também funciona como agregador entre os que se sentem desprestigiados com relação ao acesso aos benefícios voltados à produção primária. E, mesmo havendo a superioridade técnica entre os que são apontados como grandes produtores, a permanência da produção em menor quantidade não inviabiliza sua continuidade, sugerindo que sempre haverá espaço para estes produtos no mercado, mesmo que isso ocorra de maneira marginal.

Os agricultores de nossa pesquisa têm consciência dos inúmeros problemas que enfrentam e que ainda precisarão se deparar. Muitos foram apontados por eles e na construção do texto procuramos deixar estas impressões registradas.

Eles os visualizam no modelo oferecido pela inserção na feira, questionam a maneira como este modelo é colocado e reagem, mesmo que objetivamente, pouco façam em relação à condição em que estão posicionados e que é o motivo dos questionamentos. Este é um dos pontos que, entre outros, colocamos como uma forma de acomodação, mas acreditamos que em momento oportuno eles saberão reagir como já fazem estrategicamente mesmo sem organização e a seu modo.

Eles resistem de diversas formas, imprimindo no fazer diário um jeito próprio de enfrentamento sutil, significando que algumas formas de insubordinação se encontram presente no cotidiano e que respondem de diversas maneiras ao que é colocado a eles.

A indução inicial de formas associativas e identitárias tendem a se chocar com as identidades coletivas que são elaboradas no âmbito das associações comunitárias e que são constantemente reelaboradas, propiciando novos arranjos para a organização social e econômica das famílias.

Mas, a predominância do comportamento individualizado na disposição dos meios em lidar com a gestão da produção, comercialização e consumo não podem ser considerados como fatores desagregadores da construção destas identidades. A própria maneira dos grupos se constituírem coletivamente pressupõe outras situações que podem compensar esta tendência à individualização. Estas formas de associação ainda é o esteio da própria vida familiar e individual, contribuindo para a reafirmação das identidades que são coletivamente instituídas por eles e que são constantemente adequadas a cada contexto, sendo ressignificadas, como forma de resistência ao modelo que tende a transformar um modo de vida em uma profissão.

Percebemos que mesmo com a existência das associações comunitárias e da associação dos agricultores na feira, nem sempre eles consideram que estas instituições os representam adequadamente e, em alguns casos, o que deveria funcionar como agregador acaba sendo motivo para consolidar ainda mais os distanciamentos e as diferenças.

Acreditamos então que uma alternativa viável em curto prazo para a permanência da produção e de sua relação com mercado esteja no fortalecimento das organizações associativas como agregadora das demandas por eles solicitadas, que ampliariam seu papel e conseqüentemente sua responsabilidade em buscar coletivamente respostas mais afinadas com as necessidades por eles pautadas.

Muitos dos autores destacados, no texto, ressaltam como significativamente importante, um melhor aproveitamento deste recurso de autodefesa que é representado pelas associações e cooperativas, instituições estas que podem colaborar para a desmobilização dos mecanismos econômicos que subjagam, criando um embate com a construção de um movimento socialmente organizado que minimize esse poder.

Como estamos lidando com relações de força, isso somente poderá ser conquistado pelo envolvimento do grupo e pelo exercício democrático que objetive conquistas coletivas.

Mesmo com algumas questões levantadas tínhamos ciência desde o início que estávamos lidando com um tema complexo e por isso não tivemos a pretensão de trazer

soluções para os problemas ocasionados por uma política que homogeneíza realidades heterogêneas.

Mas, apenas contribuir com a reflexão sobre como algumas modificações conjunturais interferem, de forma direta e indireta, também nas estruturas que passam a ser modificadas, conduzindo a uma adequação de modelos únicos que são disponibilizados.

Isso pode ser percebido como o resultado de estratégias de controle revestidas de ações políticas fortemente exógenas que interferem e dificultam substantivamente a capacidade de reação aos destinos que são traçados para os povos da região.

O Feirão representa, hoje, para estes agricultores o principal mecanismo econômico que sintetiza a circulação da produção, ou seja, é o lugar da comercialização dos produtos que oportuniza a realização da troca e da reprodução da família.

Contudo, mesmo básico, esse processo tem contribuído para significativas mudanças na relação que eles passam a desenvolver com a terra, visando seu melhor aproveitamento, pois as políticas agrícolas que se voltam ao aprimoramento da agricultura familiar estimulam sua concorrência com as formas tradicionais de produção que continuam sendo desenvolvidas e isso nos instiga a pensar na maneira como estas políticas se efetivam e que benefícios sociais são inseridos neste processo.

Este foi o motivo que nos impulsionou a realizar o exercício teórico de saída da visão institucional que supervaloriza suas ações para a visão dos sujeitos que sofrem esta ação em sua concreticidade, comparando essas visões e ações simultaneamente, ao realizar um esforço para encontrar aí as contradições que perpassam o cotidiano das práticas sociais destas intervenções.

Os obstáculos apresentados para a circulação são desafios para a manutenção da produção. E sabendo disso, procuramos aqui modestamente contribuir para a reflexão sobre os mercados de comercialização no Amazonas, tendo como um dos fundamentos da pesquisa, pensar sobre as possibilidades de aprimoramento das políticas e ações, sejam elas individuais ou coletivas, acreditando que elas são fundamentais para propiciar a criação de modelos mais adequados e afinados com as necessidades, e maneiras próprias de fazer circular a produção evitando a tendência que subordina esse processo ao capital.

Neste momento a feira pode representar, para estes agricultores, um importante espaço de resistência diante das transformações nas maneiras em que se desenvolvem outras formas de comércio, podendo também se mostrar como local de disputas, mas também um lugar onde podem ser mantidas as tradições locais, a solidariedade e as demais formas de ajuda mútua.

Mas ela também pode representar o início de outra transformação: aquela que se realiza pela tomada de consciência na prática desta relação que produz campos de forças e estimula a tomada de posição, seja dos agricultores diretamente vinculados a ela, mas também dos que dela foram excluídos, assim como dos demais sujeitos sociais não autorizados a estarem ali, nos fazendo pensar sobre como a representação de um pequeno mundo que funciona em dias determinados e com horário fixo pode funcionar também como um espelho do mundo social mais amplo.

Para finalizar, deixamos aqui outras possíveis maneiras de pensar esse mesmo contexto além da visão aqui apresentada, podendo incluir como desdobramentos teóricos, o aprofundamento sobre os documentos que estimulam estas políticas (como por exemplo, a exigência da DAP), pensar a feira como fronteira sócio-cultural, a alternativa de ressignificação das identidades que são atribuídas aos agricultores, o estudo sobre os aspectos sociais do PZfV, o papel da casa em sua relação com o mundo (família, vizinhança, comunidade e o Estado), a influência da legislação no modo de vida desses agricultores (o trabalho infantil) e a própria espacialidade da feira que pode ser melhor explorada. Estas e tantas outras possibilidades ficam em aberto, sugerindo o enorme potencial que ainda pode ser explorado por nós e por outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *De camponeses a agricultores – paradigmas do capitalismo agrário em questão* Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas, 1990. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/list.php?tid=28&page=40>> Acesso em 30/10/2012.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 /Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. Distinguir e mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais. *Revista Tipiti*, 2003.

_____. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” como fator essencial de transição econômica – pontos resumidos para uma discussão. *Somanlu*, ano 4, n. 1, jan./jun. 2004.

_____. Darwin e Marx: diálogos nos trópicos para uma interpretação do Brasil. *Somanlu*, ano 5, n. 2, jul./dez. 2005.

AMAZONAS. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Relatório de Atividades 2002. Manaus: 2003.

_____. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Relatório de Atividades 2003. Manaus: 2004.

_____. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Relatório de Atividades 2004. Manaus: 2005.

_____. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Relatório de Atividades 2005. Manaus: 2006.

_____. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Relatório de Atividades 2006. Manaus: 2007.

_____. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Relatório de Atividades 2007. Manaus: 2008.

_____. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Relatório de Atividades 2008. Manaus: 2009.

_____. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Relatório de Atividades 2009. Manaus: 2010.

_____. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Relatório de Atividades 2010. Manaus: 2011.

_____. Secretaria de Estado da Produção Rural. Departamento de Apoio às Organizações Comunitárias. *Regimento Interno* de 11 de novembro de 2013.

AMAZONAS. Secretaria de Estado da Produção Rural. *Lei de nº. 3.800/2012a*.

_____. Secretaria de Estado da Produção Rural. *Lei nº. 3.803/ 2012b*.

_____. Secretaria de Estado da Produção Rural. *Lei nº. 3.804/2012c*.

_____. Secretaria de Estado da Produção Rural. *Lei nº. 3.805/2012d*.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Trad. de Eduardo L. Suárez, México: Fondo de Cultura Económica, 1993. (Colección popular).

AQUINO, Soraya F. *Mulher, trabalho informal e vida cotidiana na Feira Modelo da Compensa*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Manaus, AM: UFAM, 2010.

ARAÚJO, André Vidal de. *Introdução à Sociologia da Amazônia*. 2ª ed.revista, Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas/ Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

ARAÚJO, José Júlio César do N. e PAULA, Elder Andrade de. Novas formas de desenvolvimento do Amazonas: Uma leitura as ações do Programa Zona Franca Verde. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 5, n. 3, p. 140-154, Taubaté, SP, Brasil, set-dez/2009.

BACHELAR, Gaston. Introdução e Capítulo I: a casa do porão ao sótão. O sentido da cabana. In: *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BECKER, Bertha K. *Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira*. Disponível em <http://horizon.documentation.ird.fr/exldoc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37776.pdf> Acesso em 20/02/2013.

BELIK, W. Pronaf: avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (Eds.). *O novo rural brasileiro: políticas públicas*. Jaguariúna/SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

BIEBER, Ana Gabriela et.al. Ocorrência da vassoura-de-bruxa no cupuaçu, *theobroma grandiflorum* (sterculiaceae). Disponível em: <<http://pdbff.inpa.gov.br/cursos/efa/livro/2004/PDFs/po8g2.pdf>> acesso em 22/03/2014.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: *Coisas ditas*. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. O campo econômico. *Política & Sociedade*, 6: 15-58 (trad. de “Le champ économique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 119: 48-66, 1997). 2005.

_____. Disposições dos agentes e estrutura do campo de produção. In: *As estruturas sociais da economia*. Trad. Lígia Calapez e Pedro Simões. Porto: Campo das Letras, 2006.

_____. *Meditações pascalianas*. Trad. Sérgio Miceli. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007b.

_____. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. *Mana*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, Oct. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S0104-93131996000200001&lng=en&tlng=pt Acesso em 25/04/2014.

_____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 12ª ed., Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009.

_____. Cours du 18 janvier 1990. Un objet impensable. In: *Sur l'État – Cours au Collège de France (1989-1992)*. Édition établie par Patrick Champagne, Remi Lenoir, Franck Poupeau et Marie-Christine Rivière. Éditions Raisons d'agir / Éditions du Seuil, janvier 2012. (pág. 7-44).

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Companhia Nacional de Abastecimento. *Armacenagem agrícola no Brasil*. Brasília, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/7420aabad201bf8d9838f446e17c1ed5.pdf>> Acesso em 13/05/2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Evolução do cooperativismo no Brasil : DENACOOOP em ação*, Brasília: MAPA, 2006b. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ac000001.pdf>> Acesso em 07/07/2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção agrícola municipal: culturas temporárias e permanentes*. Vol. 37, 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2010/PAM2010_Publicacao_completa.pdf> Acesso em 07/06/2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção agrícola municipal: culturas temporárias e permanentes*. Vol. 39, 2012g. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_Agricola_Municipal_\[anual\]/2012/pam2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_Agricola_Municipal_[anual]/2012/pam2012.pdf)> Acesso em 07/06/2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira*. Nº 32, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>> Acesso em 08/04/2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006 – agricultura familiar – primeiros resultados*. Rio de Janeiro, 2006a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuário.pdf>> Acesso em 05/09/2013.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão IBGE. *Anuário estatístico do crédito rural 2012h*. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2012>> Acesso em 20 de maio de 2014.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Revista Desafios do Desenvolvimento*. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2512:catid=28&Itemid=23> Acesso em 15/10/2013.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Diagnóstico dos Resíduos Orgânicos do Setor Agrossilvopastoril e Agroindústrias Associadas – Relatório de pesquisa*, 2012d. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120917_relatorio_residuos_organicos.pdf> acesso em 03/03/2014.

_____. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil*. Elena Charlotte Landau et. al. Sete Lagoas: MG, 2012f. (Documento 146). Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/77505/1/doc-146.pdf>> acesso em 16/04/2014.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Presidência da República. *Lei nº. 11.326/2006c*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm> Acesso em 09/04/2014.

_____. Presidência da República. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> Acesso em 15/02/2012.

_____. Senado Federal. *Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974*. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuárias e Agrominerais da Amazônia. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=203996>> Acesso em 15/09/2012.

_____. Presidência da República. *Lei 12.651 de 28 de maio de 2012i*. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12651.htm> Acesso em 19/04/2014.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto n. 58.380 de 10 de maio de 1966*. Aprova o Regulamento da Lei que institucionaliza o crédito rural. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D58380.htm> Acesso em 20/01/2014.

_____. Presidência da República. *Medida Provisória n. 1.999-14 de 13 de janeiro de 2000*. Altera dispositivos da Lei n. 9.649 de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1999-14.htm> Acesso em 10/11/2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria MDA nº 17, de 23 de março de 2010a. Dispõe sobre o regulamento e as condições para a realização das operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/moc/titulos/T27d01AI.pdf>> Acesso em 10/12/2013.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas*. São Paulo: Fundação Carlo Chagas: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

BUARQUE, Cristina e VAINSENER, Adler. ONGs no Brasil e a questão de gênero. In: *Trabalhos para discussão*. número 123/ 2001. Novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/123.html>> acesso em 03/03/2013.

CAMPOS, Índio. A sustentabilidade da agricultura na Amazônia. *Papers do NAEA* nº. 278. Belém, junho de 2011. Disponível em: <www.naea.ufpa.br/pdf.php?id=473> Acesso em 16/02/2014.

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2001.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 20/06/2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100003>.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Trad. de Rosa Maria Rúsovich. Buenos Aires - Argetina: Ediciones Nueva Vision, 1974.

_____. *The theory of peasant co-operatives*. Translated by David Wedgwood Benn: Introduction by Viktor Danilov. United States: Ohio State University Press Columbus, 1991.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain – *Dicionário dos símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997.

DOUGLAS, Mary e ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

DUPAS, Gilberto. *Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

DURAND, Gilbert. O vocabulário do simbolismo. In: DURAND, G. *A imaginação simbólica*. Lisboa: Edições 70, 2000. (Coleção Perspectivas do Homem).

DURKHEIM, Émile. Representações individuais e representações coletivas. In: DURKHEIM, E. *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1970.

_____. *Da divisão do trabalho social*. Trad. Eduardo Brandão. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Coleção tópicos).

EDER, Klaus. Identidades coletivas e mobilização de identidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.18, nº 53, outubro de 2003.

ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. Trad. Maria Adozinda Oliveira Soares. Lisboa, Portugal: Artes e Letras/ Arcádia, 1979.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2000.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006. Disponível em: < www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/11793/8289 > Acesso em 23/02/2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. *Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003.

_____. A ocupação como forma de acesso à terra. *XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos*. Washington – DC, 6 a 8 de setembro de 2001. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/FernandesBernardoPort.pdf>> Acesso em 20/05/2014.

FOSTER, George. “The dyadic contract: a model for the social structure of a Mexican peasant village”, *American Anthropologist*, vol. 63, Washington, D.C., 1961.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/ Contraponto, 2009.

GARCIA, Marie-France. *Negócio e campesinato: uma estratégia de reprodução social*.

Boletim do Museu Nacional, nº 45, Rio de Janeiro, novembro, 1983.

_____. Representações científicas e práticas mercantis camponesas. *Raízes*, Campina Grande, vol.21, nº 02, p.196-211, jul./dez. 2002.

_____. *O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no nordeste do Brasil*. Disponível em: < http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_19/rbcs19_08.htm> Acesso em 02/05/2014.

GARCIA-PARPET, Marie-France. Mercado e modos de dominação: a feira e as vinculações de trabalhadores na *plantation* açucareira nordestina. In: NEVES, Delma Pessanha e SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas tuteladas de condição camponesa*, vol. 1, São Paulo: Editora UNESP, 2008.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. SP: Ed. UNESP, 1997. (pp.73-133).

GOHN, M. G. O. *Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões da nossa época; v. 123.)

GRAMSCI, A. *O príncipe de Maquiavel*. São Paulo: Hucitec, 1978.

GUSFIELD, Joseph R. *Community: a critical response*. New York, Evanston, San Francisco: Harper & Row Publishers, 1975.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

HOBBS, T. *O leviatã*. São Paulo: Nova Cultura, 1988. (Os pensadores, v. 1).

HOBBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. (Coleção Pensamento Crítico; v. 55).

KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. Porto: Portucalense, 1972.

KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. (Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LÊNIN, Vladimir I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, Marcos Castro de. Amazônia Ocidental e Geografia: Região Metropolitana de Manaus e BR 319 – Território e Meio Ambiente. *Revista GEONORTE*, Vol.01, N.01, Ano 01, p. 47-70, 2010.

LIMA, Socorro. A expansão da cadeia da soja no amazonas e sua dinâmica territorial. 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - *SOBER*,

Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/582.pdf>> acesso em 02/02/2014.

LOCKE, J. *Segundo tratado de governo civil*. São Paulo: Nova Cultura, 1988. (Os pensadores, v.5).

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Mudança social e diferenciações no campo: reflexões a partir de etnografias. Boletim do Museu Nacional. *Antropologia* n° 47, Rio de Janeiro, 1984.

MAIA, Cláudio Lopes. *Os donos da terra – a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/ 1960*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em: <http://pos.historia.ufg.br/uploads/113/original_MAIA_CludioLopes.pdf> acesso em 14/04/2014.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Rio de Janeiro: Vecchi, 1995.

MANAUS. Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento. *Lei n° 123 de 25 de novembro de 2004*.

MARICATO, Ermínia. *Habitação e desenvolvimento urbano: o desafio da próxima década*. Setembro de 1999. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_habitacaodesafiodecada.pdf> acesso em 20 maio de 2014.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. A mercadoria. In: *O capital: crítica da economia política*. Vol. 1/1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. *Crítica do programa de Gotha*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1972.

MASSUQUETTI, Angelica; SOUZA, Osmar Tomaz de; BEROLDT, Leonardo Alvim. Instrumentos de política agrícola e mudanças institucionais. *48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2009.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca em sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. Trad. de Mauro W. B. de Almeida e Lamberto Puccinelli. Vol. 2, São Paulo: EPU, 1974.

MILLER, D. *Material Culture and Mass Consumption*. Oxford, Basil Blackwell, 1987.

MILLER, D. *Teoria das compras*. São Paulo: Nobel, 2002.

MINTZ, Sidney W. *Pratik: haitian personal economic relationships*. Open Anthropology Cooperative Press, Interventions Series #2, 2011. Disponível em: <<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>> Acesso em 21/03/2014.

MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (Orgs.). Introdução: conflito de terras – memórias e histórias de um passado. In: *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 1: concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

MOTT, Luiz. Estrutura e função das feiras rurais no nordeste do Brasil. *Cadernos USP*, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, v. 12, 1979. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cerusp/article/view/83149/86185>> acesso em: 21/05/2014.

NODA, Sandra do Nascimento (org.). *Agricultura familiar na Amazônia das águas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

OFFE, Claus. Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas. In: *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, v. 11, p. 101-140, 1979.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): jan./abr. 2004 (p. 229-252).

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et.al. (orgs). *Política social no capitalismo – tendências Contemporâneas*. 2. Edição. São Paulo:Cortez, 2009.

PODELESKI, Onete da Silva. Lei de Terras de 1850. In: *Revista Santa Catarina em História*. Florianópolis, UFSC, Brasil, ISSN 1984- 3968, v.1, n.2, 2009.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Trad. Fanny Wrobel, 2ª edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 201-212.

POULANTZAS, Nicos. As lutas políticas: o Estado, condensação de uma relação de forças. In: *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Editora Graal,1985.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.

ROUSSEAU, J.J. *Do contrato social*. Trad. Pietro Nassetti. 1ª ed. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2013.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Trad. Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SCHNEIDER, Mark L. Além do consenso de Washington: “reflexões” sobre equidade, democracia e conflito na América latina. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.2, n.1, p. 20-32, jan- jun.2008.

SCOTT, James C. Normal exploitation, normal resistance. In: *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven, London: Yale University Press, 1985.

_____. *Los dominados y el arte de la resistencia*. Trad. Jorge Aguilar Mora. México: Txalaparta. 2003.

SILVA, Luis Mauro Santos e MARTINS, Sérgio Roberto. *Limites do Pronaf para a sustentabilidade da agricultura familiar: peculiaridades na porção sudeste do Pará*. Disponível em <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/141.pdf> Acesso em 02/11/2011.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo. *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

SPRADLEY, J. *The ethnographic interview*. Nova York, Prentice Hall, 1979.

TALAMINI, Edson e FERREIRA, Gabriel M. V. A agricultura brasileira antes e depois do consenso de Washington. *XLV Congresso da SOBER "Conhecimentos para Agricultura do Futuro"*. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina, 22 a 25 de julho de 2007.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, E. P. A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOCQUEVILLE, A. *Democracia na América*. São Paulo: Nacional, 1969.

TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: ensaio de antropologia geral*. Trad. Maria Angélica Deângeli, Norma Wiimmer. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Losada, 1947.

TONNEAU, Jean-Philippe, AQUINO, Joacir Rufino de e TEIXEIRA, Olívio Alberto. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.22, n. 1, p.67-82, jan./abr. 2005.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo: DIFEL, 1976.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 a ser ministrada no CPDA/UFRRJ Disponível em:

<<http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/238/234>> Acesso em 20 de setembro de 2013.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 1, Trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; rev. téc. de Gabriel Cohn, 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 1 e 2, 2009.

_____. *O que é a burocracia*. Conselho Federal de Administração. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/servicos/publicacoes/o-que-e-a-burocracia/livro_burocracia_diagramacao_final.pdf> Acesso em 20/ 02/2014.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WILLIAMSON, John. What Washington means by policy reform. Chapter 2, from *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* Edited by John Williamson. Published Peterson Institute for International Economics, April 1990. November 2002. Disponível em: <http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?researchid=486> Acesso em 26/05/2014.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

WITKOSKI, Antônio Carlos. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2010.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual” In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

WOORTMANN, Klaas. *Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

Páginas acessadas:

AMAZONAS. Secretaria da Produção Rural do Estado do Amazonas – SEPROR. Disponível em < <http://www.sepror.am.gov.br/sepror-inaugura-novo-feirao-e-beneficia-populacao-da-zona-oeste/#.UzAPGlek2ZQ>> Acesso em 24/03/2014a.

_____. Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. Disponível em: <<http://www.ads.am.gov.br/sistemas/noticias/123-ads-realiza-edicao-experimental-da-feira-da-marinha>> Acesso em 17/07/2014b.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN. Disponível em <<http://www.seplan.am.gov.br/pagina.php?cod=207>> Acesso em 24/03/2014c.

_____. Instituto Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM. Disponível em: <<http://www.idam.am.gov.br/index.php?nomeArquivo=instituicao>> Acesso em 04/04/2012a.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/ SR15-AM. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/amazonas-sr-15>> acesso em 20/06/2012a.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/portal/>> Acesso em 17/03/2013b.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/incentivo-a-investimentos/fundo-constitucional-do-norte-fno>> acesso em 22/03/2014a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar. Programa Mais Alimentos – Produção primária. Disponível em <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/maisalimentos/>> Acesso em 09/04/2014b.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/amazonia-legal>> Acesso em 15/09/2012b.

_____. Superintendência da Zona Franca de Manaus. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm> Acesso em 15/09/2012c.

_____. Ministério do Interior. *Programa de pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia – Polamazônia*. Brasília: Secretaria de Planejamento e Operações, 1976.

APÊNDICES

Apêndice A



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Convidamos o senhor/senhora a participar do Projeto de Pesquisa “Entre a roça e a feira: a circulação da produção agrícola no Amazonas”, realizado dentro do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. As pesquisadoras Soraya Farias Aquino e a Dr^a Yoshiko Sasaki, responsáveis pelo projeto, pedem autorização para entrevistar, tirar fotos e fazer gravação audiovisual com sua pessoa. O senhor/ a senhora foi escolhido/a por ter como principal ponto para o escoamento de sua produção o Feirão da Sepror, sendo suas informações muito úteis, pois temos como finalidade, analisar a circulação a partir dos espaços definidos como Feirão da Sepror, objetivando reconhecer a produção agrícola e sua distribuição em Manaus.

Para a escolha das pessoas que nos auxiliarão na investigação, temos como pressupostos: ser permissionário do Feirão Sepror; ser agricultor; ter a família como base para a produção e ser o Feirão da Sepror a principal estratégia de comercialização para o que é produzido, privilegiando os agricultores que se encontram ainda em fase de crescimento.

Os possíveis risco aos participantes, dizem respeito à divulgação de suas informações, mas pressupomos que estes possam ser dirimidos pela omissão de seus nomes, além de que os procedimentos acima podem ser recusados pelo/a entrevistado/a a qualquer momento, tendo portanto, o senhor/ senhora toda a liberdade e direito de se recusara participar da pesquisa ou retirar seu consentimento mesmo depois de realizada a entrevista, não tendo com isso nenhuma despesa ou nenhum valor pecuniário. Por outro lado, caso ocorra algum problema ou dano referente às informações concedidas, nos colocamos à disposição, para a assistência em qualquer eventualidade que venha a ocorrer em qualquer momento durante e após o desenvolvimento da pesquisa e que esteja de alguma forma ligada a investigação proposta, nos responsabilizando pelo reparo de possíveis danos, inclusive sob forma de indenização, caso necessário.

Podemos incluir como benefícios da pesquisa, um conhecimento maior sobre a circulação da produção agrícola no Amazonas, sendo que os achados poderão auxiliar na compreensão de como ocorre essa produção, quais os entraves para sua circulação, apontando para o significado de ser agricultor no Amazonas, dando-lhes maior visibilidade e podendo até contribuir para a melhoria de suas condições de trabalho.

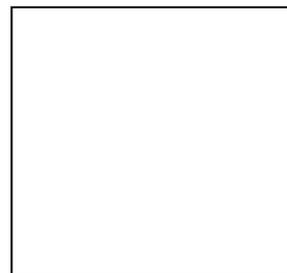
Informamos ainda que os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mantendo a identidade de todos os participantes em sigilo absoluto. Para qualquer outra informação o senhor/ a senhora poderá entrar em contato com as pesquisadoras pelo telefone (92) 3657-5502 ou pelos endereços Av. Gen. Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Norte, CEP: 69077-000, bairro Coroado, Manaus, Amazonas ou R. Terezina, 495, bairro Adrianópolis, CEP: 69057-070 – Manaus – AM, Comitê de Ética em Pesquisa .

Fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso recusar a participação quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

Assinatura do participante

ou

Pesquisador responsável



Manaus, ____/____/ 201____.

Impressão do dedo polegar

Apêndice B

ROTEIRO DE OBSERVAÇÕES

Parte indispensável da pesquisa, devem estar orientadas à percepção dos comportamentos e das falas espontâneas nos mais diferentes espaços: na feira, durante a organização, comercialização, intervalos e final do evento; em casa, na convivência familiar e nos horários destinados ao trabalho; nos espaços de socialização fora e dentro do ambiente familiar, assim como em outros momentos que sejam considerados relevantes, desde que autorizados pelos informantes.

Por ser este um momento estratégico, esta será uma oportunidade para adquirir informações de forma mais livre, sem interferências, e em que parte das questões previstas para as entrevistas poderão ser aqui esclarecidas, reforçadas e até ampliadas em termos de compreensão.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Privilegiamos as questões abaixo relacionadas, deixando que o entrevistado se expresse livremente. Para isso, conduzimos a conversa ao que buscávamos compreender apenas nos momentos oportunos. Pretendemos assim, fugir ao direcionamento das questões, sendo este o motivo de não termos desenvolvido este roteiro como o clássico perguntas e prováveis respostas, e sim apenas sugerindo onde queremos chegar, ao mesmo tempo em que abrimos espaço para que os sujeitos sociais também insiram elementos que no seu ponto de vista são considerados relevantes.

- Tempo de moradia;
- como foi definido o trabalho realizado;
- traços sociais da produção familiar (nuclear, extensa);
- práticas de ajuda mútua;
- envolvimento em associações, cooperativas;
- planejamento e divisão do trabalho na unidade familiar;
- apoio técnico e financeiro;
- tipo e tamanho de propriedade/ legalidade jurídica;
- articulação com o mercado;

- impacto das políticas públicas sobre o que é produzido;
- rotina e atividades sociais

ROTEIRO PARA A ANÁLISE DOCUMENTAL

Consideraremos para a análise documental os seguintes elementos:

- Dados quantitativos e qualitativos apresentados no documento;
- Forma como se desenvolve a análise técnica;
- Os resultados apontados ou esperados;
- A avaliação positiva ou negativa presente nas conclusões.

ANEXOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Entre a roça e a feira: a circulação da produção agrícola no Amazonas

Pesquisador: Soraya Farias Aquino

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 31704314.8.0000.5020

Instituição Proponente: Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 675.631

Data da Relatoria: 04/06/2014

Apresentação do Projeto:

Tese de Doutorado: Entre a roça e a feira: a circulação da produção agrícola no Amazonas

Soraya Farias Aquino

Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - ICHL

Desenho:

Nesta pesquisa buscamos compreender a circulação da produção agrícola no Amazonas e neste sentido, destacamos o trabalho agrícola realizado em Manaus e seu entorno, tendo como ponto de partida o Feirão da SEPROR. Conhecer o trabalho de produção realizado pelos agricultores e a comercialização de seus produtos é portanto o nosso principal foco.

Resumo:

Nesta pesquisa buscamos compreender a circulação da produção agrícola no Amazonas e neste sentido, destacamos o trabalho agrícola realizado em Manaus e seu entorno, tendo como ponto de partida o Feirão da SEPROR, que hoje conta com três espaços distintos de comercialização, o que nos parece significar a ampliação desta oportunidade para outros agricultores do estado. Com isso

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 675.631

reconhecemos que com este o poder público passou a incrementar o apoio aos agricultores, impulsionado pelas políticas desenvolvidas pelo Governo Federal e principalmente pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a circulação a partir dos espaços definidos como Feirão da Sepror, objetivando reconhecer a produção agrícola e sua distribuição em Manaus.

Objetivo Secundário:

- Compreender a articulação entre produção, circulação e consumo a partir da comercialização da produção camponesa no Feirão da Sepror, refletindo sobre a interferência do Estado na produção agrícola do Amazonas;
- Identificar o processo de subsunção da produção a partir da comercialização dos produtos, tendo a feira como o local de destino da produção camponesa;
- Construir a figura do camponês como sujeito social em sua relação com a circulação do que é produzido, observando como se fundamentam as dinâmicas da terra, da família e do mercado, assim como suas formas de produção e reprodução.
- Identificar como são percebidas por homens e mulheres as transformações e continuidades que são incorporadas ao cotidiano.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A princípio será esclarecido que a pesquisa não tem a intenção de causar qualquer tipo de prejuízo aos participantes, devendo ser mantido o sigilo dos nomes de quem forneceu as informações e o cuidado de não expor os mesmos, já que nos interessam situações mais abrangentes, sendo as informações pessoais apenas um mecanismo para a compreensão do objeto e, mesmo após as entrevistas, os informantes poderão recusar a participação a qualquer tempo. Como os riscos devem ser previstos, colocamos-nos ainda à disposição para a assistência aos envolvidos, para qualquer eventualidade que venha a ocorrer em qualquer momento durante e após o desenvolvimento da pesquisa e que esteja de alguma forma ligada a investigação proposta, assim como a possíveis danos que esta possa causar em virtude das declarações, nos colocando a

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 675.631

disposição para reparar tais danos inclusive sob forma de indenização, caso necessário.

Benefícios:

Podemos incluir como benefícios mais amplos, um conhecimento maior sobre a circulação da produção agrícola em Manaus, sendo que os achados encontrados poderão auxiliar na compreensão de como ocorre essa produção, quais os entraves para seu desenvolvimento e circulação, e principalmente, qual o significado de ser agricultor no Amazonas, dando-lhes maior visibilidade e podendo até contribuir para a melhoria de suas condições de trabalho.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

1. Metodologia Proposta:

utilizaremos como metodologia a etnografia que aponta por uma aproximação entre o pesquisador, os observados e entrevistados, abarcando esta metodologia três fases: pesquisa bibliográfica, pesquisa exploratória e pesquisa de campo.

Tamanho da Amostra no Brasil: 10

2. Critério de Inclusão e de Exclusão:

Critério de Inclusão:

Para a escolha das pessoas que auxiliarão na investigação, temos como pressupostos basilares: • Ser permissionário do Feirão Sepror • ser agricultor (independente do que é produzido); • ter a família como base para a produção; • ser o Feirão da Sepror a principal estratégia de comercialização para o que é produzido.

Critério de Exclusão:

Como definimos as principais características que serão consideradas para a inclusão dos sujeitos da pesquisa, encontram-se excluídos os agricultores que atuam em outras feiras de Manaus, e que portanto, não tenham o Feirão Sepror como único evento para a comercialização de seus produtos. Por outro lado, privilegiaremos os pequenos agricultores que têm primordialmente o apoio da

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 675.631

família, mesmo que exista em alguns casos, o auxílio de ajudantes externos, desde que esta ajuda não caracterize a formação de uma empresa familiar de médio ou grande porte, ou seja, é necessário que a empresa familiar não realize transações diretas com grandes supermercados ou a exportação da produção, já que nossa atenção será voltada àqueles que ainda se encontram em fase de crescimento.

3. Cronograma de Execução

observação 17/07/2014 a 20/09/2014

entrevistas 01/08/2014 a 20/09/2014

Visitas aos sítios 21/07/2014 a 09/09/2014

Análise dos dados 19/07/2014 a 20/09/2014

4. Orçamento Financeiro

Gasolina Custeio R\$ 1.000,00

Materiais diversos Custeio R\$ 165,00

Tonner Custeio R\$ 110,00

Total em R\$ R\$ 1.275,00

5. Instrumentos de Coleta de Dados: Apresentados no Protocolo de Pesquisa

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. FOLHA DE ROSTO: ADEQUADA

2. RISCOS e BENEFÍCIOS: ADEQUADOS

3. TERMO DE ANUÊNCIA: ADEQUADO

4. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO: APRESENTADOS ADEQUADOS NO PROTOCOLO DE PESQUISA

5. INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS: ADEQUADOS

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 675.631

6.CURRICULO LATTES: ADEQUADO

7.TCLE: ADEQUADO.

Recomendações:

Senhor(a) Pesquisador(a), conforme a Resolução 466/2012, recomenda-se que a Coleta de Dados/Pesquisa de Campo do Projeto de Pesquisa ora avaliado não seja iniciada antes da aprovação do CEP/UFAM.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Senhor(a) Pesquisador(a), conforme a Resolução 466/2012, recomenda-se que a Coleta de Dados/Pesquisa de Campo do Projeto de Pesquisa ora avaliado não seja iniciada antes da aprovação do CEP/UFAM.

Senhor(a) Pesquisador(a), conforme a análise realizada, indicamos que não há pendências neste Protocolo de Pesquisa. O Parecer indica que este Protocolo de pesquisa está APROVADO.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

MANAUS, 05 de Junho de 2014

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br